

Estudos de Sociologia

nº 40



Revista Semestral do Departamento de Sociologia e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FCL – UNESP – Araraquara – v.21 – n.40 – 1º semestre de 2016

EXPEDIENTE

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor: Julio Cezar Durigan

FCLAr – Faculdade de Ciências de Letras de Araraquara

Diretor: Prof. Dr. Arnaldo Cortina

Vice-diretor: Prof. Dr. Cláudio César de Paiva

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Chefe: Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Jardim

Vice-chefe: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Junior

Secretária: Bruna Nadi de Abreu

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Castro

Estudos de Sociologia / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol.1 (1996)-, - Araraquara: UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 1996-

Semestral

Resumos em português e inglês

A partir de 2008 versão online pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

ISSN 1414-0144

1. Sociologia 2. Política 3. Antropologia 4. Ciências Sociais 4.Ciências

Assistente Editorial: Rafael Afonso Silva

Normalização: Daniela Reis Ferraz

Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz

Revisão: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Revisão dos artigos em Espanhol: Sílvia Beatriz Adoue

Versão para o Inglês: Catarina Cotic Belloube

Capa e fotografia de capa: Pierre Yves Refalo

Apoio Técnico: Nadia Fratantonio

Indexada por / Indexed by:

GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>; ClaseCich-Unam; DOAJ – Directory of Open Access Journals <http://www.doaj.org>; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature on the Humanities and Social Sciences; IBR – International Bibliography of Book Reviews os Scholarly Literature on the Humanities and Social Sciences; IPSA – International Political Science Abstracts; Sociological Abstracts

Redação e Contatos

Depto. de Sociologia FCLAr/UNESP

Rod. Araraquara-Jaú, km 1 – CP 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil Fone: (16) 3334-6219

E-mail: estudosdesociologia@fclar.unesp.br; <http://seer.fclar.unesp.br/estudos>

MISSÃO

A revista Estudos de Sociologia é uma publicação vinculada ao Departamento de Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Ar e tem como missão publicar artigos e ensaios nacionais e internacionais na área da Sociologia e afins, buscando contribuir para o debate disciplinar e interdisciplinar das questões sociais clássicas e contemporâneas.

EDITORA

Lucila Scavone, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO DE REDAÇÃO

Maria Aparecida Chaves Jardim, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Maria Ribeiro do Valle**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Maria Teresa Miceli Kerbauy**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Bebiano, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; **Anete Brito Leal Ivo**, UFBA – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, Brasil; **Anita Simis**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Annie Thébaud-Mony**, INSERM – Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, Paris, França; **Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira**, PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Domenico Losurdo**, UNIURBIT – Università degli studi di Urbino “Carlo Bo”, Urbino, Itália; **Eduardo Garuti Noronha**, UFSCar – Universidade de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil; **Francisco Rüdiger**, PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil; **Gabriel Cohn**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Irllys Alencar Firmo Barreira**, UFC – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil; **István Mészáros**, Universidade de Sussex, Inglaterra; **José Antônio Segatto**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **José Vicente Tavares dos Santos**, UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil; **Joseph Yvon Thériault**, UQUAM – Université de Montréal, Canadá; **Klaus Von Lampe**, CUNY – City University of New York, Estados Unidos; **Lourdes Maria Bandeira**, UnB – Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil; **Magda Maria Bello de Almeida Neves**, PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil; **Marcelo Siqueira Ridenti**, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, Brasil; **Maria Arminda do Nascimento Arruda**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Maria Orlanda Pinassi**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Mariano Fernández Enguita**, USAL – Universidade de Salamanca, Espanha; **Marie-Blanche Tahon**, UOTTAWA – Université de Ottawa, Canadá; **Marta Araújo**, UC – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; **Mauro Guilherme Pinheiro Koury**, UFPB – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, Brasil; **Miriam Adelman**, UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil; **Michael Löwy**, CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique, França; **Pablo Gonzáles Casanova**, UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México, México; **Raimundo Nonato Santos**, UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil; **Russell Parry Scott**, UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil; **Sérgio França Adorno de Abreu**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Tânia Pellegrini**, UFSCar – Universidade de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil

ÀS LEITORAS, LEITORES E PARTICIPANTES DA REVISTA ESTUDOS DE SOCIOLOGIA

Chegamos ao número 40 da Revista Estudos Sociologia (RES) e agradeço a todas e a todos que têm contribuído nos enviando artigos e resenhas em resposta às nossas chamadas *on-line*; emitindo pareceres; encaminhando-nos sugestões de aprimoramento e lendo os textos publicados. Em homenagem aos seus 20 anos de publicação ininterrupta, assinalamos duas mudanças importantes: a primeira é sua divulgação a partir deste número no formato, somente, *on-line*, para contribuir à poupança de nossas árvores. A segunda é a nova proposta de sua capa a qual celebra, simbolicamente, um novo começo.

Como Editora da RES destaco o papel importante que o Conselho de Redação composto pelas professoras da UNESP/Ar: Maria Aparecida Chaves Jardim; Maria Ribeiro do Vale e Maria Teresa Miceli Kerbauy tem tido nas edições da Estudos de Sociologia.

Por fim, ressalto o cuidadoso trabalho de Rafael Afonso Silva, Assistente Editorial da RES, cuja experiência e seriedade neste ofício foi, também, um fator positivo ao bom resultado dos exemplares publicados desde 2009.

Lucila Scavone
Editora RES

SUMÁRIO

MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

DOSSIÊ: NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS?

Apresentação..... 13
João Carlos Soares Zuin

Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais 21
Acácio Augusto, Pablo Ornelas Rosa e Paulo Edgar da Rocha Resende

Movimentos sociais e comunicação política: sínteses e aproximações teóricas no caso dos direitos animais 39
Matheus Mazzilli Pereira

Quando o ‘eu’ se transforma em ‘nós’: uma análise do processo de formação das FARC 59
Jose Maria de Jesus Izquierdo

ARTIGOS

A mobilização pela Universidade Federal na Zona Leste de São Paulo: uma análise sob a perspectiva dos movimentos sociais 79
Jaqueline Priscila da Silva Souza D’Agostino e Maria Gabriela S. M. C. Marinho

Carreira profissional e ativismo social: as lógicas do engajamento na defesa de causas..... 99

Fernanda Rios Petrarca

O movimento ambientalista frente às reconfigurações políticas e sociais no Brasil (1985-2002)..... 117

Bergson Moraes Vieira

Un estudio sobre tradición oral afrourugaya 137

Mónica Elizabeth Olaza

VARIA

O pánu di téra: a vertente identitária da moda cabo-verdiana: o estudo da cadeia produtiva cultural..... 157

Olena Volodymyrivna Kovtun

Frutos da Colônia Penedo: uma identidade finlandesa nos trópicos...177

Lila Almendra Praça de Carvalho

A consagração na escrita da história: um olhar sociológico sobre a revista Joaquim 197

Natalia Romanovski

Cinema, história e nação: Humberto Mauro e O Descobrimento do Brasil..... 215

Anderson Ricardo Trevisan

RESENHAS

Outro olhar sobre as crianças: emergência, desenvolvimento e novas perspectivas para a sociologia da infância 239

Viviane Fernandes Faria Pinto e Fernanda Müller

O poder angolano em Portugal 245

Ermelinda Liberato

SUMMARY

CONTEMPORARY SOCIAL MOVEMENTS

DOSSIER: NEW SOCIAL MOVEMENTS?

Foreword..... 13
João Carlos Soares Zuin

Captivities and resistances in liberal democracies: a quick look at youth participation in the newest social movements 21
Acácio Augusto, Pablo Ornelas Rosa and Paulo Edgar da Rocha Resende

Social movements and political communication: theoretical connections and syntheses in the case of animal rights..... 39
Matheus Mazzilli Pereira

When 'I' becomes 'us': an analysis of the formation process of FARC..59
Jose Maria de Jesus Izquierdo

ARTICLES

The movement for a Federal University in the east of São Paulo: an analysis from the perspective of social movements 79
Jaqueline Priscila da Silva Souza D'Agostino and Maria Gabriela S. M. C. Marinho

Professional career and social activism: the logics of commitment to the defense of causes 99

Fernanda Rios Petrarca

The environmental protection movement faced with political and social reconfiguration in Brazil (1985-2002)..... 117

Bergson Moraes Vieira

A study of Afro-Uruguayan oral tradition 137

Mónica Elizabeth Olaza

VARIA

The pánu di téra: identity as an aspect of Cape Verdean fashion: the study of the cultural production chain 157

Olena Volodymyrivna Kovtun

The fruits of Penedo Colony: a Finnish identity in the tropics.....177

Lila Almendra Praça de Carvalho

Consecration in the writing of history: sociological remarks on the magazine Joaquim..... 197

Natalia Romanovski

Cinema, history and the nation: Humberto Mauro and O descobrimento do Brasil..... 215

Anderson Ricardo Trevisan

REVIEWS

A different view on children: emergence, development and new perspectives for the sociology of childhood..... 239

Viviane Fernandes Faria Pinto and Fernanda Müller

Angolan power in Portugal 245

Ermelinda Liberato

Dossiê:
Novos Movimentos Sociais?

APRESENTAÇÃO

João Carlos Soares ZUIN*

No início da era moderna, Leonardo da Vinci redigia em manuscritos, com *ostinato rigore*, a linguagem racional e científica acerca do significado da forma e do conteúdo das coisas e dos seres, do corpo humano e de sua anatomia, da vida humana e de suas múltiplas manifestações sensíveis e morais. Em um aforismo de imensa importância afirmou que “o movimento é causa de toda vida” (DA VINCI, 1997, p.41) condensando, em poucas palavras, a negação da verdade revelada pelo discurso místico e teológico com a afirmação da força do conhecimento racional e científico em observar atentamente e interpretar profundamente os fenômenos, em construir hipóteses e experiências para encontrar e comprovar os nexos entre os efeitos e as causas, em criar máquinas e belos engenhos, em buscar compreender a dinâmica das coisas e dos seres. No mesmo manuscrito denominado *Codice Trivulziano*, Leonardo da Vinci afirmou que “com o tempo, tudo vai se modificando” (DA VINCI, 1997, p.45). O movimento não apenas causa o surgimento de toda vida, mas no curso da vida ocorre a sempre possível modificação dos conteúdos e das formas. O aforismo não lamentava a transformação das coisas e dos seres no curso do tempo; ao contrário, reconhecia a presença da alteridade nas coisas e nos seres, compreendia que o movimento e a alteridade são componentes da matéria presente na natureza das coisas e dos seres, com também na vida humana e naquilo que ela manifesta e objetiva. Se não houvesse o movimento e a alteridade a vida não se manifestaria em toda a sua potencialidade, não poderia produzir novos conteúdos e formas.

No curso do renascimento e do humanismo, o reconhecimento do movimento como causa da vida rompia com duas ideias fundamentais do discurso teológico: a do lugar natural e da existência do cosmos. A teologia dos antigos era baseada

* UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Departamento de Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - zuin@fclar.unesp.br.

na crença de “um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar” (KOYRÉ, 1981, p.9), e afirmava que o movimento da coisa do seu lugar natural produzia a corrupção e a desordem cósmica. A palavra cosmos expressava a existência de uma ordem criada por um ente perfeitíssimo, dentro da qual as rígidas hierarquias separavam as diferentes ontologias, garantindo o equilíbrio e a continuidade eterna da harmonia e da perfeição. A maior força do pensamento renascentista e humanista foi desenvolvida na negação das ideias de lugar natural e de cosmos, o que possibilitou a edificação de uma nova cultura que, ao se afastar da ideia de perfeição e imutabilidade das coisas e dos seres, estimulou o movimento do intelecto humano em direção da vontade de conhecimento sempre renovada, da confiança no trabalho humano teórico e prático, na aceitação da infinitude do real e na participação ativa no civil progresso humano.

A fundamental importância do movimento e da alteridade também está presente no pensamento filosófico de Hegel, que combateu em toda sua obra a nostalgia romântica e conservadora pelo místico e pelo imobilismo da ordem. Nos escritos de Jena, o filósofo alemão afirmou que “[...] os cursos de água que não são movidos pelo vento tornam-se pântanos” (HEGEL apud LOSURDO, 1983, p.159), enfatizando a tarefa da filosofia em identificar e compreender a presença na vida social de forças progressistas e forças regressivas: as forças sociais progressivas que lutam por reconhecimento de novas subjetividades, que promovem as mudanças nos valores e princípios que dão sentido às instituições sociais e políticas e, ao contrário, as forças sociais regressivas que procuram manter a ordem social imóvel e sem contradições, esvaziando os conflitos e impedindo a existência de novos movimentos e alteridades nos valores, nas formas de vida e na sociedade. Em Leonardo Da Vinci e em Hegel, em dois momentos da era moderna, o pensamento racional, científico e filosófico compreendeu a importância da força da ação humana em movimentar aquilo que estava estático, estéril e sem força criativa e propulsora, para que possa ocorrer o progresso da cultura e da sociedade. Logo, se as forças sociais não constroem a energia necessária para pôr em movimento os valores e os princípios, as formas de relacionamento intersubjetivo e as instituições, a sociedade, como um todo, tende a definir dentro do pântano do imobilismo e da esterilidade.

No curso da modernidade e, sobretudo, nos processos de modernização econômicos e políticos, as forças sociais produziram diversos tipos de dinâmicas econômicas e políticas que movimentaram e modificaram profundamente o sentido da sociedade. A industrialização e a urbanização geraram, por um lado, as dinâmicas sociais inclusivas, igualitárias e universais que expandiram os direitos civis, políticos e sociais para os grupos e classes subalternos, gerando a democracia moderna (a formação social existente entre 1945 e 1975, baseada na organização do conflito entre as classes sociais, no equilíbrio relativo entre as classes, no reconhecimento

social da importância do trabalho, na distribuição da renda, na ideia de justiça social, nos direitos sociais e econômicos do Estado social), mas, por outro, as dinâmicas sociais regressivas, excludentes e discriminatórias que produziram novas ideias e hierarquias que legitimavam a desigualdade e o não reconhecimento dos grupos e classes subalternos. É possível dizer que todo o século XX foi atravessado pela dialética entre as dinâmicas sociais progressistas e regressivas, pelo conflito e contradição entre o progresso e a regressão, entre a expansão da democracia moderna e a vontade política de restrição da democracia às forças dominantes em suas diversas variações históricas: oligarquia, elite, condutor da massa, homem providencial, raça superior, classe dominante.

No final do século XX, três grandes acontecimentos produziram profundas modificações na sociedade contemporânea: a derrota do comunismo (seja no plano econômico e político, seja no militar e midiático), a revolução nos transportes e na comunicação e a concepção de mundo neoliberal, cada qual ao seu modo, geraram o fenômeno histórico da globalização econômica e política. A nova ordem mundial produzida pelos países vencedores da guerra fria e pelas grandes corporações transnacionais projetou, em escala mundial, os novos valores e princípios organizadores da vida material e espiritual: o hiperindividualismo (a condição humana desvinculada, atomizada, desprovida de nexos e responsabilidade para com a família, a sociedade e o Estado nação, centrada na vontade de potencializar a liberdade privada e alcançar o máximo benefício particular nas ações e relações sociais), o hiperconsumismo (a forma de vida humana permanentemente estimulada ao consumo de mercadorias, que transcendeu os limites da austeridade e que se manifesta no hedonismo ilimitado, predatório e insaciável) e a hipercompetitividade (a existência humana que se desenvolve na concorrência acirrada e intensa, que necessita demonstrar diariamente a sua eficácia e performance sob o risco de ser demitida e lançada no contingente sempre maior de força de trabalho desnecessária; o acirramento da competição sempre mais feroz e ubíqua no mundo do trabalho, no comando do processo de produção e entre os países e blocos econômicos e políticos no mercado mundial). Os três valores fundamentais do neoliberalismo, difundidos pelas mais diversas mídias desde o final do século XX, prometiam o advento da era de paz e democracia, bem como enfatizavam as virtudes da prosperidade econômica do livre mercado. Contudo, a expansão econômica dos diversos tipos de capitais também produziu, desde a década de 1990, a vertiginosa desigualdade social, a gigantesca concentração de riquezas e capitais nas elites transnacionais, o aumento do número de pessoas encarceradas, a pluralidade de sucessivas crises econômicas-políticas-sociais e a proliferação da guerra.

A complexidade da nova ordem mundial, da globalização econômica e política e da sociedade capitalista contemporânea produzem diversos tipos de movimentos

sociais progressistas e regressivos, polimorfos e polissinfônicos. Por um lado, os movimentos sociais contemporâneos expressam a extrema dilatação da subjetividade e da individualização dos “filhos da liberdade” (BECK, 2002, p.156), promovendo novas identidades e lutas sociais por reconhecimento, novas formas de demandas valorativas materiais e imateriais, novas formas de manifestação política – que se desenvolvem fora dos espaços tradicionais da política na modernidade, como os sindicatos e partidos e as instituições políticas, e dentro das novas geometrias das paixões políticas disseminadas nas ruas, nas praças e nas redes sociais. Expressam o movimento da subjetividade para mais além dos modelos comportamentais e axiológicos da primeira modernidade, centrados na verticalização das identidades dentro da família, da classe, do sindicato, do partido e do Estado nacional. Desincrustados, desenraizados, fragmentados, centrados na força da liberdade individual e privada, colocam em questão os limites dos valores e dos princípios existentes nas mais diversas organizações e instituições sociais. A acentuação da liberdade privada tenciona as vigentes formas de vida e reconhecimento, as representações e os dispositivos disciplinares e educativos. Em todos os espaços da sociedade contemporânea, as formas de vida e as instituições tradicionais sofrem um acentuado esvaziamento de prestígio.

Os movimentos sociais contemporâneos também reagem contra os processos sociais difundidos pela globalização econômica e política: a desregulamentação econômica e o deslocamento do capital, o culto da flexibilidade (GALLINO, 2014), a desindustrialização e o desemprego estrutural, a precariedade do trabalho e da vida, o crescimento das diversas formas de desigualdades, o financiamento da vida e o endividamento sem fim, a imigração. O aumento exponencial de novas questões sociais, a destruição das formas de solidariedade e relacionamento, o acúmulo de angústias, incertezas e medos possibilitam o surgimento de uma miríade de movimentos sociais contemporâneos. São movimentos que protestam contra a precariedade do trabalho e da vida, a ausência de perspectivas (sobretudo na geração NEET, acrônimo que designa a vida estancada da juventude após as crises de 2008 e 2010: “*Not in Education, Employment or Training*”), sempre mais expostos ao poder das “formações predatórias” (SASSEN, 2013, p.13), que geraram diversas lógicas de exclusões e expulsões dos indivíduos da dignidade pessoal e social, do trabalho e da habitação, da proteção social e da cidadania, em uma palavra, da democracia moderna. Contudo, os movimentos sociais contemporâneos podem agir em direção contrária à democracia moderna. Alimentados pelos empreendedores da política do medo dos movimentos populistas e xenófobos, refutam a presença do estrangeiro, imigrante ou refugiado, acusando-os de culpabilidade pela degeneração da cultura, degradação da cidade e decadência do país. São movimentos sociais de extrema direita que usam slogans racistas e autoritários, defendendo a segurança dos

cidadãos autóctones e da sociedade ameaçados por invasões de hordas de imigrantes e terroristas, e pela islamização da Europa.

A pluralidade de vozes e ideias contida nos movimentos sociais contemporâneos – movimentos identitários, movimentos de gênero, movimentos antipolíticos, movimentos populistas, movimentos xenofóbicos e racistas, movimentos securitários, movimentos ambientais, movimentos religiosos, movimentos de despossuídos, etc. – revela três importantes sinais do tempo presente: 1) o crescente acúmulo de angústia e mal-estar que se alastra por todas as classes sociais e países, 2) o afastamento e a negação das formas modernas de representação e mediação política e 3) a ênfase na ação particular que se desenvolve na disputa horizontal com os outros sujeitos fragmentados, e que não visa construir um novo consenso – produzido através da elaboração de difíceis compromissos e mediações que possam unificar as divergências das identidades e dos interesses sempre mais dessemelhantes e antagônicos –, mas pretende alcançar a satisfação das demandas particulares e, no limite, expandir o **seu** senso de existência e realidade particular para preencher a erosão política do espaço social e do tempo histórico na sociedade capitalista contemporânea.

A nova ordem mundial e a globalização econômica e política potencializam os movimentos sociais que agem e reagem em diversas dimensões de conflitos e tensões: naquela que é própria da ordem social existente em cada país e região geográfica, com suas específicas contradições e problemas históricos, mas também, no enfrentamento de contradições e problemas semelhantes: a mundialização do capital, a contração do espaço, a aceleração do ritmo do tempo (não da unidade física, mas da velocidade de transformações e adaptações às demandas das forças econômicas e políticas), as crises econômicas, as guerras e a imigração. Os fantásticos e contraditórios movimentos da realidade social causaram profundas transformações na estrutura da família e da sociedade, da economia e da política. O senso tradicional do espaço local e nacional, espaços nos quais as forças sociais e políticas desenvolveram e enraizaram suas composições sociais, é posto em questão com a formação real e virtual do espaço global. O sentido do tempo histórico sofre o impacto da aceleração das modificações das tecnologias e dos valores efetuada pelas forças econômicas que esvaziam a relevância e o prestígio das narrativas tradicionais, bem como colaboram para romper os vínculos do presente com o passado e o futuro, gerando a construção social da dimensão temporal do presente permanente, contínuo, sem transcendência.

É possível dizer que a mundialização do capital e a globalização econômica e política impactam a sociedade capitalista contemporânea para uma época de conflitos e tensões de diversas naturezas, bem como possibilitam o profundo redesenho das geometrias políticas da primeira modernidade, em especial, da forma política mais

complexa que foi o Estado social. A erosão dos valores e princípios da sociedade industrial e nacional possibilitou a dilatação das identidades e das subjetividades que não apenas colocam em questão as antigas subjetividades políticas, como também procuram redesenhar as novas formas dos valores e dos princípios, das regras e das instituições.

Na complexa e contraditória sociedade capitalista contemporânea, na era da globalização econômica e política, é muito importante que as ciências sociais contribuam na tarefa de dotação de sentido dos movimentos sociais contemporâneos. Logo, é oportuna a escolha da **Revista Estudos de Sociologia** do tema *movimentos sociais contemporâneos*. Os três artigos que compõem o dossiê ajudam a compreender o movimento das forças sociais e o surgimento dos movimentos e das modificações valorativas nas percepções e identidades, nos anseios e desejos dos diversos atores e subjetividades existentes na sociedade contemporânea. Colaboram para a reflexão mais acurada da crise da política, no sentido lato do termo, que se torna sempre mais aguda quando é sobreposta às crises econômicas e sociais.

No artigo *Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais* Acácio Augusto, Pablo Ornelas Rosa e Paulo Edgar da Rocha Resende procuram compreender diversas questões sociais contidas nas manifestações e nos protestos ocorridos em julho de 2013 no Brasil. Problematizam o significado dos “novíssimos movimentos sociais” em diversos prismas analíticos: o sentido da juventude e dos grupos sociais na sociedade capitalista contemporânea, desvinculados das tradicionais formas de relacionamento e comportamento; a força simbólica e prática da identidade subjetivas baseada em emoções e senso de pertença do grupo de semelhantes; a negação da política representativa e institucional, da forma partido político e da representação vertical; a mobilização instantânea das pessoas e dos grupos na construção do desejo de ação direta e na resistência aos valores objetivados na sociedade capitalista contemporânea.

Matheus Mazzilli Pereira no artigo *Movimentos sociais e comunicação política: sínteses e aproximações teórica no caso dos direitos animais* analisa o surgimento de uma nova subjetividade que defende a expansão dos direitos aos animais e que atua na modificação da percepção acerca das ações cotidianas que envolvem os animais em festas, alimentações, meios de transportes, objetos de experimentos, objetos de vestuário, alimentação que utilizam ou promovem torturas, sofrimentos aos animais. A análise dos direitos aos animais é ampla: dos acontecimentos do cotidiano onde os animais são submetidos às diversas formas de utilitarismo, desprezo e violência, o autor foca atenção na dieta vegana e na construção do movimento social que busca difundi-la por meio de informações, manifestos e projetos. Na expansão do direito dos animais está contida a reflexão

educacional de uma nova relação entre o ser humano e os animais: o questionamento do discurso antropocêntrico e chauvinista humano, o reconhecimento da dignidade dos animais.

Jose Maria de Jesus Izquierdo no artigo *Quando o “eu” se transforma em “nós”: uma análise do processo de formação das FARC* tem como objetivo compreender os processos sociais que produzem a transformação do indivíduo em membro de um grupo social, investigando os processos que geram a movimentação e a modificação do eu em uma coletividade consciente e capaz de agir dentro de um sistema estabelecido de normas, valores, princípios e forças sociais refratárias à alteridade e ao reconhecimento da dignidade dos camponeses e dos trabalhadores rurais. O interesse maior do autor é compreender como as figuras e figurações sociais são tecidas nas diversas formas de conflitos materiais e imateriais (miséria e pobreza, dominação e exploração, raivas e frustrações) desenvolvidas na sociedade colombiana entre as décadas de 1930 e 1960 formaram de conjunto de movimentos sociais que produziram, em suas ações e aspirações, a objetivação da FARC.

É extremamente importante que os movimentos sociais contemporâneos tragam novas energias capazes de mobilizar as paixões e as vontades de ação dos indivíduos e dos grupos sociais, das classes e dos partidos na complexa globalização econômica e política – que gerou um capitalismo rapinador e destruidor de seres humanos e ecossistemas, recursos humanos e naturais. É necessário que os movimentos sociais contemporâneos colaborem não apenas na afirmação da identidade e interesse particular. Os movimentos sociais contemporâneos devem contribuir na resistência às dinâmicas políticas que devastam os direitos sociais e econômicos e os direitos humanos fundamentais; devem colaborar na reconfiguração dos valores, das ideias e das concepções de mundo capazes de tecer novas mediações entre as forças sociais, novos compromissos substanciais e acordos políticos, em uma palavra, construir novos consensos acerca da sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. **Individualization**: institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences. Londres: Sage, 2002.

DA VINCI, L. **Obras literárias, filosóficas e morais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

KOYRÉ, A. **Estudios Galileanos**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1981.

GALLINO, L. **Vite rinviato**: lo scandalo del lavoro precario. Roma: Editora Laterza – La Reppublica, 2014.

LOSURDO, D. **Hegel, questione nazionale, restaurazione:** presupposti e sviluppi di una battaglia politica. Urbino: Università degli studi di Urbino, 1983.

SASSEN, S. **Expulsions:** Brutality and Complexity in the Global Economy. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

CAPTURAS E RESISTÊNCIAS NAS DEMOCRACIAS LIBERAIS: UMA MIRADA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NOS NOVÍSSIMOS MOVIMENTOS SOCIAIS

*Acácio AUGUSTO**

*Pablo Ornelas ROSA***

*Paulo Edgar da Rocha RESENDE****

RESUMO: A partir dos protestos de Junho de 2013 novíssimos movimentos sociais se avolumaram no Brasil, apresentando caráter anticapitalista, organização horizontal, rejeição a diálogos com representantes estatais por vias institucionais e com ampla mobilização através de redes sociais digitais. Grande parte desses grupos negam a estrutura hierárquica dos movimentos tradicionais e os modelos de representação que culminam em líderes capazes de negociar com Estado e de serem capturados pelos interesses do poder institucional. A análise busca compreender as singularidades de novas formas organizativas, de confronto e de expressão da luta antissistêmica. As proximidades que essas recentes ações coletivas têm apresentado em relação a referenciais anarquistas oferecem um desafio analítico ao qual as matrizes teórico-metodológicas mais utilizadas nos estudos de movimentos sociais não oferecem todos os suportes.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Sociedade de controle. Anarquismo.

Adaptação ou resistência

As práticas discursivas modernas plasmam uma imagem dos jovens, atribuí-lhes características e papéis, tratando de impor-lhes regras e valores, constatando

* UVV – Universidade Vila Velha. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Vila Velha – ES – Brasil. 29102-920 - estadoalterado@yahoo.com.br.

** UVV – Universidade Vila Velha. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Vila Velha – ES – Brasil. 29102-920 - pablorosa13@gmail.com.

*** UVV – Universidade Vila Velha. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Vila Velha – ES – Brasil. 29102-920 - pauloedgar.rresende@gmail.com.

com angústia os elementos de desagregação associados a esse período de mudança, as situações de conflito, as resistências inseridas nos processos de integração e de reprodução social. Essa visão monolítica da categoria jovens, muitas vezes ignora questões da ordem das desigualdades sociais e políticas fazendo que se ignore como se experimenta de formas diversas, essa dita fase da vida, em classes sociais diferentes.

Nos países ocidentais, incluindo o Brasil, a visibilidade da juventude ficou restrita a jovens escolarizados de classe média até meados dos anos 1960, situação que acabava condensando o significado de condição juvenil. O debate estava mais voltado para o papel que os jovens - através dos movimentos estudantis, do engajamento em partidos políticos de esquerda e principalmente através da contracultura - davam para a transformação cultural e política que estavam recebendo como herança.

Na década de 1960, mais especificamente em 1968, inúmeros analistas afirmaram que houve uma grande revolução cultural e comportamental nos costumes e hábitos de uma geração que estava muito além de seus pais e antepassados, no sentido de anseios por um novo modo de vida. Segundo Sartre, cada geração buscava “viver sem tempos mortos”. Tais jovens criaram utopias e buscaram engajar-se na política de modo diferente das formas então vigentes – pela aliança entre estudantes e camponeses, por exemplo -, pensados como atores sociais básicos para uma nova sociedade. Essa aliança motivou alguns intelectuais a sair pelos campos pregando a revolução. Che Guevara será o símbolo máximo dessa frente. Criaram identidades político-culturais, no sentido de pautarem novos temas de gênero, etnia, ser estudante, ser jovem, ser mulher etc. (GOHN, 2013, p.13).

A constituição de comunidades emocionais fundamenta-se no compartilhamento de emoções intensas que acabam por aglutinar muitos atores sociais constituindo assim, as chamadas tribos urbanas. São agrupamentos constituídos por indivíduos que se reúnem e vestem uma mesma estética para compartilhar atividades e atitudes que geram sensações, conferindo sentido a uma existência que cotidianamente encontra-se carente de um contato emocional mais intenso. A potência subterrânea surge como uma crítica à passividade do indivíduo das chamadas sociedades de massa e da constituição de fontes fragmentadas de resistência e de práticas alternativas que pedem cada vez mais canais de expressão. As novas formas de sociabilidade são construções que ocorrem através das criações de códigos estéticos, rituais, espaços específicos, além das próprias músicas. Por fim, a necessidade de interação forte, dando um sentimento de pertencer ao grupo, faz com que haja a necessidade de um espaço para compartilhar estes momentos.

Embora estejamos sob a égide do capitalismo que incide diretamente sobre as vidas medidas em termos de riscos e ganhos, conforme mostra Foucault (2008) ao tratar da predominância daquilo que chamou de racionalidade neoliberal, caracterizado pelo empreendedorismo de si e pelo *marketing* pessoal, ainda assim é possível encontrar resistências às relações poder, que as pressupõem.

Hoje, são muitos os alunos de cursos de graduação e pós-graduação em administração, direito, psicologia, marketing, engenharia de produção, dentre outros, inclusive, jornalismo, que curiosamente pedem para serem motivados, solicitando por novos estágios e cursos de formação permanente, como alertava Deleuze (2001) ao final de seu *post scriptum* sobre a sociedade de controle. Estes jovens passam a reivindicar e incorporar efetivamente aquilo que Gaulejac (2007) chamou de poder gerencialista, fundamentado na e fundamentando a cultura empresarial. Uma cultura que atinge, mesmo que diferencialmente, jovens tanto das camadas médias, quanto das camadas baixas, pois esse empreendedorismo de si se caracteriza por uma certa forma de ser e imaginar (FOUCAULT, 2008), e não pela capacidade de investimento, apenas condicionada pelo acesso ao consumo em cada caso.

Possivelmente a preocupação demasiada com o futuro incerto decorrente das rápidas transformações do capitalismo contemporâneo, que propiciam mudanças emocionais e, sobretudo, mudanças nos mundos do trabalho, faz com que parte destes jovens compartilhem variadas formas de exercício do poder, mesmo sob constantes tensões, expondo seus medos referentes aos possíveis fracassos que encontrarão. Preocupados com esse futuro, esses jovens terminam por aderir a conduta conformista.

A gestão, ciência do capitalismo contemporâneo, criada por engenheiros como Taylor e Fayol que tinham por finalidade prática fazer a empresa funcionar, acabou se decompondo em domínios especializados como a gestão estratégica, gestão de produção, gestão comercial, gestão financeira, gestão de pessoas, gestão ambiental, gestão de marketing etc. A fragmentação destes saberes práticos, além de modelar comportamentos, orientando processos de decisão e estabelecendo procedimentos e demais normas, fundamentam-se na construção de um sistema de interpretação do mundo social que sugere uma ordem de valores e uma concepção de ação.

Pressupondo que a incorporação do poder gerencialista só foi possível por meio da difusão de seus pressupostos, postulados, crenças, hipóteses e métodos que resultaram na incorporação e reprodução de certas verdades fundamentadas na cultura empresarial, é possível constatar não somente suas consequências humanas, mas também a forma com que são refletidas na produtividade das organizações reiterando a adaptação de certa parcela de jovens a este jogo de poder programado pela racionalidade neoliberal estadunidense que, conforme Foucault (2008),

prepondera em relação às racionalidades neoliberais iniciadas em outros países por não ser uma mera política que visa minimizar o Estado e maximizar o mercado, mas por se constituir em uma certa forma de fazer e imaginar que forja condutas governadas.

Segundo Gaulejac (2007), as escolas de gestão não procuram estudar os fenômenos relacionados ao poder e a dominação, quem paga ou quem se beneficia com determinadas decisões tomadas no interior da empresa. Os objetos de análise centram-se apenas na execução de ações eficientes e eficazes que gerem lucro às corporações, conseqüentemente, a referência hegemônica parte do ponto de vista econômico e não sócio-político. Friedman (1984) argumenta que o único papel social da empresa é o lucro e desta forma, ela não precisa responsabilizar-se pela sociedade. Trata-se de um jogo discursivo de democratização da conduta responsável como imperativo da cidadania contemporânea, para qual todos devem caminhar, inclusive as empresas, na medida em que a cidadania passa a ser um *a priori* da vida política que, em última instância, segue atrelada ao Estado como ponto culminante.

Certamente uma das razões da ascensão dessa categoria que estamos chamando de juventude adaptada e conformista (independente da sua classe social) pode ser encontrada nos escritos de Sennett (2009), sobretudo, no momento em que o autor trata do medo do fracasso e da perda do espaço no mercado de trabalho devido a flexibilização das relações trabalhistas, fundada na formação e avaliação continuada. Segundo o autor, é cada vez mais comum na literatura popular disponibilizada nas estantes das livrarias inúmeras receitas de como enfrentar esse grande tabu moderno que é o fracasso, sempre vinculado à vida profissional.

A frustração do desemprego deixou de fazer parte apenas da vida dos pobres ou desprivilegiados, tornando-se fato regular na vida das classes médias. A naturalização da lógica do vencedor introjeta uma mentalidade competitiva que entrega ao fracasso grandes números de pessoas qualificadas. As tragédias súbitas do capitalismo não estão mais restritas às classes menos privilegiadas intelectual e economicamente, hoje estão sendo impostas às classes médias através das reengenharias e *softwares* avançados de gestão que pressupõem novas tecnologias que minimizam o trabalho humano em favor de processos de automação.

Sendo assim, parte dos jovens das mais distintas classes, diante do medo de não conseguirem ingressar ou manterem-se no mercado de trabalho, acabam incorporando tecnologias disponibilizadas pelos livros de autoajuda empresarial e suas *expertises*, no intuito de melhor se adaptarem a essa sociedade meritocrática. A busca em se enquadrar em identidades já formadas, pré-definidas e estabelecidas como ideais, denominadas por Rolnik (1997, p.1) como identidades globais – ou “[...] *kits* de perfis-padrão de acordo com cada órbita do mercado, para serem

consumidos pelas subjetividades, independentemente de contexto geográfico, nacional, cultural” – provoca uma série de desconfortos subjetivos que esvaziam a criatividade, levam a intoxicações anestésicas e até mesmo à síndrome do pânico. A busca por afirmações identitárias, sejam quais forem, tem o efeito conservador de fechar-se à diversidade de possíveis vivências do cotidiano:

Todas estas estratégias, tanto as que visam a volta às identidades locais, quanto as que visam a sustentação das identidades globais, têm uma mesma meta: domesticar as forças. Em todas elas, tal tentativa malogra necessariamente. Mas o estrago está feito: neutraliza-se a tensão contínua entre figura e forças, despotencializa-se o poder disruptivo e criador desta tensão, brecam-se os processos de subjetivação. Quando isto acontece, vence a resistência ao contemporâneo. Fruir da riqueza da atualidade, depende das subjetividades enfrentarem os vazios de sentido provocados pelas dissoluções das figuras em que se reconhecem a cada momento. Só assim poderão investir a rica densidade de universos que as povoam, de modo a pensar o impensável e inventar possibilidades de vida. (ROLNIK, 1997, p.23).

Embora constatem a emergência de uma juventude adaptada à racionalidade neoliberal, também existe concomitantemente jovens que resistem a essas modulações da sociedade contemporânea, verificando que as desigualdades socioeconômicas no capitalismo e a insuportabilidade de uma vida governada se intensificam, especialmente entre jovens que oscilam entre a impossibilidade de entrada no mercado de trabalho e jovens das classes populares, que partilham do processo de inclusão consumo. Assim, buscam táticas para resistir e combater espaços de reprodução da racionalidade neoliberal praticada em quase todo planeta. Aptos ou não a se encaixar nas rotinas de cálculos econômicos e vitais, uns recusam e alguns resistem e se laçam em movimentos que buscam construir vidas autônomas ou livres por meio experimentações singulares e coletivas em combate com os costumes associados ao exercício centralizado de autoridade.

Movimentos de resistência dos jovens de hoje

Embora sejam distintas as concepções de política e de resistência, assim como também são distintas as suas táticas de enfrentamento, os jovens contestadores cada vez mais buscam coletivos e associações não institucionalizados, recusando as disputas por hegemonia que caracterizam as práticas de sindicatos e partidos políticos. A desconfiança e a descrença na via institucional levam-nos à elaboração de táticas distintas das tradicionais.

[...] há um novo momento e um novo modelo de associativismo civil dos jovens no mundo contemporâneo. Ele é diferente das rebeliões dos anos 1960, assim como também é distinto das ações coletivas dos movimentos altermundialistas recentes, que tem o Fórum Social Mundial como principal exemplo. As diferenças passam pelos campos temáticos tratados, pelos repertórios, formas de comunicação, identidades criadas, pertencimentos de classe e sociocultural, as formas como aproveitam as oportunidades políticas e socioculturais que surgem e a forma como veem os partidos e organizações políticas. (GOHN, 2013, p.12).

Essas táticas distintas dos novos movimentos estariam apreendendo com práticas e estilos de atuação inspiradas na história e nas proposições dos anarquistas, como apontado por diversos estudos realizados em todo planeta (GRAEBER, 2005; SOUSA, 2011; NEWMAN, 2010; BARRETT, 2011). Horizontalidade, autogestão, ausência de lideranças ou de intelectuais orgânicos, autonomia, transversalidade temática, foco na ampliação de liberdades e ampla utilização das redes sociais digitais, são algumas das novidades mais evidentes. Day (2005) sugere tratar-se de novíssimos movimentos sociais, que se configuram não necessariamente como anarquistas, mas anárquicos, no sentido da tática de ação. Claro que estamos diante de ampla multiplicidade de práticas coletivas, cada uma encontrando em sua singularidade mais proximidade ou distanciamento dos anarquistas. Interessante notar a tendência a intervenções na vida cotidiana, em hábitos e percepções sociais que extravasam demandas que possam ter relação com o Estado. Neles, a maneira como se luta é tão decisiva quanto pelo que se luta, recusando a clássica distinção do príncipe moderno entre meios e fins.

O Movimento Bicletada de Vitória-ES, por exemplo, se define quase como evento de encontros periódicos que organiza ações para incentivar o uso da bicicleta em substituição ao automóvel privado. Não há líderes, suas decisões são tomadas por consenso, e não fazem reivindicações aos órgãos do Estado. Mas tampouco atuam contra o Estado ou as instituições estabelecidas. A preocupação principal é a ecologia e o cuidado com o corpo. Outro exemplo muito emblemático atualmente no Brasil é o da forma de ação e organização do Movimento Passe Livre (MPL), que se possui formas diversas de reunir, variando de cidade a cidade, mas que presam pelos princípios do apartidarismo, horizontalidade, autonomia e constituição de frente de luta para pressionar por um objetivo específico (a redução da tarifa), mas voltado a um horizonte exequível (a tarifa zero). No entanto, deriva dessas lutas uma ampla discussão acerca dos modos de vida nas cidades e a mercantilização de direitos sociais (em especial os transportes), que apontam para uma crítica ao capitalismo e às formas de ação política contemporâneas.

Esses movimentos tendem a aproximar o marxismo autonomista com os diversos anarquismos, muitas vezes produzindo confusões semânticas e captura de práticas históricas de resistência. Não possuem o mesmo grau de organização interna dos movimentos da década de 1960 estudados pelo paradigma da Teoria da Mobilização de Recursos, pois se distanciam do ideal empresarial e da mentalidade dos que operam em termos de ganhos, mais uma vez registra-se o rompimento com a distinção estratégica entre meios e fins. Esse distanciamento é ainda mais evidente nas diferenças de contatos com organizações estatais, que são escassas ou nulas, com o que podemos denominá-los não institucionalizados. Em polo oposto, na ótica organizacional de McCarthy e Zald (1987) grupos organizados se articulam e disputam entre si recursos humanos, financeiros, mediáticos, funcionando como verdadeiras indústrias de mercado competindo pela obtenção de leis, políticas públicas e apoios político-sociais. Esses grupos agem na constante busca de maximizar eficiência e eficácia em suas ações, burocratizando a organização e estabelecendo alianças estratégicas. Esta formatação de ação coletiva coincide com o que Foucault (2008) chamou de *homo oeconomicus*.

No neoliberalismo – e ele não esconde, ele proclama isso – também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, mas como o *homo oeconomicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro da troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus*, parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda. (FOUCAULT, 2008, p.310).

É importante esclarecer que, embora os hodiernos movimentos sociais que fogem de representações e institucionalizações ao redor do mundo tenham suas particularidades, eles trazem um legado das lutas que se iniciaram na década de 1960 – principalmente com movimentos contra-culturais, como dos hippies e posteriormente dos punks e autonomistas. No entanto, tomaram a forma com qual se apresentam hoje a partir da década de 1990 com o movimento antiglobalização a partir dos protestos contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Seattle, em novembro de 1999. Posteriormente esses movimentos foram pacificados em pautas ditas propositivas no interior do Fórum Social Mundial de 2001, mas suas novas táticas já haviam se espalhado pelo planeta.

A partir do final dos anos 1990, o campo temático deixou de lado a cultura e os valores de um tempo, como nos anos 1960, assim como não voltou ao tema das

lutas operárias e do internacionalismo proletário. Os repertórios focalizaram as políticas macroeconômicas e seus efeitos no mundo globalizado e clamaram: “Um outro mundo é possível”. As formas de comunicação alteraram-se muito nos anos 1990 em relação às dos anos 1960. A era dos computadores já predominava, unindo jovens de diferentes partes do mundo em ideais e ações comuns [...] Um dos fundamentos que dão base aos movimentos altermundialistas iniciados nos anos 1990 está na economia, especialmente nos efeitos perversos da globalização econômica. Contudo, encontram-se também no saldo organizatório das lutas identitárias das décadas anteriores. O chamado essencialismo da luta de classes foi substituído pelo pluralismo das lutas antirraciais, feministas, etc. (GOHN, 2013, p.14).

O movimento antiglobalização destaca-se por uma série de atuações coletivas que fogem dos padrões dos movimentos organizados até então conhecidos. Em Seattle, por exemplo, como forma de atrair a atenção dos meios de comunicação e de proteger os manifestantes da violência policial, viu-se a utilização da tática *black bloc* por parte de inúmeros ativistas. Destruindo símbolos do capitalismo e não reconhecendo a autoridade policial, a tática retoma a ação direta anarquista, de expressão incontestada de recusa à representação e as negociações com o Estado. As ações nas ruas inspiram-se, em certa medida, nos elementos das Zonas Autônomas Temporárias, sugeridos por Bey (2001).

A articulação dos movimentos sociais de jovens contestadores ou de resistência, que coloca em xeque as modulações da racionalidade neoliberal que caracteriza a juventude adaptada, tem mostrado a sua face através de inúmeros eventos ocorridos contemporaneamente nos mais distintos países. Esses eventos, portadores de singularidades em termos de resistência, passaram a ameaçar a ordem vigente, uma vez que questionam veementemente os valores das sociedades capitalistas, naturalizados pela juventude adaptada. Vale dizer, que os movimentos mais combativos são frequentemente criticados e rejeitados pelos movimentos adeptos de negociações estatais.

Uma característica desses movimentos sociais de jovens está fundamentada na forma de organização e comunicação de seus participantes que se alterou substancialmente, ganhando um *status* de ferramenta utilizada para articulação de suas ações coletivas. Como a comunicação não tem ocorrido somente por meio de computadores ligados à internet, mas também através de celulares e diferentes formas de mídias móveis, o registro instantâneo de suas ações transformou-se em arma de luta e em ações que geram outras ações através de suas difusões por meio de ferramentas como *Twitter*, *Facebook*, *Youtube*, *Tumblr*, *blogs*, etc., fomentadoras daquilo que se convencionou chamar de ciberativismo. Este é um eixo no qual as

resistências aos modos de vida da racionalidade neoliberal e as inúmeras capturas pelos fluxos comunicacionais da sociedade de controle sempre estão em uma encruzilhada plástica e oscilante na qual nunca se pode traçar uma divisão clara entre quem resiste e quem colabora. Na medida em que a produção colaborativa é traço característico das redes sociais digitais, que são a imagem mais acaba da produção capitalista contemporânea.

Outra característica desses movimentos refere-se à peculiaridade de seus nomes, pois muitos deles adotaram o dia de um grande evento de rua projetado planetariamente, como é o caso do Movimento 12 de Março – M12M, ocorrido em Portugal, ou Movimento 15 de Março –15M, ocorrido na Espanha, também conhecido como indignados.

Nomear segundo a data de surgimento do movimento foi também um fato presente no Maio de 1968 francês: o Movimento 22 de Março, liderado por Daniel Cohn-Bendit, teve este nome porque os protestos eclodiram na Universidade de Nanterre neste dia. Os locais de ocupação também deram origem a nomes como *Occupy Wall Street*. Aliás, o referente desse movimento é a ação coletiva – a ocupação, o *Occupy*, ou Ocupa. Nos Estados Unidos, ele espalhou-se, além de Nova York, para Washington, Los Angeles, San Francisco, Oakland, na Califórnia, Boston, Harvard, na costa leste, etc. Dentre outras capitais ou cidades no mundo, pode-se citar Londres, Frankfurt, Paris, Roma, Milão, Hong Kong, Tóquio, Taiwan, Sidney, São Paulo, Rio de Janeiro, etc. (GOHN, 2013, p.18).

Alguns autores têm enfatizado o ano de 2011 como um momento em que a esquerda mundial conquistou um espaço político jamais visto na história, principalmente, através de um tipo de participação política que coloca em xeque todas as referências institucionais existentes. Entretanto, embora não sejam consensuais suas formas de resistências, já que essa esquerda jovem contempla socialistas, comunistas e, principalmente, anarquistas, a sua força teve um alcance inimaginável.

O viés anarquista existente nos movimentos de 2011, mesmo que não seja explicitado na teoria, choca-se com o programa muitas vezes reformista e regulacionista do capitalismo, como se vê, no manifesto dos indignados espanhóis. Se em geral é verdade, como escreve Vladimir Safatle, que “não dá pra confiar em partidos, sindicatos, estruturas governamentais”, sua conclusão é muito mais controversa: “a época em que nos mobilizávamos tendo em vista a estrutura partidária acabou”. (CARNEIRO, 2012, p.12).

Hoje, grande parte dos jovens contestadores que busca táticas de resistências ao domínio do capital e de suas consequências, não acredita na luta institucional burocratizada através de partidos e sindicatos. Talvez seja por isso que esses jovens tenham passado a se organizar de forma horizontalizada e sem o peso hierárquico das instituições e de seus intelectuais orgânicos. Partindo dessa premissa, é possível questionar se a eclosão simultânea e contagiosa desses movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região ocorridas em 2011 e 2013 conseguiriam alcançar essa proporção, tomando uma dimensão internacional, na medida em que passaram a se articular através do ciberativismo derrubando ditaduras na Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, estendendo-se pela Europa, com ocupações e greves na Espanha e na Grécia, revolta nos subúrbios de Londres, atingindo os estudantes do Chile e ocupando *Wall Street*, nos Estados Unidos.

A luta contra o Estado e o capital exigem, para Bakunin (2013), alguma forma de união e associação para a ação revolucionária. O objetivo seria substituir o governo centralizado, porém criando novas ordens autônomas: “[...] para que essa descentralização seja possível é necessário contar com uma verdadeira organização e esta não pode existir sem certo grau de regulamentação, que é, depois de tudo, simplesmente o produto de um acordo ou contrato mútuo.” (BAKUNIN, 2013, p.73). A forma de ação coletiva para a destruição do poder estatal, que propõe, perpassa a espontaneidade e o caos produzido pelas revoltas indignadas de cada rebelde que ama sua liberdade e que atua em ações diretas, como na tática *black bloc*:

A insurreição popular, por sua própria natureza, é espontânea, caótica e despiedada; supõe sempre a destruição de sua propriedade e da alheia. As massas do povo estão sempre dispostas a se sacrificar e o que as converte em uma força dura e selvagem, capaz de atos heroicos e de objetivos em aparência impossíveis, é que possuem muito pouco e com frequência absolutamente nada e que, portanto, não estão corrompidas pelo desejo de propriedade. Se a vitória ou a defesa o exigem, não se deterão nem ante a destruição de suas próprias aldeias e, considerando que além disso a propriedade não está em seu poder, podem chegar a evidenciar uma verdadeira paixão pela destruição. (BAKUNIN, 2013, p.74)¹.

Apontamentos sobre as Manifestações 2013 e seus desdobramentos políticos

A onda iniciada em 2011 chegou ao Brasil fortemente em 2013, ano em que as pessoas, a partir do mês de junho, saíram às ruas para se opor, inicialmente,

¹ Tradução própria.

ao aumento de 0,20 centavos nas passagens de ônibus e, posteriormente, as reivindicações passaram a ser diversificadas, problematizando outras questões como a corrupção, a reivindicação por melhorias nas diferentes políticas públicas, o questionamento das proposições e aprovações das Propostas de Emenda Constitucional – PEC, a exemplo da chamada PEC 37, que tratou de garantir a Polícia Judiciária o direito de investigar - que já é assegurado pela Constituição Federal com o intuito de garantir a estabilidade jurídica do Brasil - uma vez que tais investigações estariam sendo feitas pelo Ministério Público o qual não possui critérios legais para operar em tal função, de acordo com o Art. 129 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Descolamento de pauta que comporta o risco de metamorfosear manifestações que tinham traços de revolta popular em reivindicações que reforçam a ordem e podem ser capturadas por anseios reacionários, como se deu posteriormente sobretudo com o forte impulso midiático.

Não obstante, uma das principais características das manifestações de junho de 2013 no Brasil se deve ao fato de trazer importantes reflexões e contestações acerca das supostas democracias representativas e participativas, que operam na esfera do liberalismo político. Novíssimos movimentos ganharam evidência, demonstrando desinteresse em dialogar com representantes do Estado e rompendo com as tradicionais vias da política institucional, que busca captura pelo diálogo para as organizações de tipo empresariais. As manifestações de 2013 no Brasil colocaram em xeque não somente o discurso sobre a passividade do brasileiro, presente inclusive em diferentes tradições do pensamento social desse país, conforme as análises apresentadas por Ianni (2004), como questionaram os próprios modelos de participação política, característicos das democracias liberais.

No Brasil, é possível verificar a incidência de certo senso comum fatalista, que opera como verdade no campo científico de maneira bastante próxima das análises apresentadas por Fukuyama (1992), sobre a inevitabilidade do neoliberalismo. Entretanto, esse fatalismo não age exclusivamente no campo econômico, mas, sobretudo, no campo político através da continuidade do discurso que reafirma o Estado. Tal discurso perpassa, inclusive, a institucionalização dos movimentos sociais, o que no nosso entendimento engendra um problema tão crítico quanto aquele apresentado por Fukuyama (1992).

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo

interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 2006, p.292).

É bastante curioso constatar que a grande maioria dos teóricos dos movimentos sociais no Brasil não davam muita importância para aquelas modalidades de ação política não amparadas em instituições. Desse modo, é possível questionarmos se esses pesquisadores brasileiros não estariam considerando apenas aquelas organizações que operavam como empresas, deixando de notar os movimentos de caráter autônomo, que em sua maioria se fundamentam em relações horizontais e não em relações verticais de poder.

Se levarmos em consideração que muitos desses movimentos sociais amparados em representatividades possuíam suas matizes no marxismo e na social-democracia, verificaremos que a noção gramsciana de intelectual orgânico acabou se fazendo presente – conforme sugere Nogueira (2005) – e, possivelmente, impossibilitando a autonomia dos manifestantes, uma vez que partiam do pressuposto da necessidade de uma conscientização de classe, baseada na liderança daqueles que detinham certos saberes políticos e se colocavam como sujeitos imprescindíveis no processo de conquista de direitos sociais, políticos e econômicos.

Esse tipo de perspectiva sugere, de certa forma, uma espécie de elitismo ou vanguardismo que se impõe aos sujeitos através da arrogância intelectual, segundo a qual somente aqueles que vivenciam e refletem sobre determinadas condições históricas de classe possuem a clareza cognitiva e, portanto, devem apresentar os melhores caminhos a serem tomados pelos demais indivíduos. Sendo assim, é possível constatar que as próprias experiências de participação política representativa e participativa presentes nas tradições liberais, também está presente em autores marxistas e sociais-democratas, sobretudo, no que se refere a importância dada as lideranças e modelo de participação proposto. De outro lado, evidencia que a revolta ou o conformismo não estão determinados pelo pertencimento ou pela consciência de classe.

É curioso, embora saudável, o fato de Gohn (2013), uma das mais importantes pesquisadoras do tema, ter apresentado um livro intitulado *Sociologia dos Movimentos Sociais* após as manifestações ao redor do mundo ocorridas em 2011, tratando da importância das juventudes no processo de mobilização das manifestações. Embora parte dos sociólogos tenha negligenciado não somente outras formas de ação que escapam às representatividades e institucionalidades,

mas também a importância dos jovens como praticantes da crítica à certa maneira de fazer política, hoje os pesquisadores mais comprometidos com essa temática não se furtam em enfatizar a importância desses sujeitos e de seus questionamentos sobre a política institucional. Isso deve ser visto como algo importante do ponto de vista analítico, principalmente, porque coloca em xeque aquelas concepções ou vertentes teóricas que se fundamentavam em verdades acerca do que Foucault (2008) chamou de governamentalização do Estado.

Analisar a ação política apenas na esfera do sufrágio universal, conforme as ponderações de grande parte dos sociólogos e cientistas políticos brasileiros, tem se demonstrado bastante limitado exatamente por negar outras forças em luta na história, considerando apenas os líderes. Assim, é possível trazermos uma questão fatal para parte dos pesquisadores dessa temática: Será que devemos tratar das análises desses movimentos sociais com os mesmos conceitos, categorias e noções que abarcam a participação política e a governamentalização do Estado? Será que estamos fadados a viver na democracia liberal, conforme sugere Fukuyama (1992) quando afirma a inevitabilidade do neoliberalismo? Se o conhecimento científico, sobretudo, no campo da Sociologia e da Ciência Política, se fundamenta em probabilidades, como é possível pesquisadores partirem de certezas como, por exemplo, a infinitude da democracia representativa da mesma forma que Fukuyama (1992) propôs o fim da história?

Para abrir outras conversas

Certamente nos encontramos diante de novas táticas de resistência ao poder no capitalismo contemporâneo que vigora sob uma racionalidade neoliberal, majoritariamente composta por jovens, que atingiram um nível planetário. Sendo assim, é possível afirmar que há certas peculiaridades nas formas de resistência das ações coletivas dos jovens contemporâneos que se encontram em oposição às condições sociais, econômicas e políticas que incidem sobre eles de forma repressiva ou os convocam para adesão a um jogo no qual todos são competidores investindo em seu capital humano, tornando-se empreendedores de si. Isso tem levado esses jovens não somente a resistir, mas também a se mobilizarem e a ocuparem os espaços públicos de forma bastante diversa.

Por qualquer ângulo, 2011, foi um bom ano para a esquerda mundial – seja qual for a abrangência da definição de cada um sobre a esquerda mundial. A razão fundamental foi a condição econômica negativa que atingia a maior parte do mundo. O desemprego, que era alto, cresceu ainda mais. A maioria dos governos

teve de enfrentar grandes dívidas e receita reduzida e como resposta tentaram impor medidas de austeridade contra suas populações, ao mesmo tempo em que tentavam proteger os bancos. O resultado disso foi uma revolta global daqueles que o movimento *Occupy Wall Street* chama de “os 99%”. Os alvos eram a excessiva polarização da riqueza, os governos corruptos e a natureza essencialmente antidemocrática desses governos – sejam eles de sistemas multi-partidários ou não. Não é que movimentos como o *Occupy Wall Street*, a Primavera Árabe e os indignados tenham alcançado tudo o que esperavam. Mas, conseguiram alterar o discurso mundial, levando-o para longe dos mantras ideológicos neoliberais, para temas como desigualdade, injustiça e descolonização. Pela primeira vez em muito tempo pessoas comuns passaram a discutir a natureza do sistema no qual vivem. (WALLERSTEIN, 2012, p.73).

Essas lutas, tanto no Brasil quanto fora dele, perpassam as mais distintas questões e táticas de resistência. Aqui, vemos desde A Marcha das Vadias até mesmo a Marcha da Maconha e demais movimentos que se intensificaram resultando em diversas paralizações e manifestações que ocorreram em junho de 2013, que reivindicam direitos sociais, políticos e civis, mas derivam em outras experiências anti-estatais. Não obstante, as forças conservadoras ainda exercem pressão, inclusive criminalizando movimentos sociais, sobretudo, aqueles praticados por jovens. Isso é nítido nas ações de caráter repressivo, capitaneadas pelas forças policiais que atuam nestes espaços agredindo fisicamente e simbolicamente os seus manifestantes.

Contudo, estas alas mais conservadoras, do qual os jovens adaptados geralmente são tributários, exercem enorme protagonismo na política nacional. Não é à toa que vemos manifestações políticas mescladas com ações religiosas e moralistas ocupando um enorme espaço como, por exemplo, A Marcha para Jesus, capitaneada pela ala pentecostal e conservadora, como forte apelo nas classes populares projeção institucional, com postos ocupados por figuras como Bolsonaro, Feliciano e demais representantes do conservadorismo que visam combater quaisquer ações que violem os princípios morais e religiosos destes.

No entanto, essa tensão se dá não apenas de maneira exterior a esses movimentos e de forma que se poderia retomar a já desgastada oposição entre esquerda e direita ou conservadores e progressistas. Nesses movimentos também habitam futuros empreendedores de si, aptos, em pouco tempo, a utilizarem a *expertise* adquirida em meio aos movimentos de resistência para aplicá-las de forma empreendedora em novas formas organizacionais de empresas, partidos, sindicatos e universidades. Na sociedade de controle as capturas são constantes e já se observa a proeminência, ainda um pouco tímida, de algumas lideranças galgadas em meio

aos jovens contestadores como estratégia de refazer a forma-partido como princípio organizacional da política, casos de Camila Valejo, entre os estudantes chilenos, ou de Pablo Iglesias, entre os indignados espanhóis. Dois casos emblemáticos de como se captura o novo para se repor o velho, retomando a velha estratégia da raposa entre meios e fins e operando uma das mais velhas máximas da Ciência Política moderna: é preciso mudar para que nada mude.

No caso dos jovens no Brasil, isso ainda não tomou uma forma nova, junho de 2013 ainda está fresco e de certa maneira não acabou. O que é possível afirmar é que se as análises seguem se servindo de velhas categorias, a transformação demorará a produzir efeitos na produção do saber sobre essas táticas surpreendentes de resistências.

**CAPTIVITIES AND RESISTANCES IN LIBERAL
DEMOCRACIES: A QUICK LOOK AT YOUTH PARTICIPATION
IN THE NEWEST SOCIAL MOVEMENTS**

ABSTRACT: *The protests in June 2013 gave rise to a number of new social movements in Brazil, characterized by anti-capitalist and anti-globalization views, horizontal organization, the rejection of dialogue with state representatives through institutional channels and dynamic mobilisation through online social networks. Many of these groups refuse the traditional hierarchical structure of social movements and representation models that culminate in leaders capable of negotiating with the State but also of being co-opted by the interests of institutional power. The analysis seeks to understand the singularities of these new forms of organization of confrontation and of expression of social and political dissent. These recent collective actions have exhibited strong influences from anarchist references, offering an analytical challenge that the theoretical-methodological frameworks commonly used in studies of social movements do not support satisfactorily.*

KEYWORDS: *Social movements. Society of control. Anarchism.*

REFERÊNCIAS

BAKUNIN, M. **Tácticas revolucionarias**. Buenos Aires: Terramar Ediciones, 2013.

BARRET, D. **Los sediosos despertares de la anarquía**. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2011.

BEY, H. **TAZ**: zona autônoma temporária. Tradução de R. Rezende e P. Decia. São Paulo: Conrad, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CARNEIRO, H. S. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo, 2012. p.7-14.

DAY, R. J. F. **Gramsci is dead**: anarchist currents in the newest social movements. Londres: Pluto Press, 2005.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**. Tradução de P. P. Pelbart. São Paulo: 34, 2001. p.235-237.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. Tradução de L. Carli. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FUKUYAMA, F. **Fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

GRAEBER, D. O carnaval está em marcha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1408200507.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

GOHN, M. G. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

MCCARTHY, J.; ZALD, M. Resource mobilization and social movements: a partial theory. In: _____. (Ed.). **Social movements in a organizational society**. New Jersey: Transaction Publishers, 1987. p.247-272.

NEWMAN, S. **The politics of postanarchism**. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd, 2010.

NOGUEIRA, M. A. **Um estado para a sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. (Org.) **Cultura e subjetividade**. Saberes *nômade*s. Campinas: Papiрус, 1997. p.19-24.

Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOUSA, M. R. **Os caminhos da anarquia**. Uma reflexão sobre as alternativas libertárias em tempos sombrios. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2011.

WALLERSTEIN, I. A esquerda mundial após 2011. In: HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo, 2012. p.73-76.

Recebido em 27/02/2015.

Aprovado em 05/06/2016.

MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO POLÍTICA: SÍNTESES E APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NO CASO DOS DIREITOS ANIMAIS

*Matheus Mazzilli PEREIRA**

RESUMO: Embora compartilhem um projeto de transformação social comum, a libertação animal, ativistas do movimento dos direitos animais adotam diferentes estratégias de comunicação política em interação com a grande mídia, emitindo imagens públicas diversas. Esse trabalho busca propor um arcabouço teórico que reúna contribuições dos campos de estudos da ação coletiva e da comunicação política para que seja possível a compreensão desse movimento social emergente no Brasil, em sua unidade e em seus conflitos, ilustrados por três casos de interação com a mídia analisados nesse artigo. Propõe-se uma perspectiva sintética por meio do conceito de “combinações de lógicas de ações”, que apresenta a possibilidade de aproximar e sintetizar teorias que enfatizam diferentes posturas de ativistas de movimentos sociais, sem negar os dilemas empiricamente vivenciados pelos ativistas.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Ação coletiva. Comunicação política. Direitos animais.

Introdução: as faces públicas dos direitos animais¹

No mês de junho de 2008, na cidade de Porto Alegre, ativistas do movimento dos direitos animais comemoraram a publicação de uma matéria no jornal *Correio*

* Pós-Graduação em Sociologia. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre - RS – Brasil. 91509-900 - matheus.mazzilli@gmail.com.

¹ Uma primeira versão desse trabalho foi apresentada no 38º Encontro Anual da ANPOCS.

do Povo que reproduzia a imagem de um anúncio *outdoor* por eles desenvolvido. O anúncio fazia parte de uma campanha maior em apoio a uma polêmica lei municipal que propunha a proibição do trânsito de carroças com tração animal em Porto Alegre. Após ser aprovada na Câmara de Vereadores, a lei aguardava a sanção do prefeito, que sofria pressões opostas de militantes da causa animal e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e de seus apoiadores. Buscando influenciar o prefeito, neste *outdoor*, militantes de direitos animais utilizaram o sentimento de pertença ao estado do Rio Grande do Sul a seu favor expondo, nesse anúncio, a foto de um cavalo caído e ensangüentado em uma grande via dessa cidade ao lado da frase “Prefeito: agora está em suas mãos o destino de um dos símbolos do RS” (PRESSÃO..., 2008).

Dois anos depois, uma ativista desse mesmo movimento enviou à seção de artigos do jornal Zero Hora um texto no qual essas mesmas tradições são fortemente contestadas por serem utilizadas como justificativa para a exploração animal. Seu texto foi publicado em Setembro menos de dez dias antes da data que comemora a chamada Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, um conflito separatista ocorrido no século 19. Nesse mês, entusiastas do chamado tradicionalismo gaúcho acampam em um parque de Porto Alegre, trajando vestimentas tradicionais e preparando churrasco diariamente. Morando perto do parque e convivendo com a fumaça vinda das churrasqueiras, a ativista decide enviar ao jornal um artigo criticando as práticas dos tradicionalistas. Ao longo do texto, a militante defende que tradição alguma é imutável, sendo, para Montesquieu, a ignorância a mãe de todas as tradições, questionando os leitores os motivos pelos quais “[...] protegemos, respeitamos e mimamos alguns animais e a outros [...] dispensamos o pior dos tratamentos ao fim dos quais lhes reservamos a morte”. (HASSEN, 2010, p.17).

Já em 2011, militantes de direitos animais figuraram novamente nas páginas do jornal Zero Hora, relatando como compatibilizam sua escolha moral por hábitos veganos ao cotidiano em um estado conhecido como a terra do churrasco em busca da divulgação de sua identidade coletiva. A idéia da reportagem surgiu quando um parente da editora do *Caderno Donna* (um caderno dominical sobre comportamento, do jornal Zero Hora) voltou de uma viagem ao exterior com uma decisão: abriria em Porto Alegre um restaurante vegano. A repórter escolhida para a construção da matéria buscou ativistas e veganos não-engajados em movimentos sociais para conhecer seus hábitos e os desafios que enfrentam no cotidiano. A reportagem descreve casos pessoais que apresentam experiências positivas diversas de pessoas veganas, tais como o nascimento de um filho perfeitamente saudável após uma gestação vegana e a descoberta da possibilidade de manutenção de uma dieta saborosa e saudável do ponto de vista nutricional (LUZ, 2011).

Tendo-se como referência estas manifestações públicas dos militantes que defendem os direitos animais, torna-se difícil a identificação de pontos convergentes que possibilitem a delimitação da ideologia desse movimento emergente e, ainda, pouco conhecido, no Brasil. Afinal, militantes desse movimento contemporâneo no cenário nacional são defensores de animais vistos como tradicionais ou de todas as espécies? São indivíduos que buscam uma transformação cultural mais ampla na forma como concebemos as relações entre animais humanos e não humanos, ou são indivíduos que adotaram novas identidades e práticas de consumo tendo-se como base convicções morais pessoais?

De fato, ativistas desse movimento defendem que devem ser garantidos a todos os animais todos os direitos que esses seres podem desfrutar, tais como o direito à vida e à liberdade. Assim, os direitos animais seriam, conforme a descrição de uma entrevistada “a continuação lógica e natural dos direitos humanos”. A violação sistemática de tais direitos configuraria o problema do especismo. Tendo em vista esse diagnóstico, o objetivo final dos militantes de direitos animais é a abolição de todas as formas de exploração animal, tais como o consumo de alimentos de origem animal, o uso de animais para testes em pesquisas científicas, o uso de animais para entretenimento humano, entre outros. Para que esse objetivo seja alcançado, ativistas defendem a adoção e a promoção do veganismo, que consiste na abdicção de práticas baseadas na supressão dos direitos desses indivíduos². Ativistas também defendem a formulação de políticas públicas e de leis que garantam os direitos dos animais (EVANS, 2010; GARNER, 1998; FREEMAN, 2010; SORDI, 2011).

O movimento dos direitos animais se diferencia, portanto, de outros movimentos que militam na causa animal. O movimento de bem-estar animal, por exemplo, defende que animais podem ser usados para a satisfação de interesses humanos (como o consumo de carne e testes científicos), desde que a eles sejam garantidas boas condições de vida (como boa alimentação e alojamento amplo). Já o movimento de proteção animal busca garantir a vida e o bem-estar de animais socialmente valorizados, como cães e gatos, se engajando em ações como o recolhimento de animais de rua (GARNER, 1998; SORDI, 2011).

No movimento abolicionista observa-se uma controvérsia a respeito da relação que deve ser estabelecida com as demandas do movimento de bem-estar animal no atual estágio da luta pelos direitos animais. Por um lado, influenciados por teóricos como Francione (2007) alguns ativistas concebem as políticas de bem-estar como “pedras no caminho” do abolicionismo. De acordo com esses militantes, a

² O veganismo também é adotado por indivíduos com motivações não relacionadas ao diagnóstico dos direitos animais, assim como por indivíduos não formalmente engajados em organizações abolicionistas, mas em “movimentos culturais difusos” ou em esforços de “contracultura”. (ABONIZIO, 2013; CHERRY, 2006).

garantia de bem-estar animal poderia gerar uma sensação de conforto em relação à morte e ao aprisionamento de animais, bem como sugerir que a exploração animal é moralmente correta caso o bem-estar desses seres seja garantido. Por outro lado, influenciados por teóricos como Stzybel (2007) e Naconecy (2009), outros ativistas vêem as políticas de bem-estar como degraus para o movimento dos direitos animais. De acordo com esses militantes, que se auto-intitulam abolicionistas pragmáticos, pequenas reformas políticas abrem precedentes legais e ajudam a construir redes com indivíduos influentes, facilitando a luta pela abolição do especismo (EVANS, 2015; FREEMAN, 2010).

É possível observar, portanto, que os ativistas envolvidos na produção dos artigos e reportagens descritos compartilham um projeto de transformação social baseado na crítica à forma culturalmente dominante pela qual se estabelecem as relações entre animais humanos e animais não humanos. No entanto, ativistas não atingem consenso em relação ao apoio ou à rejeição a demandas bem-estaristas. A partir dessas disputas, militantes optam por diferentes posturas em interações com a grande mídia. Em cada caso específico de interação citado, podem ser identificadas diferenças e em relação aos enquadramentos desenvolvidos pelos militantes que ora defendem, ora se opõem e ora buscam a compatibilização de suas demandas às tradições gaúchas. Como é possível compreender essas diversas posturas que ativistas adotam em interações com representantes da grande mídia?

Esse problema empírico pode ser analisado por meio de contribuições teóricas originárias de dois campos de estudos distintos que se referem a objetos que se inter-relacionam. Por um lado, teóricos da ação coletiva desenvolveram, principalmente ao longo dos anos de 1980 e 1990, um importante debate acerca do conceito de movimentos sociais (ALONSO, 2009; COHEN, 1985). Por outro lado, teóricos da comunicação política têm proposto diferentes enfoques analíticos para o estudo das relações estabelecidas entre atores políticos e representantes da grande mídia (MENDONÇA, 2011). Esse trabalho busca construir uma perspectiva que possibilite, ao mesmo tempo, a síntese entre as diversas teorias apresentadas dentro de cada um desses campos de debate e a aproximação entre estes dois debates teóricos³.

Nas duas primeiras seções desse artigo, são exploradas diversas perspectivas teóricas desenvolvidas nos campos de estudos da ação coletiva e da comunicação política. A seguir, é proposta uma perspectiva teórica sintética que aproxime esses dois campos de estudo. Na seção seguinte, o modelo proposto é aplicado para a

³ O modelo teórico proposto nesse artigo tem como base uma pesquisa empírica realizada junto ao movimento dos direitos animais na cidade de Porto Alegre ao longo dos anos de 2012 e 2013. Para esclarecimentos metodológicos, ver Pereira (2014).

análise dos casos descritos anteriormente para que, por fim, considerações a respeito das potencialidades e limitações desse modelo possam ser apresentadas.

Como jogam os movimentos sociais? Perspectivas teóricas sobre a ação coletiva

A partir da década de 1970, em busca de uma superação de perspectivas teóricas clássicas marxistas e funcionalistas sobre movimentos sociais, desenvolvem-se, tanto no cenário norte-americano quanto no cenário europeu, novas abordagens teóricas sobre o tema. Tais perspectivas propunham diferentes conceitos de movimentos sociais e enfatizavam diferentes formas de relação entre tais atores e o jogo⁴ social e político estabelecido (ALONSO, 2009; COHEN, 1985).

Por um lado, perspectivas norte-americanas da ação coletiva concebem movimentos sociais como atores coletivos que buscam os recursos (materiais ou simbólicos) em disputa no jogo social, adaptando-se às suas lógicas com o objetivo de aprimorar seu desempenho nessa disputa. A teoria do processo político (TPP), por exemplo, concebe a mobilização coletiva como uma disputa pelos recursos escassos administrados pelas instâncias políticas decisórias institucionalizadas – no caso de grande parte das sociedades capitalistas contemporâneas, o Estado – entre, por um lado, atores já inseridos nessas instituições (os membros) e, por outro lado, atores distantes ou excluídos dessas instituições, que buscam acessar as esferas de decisão política ou influenciá-las para obter ganhos que satisfaçam seus interesses ignorados pelas elites políticas (os *outsiders*) (McADAM, 1982).

Conceitos como os de oportunidades políticas e repertórios de ação, enfatizam a adaptação dos atores coletivos a mudanças na configuração desse jogo, sustentando que militantes tendem a agir de acordo com a mudança nas oportunidades contextuais e que ativistas mudam suas formas de ação de acordo com configurações políticas históricas (ALONSO, 2009; TARROW, 2009; TILLY, 1978). Ainda, parte da literatura que se utiliza do conceito de enquadramento interpretativo tende a apontar um imperativo de adaptação das mensagens produzidas por movimentos sociais a símbolos socialmente estabelecidos para que seja possível a compreensão e aceitação das mensagens contestatórias por parte dos interlocutores (SNOW et al., 1986).

Por outro lado, as chamadas teorias dos novos movimentos sociais (TNMS), desenvolvidas no cenário europeu, ainda que plurais, oferecem uma perspectiva

⁴ A metáfora do “jogo” é uma referência às instituições sociais, políticas e culturais estabelecidas pelo *status quo*, que apresentam pressupostos de moralidade e eficácia.

distinta sobre esse tema, concebendo movimentos sociais como atores que surgem a partir de mudanças estruturais do capitalismo buscando questionar as próprias bases simbólicas do jogo social estabelecido. Para Touraine (1989, 1999), por exemplo, a sociedade pós-industrial pode ser caracterizada pela luta dos sujeitos em busca da auto-definição contra as definições dominantes impostas pelas forças impessoais do mercado e da tradição.

Partindo de pressupostos construcionistas, Melucci (1995, 1989) propõe uma análise semelhante. Esse autor afirma que, frente a uma dominação cada vez mais baseada na produção de identidades que auxiliam a reprodução da dominação sistêmica, novas formas de resistência emergem tendo como base a construção coletiva e ininterrupta de “identidades coletivas” que questionam as bases simbólicas do jogo estabelecido. Desta forma, o autor se opõe à idéia de que ativistas buscariam uma adaptação e um incremento de suas possibilidades de ganho nesse jogo, defendendo que esses atores “[...] não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema. Eles lutam por projetos simbólico e culturais, por um significado e por orientações diferentes da ação social”. (MELUCCI, 1989, p.59).

A divisão entre teorias européias e norte-americanas, no entanto, não é absoluta, principalmente se são tomados como exemplo desenvolvimentos teóricos de outros campos de estudo. A dimensão construcionista da ação coletiva é, por exemplo, abordada por teóricos norte-americanos que desenvolvem reflexões sobre os problemas sociais. A abordagem construcionista, nesse campo, se opõe a perspectivas que concebam problemas sociais como reais *a priori*, defendendo que não existem condições problemáticas em si, mas categorizações sociais que possibilitam que indivíduos as questionem moralmente, destacando-se o papel de movimentos sociais nesse processo de construção de problemas sociais (IBARRA; KITSUSE, 1993).

Em debates contemporâneos, emerge uma agenda de síntese entre essas diversas perspectivas teóricas. Estudiosos latino-americanos têm desenvolvido importantes reflexões sobre esse tema, negando, a partir da afirmação da coexistência de várias lógicas de ação política, o viés normativo assumido, em muitos casos, pelas TNMS, que levou tanto cientistas sociais como ativistas à defesa de que movimentos sociais devem se orientar por uma crítica às bases simbólicas do jogo, devendo se afastar da disputa em curso e dos atores e espaços nela estabelecidos, sob o risco de cooptação (QUIRÓS, 2009; SILVA, 2010). Uma trajetória teórica semelhante, de ênfase histórica em lógicas distintas de ação e busca por abordagens sintéticas pode ser observada nos debates sobre comunicação política.

Grande mídia e política em interação: perspectivas teóricas sobre comunicação política

As múltiplas teorias e ênfases dadas aos estudos sobre comunicação política têm descrito as diversas lógicas pelas quais atores políticos interagem com representantes da grande mídia, bem como as diversas formas que o enquadramento pode assumir nessas interações. A sistematização proposta por Mendonça (2011) é a base para a classificação aqui proposta que organizará essa discussão teórica em três grandes eixos: a busca pela visibilidade; a deliberação política (e a construção social) nos meios de comunicação; e a relação entre grande mídia e formação de identidades coletivas.

No caso dos estudos sobre visibilidade, a grande mídia é vista como uma arena na qual diversos atores disputam o espaço restrito de visibilidade pública disponível, sendo os movimentos sociais vistos como atores que buscam disputar esse recurso oferecido pelo jogo midiático. A grande mídia é vista, portanto, semelhantemente à forma como o Estado é concebido na TPP, uma arena na qual recursos escassos estão em disputa. O recurso oferecido pela mídia seria importante para movimentos em sua atuação no jogo político mais amplo, na medida em que movimentos sociais, em geral, não têm acesso freqüente às instituições políticas, devendo buscar outros meios para influenciá-las. A grande mídia seria um desses meios, já que, através dela, seria possível conquistar apoio da opinião pública, que serviria como um recurso de pressão em direção aos atores inseridos na política institucional, alterando-se as possibilidades de ganho de movimentos sociais em interação com o Estado. Para garantir visibilidade nessa arena de disputas, movimentos sociais tenderiam a adaptar seu enquadramento em direção a perspectivas vistas como simpáticas aos grandes meios de comunicação e à opinião pública, buscando conectar suas demandas a temas atrativos para a imprensa e a valores socialmente estabelecidos em uma postura estratégica, ideia que é enfatizada por parte dos primeiros trabalhos que utilizam o conceito de enquadramento interpretativo (McCARTHY; SMITH; ZALD, 1999; McADAM, 1999; SNOW et al., 1986).

Opondo-se a tal interpretação, de acordo com a perspectiva da deliberação política, a grande mídia é vista como um espaço potencial para a produção de debates que possam gerar novos entendimentos sobre questões sociais, no qual movimentos sociais se inseririam em busca da formação de entendimentos que possam questionar as concepções dominantes do mercado e da política institucional. Em um processo de deliberação, diversos atores acessam a grande mídia e interagem por meio da exposição de argumentos construídos de forma crítica e reflexiva e por meio da recepção de argumentos rivais tratados da mesma forma, dando origem a uma troca argumentativa pública na qual ambos os atores levam em consideração as

perspectivas do outro. De acordo com essa perspectiva, portanto, o enquadramento dos atores é construído pela reflexão crítica em busca de um acordo normativo e não usado como uma ferramenta em busca da adaptação ao valorizado pelo outro (MAIA, 2006).

De forma análoga, na abordagem construcionista, a mídia é vista como um espaço de difusão de significados que ajudam a construir a opinião pública e a realidade social. Nesse sentido, movimentos sociais se dirigem à grande mídia no intuito de difundir os significados por eles produzidos. Problematicando significados estabelecidos e inserindo questões e temas na agenda midiática, movimentos sociais podem re-interpretar determinados eventos antes percebidos como naturais pela opinião pública, transformando-os em problemas sociais e modificando as bases simbólicas do jogo estabelecido ao questionar o que deve estar em disputa. Assim, nessa perspectiva, o conceito de enquadramento é utilizado de uma forma distinta, não sendo visto como um posicionamento construído a partir da adaptação, mas sim como um posicionamento vinculado a convicções morais que podem ser insumos em um processo maior de construção social da realidade e de problematização de eventos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989; GAMSON et al., 1992).

É possível, portanto, traçar aproximações entre as perspectivas construcionista e deliberacionista, embora haja diferenças teóricas significativas entre essas abordagens. Ambas as abordagens defendem que movimentos sociais visam construir novos entendimentos sobre a realidade social, questionando as bases simbólicas do jogo estabelecido, sejam eles construídos de maneira deliberativa ou não. Ainda, ambas as perspectivas defendem que movimentos sociais não formam seu enquadramento visando à aceitação imediata da opinião pública, mas sim visando a sua modificação, seja pela construção coletiva de novos entendimentos, seja pela problematização de determinadas questões e temas.

Outra importante discussão teórica se refere à relação entre grande mídia e formação de identidades coletivas. Nessa perspectiva, a grande mídia é vista como a arena na qual as identidades coletivas são construídas ou reproduzidas, seja ela concebida de maneira positiva – como um espaço de encontros culturais que possibilitam afastamentos em relações a perspectivas tradicionais (MAIA, 2000) – ou de maneira negativa – como um espaço de reprodução de estigmas que impõem referentes culturais arbitrários (ROCHA, 2007). Em qualquer uma dessas perspectivas, movimentos sociais se dirigiriam à grande mídia com o intuito de construir e difundir identidades coletivas que julguem apropriadas para a definição de si mesmos, modificando as imagens midiáticas e questionando as bases simbólicas do jogo estabelecido ao redefinir seus jogadores (MAIA, 2000; ROCHA, 2007). Dessa forma, também nesse caso, o enquadramento de movimentos sociais em interações com a grande mídia não seria construído em busca da aceitação

imediate da opinião pública, estando sempre vinculado ao projeto de construção e difusão de identidades coletivas.

Assim como na discussão teórica sobre movimentos sociais, nos debates sobre comunicação política observa-se uma tendência de síntese entre essas diversas abordagens e temas. Maia (2006), por exemplo, afirma a necessidade de aproximar as TNMS e sua ênfase na deliberação e na construção de novos problemas e identidades à TPP e sua ênfase na busca pela aceitação imediata da opinião pública. Tendo em vista essa tendência, na próxima seção é apresentado um modelo que busca produzir sínteses entre os debates existentes em cada um dos campos de discussão teórica examinados e, ao mesmo tempo, estimular aproximações entre teorias da ação coletiva e da comunicação política.

Construindo novas sínteses e aproximações: as lógicas de ação

É possível observar, portanto, que teorias da ação coletiva e da comunicação política enfatizaram diferentes lógicas da ação política e da relação entre movimentos sociais e o jogo social estabelecido. Dentro de ambos os campos observa-se, também, um projeto de construção de perspectivas sintéticas que conectem ênfases dadas por diferentes teorias. Em ambos os casos, esses esforços de síntese tiveram como base a proposta de rompimento de dicotomias que opõem diferentes formas de ação e comunicação política, enfatizando-se a idéia de que a ação é sempre permeada por diversas razões e lógicas, não podendo ser compreendida como guiada apenas por uma delas (QUIRÓS, 2009; MAIA, 2006). Uma abordagem que aproxime ambos os campos de estudos para possibilitar uma compreensão mais complexa de fenômenos empíricos deve, portanto, seguir os desafios impostos por essas agendas sintéticas.

Porém, se esse modelo de síntese avança no sentido de se afastar de categorias teóricas dicotômicas e normativas, ele, ao mesmo tempo obscurece o fato de que, empiricamente, atores políticos constantemente disputam os entendimentos sobre o que é política bem como dificulta a compreensão de que os posicionamentos dos atores nessa disputa estão relacionados a respostas pessoais e coletivas a problemas de difícil resolução. Para compreender essa disputa é necessário aproximar os debates examinados anteriormente em uma perspectiva que esteja atenta aos dilemas e às tensões da ação sem, no entanto, assumir um posicionamento normativo e dicotômico que reconheça em apenas uma dessas posturas a verdadeira ação política. A abordagem da sociologia da experiência de Dubet (1996) é particularmente relevante para a construção de entendimentos para essa questão.

Esse autor argumenta que, na experiência dos atores individuais e coletivos, estão sempre presentes três lógicas de ação distintas que guiam, em alguma medida, a percepção e a ação desses atores, um argumento semelhante àquele desenvolvido pelas perspectivas sintéticas já expostas. Para Dubet (1996), no entanto, entre essas lógicas se estabelece uma relação de tensão. Assim, essas lógicas devem ser compatibilizadas de alguma forma, uma tarefa difícil, tendo em vista que, entre elas, se estabelecem relações competitivas. Para essa tarefa de compatibilização não existem soluções prontas, cabendo ao ator social ou coletivo a criação de combinações entre as lógicas e o estabelecimento de preferências e relações entre elas. Devido a essa tarefa, os atores sociais vivem em um constante dilema no que tange à combinação das diferentes lógicas de ação.

Adotando-se o pressuposto teórico básico apresentado por Dubet (1996), é possível traçar aproximações entre as distintas lógicas por ele descritas e as diferentes discussões teóricas apresentadas anteriormente em ambos os debates abordados, para que os diferentes posicionamentos empíricos observados possam ser compreendidos. Três lógicas de ação são propostas em uma adaptação dos conceitos desenvolvidos por esse autor aos debates anteriormente sistematizados: a lógica construcionista, a lógica pragmática e a lógica identitária. Na medida em que essas lógicas estão sempre presentes, em alguma medida, na experiência dos indivíduos, as ações contestatórias coletivas e as formas de comunicação política não podem ser compreendidas como guiadas apenas por uma dessas lógicas, mas sim como guiadas por combinações que priorizem uma em detrimento de outras, tomando umas como conseqüências das outras.

Em linhas gerais⁵, quando orientados preferencialmente por uma combinação construcionista de lógicas de ação, organizações de movimentos sociais e militantes, estabelecem como objetivo principal de curto prazo a construção de novos problemas sociais, buscando tornar problemáticas determinadas situações antes vistas como justas, normais ou como problemas pessoais pela opinião pública, questionando aquilo que está em disputa no jogo social, tal como teóricos construcionistas dos debates sobre problemas sociais e determinados teóricos das TNMS enfatizam. Esses atores buscam, nesse sentido, difundir novas percepções sobre questões sociais por meio da grande mídia, alterando a opinião pública sobre determinado tema ou produzindo debates que originem novas percepções sobre determinados eventos, como descrevem teóricos construcionistas e da abordagem deliberativa nos debates sobre comunicação política. Tendo em vista essas metas de ação, atores buscam, em interações com a grande mídia e com outros atores, utilizar enquadramentos que enfatizem suas percepções normativas e ideológicas sobre as situações em pauta.

⁵ Para maior detalhamento dos diversos objetivos prioritários relacionados a cada lógica de ação, ver Pereira (2014).

Já quando orientados preferencialmente por uma combinação pragmática de lógicas de ação, movimentos sociais e militantes, em linhas gerais, estabelecem como objetivo prioritário de curto prazo obter os resultados vistos como possíveis dentro da configuração atual do jogo social, tal como enfatizam teóricos da TPP. Em interações com a grande mídia, esses atores buscam visibilidade e apoio da opinião pública, utilizados como recursos para pressionar os atores estabelecidos nas instituições políticas em direção à concessão dos resultados almejados, tal como enfatizam teóricos da visibilidade e da TPP em debates sobre a comunicação política. Nesse sentido, busca-se uma adaptação dos enquadramentos contestatórios no intuito de transformar em aliados os jogadores influentes na configuração estabelecida, aumentando as possibilidades de ganho dos ativistas no jogo social.

Por fim, organizações de movimentos sociais e militantes que se orientam preferencialmente pela combinação identitária de lógicas de ação estabelecem como objetivo prioritário de curto prazo, a construção e difusão de identidades coletivas que descrevam determinados grupos e suas práticas, tal como os próprios integrantes desses grupos as concebem, buscando questionar as bases simbólicas que definem os jogadores e suas possibilidades, tal como proposto pelo conceito de identidade coletiva. Em interações com a grande mídia, portanto, esses atores buscam um espaço no qual possam construir novos entendimentos sobre suas identidades, bem como disputar espaços com concepções que os tornem alvo de estigmas e preconceitos, como enfatizam os estudos sobre a relação entre comunicação política e esse conceito. Nesse sentido, ativistas que se orientam preferencialmente por essa combinação de lógicas de ação vinculam seu enquadramento a suas identidades coletivas, questionando os principais preconceitos identificados.

Assim, a partir da adoção dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Dubet (1996) e da criação de conceitos adaptados para descrever as distintas lógicas de ação que influenciam atores coletivos contestatórios, é possível construir um modelo que aproxima reflexões desenvolvidas nos campos de estudo da ação coletiva e da comunicação política em uma perspectiva sintética que reconhece a presença de inúmeras orientações para ação coletiva contestatória sem obscurecer as tensões da ação e os dilemas que emergem da tarefa de combinação das diversas demandas da experiência. Na próxima seção é explorado como esse modelo teórico auxilia a compreensão do caso empírico em estudo; o que significa concretamente priorizar determinada lógica de ação no caso dos direitos animais; e como ativistas empiricamente compatibilizam a lógica priorizada às demais lógicas de ação subordinadas em sua combinação.

Os abolicionismos da causa animal: lógicas de ação e interação com a grande mídia

Como descrito anteriormente, organizações e militantes que defendem os direitos animais compartilham uma série de percepções sobre as relações estabelecidas entre animais humanos e não humanos, bem como um projeto transformação social resumido pela ideia de libertação animal. Porém, como é possível observar por meio da análise das reportagens e artigos descritos anteriormente, organizações e militantes adotam diferentes estratégias de ação e comunicação política na busca por esse objetivo final compartilhado, havendo disputas entre atores vinculados a diferentes linhas de ação. Para uma melhor compreensão desse movimento emergente no Brasil, é necessário que esses diferentes posicionamentos sejam analisados sem que projetos e percepções comuns sejam negados e sem que as diferenças sejam normativamente avaliadas, evitando que tais disputas capturem a análise sociológica. Para isso, é aplicado o modelo teórico proposto.

Organizações de defesa dos direitos animais que se orientam, prioritariamente, por uma combinação construcionista de lógicas de ação estabelecem como objetivo principal de curto prazo construir simbolicamente a exploração animal como um problema social, questionando os pressupostos normativos que guiam as relações entre animais humanos e não humanos. Em interações com a grande mídia, portanto, ativistas buscam produzir debates para que novos entendimentos sobre essas relações sejam produzidos, criando-se novos problemas sociais e alterando-se a opinião pública sobre o tema. Compatibilizando as lógicas subordinadas à lógica construcionista, ativistas alegam que a conscientização dos indivíduos em relação à exploração animal é o primeiro passo para que eles se tornem veganos e para que atores capazes de promover, efetivamente, os direitos animais, tais como o Estado, mudem as regras do jogo, tornando possível avanços antes impensáveis. O trecho de entrevista⁶ a seguir, com a liderança de uma organização desse movimento exemplifica essa postura.

Quando a sociedade se engaja de uma forma mais ampla, naturalmente, clama por mudanças nas leis, porque a legislação acompanha os avanços da sociedade. [...] Então, é a mudança de comportamento, é a ampliação da consciência que faz com que a sociedade [...] exija que os legisladores os acompanhem. (Entrevistada 1).

⁶ As entrevistas citadas no artigo foram conduzidas pelo autor em trabalho de campo.

Nesse sentido, ativistas buscam sempre, em seu enquadramento, expor suas concepções morais aos interlocutores, mesmo que isso resulte em um afastamento inicial dos indivíduos em relação ao movimento, criticando termos, normalmente, utilizados para a compreensão das relações estabelecidas entre animais humanos e não humanos. O artigo descrito na introdução desse trabalho é um exemplo dessa postura. Nele, a militante critica fortemente um termo utilizado pela opinião pública para compreender e justificar moralmente determinadas interações entre humanos e outros animais, a tradição. Posteriormente, a ativista expõe novos conceitos e reflexões sobre estas situações de interação. O trecho de entrevista a seguir com a autora do artigo ilustra essa intenção e essa postura.

Na verdade eu acho que eu escrevo mais pensando [...] em dialogar com uma pessoa que está chegando para essa reflexão. Tentando chamar para essa reflexão. [...] Mas na hora em que escrevo, Matheus, eu vou te dizer a verdade, eu não penso muito em quem vai [ler]... Não fico muito pensando. Eu penso em fazer um texto que faça sentido e que seja simples, que não seja rebuscado e que seja compreensível. (Entrevistada 2).

Já organizações de defesa dos direitos animais que se orientam, prioritariamente, por uma combinação pragmática de lógicas de ação, estabelecem como objetivo principal de curto prazo a conquista de resultados vistos como possíveis de serem obtidos no momento para aliviar ou solucionar determinados problemas vivenciados pelos animais sujeitos à exploração. Em interações com a grande mídia, dessa forma, ativistas buscam recursos que os auxiliem na disputa dentro do jogo estabelecido, como a garantia de visibilidade e de apoio da opinião pública. Compatibilizando as lógicas subordinadas à lógica pragmática, ativistas alegam que convicções morais não modificam a atitude de atores influentes tais como a mídia e o Estado, que atuam de forma a maximizar seus ganhos políticos e econômicos. Seria por meio da conquista paulatina de resultados postos em disputa por esses atores e de demandas vistas como mais populares que o jogo se modificaria por dentro de si mesmo e que esses atores influentes criariam moralidades que sustentem as mudanças efetivadas. Nesse sentido, o ativista de uma organização que se auto-intitula abolicionista pragmática utiliza a metáfora da ética como barco a vela.

O movimento vegano tem muito dessa coisa puritana. Tipo “Pela moral”. E a moral do mundo é o dinheiro. Eles esquecem que quem controla o mundo é o dinheiro. Esse é o problema. E daí nós vamos entrar naquelas questões da filosofia da linguagem. Eu posso defender um movimento ético, entre aspas. Isso

que a gente entende como ético. Mas o que se entende como ético, eu acho que eu até entendo como pragmatismo. Porque a ética, pra mim, aos olhos das pessoas, o que elas encaram como ética é um barquinho a vela. [...] A ética é um barquinho a vela e quem assoprar mais forte é pra onde ele vai. E nós, como veganos e abolicionistas, a gente tem que soprar muito forte esse barquinho. Para onde ele tender, as pessoas vão. (Entrevistado 3).

Dessa forma, militantes pragmáticos buscam moldar seu enquadramento tendo em vista a melhoria de seu desempenho no jogo estabelecido, adaptando-se aos referentes normativos de seus interlocutores. Na reportagem descrita anteriormente, na qual um *outdoor* produzido pelos militantes de direitos animais é reproduzido em um grande jornal gaúcho, é possível identificar esse tipo de enquadramento. Nesse caso, ativistas buscam a aprovação de uma lei vista como possível de ser aprovada no cenário atual⁷: o fim de sua utilização de animais como tração em carroças na cidade de Porto Alegre. Para buscar o apoio da opinião pública para a sanção desse projeto, no entanto, ativistas utilizam o argumento rival do tradicionalismo gaúcho e sua valorização emocional do cavalo. O trecho de entrevista a seguir ilustra essa estratégia por meio do depoimento de um militante de uma coalizão de ativistas formada para a defesa dessa lei municipal.

Para quem está na luta de libertação animal, um dos maiores adversários é o MTG, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, que é quem adora fazer churrasco, adora fazer rodeio, adora fazer tiro de laço. E eles são muito poderosos. A parte de mídia deles é absolutamente forte. [...] Então, a nossa questão era também chamar para essa questão. “Vem cá, gaúcho, o teu símbolo”. Puxar pelo lado bairrista. (Entrevistado 4).

Por fim, organizações e militantes abolicionistas que se orientam, prioritariamente, por uma combinação identitária de lógicas de ação estabelecem como objetivo principal de curto prazo a divulgação do veganismo e de seus benefícios e a desconstrução de estereótipos existentes sobre os veganos, redefinindo simbolicamente os próprios jogadores. Em interações com a grande mídia, portanto, ativistas buscam divulgar o veganismo de forma a questionar estereótipos tais como a idéia de que veganos são fracos do ponto de vista nutricional, ou que têm uma alimentação pouco saborosa. Compatibilizando as lógicas subordinadas à lógica identitária, ativistas alegam que críticas éticas, discussões abstratas e a conquista imediata de resultados a partir do jogo

⁷ Em oposição, por exemplo, a uma lei que propusesse a proibição da criação de gado para consumo de sua carne pelos seres humanos.

estabelecido não são caminhos ideais para a conquista de novos aderentes, sendo o veganismo a principal porta de entrada para o movimento. Nessa perspectiva, por meio da iniciação ao veganismo, indivíduos, automaticamente, entrariam em contato com a perspectiva ideológica abolicionista, identificando novos problemas sociais e modificando o jogo e as possibilidades dos militantes nele. Um trecho de entrevista com um militante de uma organização que tem como principal objetivo divulgar o vegetarianismo ilustra essa postura.

Faz uns sete anos que eu sou vegano e são muito raras as vezes em que você começa a conversar com uma pessoa sobre essa parte filosófica que te levou a ser vegano e uma pessoa que tinha uma visão contrária passa a olhar com outros olhos. [...]. Por outro lado, se você for com essa mesma pessoa com uma visão contrária a um lugar legal para comer, for comer um negócio legal, fazer uma série de coisas legais junto, [...] às vezes, é em pouco tempo mesmo que tu passas um negócio muito legal [...]. (Entrevistado 5).

Assim, militantes identitários buscam, em seu enquadramento, expor sua identidade coletiva tal qual a concebem por meio da descrição de seu cotidiano ou do cotidiano de outros ativistas, bem como demonstrar sua viabilidade por meio da exposição de experiências pessoais ou de resultados de pesquisas científicas que favoreçam a defesa do veganismo. Nesse sentido, ativistas não buscam uma adaptação ao referencial normativo dos seus interlocutores, expõem sempre suas identidades em uma atitude crítica aos preconceitos, mas não, necessariamente, conectando sua opção identitária ao diagnóstico da exploração animal. A reportagem sobre o veganismo mencionada anteriormente é um exemplo dessa postura. Nela, é exposto o crescimento do mercado vegano local, sendo indicadas opções disponíveis para a manutenção de um cotidiano prático e lista das refeições caracterizadas como saborosas para a manutenção da obtenção de prazer com a alimentação. Também são descritas experiências que indicam que o veganismo não causa problemas de saúde a seus adeptos, tal como demonstra o nascimento de um filho saudável após uma gestação conduzida de forma vegana. O trecho de entrevista a seguir exemplifica essa postura. Nele, a mãe que conduziu essa gestação explica porque considera importante relatar essa história à jornalista.

Isso para nós é bem importante [mostrar que uma dieta vegana é saudável]. [...] Parece que é para provar. Poxa. A gente não ia fazer uma coisa sem saber. [...] A gente pesquisou muito, buscou muito. A gente não era irresponsável. [...] A gente estudou e pesquisou bastante. (Entrevistada 6).

É possível observar, dessa forma, que as diferentes formas de posicionamento público observadas anteriormente podem ser compreendidas por meio de um modelo teórico comum que articule teorias diversas produzidas nos campos de estudo da ação coletiva e da comunicação política. Por meio dessa análise, identifica-se que os diferentes posicionamentos não excluem as demais formas de ação, nem surgem de um maior comprometimento político de algum desses atores, mas emergem de dilemas comuns relacionados às formas pelas quais diferentes ativistas e organizações estabelecem conexões entre objetivos compartilhados, vistos como mediadores entre o cenário atual e a conquista da libertação animal.

Considerações finais

A complexidade das formas de ação e de comunicação política, exemplificadas pelas posturas descritas nas reportagens e artigos expostos na seção introdutória desse trabalho, exige um esforço teórico de aproximação e síntese. Teorias da ação coletiva e da comunicação política apresentam, individualmente, contribuições fundamentais para a compreensão desses fenômenos tendo enfatizado diferentes aspectos da ação e da comunicação política e indicado a necessidade de uma síntese que conecte esses aspectos superando premissas dicotômicas que identifiquem em apenas um posicionamento a verdadeira política. Quando unidas, as reflexões desenvolvidas nesses campos de estudo fornecem uma percepção mais ampla sobre como movimentos sociais se posicionam frente às relações de poder estabelecidas e a representantes da grande mídia. A aproximação desses campos em uma perspectiva sintética, no entanto, deve estar atenta às tensões da ação e aos dilemas empíricos para que estudiosos possam identificar as disputas estabelecidas entre atores políticos sem ser por elas capturados⁸.

Por meio de um modelo teórico construído a partir desses desafios, é possível retratar um movimento social contemporâneo e emergente no Brasil além de suas múltiplas faces públicas, sendo identificados seus princípios morais comuns, bem como as principais disputas estratégicas nele presentes. Resta, ainda, a partir da análise dos dilemas vivenciados por ativistas abolicionistas em interações com a grande mídia, reconstruir um quadro mais amplo dos desafios atuais que movimentos sociais diversos vivenciam nas situações de interação com a grande mídia.

⁸ Destaca-se aqui a incapacidade desse modelo teórico em compreender as dinâmicas interativas contingentes que podem confrontar e modificar as preferências previamente estabelecidas por atores sociais. Para uma análise desse tipo, ver Pereira (2014).

**SOCIAL MOVEMENTS AND POLITICAL COMMUNICATION:
THEORETICAL CONNECTIONS AND SYNTHESSES
IN THE CASE OF ANIMAL RIGHTS**

ABSTRACT: *Although they share a common social transformation project, the animal liberation, animal rights' activists adopt different political communication strategies in interactions with the mass media, transmitting diverse public images. This work aims to propose a theoretical framework that gathers contributions from the study fields of collective action and political communication to make possible the comprehension of this emergent social movement in Brazil in its unity and conflicts, illustrated by three cases of interaction with the mass media analyzed in this article. It is proposed a synthetic framework through the concept of "logics of action combination", that presents the possibility to connect and synthesize theories that emphasize different postures of social movement activists, without denying the empirically experienced dilemmas.*

KEYWORDS: *Social movements. Collective action. Political communication. Animal rights.*

REFERÊNCIAS

ABONIZIO, J. Consumo alimentar e anticonsumismo: veganos e freeganos. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.49, n.2, p.191-196, 2013.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, p.49-86, 2009.

CHERRY, E. Veganism as a cultural movement. **Social Movement Studies**, [S.l.], v.5, n.2, 2006, p.155-170.

COHEN, J. L. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. **Social Research**, [S.l.], v.52, n.4, p.663-716, 1985.

DUBET, F. **A sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

EVANS, E. Stumbling blocks or stepping stones? The problems and promises of policy reforms for animal rights advocacy movement. **Sociological Perspectives**, [S.l.], v.0, 20 jul. 2015.

_____. Constitutional inclusion of animal rights in Germany and Switzerland: how did animal protection become an issue of national importance? **Society & Animals**, [S.l.], v.18, n.3, p.231-250, 2010.

FRANCIONE, G. Reflections on ‘animals, property and the law’ and ‘rain without thunder’. **Law and Contemporary Problems**, Winter, v.70, n.1, p.9-57, 2007.

FREEMAN, C. P. Framing animal rights in the “Go Veg” campaigns of U.S. animal rights organizations. **Society & Animals**, [S.l.], v.18, n.2, p.163-182, 2010.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.95, n.1, p.1-37, 1989.

GAMSON, W. et al. Media images and the social construction of reality. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v.18, p.373-393, 1992.

GARNER, R. D. Defending animal rights. **Parliamentary Affairs**, Oxford, v.51, n.3, p.458-469, 1998.

HASSEN, M. N. A. Gaúchos amam e maltratam os animais. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.17, 12 set. 2010.

IBARRA, P. R.; KITSUSE, J. I. Vernacular constituents of moral discourse: an interactionist proposal for the study of social problems. In: HOLSTEIN, J. A.; MILLER, G. (Org.). **Reconsidering social constructionism: debates in social problems theory**. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 1993. p.25-58.

LUZ, L. Como ser vegano na terra do churrasco. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.10-15, 5 jun. 2011.

MAIA, R. C. M. Mídia e deliberação: atores críticos e o uso público da razão. In: CASTRO, M. C. P. S.; MAIA, R. C. M. (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006. p.153-179.

_____. Identidades coletivas: negociando novos sentidos, politizando as diferenças. **Revista Contracampo**, Niterói, v.5, p.47-66, 2000.

McADAM, D. Marcos interpretativos y tácticas utilizadas por los movimientos: dramaturgia estratégica en el movimiento americano pro-derechos civiles. In: _____.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Org.). **Movimientos sociales - perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales**. Madrid: Istmo, 1999. p.475-496.

_____. **Political process and the development of black insurgency**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

McCARTHY, J. D.; SMITH, J.; ZALD, M. N. El Acceso a la agenda pública e a la agenda del gobierno: médios de comunicación y sistema electoral. In: McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Org.). **Movimientos sociales - perspectivas comparadas**: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. Madrid: Istmo, 1999. p.413-441.

MELUCCI, A. The process of collective identity. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. (Ed.). **Social movements and culture**: social movements, protest, and contention. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. p.41-63. v.4.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n.17, p.49-66, 1989.

MENDONÇA, R. F. Comunicação e sociedade civil: interfaces e agendas. **Revista Compólitica**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-44, 2011.

NACONECY, C. Bem-estar animal ou libertação animal? Uma análise crítica da argumentação antibem-estarista de Gary Francione. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v.4, n.5, p.235-267, 2009.

PEREIRA, M. M. **Enquadramento interpretativo, lógicas de ação e dinâmicas interativas**: dilemas em interações entre o movimento pelos direitos animais e a grande mídia. 2014. 325 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PRESSÃO pelo fim das carroças. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p.6, 16 ago. 2008

QUIRÓS, J. Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. **Mana**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.127-153, 2009.

ROCHA, S. M. Mídia e politização de identidades: dilemas na construção de um “nós” entre os moradores de favelas. **Comunicação & Política**, [S.l.], v.25, n.1, p.51-72, 2007.

SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.46, n.1, p.2-9, jan./abr. 2010.

SNOW, D. A. et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. **American Sociological Review**, [S.l.], v.51, n.4, p.464-481, 1986.

SORDI, C. O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais. **Cadernos IHU Ideias Unisinos**, São Leopoldo, ano 9, n.147, 2011.

STZYBEL, D. Animal rights law: fundamentalism versus pragmatism. **Journal for Critical Animal Studies**, [S.l.], v.5, n.1, p.1-35, 2007.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. New York: Random House, 1978.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Os novos conflitos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n.17, p.5-18, 1989.

Recebido em 03/12/2014.

Aprovado em 06/05/2016.

QUANDO O ‘EU’ SE TRANSFORMA EM ‘NÓS’: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS FARC

*Jose Maria de Jesus IZQUIERDO**

RESUMO: Partindo de um diálogo multidisciplinar e apoiando-se nos subsídios teórico/metodológicos oferecidos pela Sociologia, este artigo pretende analisar o processo de mudança de um grupo de autodefesa camponesa em um grupo guerrilheiro. Apoiado em fontes da historiografia colombiana, o autor descreve as demandas sociais que possibilitaram o desenho dos códigos disciplinares de ordem militar e do projeto político que definem os traços característicos desse grupo. Da mesma forma, o leitor poderá notar que o movimento guerrilheiro colombiano Forças Armadas Revolucionárias Colombianas – FARC é o resultado de um processo de tessitura histórica onde, de maneira conflituosa, se entrecruzam dimensões políticas, econômicas, comunitárias e militares com sonhos, utopias e aspirações de indivíduos singulares.

PALAVRAS-CHAVE: Poder. Dominação. Resistência. Movimento revolucionário. FARC.

Quando pensamos na mecânica da vida coletiva, somos impelidos a discorrer em torno das forças motrizes que o homem carrega. Da mesma forma, torna-se necessário assumir o desafio de dirigir nosso olhar inquisidor sobre o homem, não em sua forma isolada, mas na complexidade dos vínculos sociais que ele tece de forma incessante. Esse esforço se justifica porque é no âmbito dos processos de interação social onde são engendradas as forças mentais coletivas, os elos de coerção entre os indivíduos, os quais constituem o núcleo vivo das instituições, das figurações sociais que se objetiva a vida em grupo. Nessa linha de pensamento, o ponto de partida da nossa reflexão constitui-se da seguinte pergunta: Como foi

* UFCG – Universidade Federal de Campina Grande. Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Centro de Humanidades. Campina Grande – PB – Brasil. 58109-970 - jiquierdovillota@gmail.com.

possível a emergência de uma figuração social com traços tão específicos como os das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — FARC¹?

As FARC são reconhecidas como a mais antiga guerrilha do mundo, como um grupo com uma estrutura operacional de mando, um sólido projeto político/militar focado na conquista do poder do Estado, com um quadro significativo de militantes e o suficiente respaldo popular ao ponto de obrigar o governo colombiano a conceder as condições para executar um processo de negociação de paz em Cuba². Compreender as origens da guerrilha suscita, entre outros, os seguintes questionamentos: Os traços característicos desse grupo resultam de relações objetivas de produção, da forma como o Materialismo Histórico sugere, ou são produtos de processos sociais complexos cuja matriz ainda devemos precisar? Os modos de pensar, agir e sentir, que caracterizam os guerrilheiros das FARC, podem ser compreendidos fora das consciências e impulsos individuais ou é preciso considerá-los como manifestações coletivas distintivas que resultam da combinação dos modos de revelação da consciência e das ações individuais? Em certa medida, uma análise dessa ordem nos coloca no eixo de um dos temas caros à tradição sociológica, qual seja, a compreensão do papel dos indivíduos e das condições sociais que possibilitam suas ações ou, em outras palavras, a relação entre existências individuais e dinâmicas sociais.

As FARC mantêm-se em pé de guerra há mais de meio século. Nesse período, o grupo desenvolveu um saber social característico que pode ser descrito conforme o perfil que se espera ver no Comandante. Essa figura de autoridade é reconhecida como paradigma do ser guerrilheiro. Entre as características que o identificam, mencionamos as seguintes:

Ter capacidade militar e dom de mando. Ter dois anos nas fileiras desempenhando as tarefas indicadas e haver observado boa conduta. Haver mostrado interesse por elevar o nível ideológico dos combatentes. Ter cumprido e defendido as determinações dos organismos superiores das FARC e haver-se destacado na obediência das normas disciplinares. Ser militante ativo da organização política. Saber orientar-se em situações difíceis, ser sereno, corajoso, reflexivo, respeitoso e modesto. Ter caráter revolucionário, elevada moral e estar dotado de honestidade exemplar. Haver manifestado profundo respeito pelos interesses da população civil, ter-se comportado corretamente com ela e ter conquistado sua confiança. Saber ler e escrever³. (ESTATUTO FARC – EP, 2007, p.12).

¹ Movimento guerrilheiro nascido nas montanhas colombianas em 27 de maio de 1964.

² Esse processo de negociação empreendidos entre as FARC e o Estado colombiano começou no dia 26 de agosto do ano de 2012. Até o momento o tratado de paz não foi assinado pelas partes.

³ Texto extraído do Estatuto das FARC-EP (2007), Capítulo III, artigo 6º.

Assim, na visão da organização, tal como é descrito no texto anteriormente citado, em cada exigência encontra-se um traço do guerrilheiro ideal que ela pretende formar. Entendemos que esse saber social, incorporado por cada combatente e orientado a dar vida à guerra revolucionária, não é um surto do acaso, nem a invenção espontânea de um indivíduo isolado. Intuímos que ele surgiu como consequência de um processo civilizador que antecede a formação institucional das FARC.

A realização de uma incursão analítica que busca destrinchar os meandros desse processo demanda a utilização de um instrumental teórico específico. Nossa análise é orientada pelos conceitos da sociologia compreensiva, da forma sugerida por Simmel (1997, 1985), Weber (2009), Schutz (1974), Giddens (2001) e, especialmente, pelas ideias de Elias (1997a, 1997b, 1994) em sua Teoria do Processo Civilizador. Para esses autores, a compreensão antes de ser um método de pesquisa das Ciências Sociais, é o modo de pensamento segundo o qual os indivíduos tomam conhecimento da realidade e agem a partir da percepção da existência de um mundo comum, no qual há uma intelecção partilhada da existência de determinadas realidades factuais e dos modos de agir perante as mesmas.

A compreensão demanda a pressuposição de um mundo comum do qual faz parte o fenômeno a ser analisado e as vivências do observador. Em termos metodológicos, poder-se-ia dizer que pelo fato do analista ser também um ator social e por dispor de uma carga de vivências pessoais, ele pode compreender fatos históricos que lhe antecederam. Dessa sorte, em termos epistemológicos, a sociologia compreensiva nos oferece pistas analíticas para abordar fatos sociais, fatos que podem ser estudados ainda que eles façam parte de um período histórico distante do momento da ação do analista. Assim, sendo nosso objetivo compreender o processo de transformação de um grupo de autodefesa camponesa em um grupo guerrilheiro, torna-se necessário colocar as peculiaridades desse processo no interior do esquema dos motivos humanos, dos meios e dos fins postos por indivíduos concretos ou, em outras palavras, no interior das categorias de modos típicos de ação social (SCHUTZ, 1974).

Guiados pela Sociologia Compreensiva, entendemos que para nossa análise é mais do que oportuno fazer um esforço para observar além das manifestações evidentes e institucionais das FARC. É preciso seguir de perto, também, as ações que não são veiculadas pela imprensa, os fatos corriqueiros desse grupo que estão longe de serem considerados relevantes para o acontecer nacional. Assim, na presente abordagem, são levados em consideração os detalhes, os interstícios da vida consumida por camponeses no meio de um emaranhado de conflitos sociais, de contendas ocorridas nas zonas cafeeiras da Colômbia. Dessa forma, ganham destaque as pequenas tarefas, as pequenas obrigações ou as ações banais, dado

que elas podem oferecer informações importantes para nos aproximarmos da compreensão do processo de construção do *habitus*⁴ guerreiro de um grupo de camponeses que, na década de 1960, se tornara a base social das FARC. Tal tentativa se justifica porque, certamente, são os passos infinitamente pequenos que criam a unidade histórica, da mesma forma como são as ações recíprocas entre as pessoas, igualmente pouco perceptíveis, que dão coesão a uma determinada figuração social. Com efeito, a sucessão dos contatos físicos e emocionais, das excitações mútuas direcionadas para o prazer ou para a dor, das conversações e dos silêncios, dos interesses comuns e antagônicos, é o que determina um grupo humano a desenvolver elos de unidade histórica. Por outra parte, das miudezas da vida em comum é que dependem as flutuações da existência individual e coletiva, em cujo vai e vem a vida dos seres humanos pode ganhar intensidade ou perder significado. No final deste artigo, o leitor poderá perceber que as FARC são o resultado de um processo de tessitura histórica onde, de maneira conflituosa, se entrecruzam dimensões comunitárias, econômicas, políticas e militares com sonhos, utopias e aspirações de indivíduos singulares.

Para realizar essa incursão analítica, optamos por seguir a trilha oferecida pela história dos conflitos sociais que se alastraram pelas zonas rurais do país, onde comunidades camponesas lutavam contra aquilo que parecia ser sua sina: uma vida marcada pelo abandono do Estado e inserida numa agricultura de subsistência. Nossa análise abrange as décadas de 1930 a 1960, período que acreditamos emoldura a gênese das FARC.

Liberais, conservadores, ligas camponesas

Sem dúvida, a vida política nacional foi a arena que mais ofereceu condições para o surgimento dos germes das FARC. Os estudiosos do conflito armado colombiano são unânimes em afirmar que a intervenção violenta do Estado na esfera política contribuiu, sobremaneira, para a configuração dos mais diversos grupos guerrilheiros (GUSMAN; FALS; UMAÑA, 2005). Como se verá, vários fatos da história do país parecem confirmar essa hipótese, já que não é exagero dizer que o Estado colombiano, na tentativa de se preservar, tem-se valido da violência física contra tudo aquilo que se apresente como ameaça e, em consequência disso, tem gerado as mais diversas manifestações de contraviolência.

⁴ Segundo Bourdieu (2003) *habitus* é um sistema de disposições duráveis e intransponíveis que integra as experiências passadas de um indivíduo e o leva a perceber, a julgar e a agir em sintonia com a ordem social onde ele está inserido.

Remontando às origens da vida republicana, pode-se perceber que depois de conquistar a independência dos espanhóis, animado pelo anseio de viver o espírito da democracia e da liberdade, o Estado emergente, representado por uma reduzida elite política, convocou todos os setores da nação a se unirem em torno de um objetivo comum: elaborar, no Congresso de Cucuta, em 1821, a Carta Magna do país. O texto constitucional definiu as diretrizes para garantir as liberdades individuais, reconheceu as autoridades eleitas pelo sistema de voto e organizou as atribuições para os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Não obstante, nos meandros da Constituição, o Executivo conseguiu atribuir para si faculdades que lhe conferiam uma posição privilegiada diante dos outros poderes.

Inspirados no humanismo proclamado pela Revolução Francesa, os próceres da pátria ensinaram que a titularidade do poder pertencia ao povo. Entretanto, o conteúdo da Constituição foi engendrado, tão somente, pela minoria que participava da vida política do país. O engenho das elites assentadas no poder criou uma série de artifícios que excluía as grandes massas populares dos processos democráticos. De fato, a convivência cidadã, na emergência do Estado Nacional, foi fragilizada pelo uso crescente da força, da coerção e do poder de influência de pequenos grupos poderosos sobre a maior parte da população. Eram frequentes os arranjos políticos, econômicos e ideológicos entre essas elites para conseguir seus próprios fins, mesmo que suas ações colocassem em risco a estabilidade social⁵. Desde os primórdios da nação, os contornos ideológicos na Colômbia foram desenhados pelas elites que fundaram os dois partidos tradicionais e hegemônicos: o Liberal e o Conservador⁶.

O Partido Conservador se assentou no poder praticamente por todo o século XIX, até 1930, período da Hegemonia Conservadora, em que se instaurou no país um modelo de desenvolvimento bastante afetado pelas sucessivas crises fiscais. Esse fato impediu que o governo criasse as condições necessárias para mudar a problemática social concernente às relações conflitantes entre capital e trabalho. O capital estava monopolizado por poucas pessoas e as fontes de emprego eram escassas. Assim, nos centros urbanos, condições de vida e de trabalho dos operários eram precárias e, nas zonas rurais, eram frequentes os confrontos entre latifundiários e lavradores, arrendatários e colonos que disputavam a posse da terra.

Uma marca do extenso período do governo conservador foi o uso da violência contra o Partido Liberal. De certa forma, essa violência poderia justificar-se por causa das rivalidades pelo controle dos cargos burocráticos, do exíguo capital guardado pelos cofres públicos ou, simplesmente, do *status* que conferiam os altos cargos, sendo muito limitadas as possibilidades de medrar ou de figurar na atividade

⁵ Entre outras fontes, para compreender esse processo de exclusão social pode-se ler Bushnell (1970).

⁶ O Partido Conservador, que se formou a partir do pensamento de Simón Bolívar, e o Partido Liberal, que nasceu do pensamento do general Santander.

econômica privada em razão do estancamento secular. Por que não procurar na política uma alternativa de ascensão social? É lugar comum nos estudos sociais a compreensão de que a arraigada politicagem contribuiu, sem dúvida, para produzir violência. De certa maneira, as derrotas nem sempre eram aceitas pacificamente; nessas ocasiões, um pouco de violência preventiva se esgrimia como tática para impedir a votação inimiga. A violência que emanava da agitação política, quer por convicções ideológicas, quer pelo interesse daqueles que pretendiam o monopólio do poder político e econômico do país, constituiu o motor que dinamizou uma série de processos sociais que originaram certa ordem normativa interiorizada, um conjunto de princípios mais ou menos sistematizados que regulava os modos de conduta e que orientava os indivíduos a resolver grande parte dos negócios humanos através de práticas violentas.

Até a década de 1960, a população na Colômbia se concentrava de forma majoritária nas zonas rurais do país. A terra era administrada por latifundiários sem nenhuma fiscalização do Estado. Nessas zonas, a economia adquiria vitalidade tanto na agricultura, como na pecuária, e o contexto social era marcado por violentas disputas políticas. Nessas circunstâncias, é razoável concluir que as possibilidades das camadas pobres de realizarem suas aspirações pessoais eram bastante reduzidas. Quando indagamos pelo modo de vida dos pobres da região cafeeira até a década de 1950, diversas fontes da história colombiana revelam que as famílias se caracterizavam pelo número significativo de membros e por possuir uma economia de auto-sustento. A maior parte da população camponesa morava em pequenas casas construídas artesanalmente com madeira, desprovidas de unidade sanitária. As vilas careciam de estrutura de esgoto e água potável, assim como de centros de ensino para crianças e jovens. A maior parte da população padecia de parasitas intestinais e 95% sofria de anemia tropical pela subnutrição. Até a década de 1980, as principais causas de mortalidade nas regiões cafeeiras eram a malária e a febre amarela (SANCHEZ; PEÑARANDA, 1991).

Numa realidade de exclusão social como essa, a existência parece condenada a contradições e tensões, dado que o número de funções e de alternativas de ascensão social é bastante restrito. Por nascimento, todo ser humano está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida. Em outras palavras, pode-se afirmar que as possibilidades de se inserir em escalões mais visíveis da vida social dependem, em grande medida, das circunstâncias em que o indivíduo nasce e cresce. No contexto social dos trabalhadores rurais das zonas cafeeiras colombianas, as probabilidades de escolha de funções gratificantes eram bastante limitadas.

No pensamento comum, tem-se a impressão de que a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso na realização de projetos pessoais depende da capacidade de cada pessoa. É provável que tal impressão tenha sido herdada das sociedades

industriais, as quais acreditavam que toda e qualquer pessoa poderia encontrar uma tarefa significativa e gratificante na vida, desde que se esforçasse para consegui-la. Mas tal impressão é falaciosa. No caso dos camponeses pobres que trabalhavam como peões nos grandes latifúndios colombianos, eram inviáveis as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho bem remunerado ou a estabelecimentos educativos qualificados. Dessa sorte, o desejo de mudar de vida os defrontava com situações conflitantes.

O leste da Cordilheira dos Andes, onde o desenvolvimento econômico dependia do cultivo e comercialização de café, foi o epicentro dos mais significativos conflitos agrários. Entre 1920 e 1940, a distribuição da terra obedecia a antigos modelos de atribuição a particulares da propriedade por título público emitido pelo governo. O critério frequente a ser observado era o da afinidade política ou o do usucapião. Distinguiam-se às claras dois tipos de proprietários: os latifundiários possuidores das mais fecundas e extensas terras e as famílias de camponeses pobres que, com frequência, situavam-se em ladeiras pouco produtivas.

É possível que a militância de líderes camponeses em sindicatos e no nascente Partido Comunista fornecesse subsídios conceituais para que alguns camponeses pobres começassem a perceber e a discutir a grande brecha que os distanciava de uma vida digna e satisfatória. Esse fato, gradativamente, foi gerando uma série de tensões que os impulsionaram a lutar por mudanças estruturais na sociedade⁷. Em verdade, a vida em comum carrega a sombra constante da insatisfação e do conflito, pois só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos, dentro dela, gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito.

Em 1930, houve uma guinada na vida política nacional. Derrotados nas urnas, os conservadores, depois de anos assentados no poder, cedem espaço político e os liberais assumem as rédeas do governo nacional. A vitória de Olaya Herrera (1930-1934) colocou fim a vários anos de República Conservadora. O discurso do novo mandatário e de seus sucessores liberais, até 1946, tinha um tom reformista. Prometia-se a execução de todo um processo de renovação social; porém, durante os 16 anos de governo liberal, não se realizaram as ações necessárias para atender os mesmos assuntos que desgastaram o governo conservador.

Inserido na dinâmica do capital que demandava produção, exportação de produtos e contratação de mão de obra, o governo Liberal foi omissos na execução

⁷ Registros desse processo podem ser encontrados na coleção: *La Violencia en Colombia*, volumes I e II de Gusman, Fals e Umaña (2005), publicada como uma obra pioneira dos estudos da violência em Colômbia no ano de 1962 e reeditada em 2005 pela Editora Taurus.

de leis que protegessem os interesses dos trabalhadores. Nas zonas cafeiras do país, sem a mediação do Estado, os camponeses assalariados começaram a se rebelar, pois se sentiam explorados pelos patrões/latifundiários. Eles percebiam que, enquanto o trabalho físico nas plantações de café era exigente, cansativo e mal remunerado, os fazendeiros, além de não contribuírem com mão-de-obra, angariavam lucros bastante superiores àqueles alcançados pela maioria dos trabalhadores. Além disso, até mesmo o modo de pagar os salários era fraudado. Era uma estratégia utilizada pelos latifundiários para incrementar o lucro, dado que o faziam *in natura*, em medidas de café pesadas em balanças reguladas por eles mesmos. A esse respeito, um camponês comenta: “[...] a fazenda não aceitava pesar o café se não fosse com suas próprias balanças, e todos nós sabíamos que eram adulteradas, carregadas para o lado deles [...]. Dessa forma, nos espancavam duas vezes.” (MOLANO, 1999, p.25). A dupla perda diz respeito ao que lhes subtraía a balança e ao prejuízo ocasionado pela inconveniência de receberem *in natura*. Os camponeses só podiam comprar com dinheiro poderia o que a terra não produzia. Eram longas as distâncias entre as terras trabalhadas e os centros urbanos. Aos trabalhadores não lhes restava alternativa: tinham que vender o café dentro da própria fazenda a um preço inferior do estipulado pelo mercado.

Em meio a essas circunstâncias adversas, começaram a surgir líderes camponeses com grande força de articulação social. Movidas por esses líderes, as comunidades camponesas, amiúde, faziam diversas manifestações de repúdio às imposições do sistema. Muitas dessas manifestações encontravam seu canal de expressão nas mais diversas práticas violentas. Um líder camponês, Isauro Yosa⁸, dizia:

O pessoal contente e satisfeito apoiava a gente. Eles [os trabalhadores rurais] começaram a perceber que tinham direitos e se desafiavam a tê-los respeitados. A prefeitura se manteve firme. No começo era só uma comissão, mas, aos poucos, se foram formando cinco, depois dez. Cada uma tinha sua própria balança. (MOLANO, 1999, p.25).

Das assembleias, manifestações concretas da capacidade de mobilização camponesa, surgiu outro tipo de estrutura organizacional mais coesa e menos espontânea: as Ligas Camponesas⁹.

⁸ O nome de Isauro Yosa (1910-1994) é ligado à lista dos fundadores das FARC, embora tenha passado seus últimos anos de vida pobre e abandonado nas periferias de Bogotá e desvinculado da guerrilha em razão de doenças dos rins.

⁹ Em dezembro de 1934, o jornal *Unirismo* informava que grupos de camponeses pobres e pequenos cultivadores organizaram-se para exigir o pagamento dos salários nas plantações de café e o direito ao uso de terras abandonadas pelos latifundiários.

O funcionamento das Ligas contava com o aval do governo central. As Ligas passaram a ser o instrumento de coesão utilizado pelos camponeses para unificar interesses pessoais e o canal através do qual manifestavam, de maneira coletiva e organizada, as vontades individuais. Eles estavam vivenciando um processo de reflexão que os levava a tomar consciência dos seus direitos, a refletir de maneira crítica sobre a situação de exploração que experimentavam nas relações de trabalho. No calor dos debates, foi levado à mesa de discussão o tema da justiça social, o que acabou por forjar nos camponeses outro olhar sobre as perspectivas de vida comunitária.

A razão de suas lutas começava a mudar de feição. O interesse de continuar em frente com as Ligas não era mais reclamar meramente o pagamento justo de salários e a transparência na forma como o mesmo era efetuado. Em outras palavras, a luta das Ligas deixou de ser movida pela necessidade de aplacar a fome, de obter os meios de subsistência, e se transformou numa luta para satisfazer outras aspirações humanas, como o acesso ao direito à propriedade da terra.

Os confrontos violentos com os latifundiários eram frequentes. Dessa sorte, ainda que a comunhão de interesses tenha sido a causa primeira para tecer vínculos de unidade coletiva entre os camponeses, o que mais gerou coesão entre os membros das Ligas foi o fato de perceberem que viviam sob ameaça dos latifundiários. Assim, a tensão de forças entre trabalhadores e latifundiários alcançou um equilíbrio. O raciocínio dos camponeses era de que os latifundiários tinham acesso à posse de armas e dinheiro para contratar capangas e, para que eles não os dominassem pela força física, precisavam manter-se unidos.

As Ligas congregavam em seu favor um número significativo de componentes, maior que o de latifundiários. Mas o poder dos latifundiários não tinha seu vigor apenas na posse dos meios de produção; eles possuíam, também, o monopólio da violência que, com certa frequência, era subsidiado pelo Estado através da prestação de serviços de segurança por membros da força pública. Fatos como esse mostram que a sobrevivência do monopólio econômico, em certa medida, é garantida pela existência do monopólio da força física.

Entretanto, os camponeses, experimentando alguma segurança inspirada pelo apoio coletivo das Ligas, em aberta oposição aos latifundiários, continuaram em frente, abrindo novas trilhas para suas lutas. Alguns líderes camponeses resgataram da poeira a Lei 200 de 1936, promulgada pelo governo liberal e lembrada como a Lei da Terra. Além de criar instituições bancárias para crédito agrário, essa lei disciplinou especialmente a redistribuição de terras. O princípio legal animou os camponeses a invadir terras improdutivas e fortalecer entre si os vínculos coletivos. O fato de trabalharem juntos em torno de uma causa comum, de pertencerem a

uma organização comunitária que abrigava interesses recíprocos, despertou nos camponeses o desejo de opor resistência ao sistema que os encarcerava e que lhes negava oportunidades de um futuro pleno de significado. A existência das Ligas constituiu clara ameaça aos latifundiários.

A necessidade de trabalho e a falta de espaço físico para construir moradia e garantir a subsistência, motivaram as Ligas a realizarem campanhas de invasão de terras, razão pela qual o conflito, que antes era latente, passou a tomar feições de confronto armado. A seguir, Isauro Yosa descreve as primeiras ações realizadas pelas Ligas:

As Ligas deram uma orientação: roçar para semear, sem respeitar os terrenos baldios que os fazendeiros reclamavam para si. Fizemos comissões de cinquenta ou de cem homens para ir roçar o mato, fazer limpeza e semear. No começo, a polícia conseguia nos tirar do local, mas, aos poucos, perdeu-se o respeito pela autoridade. ‘Não mandar coisas impossíveis - dizia minha mãe - para não se ver desobedecido’. (MOLANO, 1999, p.26).

A invasão de terrenos abandonados tornou-se afronta para os latifundiários. Apoiados pela polícia começaram a agredir os camponeses. Diante das hostilidades, em lugar de minguarem sua força, os camponeses ganharam um ar renovador e adquiriram consciência de sua capacidade de resistência à opressão dos patrões.

As expressões violentas do conflito começaram a ser mais envolventes e direcionadas a alvos concretos. Os líderes camponeses passaram a estar na mira dos latifundiários que, com a colaboração do governo local, tentavam reprimir o movimento camponês. Na interação dos dois grupos em confronto, há um curso lento, progressivo e facilmente identificável da metamorfose da violência. De um estado de tensão latente passa-se a outro de hostilidade para, posteriormente, alcançar o estágio de confronto armado.

O uso da força física para os camponeses era um meio de autodefesa, enquanto para os latifundiários era a forma de reprimir a ação das Ligas e manter seu poderio. A intervenção das forças do Estado em favor dos latifundiários contribuiu significativamente para o recrudescimento da violência. Provavelmente, a equação dos camponeses era: se o Estado usa a violência contra nós, então nós também devemos usá-la contra ele. Evidenciou-se, assim, ainda mais, o processo de tensão de forças contrapostas, mostrando que em processos desse tipo é possível que exista uma regularidade, quase universal, na qual o grupo agredido emprega esforços para oferecer uma resposta ainda mais violenta à agressão recebida. A reciprocidade no empenho em opor violência superior àquela que lhe é dirigida traça o roteiro de um processo de agressões mútuas cada vez mais crescentes.

Quando o eu se transforma em nós

Em 1946, o Partido Liberal é derrotado nas urnas. O Partido Conservador retomou o poder. No seio do liberalismo, a liderança política de Jorge Eliecer Gaitan se consolidava. Homem perspicaz, de grande agilidade mental para intuir as necessidades do povo e hábil guerreiro na arena do discurso social, formou uma frente de opinião em oposição aos interesses das oligarquias. Agregou simpatizantes no parlamento e articulou um grupo político em aberta oposição aos interesses dos partidos hegemônicos. Com suas habilidades políticas, provocou uma grave divisão interna no partido e congregou massas populares advindas dos partidos Liberal e Conservador. Gaitan conseguiu construir uma imagem política que atingia todos os setores sociais, dando a impressão de que, a partir dela, o povo conseguiria enxergar a si mesmo. Pela sua origem humilde, tornou-se o paradigma do homem colombiano que derrota a pobreza pelo esforço pessoal; com seu histórico acadêmico, inspirou respeito nas elites intelectuais do país; com seu discurso inflamado e bem articulado, conseguiu reunir forças políticas diversas: camponeses, operários, empresários, intelectuais. Segmentos fortes de mobilização popular agitavam o país em seu favor. Gaitan era apontado como o futuro presidente da nação, era visto como a pessoa capaz de mudar o destino cego e caótico de um país que, secularmente, se mostrava entretido com as lutas partidárias em detrimento de outras questões essenciais de governo. No entanto, todas essas aspirações afundaram-se no caos. Gaitan caiu assassinado numa rua de Bogotá, em 9 de abril de 1948. Sua morte foi sentida em todo o país e deu causa a um período de graves perturbações sociais e mais de trezentas mil mortes em diversos embates por todo o território nacional.

Na região onde operavam as Ligas, as agressões entre latifundiários e camponeses adquiriram novo vigor, cada um fazia uso da violência com todo o amálgama de possibilidades que tinha a seu alcance. Os latifundiários tinham recursos econômicos para comprar armas e contratar pessoal capacitado para atividades combativas; os camponeses das Ligas se organizavam comunitariamente. Os contínuos ataques levaram os camponeses a organizar comissões, ou seja, grupos de autodefesa locais que tinham como missão vigiar e garantir a segurança tanto das famílias engajadas nas Ligas como, também, da segurança dos demais moradores da região.

Diante de ameaças reais, a intuição alertava os camponeses. Eles sabiam que por maiores que fossem suas capacidades para o combate, por mais rigorosas que se mostrassem a vontade e a disciplina dos combatentes, por mais perspicazes que fossem sua inteligência e ousadia, eles sozinhos não poderiam preservar por muito tempo a vida das famílias congregadas no território ocupado. Para garantir maior segurança, era necessário aumentar a força de ataque e isso só seria possível pelo

envolvimento de um número significativo de indivíduos com capacidade combativa, capaz de manter o equilíbrio de forças nessa rede de conflitos humanos.

Realizaram-se alianças com outros grupos camponeses que atravessavam por situações de ameaça semelhantes. Dessas alianças surgiram assentamentos comunitários com organização autônoma, indiferentes ao ordenamento jurídico prescrito pelo Estado. Nos assentamentos, os camponeses viam concretizar-se o desejo de possuir uma terra que lhes possibilitasse uma vida mais digna e feliz. Os assentamentos tornaram-se a terra dos camponeses e, aos olhos deles, uma zona liberada, um lugar aberto para construir sonhos e acalantar esperanças, uma terra comum para trabalhar, produzir e vencer as angústias ocasionadas pela pobreza e pelo desamparo de um Estado ausente. Ali, os camponeses viam-se livres da influência do poder financeiro dos latifundiários e das ameaças constantes das disputas partidárias. Esses núcleos agrários tornaram-se o modelo daquilo que posteriormente seria denominado pela oligarquia colombiana como as Repúblicas Independentes.

Fragilizados pelas constantes revoltas populares, em 13 de junho de 1953, com o beneplácito das oligarquias nacionais, os militares assumiram as rédeas do governo na pessoa de Gustavo Rojas Pinilla. Em seu primeiro discurso, Rojas ofereceu anistia aos grupos armados e prometeu incorporar nas fileiras do Exército os combatentes dos grupos de autodefesa camponesa. Com a abertura do governo para dialogar com os camponeses, alguns assentamentos comunistas se dispersaram. Mesmo desconfiando das promessas do ditador, alguns camponeses sublevados decidiram se reintegrar à vida civil. Outros grupos continuaram unidos pelo vínculo do Partido Comunista.

Uma porta que se abre

O governo militar (1953-1957) revelou-se como um conservadorismo renovado. A economia alcançou certa estabilidade, a violência apresentou significativo declínio e o Partido Comunista Colombiano foi declarado ilegal. Em 1957, o governo de Rojas foi substituído por uma aliança que outrora parecia impossível: os Partidos Liberal e Conservador se aproximaram e se coligaram para juntos reaverem o poder perdido. Essa estranha aliança foi denominada como a Frente Nacional¹⁰, uma forma legal de monopolização do poder por dois únicos

¹⁰ A Frente Nacional foi consequência da Frente Cívica, desse compromisso assinado pelos líderes dos partidos Liberal e Conservador cuja finalidade era revezar entre si, de forma alternada, a presidência da república.

partidos. Conforme a alternância ajustada, o primeiro período de governo, coube ao Partido Liberal, representado por Alberto Lleras Camargo.

Para os grupos de camponeses, a transição do governo militar para o da Frente Nacional não abria nenhuma perspectiva de transformação social que pudesse beneficiá-los. Eles não percebiam indícios de qualquer modificação efetiva das condições de vida em que se encontravam. No governo liberal de Lleras Camargo (1958-1962), acirrou-se a perseguição ao comunismo e se engendrou uma série de estratégias para alcançar esse objetivo. Entre essas estratégias, ganham destaque as denominadas brigadas de paz, que eram campanhas intensas de assistência social¹¹ nas regiões habitadas por militantes comunistas. O governo justificou as brigadas de paz como uma tentativa de fazer chegar às comunidades periféricas à assistência do Estado, propiciando espaços de inserção social e de desenvolvimento humano. No entanto, para os camponeses perseguidos como comunistas, elas não eram mais do que manobras do governo para se infiltrar nas comunidades, liquidar sistematicamente seus líderes e favorecer os interesses econômicos dos latifundiários.

A exclusão das massas aumentava. A burguesia, por conservar distância dos problemas que atingiam as zonas rurais do país, não conseguia perceber as dimensões do conflito agrário nem entender os protestos dos camponeses pelo abandono em que viviam. As causas dos conflitos nas zonas rurais continuavam sendo as mesmas de décadas passadas. O clientelismo continuava suscitando embates entre os grupos políticos que disputavam o poder local e a distribuição dos cargos públicos. A deficiência das redes de comunicação terrestre continuava condenando vastas regiões do país ao atraso e à estagnação econômica pela falta de meios adequados para agilizar o comércio. A reforma agrária não conseguia operar nenhum efeito concreto na vida dos pequenos cultivadores e dos colonos que perambulavam pela cordilheira oriental em busca de trabalho. Também, nas cidades, o clima de insatisfação agitava os ânimos: sindicatos, agremiações e movimentos estudantis começaram a se mobilizar e a pressionar o Estado que, lento e centralizado, parecia desconhecer as necessidades reais da nação.

A aliança entre liberais e conservadores, representada pela Frente Nacional, rapidamente se desmoronou. O governo liberal (1958-1962) começou a ser criticado pela estagnação da economia, pela falta de agilidade no desenvolvimento de projetos sociais e pela ausência de resultados na tentativa de pacificar a nação. Já no parlamento, a crítica que adquiria maior força era a falta de atitude capaz de deter

¹¹ Mesmo contando com a participação de voluntários da sociedade civil, a coordenação das brigadas de paz, era responsabilidade do Exército Nacional e executava atividades assistencialistas: corte de cabelo, extração de dentes, revisão médica, distribuição de alimentos e de medicamentos e cadastro da população civil.

as ações do Partido Comunista. As pressões políticas se intensificavam e o Diretório do Partido Conservador conseguiu que o governo rompesse as relações diplomáticas com Cuba. Nos bastidores da política do Estado, a existência dos assentamentos comunistas, chamados pelas elites de Repúblicas Independentes, era considerada uma ameaça à soberania nacional e, pela mesma causa, passava a ser posta sobre a mesa de discussão.

No começo da década de 1960, assentamentos comunistas como *El Davis*, *El Pato*, *Guayabero*, *Cimacota*, *Rio Chiquito* e *Marquetalia* chamavam a atenção nacional. Em 25 de outubro de 1961, em acalorado debate no Senado da República, alguns parlamentares, além de colocarem em pauta a questão do domínio territorial, necessário à preservação da soberania nacional, exigiram do governo uma presença mais efetiva nesses lugares onde a tradicional ausência do Estado criou as condições necessárias para uma organização autônoma de certas comunidades. Diante dessas exigências, o governo de Lleras Camargo não teve mais alternativa senão continuar apostando nas campanhas de paz. Em 1962, os liberais deixaram o poder com a imagem política desgastada e com profundas divisões internas no partido.

Conforme pactuado na criação da Frente Nacional, a vez de governar o país cabia ao Partido Conservador, e esta incumbência foi cumprida por Guillermo León Valencia (1962-1966). Seu primeiro passo já era esperado em razão dos posicionamentos de seu Partido: eliminar as Repúblicas Independentes. Para os camponeses, um governo Conservador significava o prenúncio de uma ofensiva militar patenteada por princípios constitucionais. E essa intuição tinha sentido. Para um Estado que experimentava um progressivo enfraquecimento, a realização de um ataque espetacular significaria uma grande demonstração de força e uma tentativa válida para recuperar a confiança dos seus opositores e congregar forças políticas dissidentes.

De fato, pouco tempo depois de assumir o poder, o governo tomou a decisão de recuperar os territórios dominados pelos comunistas. O primeiro assentamento escolhido foi *Marquetalia*, formado sob a liderança de Manuel Marulanda Vélez¹². Esse assentamento situava-se numa pequena aldeia na parte oriental da Cordilheira dos Andes, cujo terreno se caracterizava pela fertilidade do solo e pela topografia espessa que dificultava o acesso. Pressionados por essa ameaça latente, os camponeses procuraram, pela mediação de alguns políticos e intelectuais, falar com o governo central¹³. Mas toda tentativa para evitar a invasão armada a *Marquetalia* lhes foi negada.

¹² Seu nome verdadeiro é Pedro Antonio Marin (1930-2008), camponês colombiano considerado como o principal estrategista militar, ideólogo e fundador das FARC.

¹³ Quando foi confirmado o operativo militar contra *Marquetalia*, além da mobilização dos camponeses, houve uma série de manifestações de apoio às lutas dos camponeses por diversos setores da sociedade

A Operação *Marquetalia* começou em 27 de maio de 1964. O operativo contava com a participação de um batalhão de 16.000 soldados, 10 aviões e de toda a tecnologia bélica de que dispunham os militares. A justificativa para uma ofensiva militar desse porte era a suspeita de que nesse lugar existisse um exército comunista forte, que contava com armamento pesado, de grande potência e com o apoio logístico e militar da Rússia. Os camponeses de *Marquetalia* previam para 18 de maio a invasão militar. Assim, desde o início do mês, desocuparam suas casas, espalharam as famílias em diversos lugares e fizeram os preparativos para o confronto armado. Para eles, a invasão não era uma experiência nova, pois a violência partidária há tempos os tinha adestrado para a defesa e o ataque em desigualdade de condições. Esses tempos de violência os obrigaram a amargar as penúrias e os desapegos que o êxodo implicava. Mas havia uma diferença com os confrontos antigos. Nas lutas pela terra, os camponeses estavam com suas famílias e não se viam obrigados a abandonar seu território. No confronto de *Marquetalia*, o desafio era distinto e o núcleo familiar não mais podia estar envolvido nos confrontos que se avistavam.

Os camponeses organizaram um pequeno exército com aqueles que estavam em condições de combate, com os filhos e esposos dispostos a lutar e a tentar conservar o domínio da terra que tinham conquistado com trabalho. Na versão dos guerrilheiros, eles não dispunham de arsenal militar. Com ferramentas usadas para a lavoura do campo fabricaram as armas para lutar. Os camponeses que lideravam esse acampamento¹⁴ planejaram sua defesa usando como método a guerra irregular: atacar por surpresa, agredindo e despojando o inimigo de tudo o que poderia possuir (armas, fardamento, alimentos e, principalmente, equipamento de dotação militar) para logo se dispersar, embrenhando-se nos campos, em seguida na população civil e, por fim, deslocando-se a um algum lugar previamente escolhido, onde o guerrilheiro se uniria aos demais para avaliar as ações realizadas e planejar novos ataques.

Os combates começaram em 27 de maio de 1964, data celebrada como a do nascimento das FARC-EP. As previsões militares eram de concluí-lo em 15 dias, mas pela destreza dos camponeses prolongou-se por mais de quatro meses. A finalização desses embates foi celebrada com espírito de vitória pelas duas partes em confronto. Para o Exército, a posse simbólica da região de *Marquetalia* significou recuperar para o Estado a soberania sobre esse território. Para os camponeses, além de ter sobrevivido a um combate desigual, essa batalha significou uma vitória pelo fato

civil nas cidades.

¹⁴ O grupo contava com líderes calejados no combate armado e na organização de massas. Jacobo Arenas, Hernando Gonzáles, Ciro Trujillo, Isaura Yosa e Marulanda Velez se destacaram como os grandes articuladores sociais dos combatentes camponeses.

de ter-se constituído a melhor maneira de manifestar ao Estado sua força e seu poder combativo. Enquanto os camponeses perderam dois combatentes, o número de baixas no Exército ainda hoje se mantém no silêncio. Uma parte significativa da dotação militar da força pública foi tirada pelos camponeses para fortalecer seu nascente exército revolucionário. A guerra irregular, como estratégia de combate, a adoção de um sistema disciplinar rígido, o delineamento de um ideário político e a ausência do Estado de grande parte das zonas rurais da Colômbia, possibilitaram a consolidação das FARC e o começo de uma guerra que leva mais de meio século e que carece de um fim previsível.

No desenvolvimento da nossa análise colocamos em evidência que as FARC, em certa medida, resultaram de um longo e tenso processo de interação social. Percebemos que nesse processo o poder individual é limitado, quando relacionado com as tentativas de alterar o curso dos eventos históricos. Notamos que sobre as manobras individuais, quase sempre, termina-se impondo a força da dinâmica da vida coletiva. Dessa sorte, concluímos que é a sociedade a que fornece os modos de percepção das demandas individuais, assim como os recursos e os valores que impelem os atores sociais a agir em uma direção que não é determinada pela criatividade individual, mas pelas conexões que dão coesão ao tecido social.

WHEN 'I' BECOMES 'US': AN ANALYSIS OF THE FORMATION PROCESS OF FARC

ABSTRACT: *With multidisciplinary dialogue as a starting point and relying on the theoretical and methodological support offered by Sociology, this article intends to analyze the process that lead to the transformation of a peasant self-defense group into a guerrilla group. Supported by Colombian historiographical sources, the author describes the social demands that enabled the formulation of a military disciplinary code and a political project that define the characteristic features of this group. Similarly, the reader will note that the emergence of the Colombian guerrilla movement FARC is the result of historic processes where political, economic, communal and military dimensions intersect in a hostile manner with the dreams, utopias and aspirations of singular individuals.*

KEYWORDS: *Power. Domination. Resistance. Revolutionary Movement. FARC.*

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
- BUSHNELL, D. **The Santander regime in gran Colombia**. Connecticut: Greengood Press, 1970.
- ELIAS, N. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997a.
- _____. **O processo civilizador I e II**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997b.
- _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.
- ESTATUTO FARC – EP. **Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del pueblo**, 2007. Disponível em: <<http://farc-ep.co/pdf/Estatutos.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2016.
- GIDDENS, A. **O Estado-nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea no materialismo histórico. São Paulo: Ed. da USP, 2001.
- GUSMAN, G. C.; FALS, O.; UMAÑA, E. **La violencia en Colombia**. Tomos I e II. Bogotá: Tauros, 2005.
- MOLANO, A. **Trochas y fusiles**. Santa Fe de Bogotá: El Ancora Editores, 1999.
- SÁNCHEZ, G.; PEÑARANDA, R. **Pasado y presente de la violencia en Colombia**. Bogotá: Cerec, 1991.
- SCHUTZ, A. **El problema de la realidad social**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974
- SIMMEL, G. **Sociologia I**. Madrid: Biblioteca de la Revista de Occidente, 1977.
- _____. **Les problems de la philosophie de l'Histoire**. Paris: PUF, 1985.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. da UnB, 2009.

Recebido em 28/01/2015.

Aprovado em 06/05/2016.

Artigos/Articles

A MOBILIZAÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

*Jaqueline Priscila da Silva Souza D'AGOSTINO**

*Maria Gabriela S. M. C. MARINHO***

RESUMO: O objetivo deste artigo foi analisar a constituição, a mobilização e os processos de negociação do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste da cidade de São Paulo, para a implantação de um campus da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) naquela região. Trata-se de um movimento popular cujas origens remontam ao histórico de mobilizações da região em torno de demandas por serviços públicos desde a década de 1940. Nos anos de 1980, as reivindicações locais incorporaram a demanda por ensino superior. Ao longo das duas décadas subsequentes, a população conquistou a implantação de uma Faculdade de Tecnologia (FATEC) e uma unidade da Universidade de São Paulo, a chamada USP-Leste, ambas sob a responsabilidade do governo estadual. A metodologia privilegiou fontes primárias, utilizando entrevistas realizadas com lideranças e ativistas locais, atas do Conselho Universitário da UNIFESP, além de dados obtidos através da imprensa e pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Universidade pública. Processos de negociação.

Introdução

Espaço de tensões, conflitos e disputas - e perfilada entre as maiores metrópoles do mundo - a cidade de São Paulo, de acordo com Souza (2014, p.23)

* UFABC - Universidade Federal do ABC, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Santo André – SP – Brasil. 09210-180 - jaqueline.sdagostino@gmail.com.

** UFABC - Universidade Federal do ABC, Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Santo André – SP – Brasil. 09210-180 - gabriela.marinho@ufabc.edu.br.

vivencia o abandono nas políticas públicas, o que resulta em “[...] aumento nas demandas de serviços sociais, de toda ordem. Há carências de tudo: de transporte, de escolas, de equipamentos e serviços de saúde, de projetos cidadãos, enfim”. Contudo, não se tratam de demandas recentes e sim históricas, em particular na região da Zona Leste de São Paulo, onde os movimentos sociais têm se organizado em torno de seus interesses desde a década de 1940.

No que tange à educação superior, a presença da universidade como parte da rede de serviços indisponíveis localmente, ganhou espaço na agenda de reivindicações ao longo dos anos 1980, ou seja, no contexto da redemocratização política. O debate amadureceu e ganhou relevância ao longo da década de 1990, quando as políticas governamentais para o ensino superior público foram reduzidas com drásticos cortes nas verbas, acompanhadas pela ênfase ostensiva na expansão da rede privada de ensino superior (CORBUCCI, 2007).

Todavia, durante a década de 2000, os grupos organizados na Zona Leste obtiveram a primeira conquista com a implantação em 2002 da Faculdade de Tecnologia (FATEC-ZL) e, em 2005, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), que se tornou mais conhecida como USP-Leste. Apesar da importância destas conquistas, os modelos implantados não corresponderam às expectativas e reivindicações da população. Insatisfeito, o movimento prosseguiu entre 2008 e 2009 em busca de novos compromissos junto à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e, posteriormente, com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Ainda em 2009, a população organizada decidiu instituir o Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste, ao identificar novas oportunidades para a região com os Programas de Expansão I das Universidades Federais em 2003 e de Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2008. Tais planos e programas compunham a nova política nacional para o ensino superior estabelecida a partir de 2003, durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Após tratativas com o Ministério da Educação (MEC), o Movimento conseguiu inserir suas demandas nos programas de expansão, cabendo à UNIFESP implantar o campus Zona Leste. Até 2009, a expansão da Universidade alcançou os municípios de Santos, Diadema, Guarulhos e São José dos Campos. No entanto, pela primeira vez, a instituição se deparava com o atendimento de uma demanda social direta na sua cidade de origem.

O poder de mobilização do Movimento, expresso na capacidade de forjar compromissos com administrações estaduais e federais, pode ser explicado pela representatividade da Zona Leste no contexto da cidade de São Paulo. Com cerca de quatro milhões de habitantes, a região da Zona Leste corresponde a

aproximadamente 35% dos distritos e da população da cidade e 37,5% do total do número de subprefeituras presentes no município (SÃO PAULO, 2014a, 2014b, 2014c). Nesse sentido, além do MEC e da própria UNIFESP, o Movimento buscou negociar também com a Prefeitura Municipal de São Paulo, conforme analisado a seguir.

O movimento e seu contexto

O processo de expansão urbana e industrial da região leste da cidade de São Paulo teve início entre o final do século XIX e o começo do século XX, após a crescente ascensão da produção cafeeira no interior do estado e o aumento populacional na região, assim como nas regiões sul e oeste da cidade (AZEVEDO, 1945 apud MORCELLI, 2013). Beneficiadas pelo vale do Tietê no sentido Leste-Oeste e pela construção de estradas de ferro e de rodagem, diversas indústrias se instalaram na região a partir da década de 1930, contribuindo para a migração de trabalhadores do campo que ali se instalaram a partir de 1940, provenientes, sobretudo, do interior de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste do país. Estes fluxos migratórios alteraram a composição social da classe operária, possibilitando a emergência de setores populares alocados em áreas periféricas da cidade, como a Zona Leste (AZEVEDO, 1945 apud MORCELLI, 2013; SOARES DO BEM, 2006; FONTES, 2008).

Neste modelo de industrialização e urbanização “[...] calcada sobre as carências de serviços de consumo coletivo nas periferias das grandes cidades” (SOARES DO BEM, 2006, p.1147), o Estado não disponibilizava infraestrutura adequada aos setores populares para sua reprodução nesse novo espaço, se opondo, portanto, aos interesses populares e mantendo a típica relação dicotômica entre Estado e sociedade (SOARES DO BEM, 2006; FONTES, 2008). O processo de redemocratização do país em 1945 e a ampliação dos serviços de transporte e de comunicações favoreceram a crescente participação popular na região e consequentemente, o surgimento de movimentos sociais (SOARES DO BEM, 2006).

Foi no cenário fabril, contando com a ampla participação de operários entusiasmados com a redemocratização após o fim do Estado Novo, que a atuação popular influenciou na retomada da disputa político-partidária e na revitalização do movimento sindical (SOARES DO BEM, 2006; FONTES, 2008). Nesse contexto, lembra Costa (2014) que os movimentos articulados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e às organizações até então clandestinas e de amigos de bairros, já lutavam pela criação de escolas na periferia de São Paulo e resistiram aos obstáculos impostos por uma elite distanciada daquela realidade social.

O golpe militar de 1964 desmantelou os movimentos sociais e disseminou o clima de terror, medo e opressão operado pelo Estado de Exceção, impedindo a constituição de organizações similares. Com isso, militantes remanescentes dos grupos desarticulados viabilizaram a criação dos movimentos de base sob o acolhimento da Igreja Católica atuante e engajada na região (BRANT, 1983 apud SOARES DO BEM, 2006; POLETTTO, 2012). Amparada pelas diretrizes liberalizantes do Concílio Vaticano II (POLETTTO, 2012), a ala progressista da instituição abriu “[...] espaços para discussões e orientações políticas da Igreja, no qual religiosos, não só católicos, começam a elaborar uma teologia vinculada às lutas sociais.” (MENEZES NETO, 2007, p.332).¹ Desse modo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se constituíram no interior da Igreja Católica sem planejamento prévio. Enquanto organização, as CEBs articularam e desenvolveram propostas pastorais e sociais que se mantiveram ativas até os anos de 1980, quando seu papel e atuação na América Latina foram restringidos, tornando-se, no entanto, atores relevantes na emergência de organizações da sociedade civil (POLETTTO, 2012).

A redemocratização do país ao longo da década de 1980 e a promulgação da nova constituição federal favoreceram a inserção da educação superior na agenda de demandas sociais da região da Zona Leste da cidade (DIAS, 2009; BRASIL, 1988). A reivindicação por uma universidade pública passou a ser discutida em reuniões realizadas no bairro de São Miguel Paulista, localizado como um dos bairros mais antigos de São Paulo com origem ainda nos tempos coloniais. Os encontros eram organizados aos finais de semana, com a participação de professores da UNICAMP e da USP, assegurando desse modo à presença de intelectuais reconhecidos pela comunidade acadêmica como Milton Santos, Demerval Saviani e Jair Borin (MARCHIONI, 2014).

A relevância da universidade pública para a população local se fez acompanhar de uma ampla discussão entre os próprios moradores que, inicialmente, questionavam essa pauta, afirmando: “Mas nós não temos creches e cursos de primeiro grau, por que precisamos de uma universidade?” (MARCHIONI, 2014). Sob o argumento do educador Anísio Teixeira, Padre Ticão (MARCHIONI, 2014) esclareceria que as lutas não eram excludentes. Pelo contrário, a conquista de creches, cursos de primeiro e segundo grau de excelência seriam obtidos com universidades de excelência.

Convencidas as bases do Movimento, a reivindicação pela universidade se fortaleceu nos debates que resultaram na criação em 1993 do Fórum de Educação da Zona Leste (MARCHIONI, 2014; COSTA, 2014). Em 1999, o

¹ Contudo, somente após a conferência de Medellín, em 1968, o papel do evangelho foi redefinido frente às injustiças sociais e impulsionado o movimento de pastorais nas áreas periféricas de grandes cidades, como São Paulo (SOARES DO BEM, 2006).

Fórum organizou o Manifesto pela Universidade Pública na Zona Leste com mais de duas mil assinaturas, apresentando para a UNIFESP demandas como a instalação da Universidade na região, com a oferta de cursos superiores na área da Saúde e a prestação de serviços de extensão para a comunidade (RODRIGUES, 2008). Dessa pauta inicial, a UNIFESP atendeu apenas a demanda por serviços de extensão, oferecendo cursos de auxiliar de enfermagem e de cuidadores de idosos (RODRIGUES, 2008; MARCHIONI, 2014).

Paralelamente, a primeira instituição pública de ensino superior da região foi conquistada no governo de Mário Covas, a partir do episódio conhecido pelos integrantes do Movimento como a “luta contra o cadeião na Águia de Haia”, no bairro de Ermelino Matarazzo². No começo da década de 1990, o governo do estado pretendia construir duas penitenciárias com capacidade para 900 detentos na Avenida Águia de Haia, uma via importante na região (COSTA, 2014; MARTINS, 2014). Estudos encomendados por movimentos sociais da região apontaram a existência de 31 unidades educacionais em um raio de cinco quilômetros, composta por creches e escolas de segundo grau (MARTINS, 2014). Após cinco anos de luta contra o cadeião e sob o argumento da necessidade de universidades públicas na região, foi implantada a Faculdade de Tecnologia da Zona Leste (FATEC-ZL) juntamente com a Escola Técnica Estadual (ETEC) da Zona leste em 2002, ao invés das penitenciárias, formando o Centro Tecnológico da Zona Leste (CTZL) que manteve essa denominação até 2009, atuando a partir de então como instituições separadas (SÃO PAULO, 2014d). Contudo, Costa (2014) avalia que o perfil da FATEC-ZL não atendeu ao desejo da população, por conter um modelo pedagógico mais barato alicerçado em uma estrutura com cursos tecnológicos de curta duração.

Pouco depois do início da FATEC, as atividades de extensão da UNIFESP são encerradas em 2003, sob o protesto da população local (MARCHIONI, 2014). Por outro lado, os moradores mantiveram-se mobilizados por meio de abaixo assinado ao governo do estado, em um contexto no qual a expansão do ensino superior em São Paulo era objeto de discussão³. Após reunião sobre a expansão das universidades paulistas, ocorrida na cidade de Piracicaba, com a presença de representantes da USP, UNICAMP e UNESP, o governador ligou para um dos principais coordenadores do Movimento, comunicando: “Padre Ticão, será na Zona Leste” (MARCHIONI, 2014).

A criação da USP Leste em 2005 no bairro de Ermelino Matarazzo foi considerada, portanto, importante vitória dos movimentos sociais da região. Contudo, apesar da conquista, a USP Leste não desenvolveu vínculos com a

² Governador do Estado de São Paulo no período de 1995 a 2001.

³ Nesse período o governador do Estado de São Paulo era Geraldo Alckmin, vice-governador que assumiu após o falecimento de Mário Covas em 2001.

população local, seja pelo escopo dos cursos oferecidos, seja pelo distanciamento com as entidades e lideranças da localidade (MARCHIONI, 2014). Com disso, a mobilização foi retomada com tratativas - infrutíferas - junto a UNESP entre 2008 e 2009. Paralelamente, a UNIFESP passou a ser convidada pelos movimentos sociais a participar dos encontros organizados periodicamente, sendo representada pelo então diretor do campus Guarulhos, Marcos Cezar Freitas (COSTA, 2014).

Diante dos Programas de Expansão I das Universidades Federais e de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criados em 2003 e 2008, respectivamente, visando à interiorização do ensino e de sua expansão territorial, Marchioni (2014) e o deputado estadual Adriano Diogo propuseram o aprofundamento da mobilização pela universidade pública, dessa vez junto ao sistema federal de ensino superior. (DIOGO, 2012a).

Em busca de uma universidade federal na zona leste

A mobilização popular prosseguiu com a criação do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste em 2009, composto por representantes de ações mais antigas, como os movimentos por moradia, transporte, saúde ou de grupos específicos como professores e pequenos comerciantes e representantes de vários segmentos dos bairros da região (MARTINS, 2014; COSTA, 2014).

Inserido em uma sociedade contemporânea articulada numa sociedade global (IANNI, 2011), o Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste foi organizado em redes, utilizando os meios de comunicação e de informação e interagindo intensamente com outros grupos “[...] por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais” (GOHN, 2013, p.13). Desse modo, fortaleceram e ampliaram a heterogeneidade das temáticas e demandas, alterando o cotidiano e a dinâmica dos movimentos (GOHN, 2013).

Na análise de Scherer-Warren (2006, p.113) na sociedade das redes os movimentos sociais “[...] percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos sociais com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania”.

O Movimento atua sob a ótica da coletividade com a proposta de uma liderança horizontal, sem um líder específico, mas, sobretudo, com coordenadores, dentre eles: Luís França, Valter de Almeida Costa, Antônio Luiz Marchioni (Padre Ticão), a ex-deputada estadual Ana Martins, o deputado estadual Adriano Diogo e a vereadora da Câmara Municipal de São Paulo Juliana Cardoso. Entretanto, Costa

(2014) esclarece que apesar dessa estrutura horizontal, existem representantes que são referência para organizações e autoridades, mas qualquer membro pode representá-lo (MARTINS, 2014). A atuação de políticos e religiosos na Zona Leste evoca a história de movimentos sociais liderados pelo PCdoB, bem como ações do bispo Dom Angélico Sândalo Bernardino a partir dos anos 70, lembra Padre Ticão (MARCHIONI, 2014). A Igreja Católica continua atuante por meio de encontros realizados na Paróquia de São Francisco de Assis, em Ermelino Matarazzo, com a presença da população, autoridades e personalidades políticas locais (COSTA, 2014).

Movimento e universidade negociam o novo campus

O processo de mobilização resultou na realização, em 2009, de encontro na Igreja de São Francisco de Assis em Ermelino Matarazzo, com a proposta de criação da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Federal, projeto apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pela vereadora Juliana Cardoso em maio do mesmo ano (DIOGO, 2009a). Em seguida, os representantes do Movimento reuniram-se com o chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para tratar do tema (DIOGO, 2009b). Para Costa (2014), a negociação com o poder executivo foi possível em razão da pressão política demonstrada pela mobilização dos envolvidos. As articulações prosseguiram com o envio de abaixo-assinado ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva⁴ e ao Ministro da Educação, Fernando Haddad⁵. Pouco depois, o Movimento foi recebido pelo Ministro e comunicado da decisão de criação de uma universidade na região, com a condição de que a Prefeitura de São Paulo providenciasse o terreno (MARCHIONI, 2014).

Nesse contexto, a UNIFESP inseriu-se nas tratativas e, ao final de 2009, o então reitor Walter Manna Albertoni⁶ participou do encontro entre o Ministro da Educação e o Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab⁷, para discutir a questão (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2009). Até aquele momento, a UNIFESP havia aderido aos programas de expansão com a abertura de novos campi nas cidades de Santos, Diadema, Guarulhos e São José dos Campos.

As articulações prosseguiram e em dezembro de 2009, em novo encontro, reunindo dessa vez, o chefe de gabinete da Presidência da República, o Ministro da Educação, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores e Prefeitos,

⁴ Presidente da República no período de 1 de janeiro de 2003 a 1 de janeiro de 2011.

⁵ Ministro da Educação no período de 29 de julho de 2005 a 24 de janeiro de 2012.

⁶ Reitor da UNIFESP entre fevereiro de 2009 a fevereiro de 2013.

⁷ Prefeito de São Paulo no período de 31 de março de 2006 a 1 de janeiro de 2013.

foram apresentadas propostas de instalação de dois novos campi da UNIFESP, respectivamente nas Zonas Leste e Sul do município São Paulo. O Reitor da UNIFESP descreveu a reunião como sendo “extremamente política e o governo garantiu condições de abrir os campi nesses locais, mas gostariam que fosse com a UNIFESP. Salientou que todas as possibilidades serão analisadas, mas os estudos serão realizados com cautela”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2009).

Enquanto mantinha-se indefinido o terreno para o campus Zona Leste, nas reuniões do Conselho Universitário da UNIFESP (CONSU) foi decidido que os cursos para os novos campi não seriam ofertados até que houvesse infraestrutura, evitando-se a precariedade das condições como ocorreu com a implantação recente dos demais campi (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2010). Contudo, apesar da dificuldade para se encontrar na Zona Leste um terreno descontaminado, em março de 2010, o Movimento indicou, no bairro de Itaquera, espaço com 187 mil m² dos quais 22 mil m² eram de área construída.

O imóvel indicado, a antiga fábrica metalúrgica Gazarra, falida há 90 anos e em leilão, necessitava de adaptações para sua utilização como Universidade (DIOGO, 2010a). Pouco depois, em maio de 2010 a indicação foi aprovada pelo CONSU e o local tornou-se posteriormente reconhecido como de utilidade pública pela administração municipal, permitindo assim o processo de desapropriação do terreno (DIOGO, 2010b).

A primeira gestão de Dilma Rousseff⁸ na Presidência reafirmou o compromisso do governo federal na implantação do campus e comunicou que o projeto pedagógico dos cursos já poderia ser objeto de discussão, o que estimulou Padre Ticão a incentivar nos encontros do Movimento as pessoas a pensarem nos cursos que o campus poderia oferecer. Nesse sentido, em janeiro de 2011, o Movimento inicia uma nova frente de discussão, dessa vez, a definição do perfil de atuação do novo campus, realizando encontros com a presença de mais de 300 pessoas (DIOGO, 2011a).

Em decorrência, a Pró-Reitoria de Extensão da UNIFESP, dirigida na época por Eleonora Menicucci de Oliveira, recebeu documento com as reivindicações demandadas, entre as quais, cursos para formação de cuidadores de idosos, instalação do observatório de políticas públicas, programas de saúde para jovens e em medicina esportiva (DIOGO, 2011b). Como as atividades de extensão já eram ofertados pela Escola de Cidadania da Zona Leste, a instituição decidiu que sua participação se restringiria a certificação de cursos que abordavam temas como: “[...] reforma

⁸ Presidente da República de 1º de janeiro de 2011 até a atualidade, 2016 (suspensa desde 12 de maio de 2016).

política, orçamento público e cursos da Universidade Federal na Zona Leste como cidadania, desenvolvimento, participação, ética, comunicação, partidos políticos e cultura.” (DIOGO, 2011c, 2011d). Para a graduação, a discussão sobre os cursos ficou a cargo da Secretaria de Gestão da UNIFESP, responsável pela elaboração dos estudos e o início da graduação foi projetado para 2013. Em abril de 2012, a instituição assinou pactuação com o MEC garantindo recursos humanos e financeiros para a continuidade na implementação do programa de expansão (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2011, 2012).

Em relação às instalações físicas, o processo de desapropriação do terreno pela Prefeitura de São Paulo foi concluído em 18 de maio de 2012, após impasses sobre o valor do imóvel, sendo, enfim, adquirido por R\$ 69,9 milhões de reais (DIOGO, 2012a, 2012b). A doação do terreno à UNIFESP ocorreu durante a solenidade de comemoração do aniversário da cidade de São Paulo em 2013, quando o Ministro da Educação informou sobre a autorização para contratação de professores e técnicos administrativos (PADILHA..., 2013). No entanto, apesar do anúncio público, a cessão do terreno à Universidade ainda tramitava na Câmara de São Paulo e os recursos para a implantação do campus Zona Leste não estavam totalmente assegurados (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2013a). As indefinições levaram a nova reitora, Soraya Soubhi Smaili⁹, a reconhecer que não haveria tempo hábil, condições e recursos para realização do vestibular em 2014.

Em abril de 2013 a cessão do terreno por 90 anos foi aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo. A partir daí, o governo federal deveria, em um ano, apresentar proposta de implantação do campus à Prefeitura e três anos no máximo para concluir as obras (DIOGO, 2013). Entretanto, a Universidade ainda não era responsável pelo terreno, pois dependia da aprovação do CONSU para aceitação da escritura do terreno e assinatura da cessão. Dependia, também, do laudo de contaminação do solo e de relatórios ambientais em razão de áreas de preservação existentes no entorno. Deveria, ainda, realizar manutenções nos galpões no terreno (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2013b).

Um dado relevante que deve ser assinalado refere-se à posição do Conselho Universitário, que decidiu apresentar o projeto pedagógico e o cronograma de implantação somente após a realização de audiências públicas na Zona Leste, na Câmara de São Paulo e na própria UNIFESP. Diferentemente dos demais campi, na visão de Javier Amadeo, assessor da Reitoria, o campus da Zona Leste será implantado com “[...] planejamento democrático, discutido com toda comunidade universitária, mas também com uma discussão ampla com as autoridades públicas e a comunidade da região.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2013c).

⁹ Reitora da UNIFESP de fevereiro de 2013 até a atualidade, 2016.

Realizada a consulta pública na Zona Leste, a Universidade providenciou os estudos sobre possíveis cursos a partir das demandas dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, seguiu acompanhando a emissão do laudo de contaminação junto à Prefeitura, além de preparar avaliações do imóvel e cronograma de ocupação. No CONSU, a Pró-Reitora de Graduação, Maria Angélica Pedra Minhoto, apresentou a proposta de formação da Comissão de Implantação do Campus da Zona Leste, que teria a participação paritária de dezesseis membros, entre os quais, representantes do Movimento e da comunidade universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2013d)¹⁰.

Na segunda audiência pública realizada na Câmara Municipal, a implantação do campus e o projeto pedagógico entraram na pauta de discussão. Na ocasião, foram relatados os problemas de infraestrutura e de pessoal nos demais campi da UNIFESP e identificadas divergências nas pactuações assinadas anteriormente com o MEC. Naquela circunstância, a UNIFESP assegurou-se de que, mesmo sem a formalização da pactuação, os recursos necessários para implantação do novo campus estavam garantidos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2013e).

A partir dos trabalhos da Comissão de Implantação, a UNIFESP promoveu em fevereiro de 2014, o Seminário sobre o Projeto Pedagógico do campus Zona Leste com a proposta de criação do Instituto das Cidades e Assentamentos Humanos. O Instituto prevê uma base pedagógica interdisciplinar com cursos de engenharia, arquitetura, urbanismo, design com ênfase nos serviços públicos, geografia, turismo e gestão de políticas culturais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2014).

No encontro, foram assinaladas as dificuldades orçamentárias, inclusive em relação aos demais campi. Assim, apesar dos avanços com a concretização da Escola de Cidadania e do Observatório de Políticas Públicas, ainda restavam até o começo de 2015, pendências como a liberação do terreno para emissão de escritura definitiva, laudo de contaminação, reforma do prédio localizado em área não contaminada e a discussão mais ampliada do projeto pedagógico (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2014).

Os desafios da relação movimentos sociais e universidade na contemporaneidade

De acordo com Gohn (2013, p.14), historicamente os movimentos sociais sempre estiveram presentes como expressão de forças sociais “que aglutinam as

¹⁰ Em novembro de 2013, o CONSU retomou a discussão sobre a composição da Comissão Mista e o número de representantes foi reduzido para doze. Apesar de a Comissão ter se reunido desde abril daquele ano, a formalização de sua criação só foi oficializada por meio da Resolução nº 93, de 13 de novembro de 2013 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2013f).

pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais”.

Apesar de não existir um conceito estabelecido, na análise de Gohn (2013) os movimentos podem ser compreendidos como:

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até as pressões indiretas. (GOHN, 2013, p.13).

Assim, os movimentos sociais não se caracterizam apenas por atividades e mobilizações. Possuem uma forma de organização com razoável grau de formalidade e estabilidade, como o verificado, por exemplo, no Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

As discussões sobre a importância da universidade pública e sua implantação na região leste de São Paulo ao longo das décadas de 1980 e 1990 coincidiram com o cenário de lutas sociais, conforme analisado por Gohn (2012, 2013). Segundo a autora, pode se perceber o deslocamento da produção teórica para as organizações não governamentais e organizações do terceiro setor, transformando os sujeitos históricos em objeto de análise:

[...] os pobres e os excluídos, apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho. A grande tarefa política será incluí-los – tarefa que se desdobrará ao longo da década de 1990 e no novo milênio por meio de políticas sociais compensatórias ou práticas que destacam a justiça social e equidade. (GOHN, 2012, p.35).

Nesse sentido, ao invés das mobilizações de massas, surgiram mobilizações pontuais, voltadas para o atendimento de demandas específicas e localizadas “[...] independentemente de laços anteriores de pertencimento, o que não ocorre com o associativismo de militância político-ideológica. Em suma, o novo associativismo é mais propositivo, operativo e menos reivindicatório”. (GOHN, 2013, p.18).

A criação do Fórum de Educação da Zona Leste em 1993, com o objetivo de ampliar os debates sobre a educação na região, inseriu-se também no contexto da década de 1990 de institucionalização de ações populares. Outras iniciativas, como

os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, pela Participação Popular, realizavam encontros nacionais para diagnosticar demandas e estabelecer metas para solução de problemas, o que proporcionou várias experiências de parceria entre sociedade civil organizada e o poder público. A luta pela educação constituiu-se em um dos serviços coletivos que os movimentos pretendem recuperar no início deste milênio (GOHN, 2013).

Segundo Santos (2011), historicamente, a relação entre a universidade e os cidadãos organizados ou não em coletivos, é distante:

[...] e por vezes mesmo hostil com a universidade precisamente em consequência do elitismo da universidade e da distância que esta cultivou durante muito tempo em relação aos setores ditos não cultos da sociedade. É um protagonista que tem que ser conquistado por via da resposta à questão da legitimidade, ou seja, por via do acesso não classista, não racista, não sexista e não etnocêntrico à universidade e por todo um conjunto de iniciativas que aprofundem a responsabilidade social da universidade na linha do conhecimento pluriversitário solidário. (SANTOS, 2011, p.60).

Para Tragtenberg (2001), a relação que a universidade estabelece com os processos de dominação e conhecimento a impossibilita de exercer a neutralidade diante das contradições e do impacto das transformações oriundas da sociedade. O autor define a instituição como “universidade anti-povo”, capaz de desenvolver “uma ideologia, um saber neutro, científico, quer dizer, a neutralidade cultural e o mito de um saber ‘objetivo’ acima das contradições sociais”. (TRAGTENBERG, 2001, p.1).

Essas tensões e contradições presentes na realidade da universidade tornam-se mais visíveis com as ações do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste, para implantação de uma universidade pública. Para Gohn (2013), os movimentos sociais adquiriram o papel de agentes de mudanças por expressarem elementos de resistência e representarem a construção do novo, reunindo energias sociais dispersas, canalizando e potencializando suas práticas propositivas com o intuito de gerar mudanças nas instituições, aproximando-as das necessidades e dos anseios da sociedade.

O Movimento com suas ideias, conhecimentos e interpretações do mundo confronta-se com a universidade e a desafia a atender demandas sociais: “Seria simplista, evidentemente, interpretar estes movimentos somente como disputas por ideias, já que, junto a elas, vem geralmente todo um conjunto de atividades de tipo econômico, militar e social que buscam sua legitimação”. (SCHWARTZMAN, 1989, p.37).

Nesse sentido, Rodrigues (2001) afirma que a universidade demonstrará sua relevância à sociedade atendendo a grupos de pressão, privilegiando:

[...] em graus diversos diferentes grupos, de acordo com o grau de pressão por estes exercidos. Assim, distingue o apoio dado a grupos e interesses das classes dominantes, mas procura também apoiar as classes dominadas na busca por soluções aos problemas sociais mais emergentes. (RODRIGUES, 2001, p.135).

Apesar disso, Costa (2014) avalia o relacionamento da Universidade com o Movimento como sendo satisfatório desde o início, na medida em que as divergências entre os grupos que foram e são responsáveis pela direção da Universidade, não resultaram no desrespeito ao Movimento, sendo sua reivindicação compreendida e nos encontros realizados sempre contando com a presença de representantes da UNIFESP, que envidava esforços para atendimento das demandas.

Nesse sentido, apesar da universidade e do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste estarem inseridos em contextos diferentes, com seus respectivos limites, perspectivas e funções, “não significa que não possam e não devam construir relações entre si. Antes, ao contrário, é absolutamente essencial que mantenham estreitos vínculos, intercâmbios de saberes, de ideias e de experiências que permitam aprendizados e ganhos mútuos”. (BENINCÁ, 2011, p.49).

Considerações finais

A política de expansão do ensino superior implantada pelo governo federal permitiu que o movimento social originado na Zona Leste de São Paulo, direcionasse seus esforços para a criação de uma nova instituição de ensino superior naquela região. Pela primeira vez na cidade de São Paulo, uma universidade federal negociou diretamente com a população e seus representantes, a proposta pedagógica e o plano de implantação de seus cursos. Desse modo, as ações do Movimento possibilitaram o acesso aos espaços de discussão e de tomada de decisão da UNIFESP, compartilhando também sua agenda com o Ministério da Educação e a Prefeitura de São Paulo. A iniciativa representou um avanço relevante na relação da sociedade com a universidade, caracterizado historicamente pelo distanciamento entre o ambiente universitário e as demandas sociais.

**THE MOBILIZATION FOR THE ESTABLISHMENT OF A FEDERAL
UNIVERSITY IN THE EAST OF SÃO PAULO: AN ANALYSIS
FROM THE PERSPECTIVE OF SOCIAL MOVEMENTS**

ABSTRACT: *The objective of this paper is to analyze the creation, mobilization and negotiation process of the Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste in the city of São Paulo, which campaigns for the implementation of a campus of the Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) in that region. It is a popular social movement whose origins date back to the 1940s, when mobilizations in the area started demanding public services. In the 1980s, local claims incorporated the demand for higher education as well. Over the subsequent two decades, the population was successful, obtaining the implementation of a School of Technology (FATEC) and a unit of the Universidade de São Paulo, called “USP-Leste”, both under the responsibility of the state government. The methodology focused on primary sources, using interviews with local leaders and activists, minutes of the UNIFESP University Council, and data obtained from the press and bibliographic research.*

KEYWORDS: *Social movements. Public university. Negotiation processes.*

REFERÊNCIAS

BENINCÁ, D. **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras expressões, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 jan. 2014.

CORBUCCI, P. R. **Desafios da educação superior e desenvolvimento no Brasil**. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058v/1887/1/TD_1287.pdf>. Acesso em: 18 out. 2013.

COSTA, V. A. **Valter de Almeida Costa**: depoimento. Entrevista concedida a J. P. S. Souza. 2014. n.p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2014.

DIOGO, A. **Câmara aprova concessão de terreno para Universidade Federal na Zona Leste de São Paulo**. São Paulo: [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/1892>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

*A mobilização pela Universidade Federal na Zona Leste de São Paulo:
uma análise sob a perspectiva dos movimentos sociais*

_____. **3º Abraço.** São Paulo: [s.n.], 2012a. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/1445>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

_____. **Justiça autoriza Prefeitura a comprar área para a Unifesp.** São Paulo: [s.n.], 2012b. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/1556>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

_____. **Unifesp define trabalhos prioritários de extensão para a região.** São Paulo: [s.n.], 2011a. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/619>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

_____. **Ministro reafirma compromisso pela Universidade Federal na Zona Leste.** São Paulo: [s.n.], 2011b. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/831>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

_____. **Novo abraço na área da Unifesp da Zona Leste.** São Paulo: [s.n.], 2011c. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/892>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

_____. **2º Abraço pela Unifesp na Zona Leste reúne 800 pessoas.** São Paulo: [s.n.], 2011d. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/904>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

_____. **Movimento indica local para a Universidade Federal na Zona Leste.** São Paulo: [s.n.], 2010a. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/409>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

_____. **Terreno em Itaquera deverá ser desapropriado para abrigar Universidade.** São Paulo: [s.n.], 2010b. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/441>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

_____. Universidade Federal na Zona Leste. Encontro vai debater a criação de uma Universidade Federal na Zona Leste e os benefícios disso para a comunidade. São Paulo: [s.n.], 2009a. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/339>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

_____. Universidade Federal na Zona Leste. O deputado Adriano Diogo foi até Brasília para uma reunião com Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente da República, para solicitar a criação da Universidade Federal da Zona Leste. São Paulo: [s.n.], 2009b. Disponível em: <<http://www.adrianodiogo.com.br/noticias/internas/id/346>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

DIAS, R. B. **A trajetória da política científica e tecnológica brasileira: um olhar a partir da análise de política.** 2009. 237 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FONTES, P. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66).** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GOHN, M. Ga. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais.** 4.ed. São Paulo: Loyola, 2012.

IANNI, O. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARCHIONI, A. L. **Antônio Luiz Marchioni “Padre Ticão”:** depoimento. . Entrevista concedida a J. P. S. Souza. 2014. n.p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2014.

MARTINS, A. **Discurso na abertura do Seminário realizado na UNIFESP sobre o projeto pedagógico do campus zona leste.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais), Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2014.

MENEZES NETO, A. J. A igreja católica e os movimentos sociais do campo: a aeologia da libertação e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Caderno CRH**, Salvador, v.20, n.50, p.331-341, mai./ago. 2007.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORCELLI, D. C. **Paisagens paulistanas, memória e patrimônio às margens do rio Tietê.** 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

POLETTTO, D. C. **Um povo em marcha! Dom Angélico Sândalo Bernardino: Bispo profeta dos pobres e da justiça: homenagem de amigos.** São Paulo: ACDEM, 2012.

SÃO PAULO. (Estado). **Infocidades população recenseada da Prefeitura de São Paulo.** São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2014a. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10491.html>. Acesso em: 18 out. 2014.

_____. **Infocidades demografia da Prefeitura de São Paulo.** São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2014b. Disponível em: <<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?cat=7&titulo=Demografia>>. Acesso em: 18 out. 2014.

_____. **Infocidades regiões da Prefeitura de São Paulo:** subprefeituras e distritos. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2014c. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/3_regioes_subprefeituras_e_distritos_munic_2013_10710.html>. Acesso em: 18 out. 2014.

_____. FATEC – Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo. **História da FATEC.** São Paulo: FATEC-ZL, 2014. Disponível em: <http://www.fateczl.edu.br/crbst_5.html>. Acesso em 14 abr. 2014d.

RODRIGUES, M. M. A instabilidade da universidade vista a partir das contradições de suas crises: crise da hegemonia, crise da legitimidade e crise institucional. **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.15, n.29, p.129-140, jan./jun. 2001.

RODRIGUES, J. IV Criação e expansão da UNIFESP: marcos da memória e da história institucional. In: RODRIGUES, J. et al. (Org). **A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos:** ensaios sobre história e memória. São Paulo: UNIFESP, 2008. p.187-239.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, jan./abr. 2006.

SCHWARTZMAN, S. Universalidade e crise das universidades. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.3, n.5, p.36-49, jan./abr.1989.

SOARES DO BEM, A. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v.27, n.97, p.1137-1157, set./dez. 2006.

SOUZA, M. A. A. Território e lugar na metrópole revisitando São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Org). **Geografias de São Paulo:** a metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2014. p.21-50.

TRAGTENBERG, M. A delinquência acadêmica. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 1, n.7, dez. 2001. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_delinquencia.htm>. Acesso em: 29 jan. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. _____. **Reitora Soraya Soubhi Smaili:** discurso na abertura do Seminário realizado na UNIFESP sobre o projeto pedagógico do campus Zona Leste. São Paulo: UNIFESP, 2014.

_____. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 13 de março de 2013a. São Paulo: UNIFESP, 2013. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/130313.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

_____. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 10 de abril de 2013b. São Paulo: UNIFESP, 2013. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/100413.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

_____. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 15 de maio de 2013c. São Paulo: UNIFESP, 2013. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/150513.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

_____. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 12 de junho de 2013d. São Paulo: UNIFESP, 2013. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/120613.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

_____. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 10 de julho de 2013e. São Paulo: UNIFESP, 2013. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/100713.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

_____. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 13 de novembro de 2013f. São Paulo: UNIFESP, 2013. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/131113.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

_____. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 9 de maio de 2012. São Paulo: UNIFESP, 2012. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/090512.html>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

_____. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 13 de julho de 2011. São Paulo: UNIFESP, 2011. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/130711.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

_____. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 14 de abril de 2010. São Paulo: UNIFESP, 2010. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/140410.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

_____. **Ata da reunião do Conselho Universitário da UNIFESP.** Realizada no dia 9 de dezembro de 2009. São Paulo: UNIFESP, 2009. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/conselhos/consu/atas/091209.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

*A mobilização pela Universidade Federal na Zona Leste de São Paulo:
uma análise sob a perspectiva dos movimentos sociais*

PADILHA e Mercadante anunciam investimentos em SP de olho em 2014. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jan. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/01/1220691-padilha-e-mercadante-anunciam-investimentos-emsp-de-olho-em-2014.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

Recebido em 27/02/2015.

Aprovado em 06/06/2016.

CARREIRA PROFISSIONAL E ATIVISMO SOCIAL: AS LÓGICAS DO ENGAJAMENTO NA DEFESA DE CAUSAS

*Fernanda Rios PETRARCA**

RESUMO: Este artigo analisa as lógicas objetivas que conduzem ao engajamento profissional na defesa de causas sociais na cidade de Aracaju/Sergipe. Os procedimentos metodológicos consistiram na aplicação de questionários para profissionais que ocupam cargos em instituições voltadas às causas coletivas, com objetivo de identificar quem são, de onde vem e qual é a base principal de seus recursos sociais. Esse trabalho permitiu demonstrar o perfil social médio dos profissionais no que diz respeito às suas origens sociais, passado político e investimento profissional, assim como o papel das redes de relações formais e informais como os principais canais de acesso às causas.

PALAVRAS CHAVE: Atuação profissional. Engajamento individual. Ativismo social.

Introdução

A competência técnica e a formação acadêmica assumem, atualmente, um papel essencial no recrutamento e seleção dos quadros militantes, contribuindo para novas modalidades de usos da profissão e do título universitário nas carreiras daqueles que se engajam na defesa de causas sociais variadas, manifestada, sobretudo, na atuação em causas como: direitos humanos, homofobia, igualdade racial, meio ambiente, dentre tantas outras. O acionamento frequente, pelos movimentos sociais, destas competências, baseadas em domínios particulares do

* UFSE – Universidade Federal de Sergipe. Centro de Educação de Ciências Humanas. Aracaju – SE – Brasil. 49000-000 - f.petarca@uol.com.br.

saber, pode ser comparado à utilização de instrumentos de mobilização coletiva tradicionais, muito mobilizados no passado, como as marchas, a manifestação de rua, a panfletagem e a greve.

Nesse sentido, o recrutamento de especialistas compõe o quadro de renovação das estratégias de mobilização dos movimentos sociais. Além disso, o papel dos profissionais é frequentemente objeto de discussão no interior dos movimentos sociais, os quais precisam criar constantemente novas formas de ação para legitimar seus ativistas e se integrar na dinâmica de financiamento de projetos, os quais passam a exigir cada vez mais a presença de *experts*. Dentro deste quadro, o profissional que mobiliza seu saber em prol de uma causa se torna um porta-voz autorizado cujo tipo específico de recurso é a sua formação técnica.

A literatura sobre ativismo e engajamento traz uma série de contribuições para examinar a relação entre a esfera profissional e o espaço da mobilização e de defesa de causas. Por um lado, tem-se problematizado a forma como diversos tipos de competências, dentre elas as profissionais, ajustam-se aos objetivos da ação militante, contribuindo para estruturar o espaço da mobilização. Uma das maneiras de dar conta disso é analisando a conjuntura sócio-histórica e os contextos particulares, uma vez que eles criam ciclos de engajamento e protesto. Tais ciclos contribuem para abrir espaços para os profissionais, criando oportunidades de engajamento e ação e produzindo, assim, mudanças nas formas de ação coletiva. Esta estrutura de oportunidades políticas, produzida por uma sucessão de protestos, cria as condições para que os atores possam acionar o seu conhecimento em favor determinadas causas, ajustando-se às mobilizações (McADAM; TARROW; TILLY, 2009; OLIVEIRA, 2009, 2010; PETRARCA, 2008).

Por outro lado, destaca-se a investigação das disposições individuais, dos recursos sociais que dispõem os agentes para se engajar profissionalmente na defesa de causas e como ocorre a retribuição da ação militante (AGRIKOLIANSKI, 2002, 2010; DAUVIN; SIMÉANT, 2002; GAXIE, 2005; FILLIEULE, 2009; LECHIEN, 2002; MEIMON, 2004). Em outras palavras, quem são os profissionais prontos a investir na defesa de causas? E o que ganham com isso? A problemática central está voltada para compreensão das lógicas objetivas que conduzem ao engajamento militante e que podem ser analisadas por meio dos processos de socialização (familiar, cultural, político, profissional) que compõem as trajetórias sociais dos agentes.

Por fim, um conjunto de pesquisas tem concentrado esforços em compreender as carreiras e os engajamentos de si, ou seja, as percepções, as crenças diversamente elaboradas, interiorizadas e investidas na defesa das causas. Esta última questão nos coloca diante da possibilidade de examinar a forma como as percepções do

papel profissional se modificam e se ajustam às formas de engajamento, ganhando, desse modo, um sentido novo. Nessa direção, a atuação em espaços de mobilização coletiva conduz a reconversões ideológicas que permitem ressignificar o exercício profissional (COLLOVALD, 2002). O foco da problemática não está, portanto, na competência técnica em si, mas em como os percursos dos ativistas, suas inserções e experiências permitem mudar sua visão de si mesmo e do mundo, dando à formação técnica um novo significado.

Assim, uma das questões comuns que tem se colocado atualmente diz respeito à forma como o profissional militante é conduzido a fazer uso de dois registros de legitimação, que são as competências profissionais e a ação política (LOCHARD; SIMONET, 2009). Trata-se, portanto, do peso que exerce a multiposicionalidade, o multipertencimento, e as trajetórias e carreiras que se formam em diferentes universos. Desse modo, a figura do profissional militante e a sua carreira se ajustam na circulação entre o saber profissional e o engajamento político, entre a profissão, a associação e as instituições públicas. Esta múltipla inserção exerce um papel importante nos processos de re-elaboração da imagem do profissional e do sentido atribuído ao conhecimento especializado.

Estabelecidos estes parâmetros iniciais, este artigo analisa os profissionais que ocupam posições e desempenham atividades na qualidade de *experts* (técnicos qualificados) no interior de órgãos, grupos e movimentos que lutam em defesa de diferentes causas sociais e coletivas (feministas, raciais, ambientais, direitos humanos, etc.) na cidade de Aracaju/Sergipe¹. Nossa preocupação central está relacionada ao exame de quem são os profissionais prontos a investir nestas causas e apreender suas bases principais de recursos. Isso inclui uma investigação a respeito das suas origens sociais, suas formações universitárias, seus investimentos profissionais, seus engajamentos militantes e vínculos políticos. O material empírico é proveniente da aplicação de 60 questionários aos profissionais militantes, considerando os seguintes indicadores: a) de origem social: profissão e nível de escolaridade dos pais; escolas em que o entrevistado concluiu os níveis de ensino-fundamental, médio e universitário; b) de socialização profissional: onde e como começou a se inserir no mercado de trabalho específico a sua profissão (através de amigos, família, parentes, concursos, etc.), quais os diferentes cargos ocupados, os principais campos de atuação profissional e extra-profissional; c) de inserção na esfera política e em outras esferas sociais: participação no movimento estudantil, militância partidária, corporativismo ou sindicalismo, participação em grupos filantrópicos, religiosos e/ou de assistência social (ONGs, igrejas). Tais indicadores forneceram pistas importantes a respeito da estrutura de capital (cultural, político,

¹ Esta pesquisa contou com o financiamento do CNPq a quem agradecemos por nos oferecer as condições econômicas e estruturais para realização deste trabalho.

econômico) e posição social dos respectivos militantes. Assim, procuramos captar a lógica objetiva do pertencimento e apropriação do ativismo especializado.

Contudo, é preciso deixar claro que não pretendemos, com estas características gerais, pressupor que o gosto pela atuação na defesa de causas se situa apenas na atualização das disposições adquiridas em outros âmbitos, determinadas por um engajamento precoce ou ainda por uma origem social específica, ou seja, em disposições recicladas e atualizadas por novas experiências. Sabemos que tal gosto depende também de uma reconversão ideológica, cujo efeito será um conjunto de mudanças nas concepções de si e do mundo. O que pretendemos aqui é afirmar que uma das maneiras de compreendermos o engajamento dos profissionais na defesa de causas sociais é dando ênfase para a articulação entre um passado social (origens sociais, formação escolar, engajamento político) e um conjunto de lógicas objetivas.

Caracterização geral do universo estudado

Com base no material levantado, constatamos 22 instituições que contam com profissionais qualificados ocupando cargos relativos à sua formação acadêmica. Além disso, pode-se verificar que a defesa dos direitos humanos, incluídas aqui o direito da criança e do adolescente, a luta contra o racismo, a violência contra a mulher e o combate a homofobia, é a que mais agrega profissionais, com 72%. Em segundo lugar está a luta contra o câncer, com 17,8%, em terceiro, a defesa do meio ambiente, com 8,9% e, por fim, outras causas com 0,99%. Para estas últimas consideramos juventude, emprego e trabalho.

A atuação profissionalizada se manifesta na qualidade de técnicos em instituições filantrópicas e organizações não governamentais que atuam no auxílio a estas causas, bem como em comissões e redes formais organizadas por instituições profissionais, como a Ordem dos Advogados de Sergipe, e pela esfera estatal. No caso especificamente da defesa dos direitos humanos, a defesa da criança e do adolescente é a que mais se destaca, seguido do combate à homofobia e da luta contra o racismo.

Dentre os profissionais, pode-se identificar um montante de 101, distribuídos em vinte formações diversificadas, com destaque para as seguintes áreas: ciências sociais aplicadas (58 de 101); ciências humanas (23 de 101) e ciências da saúde (13 de 101). Entretanto, tratados em conjunto a partir do critério área, estes dados são pouco reveladores dos cursos que mais se destacam na inserção profissional no universo das causas. É dentro deste aspecto que podemos verificar que o direito

é o curso com maior frequência nas ciências sociais aplicadas, com 34 do total de 101, seguido dos médicos e enfermeiros (13 de 101), serviço social (11 do total de 101), e Jornalismo (9 do total de 101). Os demais se subdividem dentro das ciências humanas, com destaque para pedagogia (8 de 101) e psicologia (6 de 101). A alta concentração de profissionais do direito depende de um conjunto de lógicas situacionais e contextuais, uma vez que a ampliação do espaço do direito, no que diz respeito a sua atuação profissional na defesa de causas universais, contribui para uma maior inserção profissional na esfera do ativismo, permitindo assim a formação de um espaço de atuação profissional engajado (PETRARCA, 2014). Além disso, trata-se de cursos com uma maior aplicabilidade prática, o que contribui para intensificar suas atuações no espaço das defesas de causas.

No que concerne à variável sexo podemos perceber que 64% do universo é constituído por mulheres e 36% por homens. Este dado traz algumas indagações pertinentes, uma vez que a presença nas chamadas causas das mulheres, como aquelas associadas ao direito das mulheres ou a luta contra a violência de gênero, não se destacou. As mulheres - 78% delas- ocupam lugar no bojo das causas associadas aos direitos humanos, com destaque especial para a defesa do direito das crianças e dos adolescentes. Além disso, a profissão que mais se destacou entre elas foi, por um lado, o direito e, por outro, os ofícios associados às carreiras femininas, tais como enfermagem, psicologia, serviço social e pedagogia. Dentre as condições que explicam uma configuração notadamente mais feminina do que masculina, está a presença de mulheres em setores que tradicionalmente estão relacionados ao cuidado e que pressupõem uma habilidade em mediar conflitos e em lidar com problemas que, de algum modo, estão associados à expansão da vida doméstica, como por exemplo, as crianças, os idosos e os doentes. Há uma compreensão naturalizada destes setores como algo feminino e de atribuição das mulheres, o que influenciaria, portanto, as carreiras no mercado de trabalho (GUIMARÃES, 2016). No caso do direito, estudos têm demonstrado que a presença das mulheres na carreira jurídica é mais comum em áreas como o direito da família e nos juizados especiais, por constituírem carreiras mais relacionadas ao setor dos cuidados (BARBALHO, 2008; BARBALHO; BONELLI, 2008). Esta atribuição de gênero, vista tanto nos ofícios quanto no próprio espaço do engajamento, pode constituir um facilitador para o investimento feminino na militância profissional, permitindo às mulheres a mobilização de experiências tidas como mais femininas, como por exemplo, a luta contra o câncer no seio, direto ao aborto, defesa das crianças, dentre outras (FILLIEULE, 2009). Desse modo, afastadas de certas carreiras, elas encontram oportunidades em determinadas causas. O quadro 1 a seguir sintetiza esta caracterização inicial.

Quadro 1 – Caracterização geral

SEXO	CAUSAS	FORMAÇÃO
F: 64% M: 36%	Direitos humanos: 72% Luta contra o Câncer: 17,8% Meio Ambiente: 8,9% Outras: 0,99%	Direito: 33,6% Medicina/Saúde: 13,8% Serviço Social: 10,8% Jornalismo: 8,9% Outras: 33,7%

Fonte: Elaboração própria.

Os dados também mostraram que, de um lado, a maioria desses profissionais tem vínculos com o Estado, sendo este o maior empregador com seus conselhos e coordenadorias técnicas. O destaque é dado para os advogados, os quais ocupam a maioria das vagas profissionais em instituições estatais voltadas à defesa de causas. De outro lado, o centro das atuações recai para o universo das associações profissionais, em especial a Ordem dos Advogados do Brasil e as ONGs, às quais apesar de ocupar uma posição importante no universo das defesas de causas sociais atraem poucos profissionais.

Isso traz como um dos efeitos uma concentração maior de profissionais em entidades promovidas pelo Estado, tais como os conselhos, os centros de referência, as delegacias especializadas. Pode-se citar ainda outro efeito dessa caracterização, como já demonstram outros trabalhos, que é a oferta limitada de possibilidades de realização de carreiras profissionais no espaço da militância (PETRARCA, 2014). Uma das questões que tem sido levantada com base nisso é: qual o efeito dessa configuração nas carreiras profissionais dos militantes? E nas associações de recursos múltiplos?

É interessante observar também que em algumas causas, como a defesa do direito da criança e do adolescente e a luta contra o câncer, podemos identificar um conjunto de associações e grupos mais profissionalizados e fortemente institucionalizados, o que permite configurar uma situação de intensa oferta aos profissionais. Nessa linha, podemos citar algumas iniciativas que ilustram esta situação, como a do Instituto Braços (SERGIPE, s.d.), voltado ao direito da criança e do adolescente, e duas associações voltadas à causa do câncer: a Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia em Sergipe (AVOSOS) e o Grupo de Apoio a Crianças com Câncer (GACC). Com relação à primeira, trata-se de uma instituição que atua na área do direito e que apresenta projetos com financiamento estatal, o que lhe permite realizar contratações de diversas áreas. Já com relação às demais, pode-se observar que a AVOSOS possui um quadro de 42 funcionários integrando várias equipes, dentre as atividades técnicas, dentre as quais estão médicos, dentistas,

nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos. Além de contar com o apoio financeiro de empresas públicas e privadas, possui aproximadamente 158 voluntários em diferentes áreas e uma sede própria capaz de prestar atendimento a 300 pacientes. A GACC possui aproximadamente 32 funcionários integrando várias equipes, dentre as técnicas, voltadas ao atendimento médico e recebe aproximadamente 50 pacientes.

Desse modo, o que se percebe é que a institucionalização de algumas causas e sua dinâmica própria de expansão contribui para a formação de um espaço de possibilidades, oferecendo as condições para a realização de carreiras que se constituem pela dupla relação entre profissão e ativismo. Seguindo na direção do que outros trabalhos já têm demonstrado, o processo de estruturação de uma causa pode conduzir a um incentivo de participação, estimulando os profissionais a aderirem em sua defesa, oferecendo inclusive oportunidades num mercado de trabalho (TARROW, 2009; OLIVEIRA, 2009).

Perfil social dos profissionais na defesa de causas: faixa etária, formação e qualificação

Do conjunto de 101 profissionais engajados na defesa de causas e cadastrados no momento inicial da pesquisa, conseguimos atingir um total de 60 deles conquistando, portanto, 60% do universo, para os quais aplicamos um questionário detalhado organizado em torno de três eixos: origens sociais (profissão, escolaridade e engajamento político e partidário dos pais); percurso escolar e trajeto profissional e inserção política e militante. Nestes tópicos seguintes trataremos do perfil social destes profissionais com o intuito de apreender as lógicas objetivas que estão associadas ao investimento militante.

Uma primeira caracterização deste universo diz respeito à idade, a partir da qual podemos perceber que 40% estão na faixa dos 22-32 anos; 31,7% na faixa dos 33-43; 21,7% na faixa dos 44-54. Este dado é particularmente relevante uma vez que caracteriza uma faixa etária que está recém concluindo seu curso de formação superior e ingressando no mercado de trabalho. Podemos ainda articular este dado com o período de formação do curso superior, o qual apresenta uma concentração recente, com destaque para a década de 2000, com 68,3%, e 40% concluíram entre os anos 2005-2010. Além de representar uma população jovem, trata-se de profissionais recém formados, aspirando inserção no mundo do trabalho. Esta constatação pode ser entendida como uma das condições objetivas que determinam a inserção profissional na defesa de causas, pois a necessidade de inserção no mercado de emprego pode se constituir como um dos grandes estimuladores do engajamento, configurando uma

nova situação no espaço de trabalho profissional. Nesse sentido, o engajamento na defesa de causas permite ampliar as possibilidades de investimentos profissionais, contribuindo, inclusive, para o acesso ao mercado de empregos (GAXIE, 2005).

O nível de qualificação e especialização também se apresentou como um dado importante, uma vez que 61,7% dos entrevistados possuem pós-graduação, sendo o nível de especialização o mais alto, correspondendo a 49,2% dos que possuem, seguido de 10,2% para o mestrado e 3,4% para o doutorado. De modo geral, as mulheres possuem mais qualificação que os homens, uma vez que 75% daqueles que possuem algum tipo de pós-graduação são do sexo feminino. São elas também que possuem os níveis mais altos, como mestrado e doutorado.

Além disso, é importante também relacionar este dado com o momento de entrada no universo da defesa de causas. Desse modo, foi possível identificar que, daqueles que possuem pós-graduação, os seus investimentos na qualificação profissional começaram concomitante ao exercício do cargo na instituição em que atuam. Ou seja, dos 38 casos que possuem pós graduação, 20 começaram durante o exercício do cargo que ocupam no universo da defesa de causas, 11 antes do exercício, 5 depois e o restante não sabe ou não respondeu. Isso significa dizer que a atuação profissional em entidades que se voltam à defesa de causas estimula ou até mesmo se apresenta como uma condição necessária para a qualificação profissional. O quadro 2 permite visualizar de forma mais clara o perfil destes profissionais, no que diz respeito à faixa etária, ao período de conclusão dos cursos de graduação e ao nível de qualificação.

Quadro 2 – Perfil social

FAIXA ETÁRIA	CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO	QUALIFICAÇÃO
22-32: 40%	2000/2010: 68,3%	Doutorado: 3,4%
33-43: 31,7%	1990/2000: 11,7%	Mestrado: 10,2%
44-54: 21,7%	1980/1990: 15%	Especialização: 49,2%
		Graduação: 37,3%

Fonte: Elaboração própria.

Associado a isto estão as variáveis que nos permitiram medir a ocupação de cargos de chefia e o índice de inserção profissional. Sobre a primeira, podemos perceber que 41,6% dos profissionais chegaram a ocupar cargos de chefias dentro das associações e/ou instituições voltadas à defesa de causas. Em sua grande maioria (60%) são mulheres. Contudo, é entre as mulheres também que podemos perceber uma dificuldade maior em alcançar os cargos de chefia quando comparados aos homens, pois do conjunto dos profissionais que nunca ocuparam chefia 74,2% são mulheres. Sobre a segunda, foi possível identificar que a entrada no universo de

causas públicas e sociais amplia as possibilidades de investimento profissional, uma vez que a maioria dos profissionais, 61,6% deles, ampliou a ocupação de cargos em outros setores depois que começou sua participação em grupos sociais ou em associações que atuam na promoção de causas. Isso se manifestou tanto na ocupação de cargos de chefia no seu setor de atuação profissional, quanto no acúmulo de outros cargos em instituições variadas, tais como: representação em comissões, atuação em assessorias e consultorias técnicas e indicações como representante em outros espaços.

Esta caracterização do perfil social dos militantes profissionais nos permitiu concluir que são, majoritariamente, mulheres, jovens, recém concluintes dos cursos de graduação e com qualificação profissional. Contudo, apesar de se observar que é entre as mulheres que se destaca um maior nível de qualificação (especialização, mestrado e doutorado), isso não traduz numa tendência crescente na ocupação de cargos de chefia. As mulheres que chegam a cargos de chefia correspondem apenas a 36,6% do universo feminino, ao passo que 52,6% dos homens conseguem tal função, conforme apresenta o quadro 3. Esta constatação está associada ao fenômeno, bastante conhecido na sociologia do trabalho, denominado teto de vidro, o qual constitui uma metáfora para compreender a barreira invisível que impede as mulheres de chegar aos cargos de direção, conduzindo a uma desigualdade de gênero no mercado de trabalho (RAMALHO; SANTANA, 2010). Assim, mesmo com uma qualificação maior que a dos homens, elas esbarram nos constrangimentos de acesso aos postos de comando.

Quadro 3 – Distribuição de cargos entre homens e mulheres

HOMENS	MULHERES
Ocuparam: 52,6% Não ocuparam: 47,4%	Ocuparam: 36,6% Não ocuparam: 63,4%

Fonte: Elaboração própria.

Das lógicas objetivas: os determinantes de origem social

No que diz respeito às origens sociais dos profissionais militantes, foram utilizadas três variáveis, são elas: grau de escolarização, profissão, e participação política para cada um dos pais. Pode-se perceber, quanto à escolaridade dos pais dos questionados que 36,6% possuem o ensino fundamental (completo e incompleto);

28,3% possuem ensino médio completo; 23,3% possuem curso superior completo e 5% sem nenhum grau de escolaridade. Contudo esse dado precisa ser relacionado com a profissão do pai. Quanto a esse aspecto nota-se que a maior concentração está nas atividades manuais, sobretudo aquelas que não exigem uma qualificação técnica determinada ou formação superior, num montante de 30%, seguida por funcionários públicos (21,7%), profissionais que atuam na área da sua formação acadêmica (16,7%), profissionais que atuam em atividades comerciais (15%), atividades técnicas (13,3%) e, por último, o professorado com 1,7% e com essa mesma porcentagem os que não sabiam informar qual a profissão do pai.

Já no que se refere à participação política, a maioria dos pais, 53,3% deles, participavam de alguma instituição, 45% não participavam e 1,7% não sabiam informar. Do conjunto dos que participavam 40% estavam envolvidos em sindicatos e/ou cooperativas; 28% em associações e entidades religiosas; 6,2% partidos políticos; 3,1% movimentos sociais e os 22,7% restantes não sabiam especificar que tipo e nível de participação política possuíam os pais.

No que diz tange às origens sociais maternas, os dados se mantêm: 43,3% possuem o ensino fundamental (completo e/ou completo); 31,6% possuem nível médio completo; 23,3% possuem o nível superior completo e 1,7% de analfabetos. Quanto à profissão da mãe, a maior parte foi classificada como dona de casa, correspondendo a 35% do universo, seguida pelo professorado (16,7%), atividades manuais² (16,7%), além de profissionais que atuam na área da sua formação especializada e/ou acadêmica³ (15%), o funcionalismo público (11,7%) e, com menor concentração, as atividades comerciais, com 5%. Do contrário da participação política paterna, a maioria das mães não participou, cerca de 60% delas, de entidades ou associações. Do conjunto das 40% que tiveram participação o destaque é, na sua grande maioria, para atuação em instituições religiosas, os demais tipos de atuação estão subdivididos em outras instituições como ONGs, partidos políticos, sindicatos e associações.

Com base nestes dados, no que diz respeito às origens sociais, podemos afirmar que, apesar de se tratar de um grupo relativamente heterogêneo, podemos identificar pelo menos dois grupos. O primeiro, representando a maior parte do universo, é composto por pais com baixa escolaridade, com ensino fundamental incompleto, analfabetos, desempenhando atividades manuais que não exigem qualificação escolar, tais como: alfaiate, barbeiro, caminhoneiro, sapateiro, pedreiro. O segundo, composto por pais com grau de escolaridade médio e alto, com ensino médio completo e formação acadêmica e profissões que exigem ou um conhecimento

² Como atividades manuais, classificamos aqueles ofícios que não exigem qualificação especializada, como: costureira, servente, artesã, feirante.

³ Neste aspecto consideramos: psicólogas, pedagogas, biólogas.

técnico apreendido em cursos profissionalizantes ou conhecimento especializado obtido por meio do ensino superior. Consequentemente tal situação se manifesta no nível de participação política dos pais. Aqueles que se situam no segundo grupo apresentam um maior grau de participação política divididos entre associações religiosas, sindicatos e cooperativas; em contrapartida os que estão inseridos no primeiro grupo a participação política é baixa. A participação política tende a ser mais alta, portanto, nos níveis de escolarização mais elevados. A mesma correlação se mantém para o caso das mães dos entrevistados. A principal diferença é que para o caso das mães a instituição que mais se destaca é a religiosa.

Neste aspecto, cabe considerar em que medida as origens sociais e a posição social tendem a se tornar condições para o ingresso no mercado de causas sociais. Desse modo, o investimento profissional na defesa de problemas reconhecidos como sociais, tende a atrair uma categoria desprovida de recursos de origem social (econômicos, sociais e culturais), mostrando-se mais rentável em termos de acesso ao mercado de trabalho. Além disso, este tipo de atuação profissional revela um determinado uso do título escolar que pode estar associado a dois elementos fundamentais. Primeiro, as condições sociais desfavoráveis. Tais condições limitam o acesso a determinados postos no mercado de trabalho, conduzindo o ator a mobilizar um conjunto de outras habilidades possíveis para se inserir no mercado de empregos. Esta conclusão vai em direção ao que outros estudos já têm demonstrado e que consiste em evidenciar que um dos principais responsáveis pela polivalência ocupacional é a baixa condição social (CORADINI, 2010). Segundo, o uso do título escolar para atuação em espaços que exigem certo nível de engajamento com a causa pode estar associado a um passado político ou a uma experiência prévia com a política. Nessa linha, a experiência participativa dos pais, seja ela política ou religiosa, pode se apresentar como um elemento importante para um determinado uso da formação acadêmica, na medida em que tal experiência indica a aprendizagem de um saber ou a formação de um gosto. Esta condição de origem permite a formação de disposições que podem ser reativadas em contextos específicos, como a entrada no mundo dos empregos.

Nessa mesma direção, o engajamento religioso tem sido apresentado pela literatura como importante meio de ingressar e desenvolver um gosto pela participação, uma vez que se caracteriza por um tipo de ação altruísta de solidariedade e ajuda aos outros, aos desfavorecidos, aos carentes (PASSY, 1998). Desse modo, percebe-se que, apesar das mães do conjunto dos entrevistados, apresentarem uma fraca participação em instituições reconhecidamente políticas, como sindicatos, partidos políticos, por exemplo, a intensa atuação religiosa constitui um importante mecanismo de composição dos antecedentes sociais que poderiam servir como alavancas ou estimuladores do engajamento.

Passado político e investimentos militantes: o papel das redes de relações

A análise do engajamento desses profissionais em outras esferas da militância, como o movimento estudantil e a filiação partidária, permitiu apreender a seguinte situação: 65% não participou do movimento estudantil. Dos 35% que participaram, estão divididos em centro acadêmico e diretório central de estudantes (21,7%), grêmio estudantil (8,3%), e mais de uma instituição (5%). O universo acadêmico se torna, neste sentido, o grande estimulador da participação política, constituindo um importante meio de entrada na militância e no engajamento na defesa de causas. Na linha do que alguns autores já tem demonstrado, a universidade se tornou um verdadeiro viveiro de vocações políticas, uma vez que a partir da experiência no espaço acadêmico se legitimam práticas e saberes que podem ser mobilizadas para o espaço político (GRILL; REIS, 2015).

A filiação partidária dos entrevistados apresentou-se baixa, correspondendo a 80% de não filiados em partidos políticos; 18,3% com algum tipo de filiação partidária e 8,3% se classificam apenas como simpatizante. Quanto à participação em conselhos, sindicatos ou associações da categoria profissional o resultado mostra que a grande maioria, 75%, possui vínculo de filiação com alguma dessas instituições. Cabe aqui especificar que este grande número de entrevistados com participação na sua categoria profissional se deve em parte àquelas profissões que exigem a filiação em conselhos, tais como medicina e direito, o que faz com que os nossos dados tenham algum sentido, uma vez que são essas as profissões que mais se destacam.

Pode-se observar nestes casos que a participação anterior à atuação profissional na defesa de causas de outra natureza representa um total de 30% do universo pesquisado. Podemos identificar, deste modo, dois grupos no que diz respeito aos engajamentos prévios como uma condição importante para o recrutamento na defesa de causas. O primeiro grupo é composto por aqueles que não possuem uma participação prévia na militância política, seja ela acadêmica, político partidária ou em instituições e ONGs; o segundo é composto por aqueles que possuem uma inserção anterior no movimento estudantil universitário e conseqüente participação na política partidária e atuação no universo das ONGs e outras instituições e associações que atuam na defesa de causas.

Tais engajamentos anteriores representam, por um lado, a inserção em espaços de mobilização onde os atores sociais estão expostos a mensagens similares de mudança social, igualdade, justiça e participação política. Portanto, estes espaços têm um peso importante na socialização nos temas de protesto. Por outro lado, eles representam a inserção em redes de participação e o acionamento de contatos,

relações importantes que podem funcionar como estimuladores da participação profissional na defesa de causas.

Outra variável que se destaca aqui é aquela que permite questionar como o entrevistado entrou em contato com a causa que atua. Do conjunto, apenas 8,3% entraram em contato via participação em outros movimentos sociais, 5% pela divulgação na mídia de campanhas de valorização da causa e 86,7% afirmaram que entraram em contato via amigos, colegas de trabalho, familiares, colegas da universidade. Além disso, 73,4% encontraram incentivos para atuar profissionalmente na defesa de causas em amigos e colegas de trabalho. Podemos ainda destacar que dentre os fatores citados para a conquista do cargo profissional na instituição estão convites e indicações de amigos e colegas de trabalho, com 36,7% do total. Construímos, de um lado, cinco categorias de laços sociais: amigos, colegas de trabalho, família, membros de outros movimentos sociais; universidade. De outro, destacamos aqueles que entraram no movimento via a publicização da mídia

O que se percebe nestes casos é o peso dos laços sociais para o engajamento individual, sejam estes laços obtidos no interior das relações familiares, sejam eles construídos no espaço do trabalho ou das relações de amizade derivada da múltipla inserção. Segundo McAdam e Paulsen (1993) as pesquisas sobre os movimentos sociais há muito tempo vem apontando para o peso dos laços sociais no recrutamento e engajamento individual, mais especificamente o peso dos laços constituídos por redes de relações anteriores com o movimento como um elemento fundamental para a entrada e engajamento no ativismo. Tais laços com membros de organizações, ainda que de maneira indireta - como ocorre na maioria dos casos analisados - constituem importantes estimuladores da ação coletiva. Assim, o que se percebe é que os profissionais que atuam na defesa de causas estão envolvidos em uma multiplicidade de laços sociais (amigos, familiares, colegas) que os conduzem ao ativismo.

A participação em outras organizações, associações filantrópicas e conselhos constituem-se, ainda, em importante variável para a compreensão do engajamento militante. Isso nos permitiu medir o nível de participação política destes entrevistados e verificamos que todos aqueles profissionais que atuam na defesa de causas têm um alto nível de participação, uma vez que estão inseridos em mais de um espaço de defesa. Podemos identificar que 40% estão inseridos em mais de três espaços de defesa; 16,7% em mais de 4 espaços e 6,7% em mais de 5. Comparando estes dados com os anteriormente apresentados, podemos afirmar que a inserção na defesa de causas amplia os níveis de participação, aumentando as chances de multiplicar os espaços de investimento político em associações, conselhos, organizações, grupos de trabalho, dentre outros. Isso porque tal inserção possibilita o acesso a outros espaços, a formação de redes e o investimento em universos antes não acessados.

Deste modo, buscamos neste ponto, demonstrar alguns indicadores de redes, sejam elas as redes formais ou informais. Primeiro temos como redes formais a participação do indivíduo como membro de um movimento social ou de organizações e associações filantrópicas, seja como voluntário, seja como membro do quadro da organização. Os indicadores que se prestam para isso estão relacionados à participação em outros movimentos sociais, bem como ao tipo de participação (tais como: ativista, membro do quadro da organização, simpatizante). Segundo, procuramos apreender a situação importante para o envolvimento na causa em que atua e os fatores considerados relevantes para ocupação de cargos de chefia dentro do movimento. Como indicadores partimos de uma lista de questões postas aos entrevistados de como teve contato com a causa que atua, caso tenha sido via participação em outros movimentos e associações, ou ainda se foi por via de amigos, familiares e colegas de trabalho. Podemos, contudo, perceber que as redes informais compostas, sobretudo, por amigos, colegas de trabalho, familiares, constituem um importante meio de acesso tanto à entrada na causa em que atua como para a intensidade do engajamento manifestada, principalmente, pelos níveis de participação e ocupação de cargos de chefia.

Segundo nos mostram Passy e Giugni (2001), é importante na análise das redes investigarmos tanto a natureza do laço de que pretendemos mostrar a relação quanto o impacto que elas possam ter nos níveis e na intensidade da participação. Assim, as redes informais, aquelas compostas por laços de amizade, familiares e colegas de trabalho, tem efeitos significativos para entendermos os processos de recrutamento na defesa de certas causas, ou seja, na estrutura das oportunidades de participação dada pela conexão com os laços sociais. As redes têm a função de socialização e facilitam um envolvimento nos movimentos sociais contribuindo assim de forma significativa na participação individual. Deste modo, as redes não são apenas condição de participação, mas tem um efeito decisivo na intensidade do engajamento. De acordo com os autores citados as redes têm três funções determinantes: primeiro constituem estruturas de conexão que funcionam como oportunidades para participação; segundo elas socializam os indivíduos nos temas de protesto e terceiro contribuem para construção da decisão se tornar envolvido na causa.

Portanto, podemos testar a hipótese levantada por Passy e Giugni (2001), como uma das principais questões extraídas destes dados, de que as redes de relações sociais contribuem tanto para entrada no engajamento quanto para a intensidade da participação. Podemos ainda especificar a dimensão do laço social que pode ter algum efeito como facilitador do ativismo. Isto quer dizer, mais precisamente, se este laço tem origem em redes formais (organização, movimentos, instituições) ou informais, estes últimos caracterizados pelas relações interpessoais obtidas pelas esferas da amizade, família e trabalho.

Considerações finais

Este artigo analisou a relação entre atuação profissional e engajamento militante a partir do exame dos perfis sociais dos atores que investem seu conhecimento e seu saber na defesa de determinadas causas. Uma das principais constatações presentes neste tipo de estudo é que a entrada de profissionais qualificados no espaço do engajamento pode ser considerada como parte do processo de reconfiguração e diversificação da ação militante. Tais constatações contribuem para formar uma agenda de pesquisa que busca compreender o que faz com que os profissionais consagrem sua vida profissional na defesa de causas. Deste ponto de vista, esta pesquisa se inscreve dentro das problematizações que procuram apreender a relação entre lógicas objetivas e situacionais. Dito de outra forma, isto significa levar em consideração tanto as condições sociais, políticas e profissionais dos percursos individuais que influenciam o engajamento, quanto as configurações que estruturam a oferta militante (COLLOVALD, 2002).

A análise dos questionários nos permitiu construir um quadro amplo de características comuns entre os entrevistados que se tornou fundamental para compreensão dos recursos que definem este tipo de investimento e dos condicionantes que podem ser considerados estimuladores para o engajamento. Este quadro permitiu perceber que se trata, de modo geral, de jovens, recém formados, voltados à defesa dos direitos humanos e formados em direito. Dentro desta caracterização geral ainda foi possível perceber que a presença de mulheres é significativamente maior que a presença de homens e isso se deve, em parte, à própria configuração das causas sociais e relação entre gênero e militância. Nessa linha, determinadas causas, como direitos humanos, são mais associadas às qualificações de gênero e às chamadas atribuições de gênero. Nessa mesma direção certas atividades, como o direito, são mais suscetíveis de ser objeto de mobilização política devido à definição própria do ofício e seu compromisso ideológico com a chamada defesa da justiça.

O exame do nosso universo de análise demonstrou dois aspectos centrais. Primeiro, podemos perceber, como exposto anteriormente, que a recente entrada no mundo do trabalho, a busca por emprego e a luta constante daqueles que são jovens formados para se manter no ofício, representa um condicionante fundamental que estimula o investimento na defesa de causas. Dessa forma foi possível verificar que a situação profissional- marcada pela recente entrada no mundo do trabalho- se tornou um condicionante do engajamento na defesa de causas. Devido à configuração do mercado de trabalho – inflação dos diplomas, intensa concorrência – os jovens recém formados, dotados de escassos recursos que lhes permitam concorrer no espaço profissional, são colocados diante da situação de terem de criar seus próprios empregos. A limitada opção profissional os conduz ao investimento na defesa de

causas como uma estratégia de sobrevivência no mercado de empregos. Assim, a experiência militante é facilmente reconvertida no mercado. Segundo, ele permitiu identificar o peso dos laços sociais para entrada e permanência no universo das causas sociais. Ao passo que se envolvem no ativismo, dadas as situações próprias de suas carreiras, os profissionais vão construindo laços, firmando compromentimentos com a causa e redefinindo o seu papel profissional.

PROFESSIONAL CAREER AND SOCIAL ACTIVISM: THE LOGICS OF COMMITMENT TO THE DEFENSE OF CAUSES

ABSTRACT: *This paper analyzes the objective logic of professional commitment to the defense of social causes in the city of Aracaju/Sergipe. The methodological procedure consists in questionnaires given to professionals who occupy positions in institutions oriented towards collective causes, in order to identify who they are, where they come from and what is the main basis for their social resources. This research details the profile of these professionals, their social and political backgrounds as well as the role of formal and informal relationship networks as the main access channel to the causes.*

KEYWORDS: *Professional action. Individual commitment. Social activism.*

REFERÊNCIAS

AGRIKOLIANSKI, E. Les usages protestaires du droit. In: AGRIKOLIANSKI, E. et al. **Penser les mouvements sociaux**. Paris: La Découverte, 2010. p.225-243.

_____. **La ligue Française des droits de l'homme et du citoyen depuis 1994**. Paris: L'Harmattan, 2002.

BARBALHO, R. **Feminização das carreiras jurídicas**: construções identitárias de advogadas e juízas no âmbito do profissionalismo. 2008. 192 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

_____.; BONELLI, M. G. O Profissionalismo e a construção do gênero na advocacia paulista. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.11, n.2, p.275-284, jul./dez. 2008.

COLLOVALD, A. Pour une sociologie des carrières morales. In: _____. **L'humanitaire ou le management des dévouements**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002. p.177-225.

CORADINI, O. L. Titulação escolar, condição de “elite” e posição social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.15, p.45-197, 2010.

DAUVIN, P.; SIMÉANT, J. **Le travail humanitaire**: les acteurs de ONG, du siège au terrain. Paris: Presses de Sciences Po, 2002.

FILLIEULE, O. Travail militant, action collective et rapports de genre. In: _____.; ROUX, P. **Le sexe du militantisme**. Paris: Presses de Sciences Po, 2009. p.23-72.

GAXIE, D. Rétributions du militantisme et paradoxes de l’action collective. **Swiss Political Science Review**, [S.l.], n.11, p.157-188, 2005.

GRILL, I.; REIS, E. T. A universidade como um viveiro de vocações políticas: carreira profissional, notabilização intelectual e afirmação política. **Repocs**, São Luís, v.12, n.23, jan./jun. 2015.

GUIMARÃES, N. A. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controversias sobre o processo de mercantilização do trabalho do cuidado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.46, jan./abr. 2016.

LECHIEN, M. H. Aider les autres: trajectoires professionnelles, reconversions militantes et valorisation de la personne. In: COLLOVALD, A. **L’humanitaire ou le management des dévouements**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002. p.79-132.

LOCHARD, I.; SIMONET, M. Les experts associatifs, entre savoirs profanes, militants et professionnels. In: DEMAZIÈRE, D. GADÉA, C. **Sociologie des groupes professionnels**. Paris: La Découverte, 2009. p.274-284.

McADAM, D.; PAULSEN, R. Specifying the relationship between social ties and activism. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.99, n.3, p.640-667, 1993.

_____.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, v.1, n.76, p.11-48, 2009.

MEIMON, J. La socialisation militante des professionnels de la solidarité internationale. In: DAUVIN, P.; SIMÉANT, J. **ONG et Humanitaire**. Paris: L’Harmattan, 2004. p.91-114.

OLIVEIRA, W. J. F. Representações biográficas, identidades militantes e atuação profissional em ONGs. **Composição: Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, v.4, p.79-94, 2010.

_____. Abertura política, militância múltipla e proliferação de protestos públicos em defesa de causas ambientais. **Cadernos CERU**, São Paulo, v.20, p.223-239, 2009.

PASSY, F. **L'action altruiste**. Geneve: Droz, 1998.

_____.; GIUGNI, M. Social networks and individual perceptions: explaining differential participation in social movements. **Sociological Forum**, [S.l.], v.16, n.1, p.123-153, 2001.

PETRARCA, F. R. A luta pelos direitos humanos: profissionalização de causas e politização do direito. **Cadernos CRH**, Salvador, v.27, p.181-199, 2014.

_____. Atuação profissional, recursos militantes e lógicas de engajamento no jornalismo ambiental no RS. **Comunicação & Política**, [S.l.], v.26, p.27-54, 2008.

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

SERGIPE. (Estado). **Instituto Braços**. Defesa de direitos e controle social. Aracajú: Instituto Braços, s.d. Disponível em:<www.institutobracos.org.br>. Acesso em: 23 jun. 2016.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

Recebido em 26/02/2015.

Aprovado em 06/06/2016.

O MOVIMENTO AMBIENTALISTA FRENTE ÀS RECONFIGURAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS NO BRASIL (1985-2002)

*Bergson Morais VIEIRA**

RESUMO: O presente trabalho insere-se em vertentes de estudos sobre o processo de afirmação dos movimentos sociais e busca compreender quais os caminhos que o movimento ambientalista tomou após a redemocratização, bem como o lugar que ocupa mais recentemente após a chegada do PT no âmbito nacional e estadual. Essa problemática nos insere numa reflexão sobre a relação entre conjuntura política e social e os efeitos sobre o funcionamento dos movimentos sociais. O trabalho analisou as questões acima identificadas a partir de dois movimentos ambientalistas existentes em Sergipe: Movimento Popular Ecológico (MOPEC) e da Associação Sergipana de Proteção Ambiental (ASPAM). Buscando apreender os ganhos obtidos pelas lideranças desses movimentos no decorrer do período considerado no texto. A metodologia utilizada partiu de entrevistas e questionários, através de um mapeamento prévio dos agentes envolvidos com o movimento ambientalista em Sergipe.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Ambientalismo. Dinâmica de ação. MOPEC. ASPAM.

Introdução

O trabalho ora exposto resulta da tentativa inicial durante o mestrado de investigar a existência ou não, de relação entre movimento ambientalista e a formação do Partido Verde (PV) seccional Sergipe no período imediatamente

* UFS – Universidade Federal de Sergipe. Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP). Bolsista CAPES. São Cristóvão – SE - Brasil. 49100-000 - bergsonvieira@hotmail.com.

posterior a abertura democrática no país (VIEIRA, 2013). Esse pressuposto foi deveras influenciado por parte da literatura que têm demonstrado casos de partidos políticos que nascem de sindicatos e mesmo movimentos sociais, caracterizando o que alguns autores chamariam de militâncias múltiplas (COMBES, 2009; SIMÉANT, 2003), e em especial pelos estudos de Santos (2008), que sinalizava para uma ligação estreita entre movimento ambientalista e formação do PV em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Apesar de esses textos sinalizarem para a inserção de militantes ambientalistas na institucionalização de Partidos Verdes Brasil afora, como foi o caso de ambientalistas famosos como Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis e Carlos Minc, em Sergipe isso não passou de uma tentativa. Na medida em que foi se gestando a pesquisa observou-se pouca ou nenhuma relação entre ambos, o que gerou outros questionamentos (entende-se curiosidade investigativa) que naquele momento não puderam ser investigados com mais cuidado: Quais caminhos o movimento ambientalista tomou em Sergipe após a redemocratização? Quais os percursos que esses movimentos fizeram desde sua formação e qual a relação com as transformações políticas e sociais pelas quais o país e o Estado passaram desde então? Por fim, qual o lugar que os partidos políticos ocupam na vida de atores envolvidos no movimento ambientalista?

Essas questões mais gerais desembocaram numa problemática que discute a relação entre a conjuntura política e social e implicações no funcionamento de movimentos sociais. Para dar conta dessa problemática bem como das questões que ela evoca, o presente trabalho analisou as circunstâncias que conduziram à criação da Associação Sergipana de Proteção Ambiental (ASPAM) e do Movimento Popular Ecológico (MOPEC), e o lugar que as lideranças desses movimentos ocuparam ao longo dos anos que se seguiram até a entrada no PT no governo no plano federal e estadual no início dos anos 2000.

Os argumentos apresentados ao longo do texto objetivam evidenciar as reconfigurações¹ pelas quais passaram o movimento ambientalista no Estado no decorrer do período considerado no texto, e as vinculações dessas com às conjunturas políticas e sociais da época. Se nas décadas de 1980 e 1990 era possível chamar a relação entre movimentos, partidos políticos e agências públicas de cooptação, tal como defende pesquisadores como Dagnino (2004), o que se vê após a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder no início dos anos 2000 é o questionamento dessa tese, na medida em que os movimentos sociais passaram a atuar mais próximos

¹ Aqui utilizo o conceito de configuração de Elias (1994), e busco com isso enfatizar as ligações entre mudanças na ordem sistêmica (para usar um termo Parsoniano) e suas implicações no comportamento de pessoas e instituições.

ao Estado, sem necessariamente ter que romper com os princípios defendidos pelo movimento.

No intuito de contribuir com o debate em torno da questão ambiental e das vinculações com a atmosfera política e social, o presente artigo busca elucidar algumas das principais diferenciações quanto às práticas e dinâmicas de ação do movimento ambientalista e quais as implicações que o contexto político e social exerce sobre essas mesmas dinâmicas. Além disso, a escolha de um objeto empírico específico como o MOPEC e a ASPAM, dentro de uma realidade social diferente, pode trazer novas contribuições para o debate vigente. Isso porque, a maioria dos casos em que evocam reflexões mais gerais sobre o ambientalismo brasileiro tem sido feito à luz do regionalismo, em que se destacam aqueles Estados e regiões que tiveram certa preponderância política na consolidação do ativismo ambiental nacional, como é o caso de São Paulo e Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2014, p.29), e que tendem a pressupor que “[...] o que estava acontecendo nesses estados, ou estavam também acontecendo no demais, ou então explicava uma tendência do que deveria acontecer num futuro próximo”.

Com base nas orientações e nos objetivos apresentados, a hipótese da qual se vale o presente artigo é a de que, o contexto de abertura política e de redemocratização constituiu um marco de expansão do movimento ambientalista no Brasil, favorecendo diversos movimentos sociais no Estado, entre os quais o MOPEC e a ASPAM. E que posteriormente, do meio para o fim dos anos 1990 esses movimentos passaram por um período de recrudescimento, que foi solapado com a chegada do PT ao poder (estadual e federal) no início dos anos 2000, permitindo com que, tanto o movimento ambientalista quanto outros movimentos sociais passassem a atuar mais próximo ao aparato estatal por meio da ocupação de suas lideranças a postos nas administrações públicas e na burocracia estatal.

Dinâmica de ação do movimento ambientalista no Brasil e em Sergipe

Desde o final da década de 1960 surgem novos modelos de ação coletiva desvinculados das lutas pelo poder e contra o Estado (ALONSO, 2009). Esses movimentos demonstravam outras estratégias de mobilização atrelada à luta de cunho pacifista, direitos civis, estilos de vida, igualdade étnica e de gênero, e caracterizado por motivações racionais. De modo que o aumento quantitativo de movimentos sociais não atingiria todos os tipos de militância, mas apenas aqueles atrelados às causas globais, ligadas à militância moral e altruísta (PASSY, 1998).

O período militar vivido no Brasil nessa mesma época vinculado à ideia ufanista do “Brasil Grande”, com vistas a defender um modelo progressista de

construções faraônicas agredia o meio ambiente, não demorando para entrar na agenda de diversos grupos ambientalistas no país, caracterizando uma tensão entre democracia e a ecologia. Para Viola (1987), essa tensão refletiu direto no movimento ecologista através de clivagem existente no seu interior entre os fundamentalistas que enfatizavam a pureza do movimento, com tendências a bloquear o diálogo entre o movimento e sociedade, e os realistas mais preocupados com a extensão do movimento verde, a formação de um programa econômico de transição viável.

Apesar de não ter sido notado grandes mudanças de continuidade entre esse novo momento do ambientalismo e o momento anterior, a década de 1970 constituiu um marco importante do processo de configuração do ambientalismo no Brasil como uma esfera de politização de diferentes espaços (OLIVEIRA, 2008a; ANTUNIASI, 1989). Segundo Loureiro e Pacheco (1995) é nos anos 1970 que a questão ambiental emerge como uma questão política no Brasil, pois é a partir daí que ela passa a ser integrada na agenda dos problemas nacionais, e os problemas ambientais começam a ocupar espaço crescente nos meios de comunicação e na opinião pública, mobilizando grupos em torno da defesa ambiental e formando o que se pode denominar consciência ambiental no país.

O fato é que o movimento ambientalista permitia a articulação de consensos e alianças entre os atores, grupos de interesse e conflitos existentes dentro deste cenário de disputas (LOUREIRO; PACHECO, 1995; OLIVEIRA, 2008a; NASCIMENTO, 2012). Dito de outro modo, o movimento ambientalista estabelecia uma dinâmica de ação pouco agressiva ao Estado autoritário e esse caráter pouco ofensivo permitiu ao movimento uma maior articulação com o Estado. Ainda segundo Jacobi (2003), essas iniciativas, antes de significar um comprometimento efetivo do governo brasileiro com a luta para a proteção ambiental, serviram como uma tentativa de atenuar a imagem negativa que o governo deixou no cenário externo devido à sua atuação na Conferência de Estocolmo.

Com relação ao posicionamento do movimento ambientalista, é apenas em meados de 1980 que estes passam a entender a importância de se relacionarem com outros movimentos sociais. A explosão desses movimentos e a onda de mobilização no Brasil nesse período estavam relacionadas ao declínio da capacidade do Estado em coibir protestos. E a efervescência de diversos movimentos sociais permitiu uma nova relação destes com agências públicas e partidos políticos. Nas palavras de Dagnino (2004, p.83), “[...] cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e entre os movimentos e as agências públicas em geral, por outro”. Iniciando um processo que foi muitas vezes chamado de cooptação, articulando uma nova forma de “[...] participação que leva esses movimentos a se relacionarem mais diretamente com as agências públicas”.

Com efeito, o que se presenciou entre o final dos anos 1980 e períodos posteriores foi um súbito aumento no potencial de retribuição da participação nas causas de defesa do meio ambiente. Segundo Oliveira (2014, p.50), isso se deu porque “[...] esse tipo de engajamento passou a ser associado à ocupação de postos nas administrações públicas e na burocracia estatal, nos partidos políticos, nos meios acadêmicos e universitários, em organizações e grupos profissionais e em empresas de consultoria entre outras”.

Em relação à lógica da questão ambiental em Sergipe destaca-se a baixa concentração de manifestações e movimentos em defesa da causa ambiental. A esse respeito, Felizola (2012), apresenta algumas tipologias do movimento ambientalista em Sergipe. Para o autor há uma profunda relação entre o ambientalismo das ONGs, o ambientalismo governamental e o ambientalismo empresarial, demonstrando que esse movimento funciona com grande influência dos pactos políticos e agências públicas. Somados a essa influência marcante há também uma presença do que o autor chama de “ambientalismo científico” utilizado com mais força na criação de projetos de ONGs ambientais no Estado.

Felizola (2012), destaca um traço comum ao movimento ambientalista estadual: eram movimentos esporádicos, só se reuniam para reivindicar questões pontuais, tendo sucesso ou não nessas reivindicações o movimento se dissipava, voltando a se reunir apenas quando surgissem outras demandas. Ainda segundo o autor, isso ocorre porque o ambientalismo sergipano, enquanto sujeito social dos novos movimentos sociais, “[...] acaba sendo extremamente complexo e perpassa pela luta por espaços de cidadania, relacionados com o processo econômico e da tomada do poder político” (FELIZOLA, 2012, p.174), levando os agentes ambientalistas (ligados à ONGs, movimentos sociais, grupos de interesse) a atuar em diversos cosmos de luta, partindo para discussões de etnia, ambiente, gênero, renda e, posteriormente, outros temas, não focando apenas o movimento ambiental como a sua luta.

Transformações políticas e sociais e funcionamento do movimento ambientalista em Sergipe a partir do caso da ASPAM e do MOPEC

A primeira forma institucionalizada de defesa do meio ambiente em Sergipe inicia-se em 1978, com a criação da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA). Esse órgão detém a responsabilidade de operacionalizar, junto com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a política governamental relativa ao meio ambiente, com melhoria da qualidade ambiental pelo gerenciamento dos recursos naturais do Estado de Sergipe e combate à poluição de qualquer natureza.

Segundo Nascimento (2012), o surgimento da ADEMA como instituição criada sob a influência das discussões e deliberações do primeiro evento mundial sobre o meio ambiente, a Conferência de Estocolmo, também se assemelha ao processo de criação de organismos responsáveis pela formulação e implementação de políticas de meio ambiente em diversos países. A partir de 1991, a ADEMA passou a integrar a Secretaria da Indústria, do Comércio e da Ciência e Tecnologia. Em 1995 vinculou-se à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), permanecendo assim até 1998, quando a SEMA foi extinta pelo mesmo governo que a criou, ato ratificado pela Lei nº. 4.063, de 30 de dezembro de 1998.

Antes disso, em 08 de agosto de 1967 foi fundada a Associação Sergipana de Proteção Ambiental (ASPAM), a primeira ONG estritamente ambientalista de Sergipe (extinta em 2002). Seu fundador, Genival Nunes, possui formação acadêmica em biologia e psicologia (que também dirigiu a ADEMA e a SEMARH). Em outubro de 2010, no mandato do então governador Marcelo Deda (PT) e, parte do mandato de seu vice, assumiu a presidência da Secretaria do Meio Ambiente, permanecendo até fevereiro de 2014. A indicação de Genival Nunes para um posto de comando na Secretaria do Meio Ambiente esta relacionada, em alguma medida, a chegada do PT ao poder anos atrás, tanto na esfera nacional quanto na estadual.

Evidentemente, esse quadro de oportunidades que surgem para lideranças de movimentos sociais não ocorre apenas em Sergipe, em outros Estados foi possível observar dinâmicas semelhantes (OLIVEIRA, 2005; 2008a; 2008b). Com a chegada do PT ao poder no plano federal passa a existir uma nova de relação entre movimento e Estado, que implica na possibilidade de passarmos a refutar a própria noção de cooptação – tão presente nas análises sobre movimentos sociais em períodos anteriores –, tendo em vista que esta noção sugere uma desvirtuação dos princípios associativos e militantes, o que contrasta, em alguma medida, com a situação em tela, pois o que pode ser visto não parece uma ruptura, mas parte de um processo de mudanças das conjunturas do mercado político após a chegada do PT ao poder e a importância que o capital político e militante² passa a ter frente essa nova conjuntura. Isso é evidenciado na ocasião da posse de Genival Nunes para a Secretaria de Meio Ambiente, em que o então governador Marcelo Deda faz questão de evidenciar a importância do capital militante para a ocupação de um cargo de destaque na secretaria.

² Como Pechú (2007), entendemos que há uma diferenciação entre “campo militante” e “campo político”. Se por um lado teríamos o capital político adquirido por meio de militância estudantil ou partidária e, no paralelo oposto, o capital militante adquirido em experiências menos formais como o envolvimento com militâncias múltiplas (seja sindical, de gênero, sexual, negros entre outras), por exemplo.

Como deputado constituinte, em 1989, o projeto que fizemos na área ambiental foi desenvolvido por Genival, que era meu assessor na época. No nosso governo, ele assumiu a ADEMA e fez uma revolução. Agora, Genival sai da ADEMA e assume a Secretaria do Meio Ambiente sem choque. Não tenho dúvidas que dará continuidade à política da pasta com muita competência e conhecimento de causa [...] desde os anos 80, quando o meio ambiente não estava na moda, “Geni” já estava na luta em defesa do meio ambiente mobilizando a sociedade e militando em defesa da preservação ambiental. (SERGIPE, 2010).

Duas questões perpassam o discurso acima, a primeira tem a ver com um tipo de reconhecimento dos saberes adquiridos na passagem por instituições militantes tal como defendido em alguns trabalhos (FRETEL, 2011). No caso de Genival Nunes sua militância em períodos anteriores acabou se constituindo como um importante recurso no que se refere a sua indicação à direção da secretaria. A segunda questão diz respeito a circulação das lideranças militantes em diferentes redes e a notoriedade que isso lhes confere, o que nos coloca frente a toda uma literatura que trata das retribuições (materiais e simbólicas) do militantismo. Sobre isso, Gaxie (1977) argumenta que, tanto as contribuições quanto suas recompensas/retribuições são resultado da relação entre as propriedades sociais e os recursos da instituição à qual estão vinculados.

Portanto, para entender a chegada de Genival Nunes a Secretaria do Meio Ambiente teríamos que considerar diferentes variáveis, à exemplo das transformações políticas vinculadas à chegada do PT ao governo federal e estadual, transformações sociais em que os movimentos sociais passariam a ocupar um lugar de relativo destaque nesse cenário, a trajetória individual desse agente com reconhecimento dentro do Estado de ser um bom ambientalista, e por fim a trajetória institucional da ADEMA, instituição esta de grande importância no cenário estadual e regional e que este autor esteve à frente por muito tempo.

Ainda sobre a chegada de um ambientalista histórico na presidência da Secretaria de Meio Ambiente, é possível dizer que houve significativas mudanças institucionais, em que passou haver uma considerável reestruturação, passando delimitar o que competia a cada instância da secretaria, organizou o licenciamento ambiental, tendo, de fato, uma atuação durante praticamente todo o período em que o PT esteve no poder no Estado. Fato destacado em entrevista com o ambientalista Lisaldo Vieira: “[...] quando Genival Nunes assumiu a secretaria de Meio Ambiente tive certeza de que ele estava no lugar certo, ele é um conhecedor da causa ambiental, e faz muita coisa em benefício do meio ambiente, as vezes até contrariando o governo”³, opinião que parece consensual entre os ambientalistas no Estado.

³ Entrevista realizada entre o pesquisador e senhor Lisaldo Vieira em novembro de 2012.

Outro importante movimento ambientalista estadual foi o MOPEC, sua criação teve forte influência do Primeiro Encontro de Agentes de Projetos II, da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) realizado no período de 18 a 22 de setembro de 1989, em Salvador (BA), cujo tema principal foi a questão do meio ambiente e sua relação com a sociedade civil brasileira. Estiveram presentes no encontro mencionado 2 (dois) representantes do movimento, que suscitaram no Estado essas mesmas discussões sobre lutas populares e o problema ecológico, assim formou-se uma articulação de pessoas interessadas neste tema durante todo o final de 1989 e início de 1990, até que foi organizada a proposta de realização do 1º Seminário sobre o mesmo tema do encontro da CESE: Meio Ambiente e Organização Popular, dentro da Realidade de Sergipe. Apesar de ter realizado ações populares no final da década de 1980, sua criação oficial foi somente em 1991, esse movimento se configuraria como o primeiro movimento popular ambiental do Estado.

O MOPEC foi criado a partir da vinculação entre grupos que participaram do Primeiro Encontro de Agentes de Projetos II, da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e de líderes comunitários. Nas palavras de Lisaldo Vieira, um dos fundadores do MOPEC, “[...] após essa reunião, surgiu uma coordenação que foi composta principalmente por lideranças de comunidades de bairros, destacando-se representantes dos bairros São Conrado, Bairro América, Coroa do Meio, Augusto Franco, entre outros”⁴. Essa presença de lideranças comunitárias no movimento deveu-se à própria proposta de inter-relacionar a questão social com a defesa do meio ambiente que foi estabelecida como princípio básico do MOPEC.

Lisaldo Vieira destaca algumas situações em que o movimento atuou como importante ator na reivindicação de causas ambientais, cita o exemplo da luta pelo fechamento da fábrica de cimento Portland, feito em parceria entre a Associação de Moradores e Amigos do Bairro América (AMABA) e a Paróquia São Judas Tadeu. Além desse trabalho, destaca a atuação do movimento bairro São Conrado, em escolas e comunidades com problemas de ordem sócio-ambientais, começou a partir da articulação de um grupo de ambientalistas do local, denominado SOS - São Conrado, que já desenvolvia uma luta ambientalista desde o início do ano de 1990, contra a poluição atmosférica oriunda de uma lagoa de estabilização existente no Distrito Industrial de Aracaju (DIA), localizada nas imediações do bairro. Além disso, havia também um transbordamento dos resíduos da referida lagoa que poluía grande extensão de mangues e do Rio Poxim, que serve a inúmeras famílias de pescadores da área. Somado à poluição, havia uma acelerada destruição dos manguezais na área por aterros, desmate, poluição e até por lixeiras. A especulação imobiliária presente

⁴ Entrevista realizada entre o pesquisador e senhor Lisaldo Vieira em novembro de 2012.

no bairro também era motivo de denúncias, na medida em que as casas e prédios eram construídos em áreas de manguezais. Por essa razão, o setor da construção civil se tornaria um dos maiores desafetos do movimento, o que certamente prejudicava uma relação com o poder público, tendo em vista que algumas das principais empresas de construção civil estavam (e ainda estão) nas mãos de políticos locais.

Felizola e Costa (2012b, p.327) apontam que “[...] os principais projetos desenvolvidos pelo MOPEC foram a Defesa da Serra de Itabaiana, Manifestações contra a Orla de Atalaia, Manifestação contra a rodovia do Coko, Manifestação contra a destruição do mangue da Treze de Julho – Aracaju”. Ainda para esses autores, no período da década de 1990 era possível vislumbrar dois tipos de ONGs ambientalistas em Sergipe, “[...] de um lado se teria as ONGs que atuavam diretamente em movimentos populares, associações comunitárias, como é o caso da AMABA em Sergipe, de outro lado seria possível identificar as ONGs que buscavam criar uma identidade própria e buscar uma nova área de atuação” (FELIZOLA; COSTA, 2012b, p.327), dentro dessas duas tipologias apresentadas pelos autores citados é possível dizer que o MOPEC se insere mais no segundo caso.

O fato é que a década de 1990 foi marcada pela intensificação de movimentos sociais e de ONGs voltadas para a defesa do meio ambiente no Estado, algumas focadas em uma prática mais denunciativa, como foi o caso da Água é Vida, fundada em 1998 em Estância, litoral Sul sergipano. E outras ONGs mais técnicas e menos corajosas como a Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes (Sociedade Semear), fundada em 2001 em Aracaju (ver Quadro 3). É possível dizer que essa intensificação estava mais relacionada ao desencadeamento das políticas neoliberais observadas naquele período no país (GOHN, 2003), bem como o deslocamento do eixo Sul e Sudeste de grupos preocupados com as questões ambientais, do que um maior investimento Estado no setor ambientalismo.

A principal liderança do MOPEC, desde a fundação até os dias atuais, é Lisaldo Vieira, funcionário público federal e exerce suas atividades laborais na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tem 58 anos e nas últimas duas décadas e meia está engajado em movimentos sociais de cunho ambientalista. Lisaldo Vieira possui ensino médio, segundo o mesmo, sua gestão buscou dar um caráter menos acadêmico e mais ostensivo para o movimento, na interpretação dele isso foi conseguido através de passeatas, palestras em escolas locais, participação em debates públicos na câmara de vereadores dentre outras manifestações públicas. Essa característica faz com que o MOPEC se tornasse um movimento peculiar, na medida em que ao contrário do que é reforçado por parte da literatura corrente, que dá um peso relativamente grande da *expertise*⁵ para o recrutamento e seleção de lideranças ambientalistas (OLLITRAULT, 1996; GALLET, 2002; OLIVEIRA, 2008b), no caso

⁵ Essas características resultaram no que Oliveira (2005; 2008b) identificou como constituição de uma categoria social que tem como um dos traços expressivo capital cultural, escolar, profissional e social:

do MOPEC esse fator não parece ter muita importância. Há, com efeito, um relativo peso nesse processo de seleção de lideranças o tempo de dedicação nas questões defendidas pelo movimento, a entrega às causas ambientais, e o reconhecimento social como “um bom ambientalista”.

Apesar da importância que a literatura dá para a estrutura organizacional para o sucesso dos movimentos sociais (McCARTHY; ZALD, 1977; OLSON, 1999), e de a década de 1990 ter se configurado como um momento em que várias ONGs se estruturaram com recursos oriundos das mais diversas fontes em outras regiões brasileiras e do mundo, como é o caso da chegada das ONGs “multinacionais” como o *WWF* e o *Greenpeace*, observou-se que as ONGs e movimentos ambientalistas de Sergipe não possuíam uma estrutura organizacional e vinculação com entidades e grupos financiadores como pode ser observado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Organização dos movimentos sociais em Sergipe

Nome	Registro	Sede	Número de voluntários	Funcionários	Divisão de setores	Fonte de recursos
ASPAM	Sim	Sim	30	Nenhum	Três setores	Doações e projetos
MOPEC	Sim	Não	30	Nenhum	Três setores	Doação de projetos

Fonte: Felizola e Costa, 2012a.

O Quadro 1 chama atenção para dois pontos, o primeiro diz respeito a inexistência de uma sede própria do MOPEC, diferente do que pode ser observado no caso da ASPAM. O segundo ponto tem a ver com a inexistência de funcionários e uma presença marcante de voluntários. Embora o MOPEC tenha realizado importantes articulações políticas, se inserindo em comitês, conselhos e sindicatos e trabalhado em questões importantes, tais como o fórum em Defesa da Grande Aracaju, Conselho Estadual do Meio Ambiente, Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Membro do Conselho Costa dos Coqueirais, chama atenção a baixa relação desse movimento com a iniciativa privada e com o Estado. A atuação dessa organização foi mais focada na agitação da sociedade civil ficando mais perto das demandas reais da população, na medida em que nesse primeiro momento era claro que a função das organizações não estava como substitutas ou concorrentes das ações do Estado, mas como entidades capazes de criticar os caminhos (in)sustentáveis, dando novas contribuições através de propostas reais para a política governamental e que possibilitariam mudanças sociais para as populações mais humildes. Com efeito, a baixa vinculação com agências financiadoras e mesmo com a estrutura do

alta representação de diplomados, forte presença de categorias intelectuais de universitários ou de pesquisadores.

Estado se configurou como um obstáculo ao avanço de projetos mais “ambiciosos” ligados à área ambiental no Estado (FELIZOLA; COSTA, 2012b).

Outra característica marcante no movimento ambientalista e ONGs em Sergipe é uma constante vinculação das lideranças desses movimentos com partidos políticos (SOUZA, 2012; SEIDL, 2014). Segundo Seidl (2009, 2014), essa relativa singularidade traria consequências na forma de atuação dos líderes desses movimentos, em que a escassez de espaços associativos mais profissionalizados e especializados, tanto de formas de cooptação e recrutamento quanto de possibilidades de realização de carreiras militantes, tenderia a proporcionar uma configuração de militância que entrelaçam inserção associativa e partidária (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Arranjos políticos de algumas instituições ambientais em Sergipe

Nome da instituição	Arranjos políticos
ASPAM	Ligação com o PT
MOPEC	Participação da fundação do PV depois forte ligação com o PT
PENSAR VERDE	Participação fundamental na criação do PV
ÁGUA É VIDA	PT E PV
SOCIEDADE SEMEAR	PT
INSTITUTO ÁRVORE	PT, DEM e PV

Fonte: Felizola e Costa, 2012a.

A articulação entre o MOPEC e outros movimentos ambientais com partidos políticos se insere em vertentes de estudos que conjugam a relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos que, para boa parte da literatura, permite compreender como essas relações de formam e interferem nas organizações, tanto dos movimentos quanto dos partidos (COMBES, 2009). Quando cruzamos dados referentes a atores inseridos na militância política e dedicação à causa ambiental, evidenciam-se as interferências de um tipo de militância sobre a outra. Em sua tese de doutoramento Felizola (2012, p.132) apresenta dois casos singulares e que permitem visualizar essa situação, tratam-se de Reinaldo Nunes, presidente do movimento Pensar Verde e também presidente do PV, e de Genival Nunes (ASPAM), enquanto que no primeiro caso a própria liderança admite que a ação no PV acabou limitando sua participação em ONGs, alegando que “o posicionamento do partido, muitas vezes, acabou ‘falando mais alto’”, no segundo caso, “o combativo ambientalista deu lugar a um executivo de sucesso na área pública”, por vezes deixando de lado seu militanteismo.

Apesar de haver uma tendência de lideranças dos movimentos sociais tentarem acesso à postos eletivos, tal como fez Lisaldo Vieira (MOPEC) que na década de 1990 concorreu para o cargos de vereador na cidade de Aracaju, isso não é uma marca do movimento ambientalista sergipano. Pois, a falta de êxito eleitoral e mesmo profissional na área ambiental fez com que praticamente todos os atores envolvidos em ONGs ambientais no Estado praticassem a militância de forma voluntária, fazendo com que continuassem exercendo as mesmas carreiras profissionais que exerciam antes da atuação nas ONGs (FELIZOLA; COSTA, 2012b) (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Atividades laborais e políticas das lideranças ambientais em Sergipe

Instituição e Liderança	Principais atividades desenvolvidas no período	Atividade atual	Candidaturas políticas
ASPAM Genival Nunes	Assessoria parlamentar, ensino de biologia em instituições privadas e públicas	Secretário de Estado de Meio ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe.	Nunca foi candidato
MOPEC Lisaldo Vieira	Líder Sindical Servidor Federal	Servidor Federal	Candidato a vereador em duas ocasiões
PENSAR VERDE Reinaldo Nunes	Presidente da BrasilPrev	Engenheiro Civil, Presidente do PV em Sergipe, membro da Executiva Nacional tesoureiro nacional do PV.	Candidato a governador, prefeito e Deputado Estadual
AGUA É VIDA Luis Palmares	Professor Municipal	Professor Municipal	Candidato a vereador
SEMEAR Carlos Brito	Professor Universitário	Diretor presidente da OSCIP	Nunca foi candidato
ARVORE Carlos Eduardo	Estudante e Estagiário	Professor Universitário e bolsista de Mestrado	Candidato ao cargo de Deputado Estadual em 2010

Instituição e Liderança	Principais atividades desenvolvidas no período	Atividade atual	Candidaturas políticas
CICLO URBANO José Waldson	Coordenador Técnico do Planejamento Territorial Participativo do Estado de Sergipe Ciclo 2009-2010, Rede de Juventude pelo Meio ambiente e participou como facilitador das Conferências nacionais infanto-juvenil pelo Meio Ambiente dos anos de 2003, 2006 e 2009.	Diretor de meio ambiente da OSCIP Sociedade Semear	Nunca foi candidato
ADCAR José Firmo	Servidor federal, vice-presidente do sindicato dos técnicos da UFS, prefeito do Campus da UFS entre outros cargos dentro da estrutura organizacional da empresa.	Servidor Federal	Nunca foi candidato

Fonte: Felizola, 2012.

Ao fazer um cruzamento entre atuação profissional e militância ambientalista chama atenção a baixa incidência de atores cujos rendimentos provêm diretamente das ONGs as quais dirigem. Apenas José Wadson, diretor de meio ambiente da sociedade Semear, e também fundador da ONG ciclo urbano, tem todo seu rendimento associado ao terceiro setor.

O Quadro 3, também nos permite observar a posição do ambientalismo frente ao espaço político estadual. Se por um lado, a relação entre movimento e política partidária seja uma tendência (ver Quadro 2), o mesmo não se pode dizer da relação entre movimento e política eleitoral. Ao que parece a política eleitoral e o envolvimento das lideranças do movimento com a mesma soa ainda como uma forma cooptação, ou ainda como desvirtuação dos princípios defendidos pelo movimento. De modo que esse afastamento forçado (já que as tentativas de se eleger aconteceram) acabou servindo de discurso de resistência às pressões do aparelho estatal bem como das empresas de construção civil (grande financiadora

de campanhas e um dos principais desafetos do movimento ambientalista estadual) de vários líderes de movimentos ambientalistas do Estado.

Enfim, em termos eletivos, embora alguns ambientalistas tenham usado suas posições institucionais como plataforma de campanha, poucos parlamentares conseguiram êxito, é o caso de Marcelo Deda que, embora de maneira tímida seu discurso fosse de encontro com demandas ambientais nas décadas de 1980 e 1990. Para todo efeito, sua chegada na Assembleia Legislativa e, posteriormente no executivo estadual, trouxe para lideranças ambientalistas um ganho em oportunidades, tanto para a criação de novas demandas em defesas de causas ambientais, quanto no que se refere a oportunidades de lideranças ambientalistas passarem a ocupar postos de comando no aparelho estatal (FELIZOLA; COSTA, 2012b).

Considerações finais

Procurou-se desenvolver aqui uma problemática capaz de discutir a relação entre a conjuntura política e social e implicações no funcionamento de movimentos sociais. Os argumentos foram apresentados no sentido de demonstrar que o movimento ambientalista passou por significativas reconfigurações no decorrer do período do qual tratou o texto, e que em função disso, as lideranças desses movimentos tiveram oportunidades desiguais de acesso à postos de comando na estrutura do Estado após a chegada do PT ao poder no início dos anos 2000. Fator este que nos permitiu refutar a tese de cooptação dos movimentos sociais, e inserir uma nova ideia de correlação entre Estado e movimento, em que a chegada do PT tornaria possível a inserção de lideranças de diferentes movimentos na esfera estatal, sem que necessariamente tivessem que romper com as bases do movimento, tal como sugere a ideia de cooptação. Contrário disso, justamente a posse do capital militante e político é que tornou possível o acesso à determinadas retribuições.

A hipótese colocada no início se confirmou em parte, pois se por um lado as mudanças na estrutura do Estado por meio de alternância de governos trouxeram novas oportunidades para o movimento ambientalista, por outro lado, nem todos os líderes desses movimentos foram contemplados com oportunidades de ocupar postos na administração pública e na burocracia estatal. Isso foi evidenciado na medida em que o trabalho debateu tais situações a partir de dois espaços empíricos semelhantes, mas com perfis de lideranças diferentes: O MOPEC, sob a liderança de Lisaldo Vieira, e a ASPAM, liderada por Genival Nunes.

Em resumo, apesar de Lisaldo Vieira e Genival Nunes se constituírem como os principais nomes do ambientalismo sergipano, os rendimentos destes foram desiguais ao longo dos últimos anos. Enquanto o primeiro não conseguiu mais do que o reconhecimento social como um bom ambientalista, o segundo chegou ao que podemos chamar de mais alta posição burocrática em nível ambiental do Estado – a presidência da Secretaria de Meio Ambiente de Sergipe. Os dados apresentados sugerem que a indicação de Genival Nunes para presidente da secretaria se deve mais às redes transversais construídas ao longo de sua trajetória, sobretudo sua ligação com Marcelo Deda desde a época da faculdade e da militância na extinta ASPAM, sua *expertise* vinculada a posse de diploma de nível superior e seu conhecimento técnico na área, bem como às oportunidades colocadas após a eleição de um amigo de militância como governador do Estado, do que sua militância no movimento ambientalista propriamente dita.

Enquanto esses elementos somados permitiram a entrada de Genival Nunes na presidência da secretária, Lisaldo Vieira, mesmo sendo um dos mais ativos militantes ambientalistas do Estado, sua relação quase sempre tensa com o Estado, os conflitos políticos com empreiteiros ligados à construção civil, bem como sua formação escolar relativamente baixa, dificultaram a chegada aos espaços de poder dentro do Estado. Além disso, há uma nítida diferença entre o militantismo encontrado no MOPEC e o encontrado na ASPAM. Enquanto que no primeiro caso há uma incidência de militantes com baixa escolaridade, no segundo caso a ASPAM desde sua fundação contou com o que podemos chamar de *experts*, que seriam sujeitos com conhecimentos técnicos e, portanto, com notoriedade para falar em nome de uma causa e deliberar sobre pontos fundantes no que se refere às questões ambientais. Em suma, ainda que a passagem por universidades não pareça um elemento fundamental para a ocupação de postos de comando no MOPEC, ela é fundamental para que haja a reconversão dessa passagem através do favorecimento à ocupação de cargos na esfera governamental.

Por fim, as ONGs analisadas no texto (MOPEC e ASPAM) permitiu identificar bem como se comporta o movimento ambientalista em Sergipe. Essas ONGs não possui sede própria e normalmente os encontros são realizados nas casas de membros, ou em lugares públicos, o que permite entender a analogia feita no título do texto de Nascimento (2012) entre parte da música *Meu papagaio* de Chiko Queiroga e Antônio Rogério e o movimento ambientalista sergipano. Em termos práticos, observamos no ambientalismo sergipano um movimento incipiente, com claras dificuldades de funcionamento, e cuja existência depende basicamente da ação e doações dos membros desses movimentos. Apesar disso, o texto procurou mostrar que a lógica das ONGs ambientalistas em Sergipe é bastante própria e esta ligada a um caráter esporádico, no sentido de esses movimentos se reunirem para reivindicar

questões pontuais e, tendo sucesso ou não nessas reivindicações o movimento se dissipava, voltando a se reunir apenas quando surgissem outras demandas.

THE ENVIRONMENTAL PROTECTION MOVEMENT FACED WITH POLITICAL AND SOCIAL RECONFIGURATION IN BRAZIL (1985-2002)

ABSTRACT: *The present article studies the process of affirmation of social movements and seeks to understand the paths taken by the environmentalist movement after the return to democracy, as well as the place that it occupies more recently, with the arrival of the PT on the state and the national political arenas. This approach leads us to a reflection about the relationship between the social and political contexts and its effects on the operations of social movements. The article analyses these questions through the study of two environmentalist groups in Sergipe: the Popular Ecological Movement (MOPEC) and the Association of Environmental Protection of Sergipe (ASPAM). It tries to assess the gains obtained by the leadership of these movements in the timeframe of this work. The methodology used consisted of interviews and surveys, based on a previous mapping of the main agents involved in the environmental movement in Sergipe.*

KEYWORDS: *Social movements. Environmentalism. Dynamic action. MOPEC. ASPAM.*

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, p.49-86, 2009.

ANTUNIASSI, M. H. **Movimento ambientalista em São Paulo**: análise sociológica de um movimento social urbano. São Paulo: Ceru, 1989.

COMBES, H. Pour une sociologie du multi-engagement: réflexion sur les relations partis-mouvements sociaux à partir du cas mexicain. **Sociologie et Sociétés**, Presses de L'Université, Montreal, v.41, n.2, p.161-188, 2009.

DAGNINO, E. (Org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FELIZOLA, M. P. M. **A trajetória dos movimentos socioambientais em Sergipe: personagens, instituições e estratégias de comunicação.** 2012. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

_____.; COSTA, F. B. O ambientalismo em Sergipe - um percurso histórico dos movimentos ambientais entre 1983-2011. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v.4, n.8, 2012a.

_____. A atuação das ONGs ambientalistas na segunda “fase” do movimento ambiental em Sergipe (1993-1999). **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Curitiba, v.2, n.1, jul./dez. 2012b.

FRETEL, J. Habiter l’institution. Habitus, apprentissages et langages dans les institutions partisanses. In: LAGROYE, J.; OFFERLÉ, M. (Dir.). **Sociologie des institutions**. Paris: Belin, 2011. p.195-218.

GALLET, G. L’expertise, outil de l’activisme environnemental chez Greenpeace France. In: HAMMAN, P.; MÉON, J. M.; VERRIER, B. (Org.). **Discours savants, discours militants: mélange des genres**. Paris: Harmattan, 2002. p.109-128.

GAXIE, D. Économie des partis et retributions du militantisme. **Revue Française de Science Politique**, [S.l.], v.27, n.1, p.123-154, fev. 1977.

GOHN, M. G. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

JACOBI, P. R. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (Org.). **Patrimônio ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2003. p.519-543.

LOUREIRO, M. R.; PACHECO, R. S. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972-1992). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.29, n.4, p.137-153, out./dez. 1995.

McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.82, n.6, p.1212-1241, 1977.

NASCIMENTO, M. S. “Meu papagaio não tem asas não tem bico”: o movimento ambientalista em Sergipe. In: XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL – UFPI, de 04 a 07 de setembro de 2012, Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI, 2012.

OLIVEIRA, W. J. F. Gênese e diferenciação do ambientalismo. In: _____. (Org.). **Engajamento e militância política em Sergipe: Contexto político, engajamento individual e atuação profissional**. São Cristóvão: Edufs, 2014. p.27-64.

_____. Gênese e redefinição do militantismo ambientalista no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.51, n.3, p.751-777, 2008a.

_____. Engajamento político, competência e elites dirigentes do movimento ambientalista. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v.16, n.30, p.167-186, jun. 2008b.

_____. **Paixão pela natureza**: atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000. 2005. 464 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

OLLITRAULT, S. Science et militantisme: les transformations d'un échange circulaire. Le cas de l'écologie française. **Politix**, Paris, n.36, p.141-162, 1996.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

PASSY, F. **L'action altruiste**: contraintes et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux. Genève: Droz, 1998.

PECHÚ, C. "Laissez parler les objets". De l'objet mouvements sociaux aux mouvements sociaux comme objets. In: FAVRE, P.; FILLIEULE, O.; JOBARD, F. (Dir.). **L'atelier du politiste**. Théories, actions, représentations. Paris: La Découverte/PACTE, 2007. p.59-78.

SANTOS, A. V. **A institucionalização do movimento ambientalista**: um estudo da formação do Partido Verde no Brasil. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SEIDL, E. Espaços de politização e processos de engajamento. In: OLIVEIRA, W. J. F. (Org.). **Engajamento e militância política em Sergipe**: contexto político, engajamento individual e atuação profissional. São Cristóvão: Edufs, 2014. p.89-117.

_____. Disposições a militar e lógicas de investimento militante. **Pro-proposições**, Campinas, v.20, n.2, p.21-39, 2009.

SERGIPE. (Estado). ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente. **Genival Nunes assume pasta da Semarh**. Aracaju: Secretaria de Estado do meio ambiente e dos recursos hídricos, 2010. Disponível em: <<http://www.adema.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=103>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

SIMÉANT, J. Un humanitaire 'apolitique'? Démarcations, socialisations au politique et espaces de la réalisation de soi. In: LAGROYE, J. (Dir.) **La politisation**. Paris: Belin, 2003. p.163-196.

SOUZA, M. E. S. **Movimento negro em Sergipe e política institucional**: um estudo a partir de carreiras de militantes negros. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

VIEIRA, B. M. **Recrutamento e seleção de elites partidárias em Sergipe**: o caso dos líderes do Partido Verde. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2013.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986); do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.3, 1987.

Recebido em 25/01/2016.

Aprovado em 23/05/2016.

UN ESTUDIO SOBRE TRADICIÓN ORAL AFROURUGUAYA

*Mónica Elizabeth OLAZA**

RESUMEN: En previos trabajos de investigación se identificó, entre los componentes identitarios de los afrouruguayos, la tradición oral: componente identitario y estrategia de conservación y trasmisión de cultura. En este trabajo se presentan resultados de investigación sobre tradición oral, su actualidad en el individuo, en la estructura familiar y en su contexto socio-histórico. A partir de veinte entrevistas abiertas con sujetos pertenecientes a diferentes generaciones de familias afrodescendientes, se profundiza en la identificación de la tradición oral y su transmisión. Se buscó conocer cómo definen los afrodescendientes a la tradición oral, su relevancia a través de un abordaje intergeneracional y qué tradiciones rememoran.

PALABRAS CLAVE: Afrodescendencia. Tradición oral. Intergeneracional. Identidad cultural.

Introducción

Las interrogantes planteadas en este trabajo han guiado nuestra investigación en torno a la tradición oral afrouruguaya, llevada a cabo entre los años 2008 – 2009. La misma tuvo como protagonistas a afrodescendientes de variadas edades y actividades.

Se buscó que los propios entrevistados y entrevistadas definieran la tradición oral, cuál es su importancia para la persona, la familia y la colectividad

* UDELAR – Universidad de la República. Facultad de Psicología. Instituto Fundamentos y Métodos en Psicología. Montevideo – Uruguay. 11200 - molaza@psico.edu.uy.

afrodescendiente en Uruguay, cómo se transmite, cuáles son las tradiciones que se identifican y si existen diferencias intergeneracionales para su valoración.

El trabajo se divide en tres secciones: metodología, desarrollo y conclusiones.

Metodología

El trabajo de campo se realizó en Montevideo, lugar de residencia de casi todos los participantes. Muchos de ellos hacen referencia a su infancia y adolescencia en otras zonas del país. Se efectuaron veinte entrevistas a padre o madre e hijo o hija, de diez familias, con el fin de obtener un acercamiento intergeneracional al tópico propuesto y así constatar cómo valoran las diferentes generaciones aquello a lo que en investigaciones anteriores sobre la identidad cultural afrodescendiente se aludía como componente identitario, importante entre otros once componentes de identidad afrodescendiente citados (OLAZA, 2008). En esa oportunidad Omar, un joven afrodescendiente comentaba: “[...] *hay una creencia [de la que] que hablaba Patricio Lumumba, africano, una creencia africana de la transmisión oral por medio de los más viejos*”.

Con estas inquietudes, formulamos las siguientes interrogantes de investigación: ¿Conservará la tradición oral la relevancia que Omar retoma del libertador Patricio Lumumba? ¿Cómo definen las mujeres y varones afrodescendientes la tradición oral? ¿Cómo se transmite? ¿Hay sustanciales diferencias intergeneracionales? ¿Qué tradiciones reivindican o identifican?

A fin de dar con las respuestas, se propuso una pauta de entrevista abierta, a partir de la cual se invitaba a conversar acerca del tema. Estas entrevistas se constituyeron en fragmentos de historias de vida en las que se abordó la presencia de la tradición oral en múltiples aspectos de la vida cotidiana de quienes contaron sus historias. Para realizar la selección de entrevistados, se resolvió asistir a un ensayo de comparsa, y a partir de algunos contactos generados en esa instancia se disparó el efecto bola de nieve en el que unos participantes conectaron con otros. Cabe agregar que cada entrevistado o entrevistada hizo referencia a una o dos generaciones precedentes en su ascendencia familiar. Esto reforzó las ideas expresadas en torno a los lazos de transmisión de las tradiciones.

La población objetivo estuvo compuesta por diez mujeres y diez hombres afrodescendientes, de diversas actividades: artistas dedicados a la música, pintura, o poesía, trabajadores dedicados a la cocina, jubilados, trabajadores en medios de comunicación, universitarios, empleados públicos y privados, amas de casa. Las edades oscilaron entre 26 y 80 años, predominando el rango 40-70. Las zonas de

residencia: Sur, Palermo, Cordón, Unión, Capurro, Blanqueada, La Mondiola. La mayor parte de las entrevistas se hicieron en la casa o el lugar de trabajo de los entrevistados. En algunos casos varios entrevistados coincidían en la misma vivienda. Observamos la convivencia de distintas generaciones en una vivienda, como asimismo una fluida concurrencia en ella.

Como señalamos, una proporción importante de los entrevistados se dedica a alguna actividad relacionada con las artes. Una parte de los mismos vive de ella, otros las practican como su pasión, obteniendo los recursos para su manutención en otros tipos de trabajos.

Acerca de los trabajos desarrollados por mujeres, es permanente la presencia del trabajo doméstico de las entrevistadas, de sus madres o abuelas, el ingreso temprano al mercado laboral y la jefatura de hogares.

Se expresó el aumento del deseo de promoción social a través de las generaciones más jóvenes, el reconocimiento de avances para la comunidad afrodescendiente, a pesar y conjuntamente con la situación de condiciones de carencias materiales para un alto porcentaje de esta población.

La mayor proporción de los entrevistados son luchadores sociales desde lo individual y lo colectivo para mejorar los derechos humanos de los afrodescendientes. Algunos, desde la integración actual de organizaciones de afrodescendientes; otros han tenido algún pasaje por esas organizaciones y actualmente, en desacuerdo con ellas, prefieren vincularse con sus pares sin esa mediación institucional.

Los criterios de selección se determinaron por la pertenencia afro y el acceso a entrevistados de dos generaciones en una misma familia. Los contactos se realizaron a partir de la observación de ensayos de una comparsa de mujeres y a través del efecto bola de nieve.

Desarrollo

Las definiciones de los entrevistados acerca de la tradición oral se pueden sintetizar a partir del siguiente comentario:

[...] es lo que pasa de boca en boca, [lo] oral, gestual, acciones y hechos que se van desarrollando, contando, valores de vida, hablando, escuchando en ambiente distendido, saber compartir y convivir, proviene de no tener libros, es lo que queda y hay que intentar conservarlo. (Entrevistado 1).

Estas tradiciones se transmiten a través de las relaciones intra e interfamiliares, a las que se va agregando la lucha política y social de los integrantes del grupo y las reconstrucciones interdisciplinarias acerca de la contribución de los afrouruaguayos a la cultura nacional.

En el Cuadro 1 que sigue se presenta el repertorio de tradiciones identificadas por entrevistados y entrevistadas y su contenido se desarrolla líneas abajo en respuesta a la pregunta: ¿Cuáles son las tradiciones? Siendo el tema central la tradición oral afrouruaguaya, casi todos los entrevistados dedicaron parte de su exposición a narrar alguna(s) historia(s) de discriminación vinculada a su fenotipo. Esto motivó introducir en el análisis la categoría tradiciones negativas, entendidas por ellos como aquellas tradiciones que sería conveniente eliminar por lo negativas que han sido y son. Denominamos núcleo duro a las tradiciones mencionadas en casi todas las entrevistas y núcleo variable a las tradiciones aludidas en menor medida que las últimas.

Cuadro 1 – Repertorio de tradiciones

Núcleo duro¹	Núcleo variable²	Tradiciones negativas³
Tambor	Religión	Discriminaciones negativas
Candombe	Alimentación	Folklorización de la cultura afrouruguaya desde la sociedad y la comunidad
Llamadas	Cultura del esfuerzo	Procesos de blanqueamiento intencional
Comparsas	Permanente demostración de “ser buenos” en lo que hacen	Permanente demostración de “ser buenos” en lo que hacen
Territorios Palermo y Sur		
Ansina y Medio Mundo		
Reuniones de familia y amistades		
Frecuentes vínculos intergeneracionales		
Goce de los encuentros, música, canto y cuerpos		
Valoración positiva del rol de la mujer en la familia		
Valoración de la vejez centralizada en “la abuela”		

Fuente: Elaboración propia.

¹ Se mencionan de forma reiterada en las entrevistas, otorgándoles suma importancia.

² No emergen como los anteriores en forma permanente en las entrevistas.

³ Aquellas que sería mejor destruir por lo negativas que han sido y son. Su alusión es una constante en el trabajo de campo.

¿Cuáles son las tradiciones?

En lo que respecta a las tradiciones aludidas, hay un denominador común: el tambor y el candombe. La referencia a ellos es permanente, reconociéndoles un lugar preferencial dentro del repertorio de las tradiciones, como se puede ver en el cuadro. Ambos animan reuniones familiares, de amistad, barriales e interbarriales, o convocan propiamente a reunirse. Evocan la fogata ancestral, las charlas, el cara a cara y cuerpo a cuerpo con los otros, los vínculos primarios. Fomentan la horizontalidad; generalmente no interesa el origen de la persona, sexo, edad. Estas prácticas se originan y dan origen a diversas relaciones endo y exogámicas. Las primeras se distinguen, por ejemplo, por el tipo de toque asentado territorialmente. Las segundas por la introducción de otros, generalmente fenotípicamente blancos, que pueden llegar a tocar muy bien, pero no lo han aprendido como herencia cultural directa, salvo aquellos que viven o han vivido en territorios donde esta práctica ha sido usual. Se describe el candombe como el ritmo más auténticamente uruguayo, comparándolo con el tango, que también se siente como uruguayo y/o rioplatense. El candombe “se respira” en Montevideo, dice uno de los entrevistados, “como en Buenos Aires respirás tango”.

Cuando el toque se hace masivo, repercute en transformaciones, y los entrevistados declaran el acuerdo de apropiación de esta práctica por otros integrantes del colectivo social no afro, con algunas observaciones que desean y demandan se tomen en cuenta. Un entrevistado, joven músico y artesano, pone el acento en lograr transitar y reunir innovación y tradición: “*yo creo que sin dejar de ser atractivo, comercial y vendible, se podría poner más hincapié en rescatar lo tradicional y mantenerlo*”. Vale decir entonces que se aceptan las transformaciones, pero no cualesquiera, y se rescata la capacidad de protagonizar los cambios. Se trata de hacer historicidad, de ser sujeto activo, ser ciudadano ejerciendo los derechos en defensa de patrimonios culturales, de reconocimiento de los aportes de las minorías y de la reivindicación del saber sobre determinados temas, como lo es en este aspecto la cultura del candombe. En primer término, se reclama el reconocer de quiénes proviene el aporte de estas prácticas, se hace énfasis en re-conociendo, en el sentido de conocer nuevamente. De re-ver y escuchar qué tienen estos actores para decir.

En un sentido similar, hay varias críticas con respecto a la modalidad de construcción de los tambores, al ejercicio de los toques, la integración de las comparsas y la organización de las Llamadas oficiales. Algunos ejemplos dados son la inconveniencia de la construcción del tambor con nylon frente a las ventajas del sonido de la lonja, al igual que la conveniencia de los clavos con respecto a los parches. Un mismo entrevistado se refirió a que, en el taller donde trabaja con su padre, es frecuente que la gente pida tamaños y formas especiales en los tambores,

buscando modificar las formas del piano, repique o chico. “*El tambor es así; vos tenés que acomodarte a tocar el tambor como es*”. Tomando como ejemplo el piano o cualquier otro instrumento musical, nos relata: “*¿a quién se le ocurriría pedir que se lo confeccionen a medida de su gusto, peso o estatura?*” Nos preguntamos: ¿será quizá la tendencia a la que nos arrastra la sociedad de la rapidez y liquidez de consumo, donde todo debe ser ya, fácil, de la extrema expresión del dominio de la naturaleza sin límites, queriendo adaptar todo a la escala humana y al gusto personal?

Llamadas y comparsas

Las Llamadas son una convocatoria para conversaciones de los tambores entre sí, a través de quien los toca y/o entre grupos de tocadores de tambor, generalmente unidas con algún asiento territorial.

Si lo trasladas a África, era cuando se llamaban de un lugar a otro a la distancia, así como los pieles rojas en Estados Unidos o en Canadá hacían con señales de humo; acá era con los tambores y sonaba la guerra, sonaba la alegría, sonaba la felicidad porque alguien había nacido, sonaba la tristeza y dolor porque alguien había muerto. (Entrevistado 2).

De las entrevistas surge la legitimidad concedida a la tradicional fiesta de Llamadas del 6 de enero celebrando San Baltasar, reconociéndosele la conservación y respeto por la tradición. Se recuerdan también las organizadas los 24, 25, 31 de diciembre y 1° de enero. Algunas de ellas son acompañadas de la también tradicional visita y saludo entre las cuerdas amigas y rivales de Ansina y Cuareim. Este tradicional saludo iba acompañado del pasaje por la circularidad de la fogata rodeada por las cuerdas de tambores.

Se distingue entre las Llamadas de los barrios, de carácter más o menos espontáneo e informal, y las oficiales, organizadas básicamente desde instituciones estatales. Las primeras son las reconocidas como las que recogen verdaderamente las tradiciones afrodescendientes, cuya expresión máxima es la organizada anualmente el 6 de enero, en la celebración de San Baltasar, fecha que también celebran afrodescendientes de otros países latinoamericanos. Al desfile oficial, si bien se le otorga importancia, se le critica por una excesiva comercialización, desde lo que se trasmite, como asimismo en la estructura de las propias comparsas, por haber perdido elementos considerados fundamentales para la preservación del patrimonio tradicional de esta cultura. Con esto se hace referencia, por ejemplo, a los atuendos

de los distintos personajes de las comparsas: con algunas modificaciones que se han hecho, se pierde o desdibuja su relación con el significado original del personaje. De ahí la insistencia de modernizar pero sin perder las raíces. También se manifiesta una profunda preocupación por las modificaciones en los toques, viendo en los cortes una pérdida de calidad. Igualmente, los entrevistados hacen alusión al ingreso del mercado, ya sea en las Llamadas oficiales como al interior de las comparsas, donde más que por amor muchas veces esto sucede por plata.

Se ve con beneplácito la creciente participación de blancos en las comparsas, al igual que con preocupación el desinterés de los propios protagonistas afrodescendientes por estas prácticas que, si no se cuidan, corren serios riesgos de desvanecerse. Una forma de cuidarlas sería re-instalar significados y transmitirlos en y por distintos medios. Inclusive preocupan los medios masivos de comunicación, que resaltan los atributos de las vedettes, las que no constituirían los personajes centrales de una comparsa. Para que estas fiestas sean realmente de todos, siendo patrimonio nacional, es necesario apropiarse de sus significados por los mismos afrodescendientes y por la sociedad toda.

Las menciones al ingreso de las características del mercado en la actividad de Llamadas y en las comparsas no parecería sorprendente, dada la expansión del mercado en todo tipo de actividad, y, por ende, las condiciones visuales para la presentación de los productos, requisito previo para formar parte del espectáculo, el vaciamiento de sentidos –aunque siempre estén presentes– a cambio de una correspondencia con la estética hegemónica a la que no escapan los patrimonios culturales inmateriales. Es decir que una parte de la cultura se adapta a las reglas de mercado para, por distintas razones, adquirir la capacidad de bien mercantil y así lograr mantenerse. Esta lógica es asumida por culturas indígenas latinoamericanas, con la finalidad de incrementar sus capacidades de supervivencia, adaptando ceremoniales al turismo. No obstante, la preocupación es no perder el sentido de ese patrimonio en medio de las transformaciones y adaptaciones a los nuevos tiempos.

En la medida en que el candombe fue declarado patrimonio histórico de la humanidad, debatir desde las distintas visiones sobre la temática permitiría transitar hacia el desarrollo de prácticas con una mayor aceptación, conocimiento y apropiación consciente por parte de los distintos actores involucrados en el tema. Además, el candombe, las Llamadas y las comparsas son considerados parte del patrimonio cultural uruguayo, dada la identificación con los mismos de amplios sectores poblacionales dentro y fuera del país, y su integración al repertorio de ofertas culturales.

En ese sentido podríamos preguntarnos: ¿cómo debería ser, en calidad, esta integración? ¿Qué interesa transmitir? ¿Qué se conoce acerca de estas prácticas?

¿Quiénes conocen? Partiendo del supuesto de que nuestra sociedad es multicultural, ¿de dónde y de quiénes provienen? La relevancia de estas preguntas no radica tanto en su novedad como en la profundidad, seriedad, apertura y voluntad de diálogo para sus respuestas. Diálogo hacia la interna de los actores más directamente involucrados, sus portadores genuinos, para poder aceptar las diferencias, pero también para acercarse y trabajar desde las coincidencias, que son varias.

El trabajo en torno a las tradiciones culturales favorece la interculturalidad y constituye un factor saludable frente a la fuerza avasalladora de las corrientes hegemónicas de mercado, antes de que el paso del tiempo dificulte su recuperación. Los entrevistados hablan no sólo de tradiciones perdidas, sino de saberes que se han ido yendo con sus portadores y la necesidad de recuperar los que van quedando.

Otra cuestión que traen algunos de ellos es la sinergia especial que sienten que se produce cuando se reúnen a tocar tamborileros afrodescendientes, y si se conocen esto adquiere mayor intensidad: “Nosotros tenemos la idea de que, si nos juntamos diez tocadores negros que nos conocemos, veteranos a tocar, el toque es distinto, es otro el sabor.”

El territorio como espacio de identidad

Es importante aclarar que, a diferencia de otras realidades latinoamericanas en que existen regiones o zonas territoriales con comunidades afrodescendientes allí asentadas –algunas durante largo tiempo– y que incluso reclaman la tenencia de esas tierras, en Uruguay esto es prácticamente inexistente. En Montevideo hay barrios que constituyen espacios de referencia porque fueron zonas de asentamiento de esta población y conservan una fuerte referencia simbólica. Palermo y Sur son referencias casi “obligadas” para los entrevistados. Se los cita permanentemente, señalando su pasaje por los mismos. Porque se vivió o porque se los visitaba, parecería imposible ser negro uruguayo en Montevideo sin haber pasado en algún momento por estos territorios geográficos y muy simbólicos. Cabe aclarar que, desde afuera del colectivo afro, esas zonas también son identificadas como territorios con fuerte identidad afrodescendiente y como zonas de residencia espacial y simbólica de personas pertenecientes a esa cultura.

Para los afrodescendientes que vivieron parte de su vida o viven allí, el barrio forma parte de ellos. El resto de los entrevistados considera que ingresó efectivamente a la cultura negra al tomar contacto con estos barrios. Territorios que durante mucho tiempo fueron casi exclusivamente afrodescendientes, cuyos

íconos más fuertes están representados por Ansina, Medio Mundo y Gaboto⁴. Estos espacios tan valorados por los afrodescendientes son mitificados. Es importante considerar que los entrevistados hablan desde lo transmitido y desde lo vivencial en sus trayectos de vida; sus memorias y recuerdos son selectivos. Por otra parte, cuando transmitimos historias de grupos estigmatizados y revalorizados por un fenómeno dado, se relata lo mejor, esos dulces recuerdos, como cuando contamos nuestra niñez: “*siempre fue feliz, no obstante, no todo tiempo pasado fue mejor*”. Pero la capacidad del que hace el relato selecciona lo anecdótico y también intenta des-dramatizar lo malo.

Durante el Desfile de Llamadas y la celebración del Carnaval anuales, las comparsas hacen referencia a las antiguas casas de conventillo o inquilinatos con cierta nostalgia, queriendo quizá rememorar lo perdido y mantenerlo en el recuerdo como forma de preservar su cultura. Sin embargo, esto también puede, sin ser el objetivo, contribuir a folklorizar el tema y desaprovechar la especial oportunidad de presentar su historia también de forma reivindicativa, oponiéndose a la que se ha difundido y se difunde y con la que se muestran en desacuerdo. A nuestro juicio, este es un momento clave de visibilidad de la cultura afrodescendiente en el que, además, la fiesta de carnaval cumple el doble sentido de aflojamiento de pautas y de mantenimiento del orden social, a la vez que hay posibilidad de aprovechar la oportunidad para mostrar los malestares a través de lecturas opositoras a la realidad social.

Volviendo al tema de la simbología de esos espacios territoriales sentidos como identitarios y en parte mitificados, detrás de esa mitificación podemos encontrar añoranza pero también rebeldía ante la des-territorialización, la exclusión social y el exterminio cultural que significó el desalojo de algunos de esos espacios. El sentimiento de añoranza no radica necesariamente en las condiciones materiales en las que se vivía en esas casas de inquilinato, pero esas condiciones no mejoraron luego de ser expulsados los habitantes, y actuaron negativamente sobre los aspectos relacionales y de pertenencia de la comunidad, en la medida en que eran espacios privilegiados de socialización comunitaria e intercultural. La expulsión y la diseminación de los afrodescendientes que allí vivían por la periferia montevideana tuvo los efectos deseados por los expulsores, como el aplanamiento y freno cultural, profundas heridas identitarias, anulación de puntos de encuentro, de re-creación y creación colectiva –. Algunos entrevistados se preguntaron también si esto habría

⁴ Estas fueron casas de inquilinato habitadas por población inmigrante y con importante población afrodescendiente. Las familias que allí vivían alquilaban piezas y compartían el baño y el patio. Se les conoció también con el nombre despectivo de “conventillo”. La población que allí vivía fue desalojada y en la actualidad algunos de esos espacios han sido convertidos en viviendas dedicadas a familias afrodescendientes. Por más información se puede consultar al Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente.

provocado efectos en el desarrollo demográfico de la comunidad afrodescendiente y se comparte que generó igualmente efectos no deseados como la dispersión de aspectos de la cultura en su diáspora montevideana de forma tal que el candombe se expandió por otras zonas de la ciudad. Esos espacios se transformaron en emblemas simbólicos de quienes allí habitaron, de sus descendientes y de otros actores sociales, como espacios de significación afrodescendiente en el barrio hasta constituirse en patrimonio histórico cultural.

Acerca de la discriminación

La última de las tradiciones que se abordará aquí es lo que se reconoce como tradiciones negativas, categoría que se creó en virtud de la referencia permanente a episodios de discriminación a lo largo de las entrevistas. Los entrevistados y entrevistadas relatan variadas situaciones que tuvieron que atravesar personalmente o que fueron atravesadas por algún familiar o amigos; aquí citaremos sólo una. Del mismo modo, cualquier tarea que las personas de este grupo emprendan requiere el doble de esfuerzo para ellos, por demostrar que pueden llevarla a cabo, aunque su color de piel no sea blanco. Un entrevistado relató el siguiente hecho, ocurrido a una amiga suya varios años atrás:

El primer día que entró a Facultad de Derecho estaba lleno [el salón], cuando del fondo la vio el profesor... [Y] dijo: "No me diga que va a hacer limpieza ahora porque recién empezamos la clase". Todo el mundo se da vuelta y ella dice: "Nunca me sentí tan [...]" Bueno, te contaba y se le caían las lágrimas. Yo, de haber estado en ese momento, no sé lo que hubiera hecho. Entonces ella dice: "Respiré, no sé cuánto, el lapso que pasó no sé cuánto fue, si un minuto, cinco minutos, porque quedó todo el mundo como congelado y carraspeé porque no me salía la voz y dije: Perdón usted me tiene en la lista, yo soy fulana de tal y soy estudiante de Derecho". El tipo se sacó los lentes, se puso los lentes, miró y dijo: "Bueno, pase y arréglese ahí porque usted ve cómo está la clase". Así fue como la recibieron los profesores y los que iban a ser sus compañeros. (Entrevistado 3).

En el caso de las mujeres, se puntualiza que están ubicadas muchas veces en una situación de sostén afectivo familiar ante las discriminaciones vividas por sus hijos, padres, parejas, situaciones a las que al varón afrodescendiente le ha costado más asumir y manejar la depresión consecuente, además por el propio machismo imperante en la sociedad y dentro de esa comunidad. Pero ¿cómo se sostienen las mujeres para hacer frente a situaciones de discriminación propias y a las vividas

por los otros? Además, en su mayoría han sido y son mujeres que trabajan dentro y fuera de su casa. Relata una entrevistada:

Todos en definitiva somos como sobrevivientes [se refiere a los afrodescendientes]. Yo eso lo siento tal cual, esa historia de resistencia, yo me siento una mujer de resistencia, que vivo en permanente...que me significa cero dulzura. Porque viste que es muy difícil conjugar aspectos de la emotividad, sensible, esa cosa y [...] y dirigir, ordenar, intentar que todo funcione y además en la vida me toca dirigir, ordenar, e intentar que todo funcione, en funciones externas, laboralmente. Entonces te transformás en esa cosa como de todas maneras las madres negras, todas, mi madre, mi abuela, somos... que tiene mucho que ver con bancarte la depresión del hombre negro, ese padre, marido, hijo, amigo, amante o lo que surja. Porque tiene mucho que ver. Y la exigencia hacia el otro, siempre estamos como exigiendo, explicando permanentemente que todo es posible y todo eso. Yo ahí me miro [...] me veo en lo que trajeron del África. (Entrevistada 4).

Algunos otros tópicos de relevancia nombrados en las entrevistas señalan la importancia de las mujeres en esta comunidad y los trabajos a los que pudieron vincularse históricamente, muchas veces heredados por generaciones en las que ha predominado el trabajo doméstico esclavo o contratado, habiendo tradiciones de familias dedicadas a tareas de cocina. Se habló también de alimentos predominantes en la comunidad: mazamorra, boniatos dulces, comidas de olla fuertes, donde todo era aprovechado porque no se sabía si al otro día habría para comer. Muchos vegetales, legumbres y sustitutos de la cocoa y el café, por su costo. Una cocina y comidas ligadas a la práctica del culto religioso, en grupo, comidas como pretextos de reunión: pero si estas faltaran o fueran escasas, la reunión no perdería importancia.

La reunión se sobrepone a la tristeza de las condiciones objetivas de vida, a los padecimientos de las situaciones de discriminación negativa, y estos encuentros que podrían invitar a compartir las desdichas, quejas y lamentos, se convierten en baile, alegría, música, peleas, donde se pone el cuerpo y la mente, la presencia de la unidad. Es la fuerza que impulsa a seguir adelante y continuar mostrando que por difíciles que sean las situaciones, no hay que doblegarse. Se habla, se canta, se baila, se toca tambor. ¿Presencia ancestral? Todo parecería indicar que sí y, como dicen algunos entrevistados, este clima de fiesta no es frecuente en reuniones de blancos. Se insiste en el respeto en las relaciones intergeneracionales, el valor de los más viejos y las conversaciones entre generaciones. El papel del anciano es transmitir la experiencia acumulada. En una sociedad con escasos espacios para compartir, donde los ancianos y jóvenes parecerían los más desfavorecidos, los ancianos, al parecer, tendrían un claro papel.

¿Cómo se transmite la tradición oral?

El siguiente testimonio, perteneciente a una mujer adulta mayor, ofrece una síntesis de lo dicho en las diferentes entrevistas para definir y caracterizar la tradición oral y sus vías de transmisión.

Yo creo que la tradición oral son aquellas acciones o hechos que uno va desarrollando, va contando a sus hijos, a su familia o a sus amigos y eso va pasando al otro y al otro y al otro. Es un poco compartir sobre todo hablando y escuchando. Porque para nosotros es muy lindo cuando nos juntamos una cantidad de mujeres o cuando nos juntamos familias afro, escuchar lo que cuentan de la abuela, escuchar lo que cuentan de las tías viejas o de los tíos viejos. Yo creo que eso es la tradición oral exactamente y estoy absolutamente segura que es de origen africano, porque era mucho lo que la cultura africana tenía que los más viejos les pasaran a los más chicos oralmente. Por eso creo que es lo que uno dice y lo que uno hace. Eso conforma la tradición oral para mí. Esta tradición oral es una responsabilidad. En este tiempo de la globalización y del modernismo, cuidarla y desarrollarla. Si nosotros mantenemos esta tradición, seguir haciendo, hablando y haciendo, sin duda que eso va a aflorar. Ahora, si nosotros no tomamos estas costumbres y las seguimos desarrollando, las vamos a perder. Creo que nos pasa a nosotros, los afrodescendientes, y les pasa también a las minorías indígenas. Ellos están muy preocupados con ese tema, al punto de que los indígenas hacen congresos para pasar sus tradiciones. Cuidan a sus comunidades jóvenes, los mandan a las universidades para que sean médicos y doctores y todo lo que vos quieras. Pero también los tienen a la interna de su comunidad, pasándoles sus tradiciones continuamente para que no se pierdan. Bueno, yo creo que nosotros lo poquito que tenemos [...] (Entrevistada 5).

Si bien se atribuye un lugar significativo a la comunicación a través del lenguaje oral en la transmisión de las tradiciones afrouruguayas, esto no opaca la relevancia de otros lenguajes como el gestual, corporal, las formas de caminar, de saber hacer, de ver cómo se hace, y fundamentalmente el proceso de aprendizaje instalado en la vida cotidiana, sea esta en el hogar compuesto por una o más familias, con el resto del grupo familiar o en el barrio. En este último hay dos territorializaciones por excelencia reconocidas como afrodescendientes, que marcan diferencias entre los que allí nacieron y los que no. En el momento de la vida en que los distintos entrevistados tomaron contacto con el barrio Sur o Palermo⁵, sintieron que comenzó o se intensificó su aprendizaje de la cultura afrodescendiente.

⁵ Sur y Palermo son barrios montevideanos considerados emblemáticos para la cultura negra uruguaya, en los que tradicionalmente habitó gran parte de la población afrodescendiente de dicha ciudad.

En esos espacios geográficos montevideanos, o en la familia y grupos de amistad, han estado y están presentes las tradiciones afrodescendientes de forma más o menos consciente, permeadas por la ancestralidad, simbolizada para la mayoría en la figura de las abuelas. Por sus miradas, por lo que hacen, cantan, bailan, cuentan o callan. Porque hay “música, danza, alegría, conversaciones, comidas que se comparten y también tristezas. Por lo que se habla y lo que no se habla porque duele tanto que mejor callar”.

Pero en algún momento habrá que dejar emerger todo ese dolor, ponerlo en palabras para iniciar un camino de liberación que algunas generaciones, aproximadamente desde los años ochenta hasta el presente, vienen trabajando. Ese dolor contenido y reservado también es compartido en la danza, a veces en la religión, en la compañía que el sentimiento comunitario alimenta, en sociedades donde una de las estrategias del capitalismo hipermoderno es la producción de soledad.

Si bien es muy profunda la asimilación que ha transitado la comunidad afrouruguaya, ha podido conservar -por razones de minoría, de pobreza material, por herencia cultural y por otros factores a indagar- la reunión grupal como espacio favorecedor de ejercicio y transmisión de tradiciones.

El testimonio de este joven condensa formas de transmisión y relación intergeneracional.

El candombe y todas esas cosas a nosotros después de grandes, a mí ya casi a los 28 años, me empezó a interesar. Antes no me interesaba para nada. Me comentaban mi mamá, mi papá, mis abuelos, todos, siempre historias de por qué cuando llegaron, que eran esclavos y [...] pero realmente recién ahora me está interesando. A mis tíos o mis tías también les pasó lo mismo que a nosotros. De chico nunca [...] siempre estuvieron rodeados de los abuelos, los padres siempre le comentaban en reuniones; ahora de grandes vos les podés preguntar. Ayer con mi tío estuvimos hablando y él nos comentaba que a nosotros, viendo que nos interesa lo que han pasado familiares nuestros negros por ser cantantes o hacer temas que de repente a los militares o a la policía no [...] Mi abuela era una persona que era desinteresada mientras hubiera alegría en el lugar donde ella fuera; ella lo único que pedía era alegría. No todos tienen esa tolerancia, mi abuela era fantástica, ella tenía su paciencia, te explicaba igual hoy, mañana venía de vuelta y si a vos no te quedaba algo te lo volvía a recalcar. Bueno, nene, vení y otra vez te explicaba. Yo siempre fui a acompañar a mi abuela. Mi abuela iba a las peñas, iba a esto, iba a lo otro y yo siempre iba con ella. Siempre fui el más loco de los tambores. En carnaval, siempre la acompañaba y últimamente estaba viendo unos carnavales tan feos. Viéndolo de afuera, no. Mi abuela nos

enseñó lo que ella sentía por dentro, porque ella era muy realista, sabía muchas cosas y nos transmitía a nosotros para que nosotros fuéramos a difundir, a decir ese sentido. Mi abuela era muy [...] muy combativa. La acompañaba pero a su vez la veía y la acompañaba tocando el tambor. Se sentaba a hablar con pila de personas de su edad y hablar cosas ricas, cultura, hablaban [de] todo. ¿Te acordás del año aquel que salimos [...] ? Y yo sentado ahí en la mesa no entendía nada de lo que estaban hablando, pero escuchaba y me gustaba. Uno lo transmite y ahora mi nena [...] Mi abuela tenía mucha riqueza ella. Yo a ellos –niños– les trato de contar de qué se trata el candombe, los tambores. Yo tengo la facilidad que me transmitió mi abuela, de que de repente pongo un balde y estoy con mi voz, y empezar a hacer, a crear un ambiente lindo. (Entrevistado 5).

Conclusiones

El propósito de este trabajo fue exponer algunos resultados de la investigación en torno a la tradición oral en los afrouruguayos, sus significados, relevancia y tradiciones que rememoran, desde la perspectiva de distintas generaciones. Con esto último se procuró examinar si existen diferencias a resaltar entre las generaciones al considerar la tradición oral, y se llegó a la conclusión de que los entrevistados y entrevistadas afrodescendientes comparten similares preocupaciones en lo atinente al tema: manifiestan que hay relatos que se han ido con sus portadores. Hay una necesidad de registrar esas historias y de indagar en los afrodescendientes ancianos. Comparten la importancia de la tradición oral, la que les ha permitido mantener y recrear cultura y conexión con sus raíces, lo cual no hubiese sido posible de realizar a través de instituciones de una sociedad que, salvo en el mes de febrero, los ha invisibilizado. Relatan que la tradición oral rememora lo ancestral africano, unido al toque del tambor, la danza, las conversaciones, el fomento de los vínculos primarios, la relación corporal, la religión, la congregación de varias generaciones en reuniones basadas en lazos de parentesco y amistad.

Hay un proceso de años de acumulación de celebraciones para re-crear una nueva vida; así fue para los africanos traídos en régimen de esclavitud, a fin de conservar sus tradiciones y a la vez ser aceptados, y proponer demandas por parte de sus descendientes. Atravesar estos procesos les ha generado vivencias de mucha tristeza, y ha sido preciso tener que disimularla y transformarla en alegría, porque la vida los llevó a situaciones límite, teniendo que demostrar a diario su utilidad a la sociedad, o padecer desprecio y barreras para el ascenso social. Por eso los afrodescendientes vinculan la alegría con esas situaciones de vida, además de la alegría que supone compartir el candombe. Este ha sido un elemento de catarsis, por

la posibilidad que brinda para permitir la expresión de emociones, además de sus connotaciones principalmente religiosas y de la existencia de toques diferenciados según el tipo de celebración. También se manifestó la percepción de una sinergia especial en el toque compuesto solo por afrodescendientes. Esto se traslada también a las ceremonias religiosas.

Se reconoce que fue a través de la familia, y fundamentalmente desde el rol desempeñado por la mujer, que se logró el mantenimiento de las culturas traídas por aquellas personas forzadas a emigrar físicamente y evocar su África natal. Ellas pudieron, de esta forma, dejar a sus descendientes la herencia de lo que varios autores llaman el África imaginada.

Esas personas capturadas y esclavizadas en general eran muy jóvenes, pertenecían a distintas naciones y provenían de familias que ocupaban posiciones variadas y gozaban de distintos privilegios, frecuentemente heredados. Como enlace con sus lugares de procedencia, el toque de tambor se instituyó en práctica cultural cargada de simbolismo ancestral, a la vez de incorporar innovación hasta transformarse en el componente identitario primero entre los afrouruguayos.

Dando un salto en el tiempo, el tambor junto al candombe y las Llamadas se convirtió en parte de la identidad de la sociedad uruguaya. Ante las transformaciones que han tenido estas manifestaciones artísticas, surge de las entrevistas que, tal como las sociedades se transforman, también lo hacen sus manifestaciones artísticas y se propone aceptar aquellos cambios que no vayan totalmente contra las tradiciones y ayuden a mejorar, pero no que baje en calidad este tipo de arte-identidad. Para evitar esto se deberían escuchar las voces de quienes saben sobre esas cuestiones, -porque mientras la práctica de candombe y Llamadas se extendió hacia afuera de la comunidad afrodescendiente, sus significados permanecen en su interior-, así como dar a conocer la cultura de donde procede esta práctica cultural que tiene siglos de historia.

Para citar un ejemplo de punto de tensión entre tradición y cambio y una propuesta, en las transmisiones del Desfile Oficial de Llamadas a través de los medios masivos de comunicación, dicen los entrevistados que se hace demasiado hincapié en la vedette y debiera hacerse lo mismo con los distintos personajes, explicando el significado de cada uno, mientras que las comparsas deberían conocer también del tema y el significado de la vestimenta y los movimientos de cada personaje. Estas responsabilidades competen a la comunidad afro, a los medios masivos de comunicación y a las autoridades organizadoras de la fiesta. Simultáneamente, ante un escenario de permanentes transformaciones y donde estas tradiciones se apropian como práctica masiva, es esperable que se reavive la tensión cultural entre permanencia y renovación. Los entrevistados constatan la conversión

de su música y baile en patrimonio cultural ligado a la identidad nacional, motivo por el cual reclaman ampliar el ejercicio de sus derechos ciudadanos. Para esto demandan reconocimiento, redistribución e inclusión social.

Otras tradiciones identificadas por los entrevistados son zonas territoriales de Montevideo como Barrio Sur y Palermo, con alto valor simbólico, y la transmisión de una lucha permanente ante los diferentes tipos de discriminaciones cotidianas. La alusión a experiencias de discriminación racial fue tan recurrente que se creó la categoría de tradiciones negativas porque con mayor o menor grado de conciencia esta preocupación se transmite desde la educación familiar, donde se reproduce la exigencia social de demostrar que el fenotipo no impide un buen desempeño, de explicar abiertamente las situaciones que se pueden padecer, o denunciarlas u ocultarlas, deliberadamente o no. En cualquiera de los casos, siempre está vigente la preocupación por la presencia de la discriminación racial.

En suma, los discursos e historias de los entrevistados, cuyas edades oscilaron entre los 26 y los 80 años, se pueden enmarcar en una comparación de diferentes contextos históricos de Uruguay, al mismo tiempo que dan cuenta de esos contextos. Sin embargo, esas diferencias de contexto no se reflejan a la hora de describir y referirse a la tradición oral por parte de las distintas generaciones en las entrevistas, y la tradición continúa siendo valorada por su conexión con el pasado como tiempo histórico, como nexos con la ascendencia africana, por la importancia que se otorga a la vejez, especialmente en el valor de la figura de la abuela y en la preocupación por no seguir perdiendo las historias que se van con los más viejos.

Junto a esta preocupación surgida de las entrevistas, nos preguntamos: ¿rememorarán los ancianos del colectivo otras tradiciones? ¿Qué tradiciones recordarán los afrodescendientes que habitan el territorio urbano o rural de frontera entre Uruguay y Brasil? De acuerdo con los datos relevados por el Instituto Nacional de Estadística – INE (URUGUAY, 2011), los departamentos de Rivera, Artigas y Cerro Largo concentran parte de la población afrouruguaya, donde está presente la relación de frontera: ¿será mayor el peso de la historia fronteriza de la esclavitud en los relatos sobre las tradiciones orales? ¿Guardarán relación los relatos en ambos lados de la frontera?

A STUDY OF AFRO-URUGUAYAN ORAL TRADITION

ABSTRACT: Previous research has identified oral tradition as a component of Afro-Uruguayan identity as well as a strategy for the preservation and transmission of culture. This work will present the results of research about oral tradition, its

actualization in the individual, in the family structure and in its socio-historical context. Through twenty open interviews with subjects belonging to different generations of families of Afro descent, we attempt to deepen our understanding of the means of identification of oral tradition and its transmission. Our goal was to examine how Afro descendants define oral tradition and its relevance, by means of an intergenerational approach and by noting which traditions they recall.

KEYWORDS: *Afro descent. Oral tradition. Intergenerational. Cultural identity.*

REFERENCIAS

URUGUAY. INE - Instituto Nacional de Estadística. La población afro-uruguaya en el Censo 2011. Montevideo: INE, 2011. Disponible en: <<http://www.ine.gub.uy/>>. Acceso en: 16 jun. 2016.

OLAZA, M. **La cultura afro uruguaya**. Una expresión de multiculturalismo emergente de la relación global-local. Montevideo: Biblioteca Plural, 2008.

Recebido em 08/02/2015.

Aprovado em 15/05/2016.

Varia

O PÁNU DI TÉRA: A VERTENTE IDENTITÁRIA DA MODA CABO-VERDIANA: O ESTUDO DA CADEIA PRODUTIVA CULTURAL

*Olena Volodymyrivna KOVTUN**

RESUMO: O estudo baseia-se no percurso histórico de *pánu di téra* como um elemento material da cultura de Cabo Verde. Visa analisar a cadeia produtiva cultural desde o artesão até ao circuito do comércio, onde o património cultural representa a intenção estética e seu valor. Entende-se que os novos paradigmas apresentam os espaços abertos para pensarmos numa relação diferente entre a economia criativa e o desenvolvimento econômico, englobando a perspectiva de divulgação e preservação do património natural e cultural. Pressupõe-se que é possível buscar a sustentabilidade econômica em realidades como a cabo-verdiana, por meio da aplicação prática do conceito da criatividade colaborativa, a favor de geração de empregos criativos e empregabilidade de jovens no setor de moda.

PALAVRAS-CHAVE: Pano. Identidade. Recurso patrimonial. Cadeia produtiva.

To mobilize people, we need to understand and embrace their culture. (Ban Ki – Moon)

Introdução

O *pánu di téra*¹ é um tecido típico de Cabo Verde elaborado artesanalmente com linha de algodão no tear manual. Nos séculos XVI – XVIII, devido de boa qualidade de tecidos e a riqueza de desenhos geométricos o *pánu* já chegou a exercer

* UFMA - Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Sociais. São Luís – MA – Brasil. 65080-805 - olena.kovtun@docente.unicv.edu.cv.

¹ Na língua cabo-verdiana (crioulo).

as funções de moeda no comércio da Costa Africana. O *pánu* ganhou o prestígio de tal forma que a sua utilização era mais frequente nas classes nobres. Apenas estas tinham possibilidades de utilizar vestuários confeccionados em algodão. O prestígio desse produto levou a Coroa Portuguesa a impor algumas medidas visando o controle mais rígido do seu comércio. “Vender panos a estrangeiros era atentar contra a presença portuguesa na costa de Guiné. Quem tivesse o exclusivo do fornecimento de panos de algodão estaria em vantagem face à concorrência”. (SANTOS, 2006, p.344).

Na atualidade, em resultado de conservação das influências africanas e portuguesas, este elemento constitui uma das mais expressivas manifestações culturais e artísticas do arquipélago Cabo-verdiano. Cada peça de vestuário ou de acessório da moda produzidas por estilistas nacionais, além de serem consideradas obras de arte únicas, representam a identidade cultural do país. Segundo Giddens (2010, p.29), a identidade se relaciona com “[...] os entendimentos que as pessoas têm acerca de quem são e do que é importante para elas”. O autor defende que “[...] estes entendimentos se formam em função de determinados atributos que são prioritários em relação a outras fontes geradoras de sentido”. A identidade, deste modo, implica uma dimensão coletiva, que estabelece “[...] as formas pelas quais os indivíduos se assemelham uns aos outros” ao longo da sua história. Hall (2006, p.48) argumenta que, as identidades nacionais não são as características com as quais pessoas nascem, mas “[...] são formadas e transformadas no interior da representação. As culturas nacionais ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades”. Estes sentidos podem ser transmitidos através das “estórias contadas sobre a nação”, das memórias que ligam o presente com o passado e das imagens que se constroem delas. Hall (2006) dá ênfase especial à origem, à continuidade, à tradição e à intemporalidade de uma cultura nacional. “A identidade nacional é representada como primordial – está lá, na verdadeira natureza das coisas”. (HALL, 2006, p.53).

A identidade cultural do povo cabo-verdiano, desde outrora, foi se constituindo e se afirmando através da cultura viva e popular, baseada nas formas tradicionais de conjugação de trabalho com convívio, bem como, na transmissão de valores culturais de geração a geração. Ressalta-se o fato de “[...] que durante a colonização se verificou tanto a legitimação como a imposição da cultura europeia sobre a cultura africana” considera Amarante (2012, p.31): “[...] a cultura cabo-verdiana se forjou do cruzamento entre culturas diferentes, com contributo tanto da cultura europeia, particularmente, portuguesa, como da cultura africana”. A autora assenta também noutro fator, que não foi menos importante, como “[...] a influência da exiguidade do espaço insular tenha contribuído para o maior contato entre as

pessoas de raças e etnias diferentes, favorecendo a mestiçagem e surgimento da cultura cabo-verdiana.” (AMARANTE, 2012, p.31). Deste modo, “[...] a cultura cabo-verdiana é o resultado de uma simbiose de cinco séculos de aprendizagem, de permuta entre povos e culturas diferentes, num território completamente diverso”. (AMARANTE, 2012, p.38).

No aspecto histórico observou-se que, ao longo dos últimos dois séculos, devido às circunstâncias de várias causas, profundas e complexas² houve o declínio da plantação e cultivo de algodão³ e o desaparecimento de plantas que serviram de tintas vegetais para os tecidos, como o anil, a urzela e o sangue – do dragão. No aspecto econômico, estas causas influenciaram a redução de fornecimento das matérias-primas em fios para a tecelagem e diminuição na produção de panos. Por outro lado, as influências europeias, quanto aos gostos e às preferências no uso de vestuário, contribuíram que o *pánu* fosse perdendo o seu aspecto social não só como uma peça de roupa, mas também diminuindo o seu uso nos casamentos e nos procedimentos fúnebres, bem como em outras ações sociais em que tinha exercido influência no decorrer da história na sociedade cabo-verdiana e nas suas relações comerciais com o litoral.

No entanto, “[...] apesar de todas vicissitudes da história”, o *pánu* nunca se deixou de ser usado na tradição cultural como “elemento essencial do caráter nacional” (HALL, 2006, p.53) de acessório da roupa tradicional em grupos de artistas nacionais de artes performativas, como dança popular e música ao vivo. Isso vem significar a sua unificação, continuidade e a imutabilidade ao longo de todas as mudanças. Na atualidade, este se transformou num recurso imaterial nas produções criativas de estilistas de moda nacionais que representam, através do *pánu*, em cada peça produzida a identidade do seu povo.

O apoio de Estado demonstrou ser fundamental para a preservação de tradições culturais, visto que no Programa do Governo de Cabo Verde para 2011-2016 (CABO VERDE, 2016) foi planejada a transformação de cultura nacional em um recurso estratégico por meio de formulação e implementação de uma política cultural na esfera das economias criativas se que assenta em particular na:

² Carreira (1968, p.46), sintetizando as causas e as consequências do declínio de atividade econômica de produção de panos, sublinha, entre outras, o monopólio do comércio exclusivo da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que na opinião do autor “ocasionou a extinção de: i) da apanha da urzela; ii) da cultura de algodão; iii) do fabrico de panos e roupas”.

³ Segundo Barcellos (2003), a cultura do algodão começou a fazer-se na ilha de S. Tiago logo que chegaram os primeiros colonos italianos (1770), com os pretos da Guiné. No século XV já se exportava bastante e no século XVI, os navios iam recebê-lo, também, à ilha do Fogo, onde já se tratava da sua cultura em larga escala. Era do algodão cultivado ali durante aqueles séculos e posteriores que se fabricavam milhares de panos, com os quais se adquiriam por compra negros da Guiné.

Dinamização da criação de um mecanismo institucional que permita, no quadro de uma parceria público-privada, fazer a promoção da cultura; aprovação do quadro legal do desenvolvimento cultural, das economias criativas nas áreas que suportam a criação artística, artesanal e a recreação histórica, como: música, audiovisual, organização de espetáculos/festas pagãs e religiosas, arte, teatro, gastronomia, moda, literatura, cinema; ao reforço da segurança jurídica dos criadores e produtores de Cultura, nomeadamente na luta contra a pirataria cultural e a cobrança dos Direitos de Autor. (CABO VERDE, 2016, p.32).

A primeira agência do Banco da Cultura aberta pelo Governo em 2013 através do Ministério da Cultura é uma das respostas para a solução concreta de grande necessidade de financiamento por parte dos agentes culturais. Por outro lado, é “uma medida clara para a dinamização do setor cultural e a sua transformação para que possa constituir uma verdadeira economia de cultura”, para que grandes reservas culturais possam corresponder ao seu potencial “[...] enquanto geradoras de riquezas e contribuir efetivamente para o crescimento do PIB nacional”. (CABO VERDE, 2013).

A ascensão de economias criativas e revalorização do patrimônio imaterial

Diante do exposto, em Declaração do México, elaborada na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, organizada em 1985 pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), originou-se uma viragem nas atenções de investigadores, cometidos em grandes instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ou o próprio ICOMOS, levando-os a centrar a sua atenção na dimensão imaterial do patrimônio. Segundo refere Magalhães (2011), na declaração mencionada faz-se alusão à dimensão imaterial do patrimônio cultural, referindo à citação seguinte:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anónimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. (MAGALHÃES, 2011, p.8).

Atendendo ao apelo, a Lei de Base para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Cabo-Verdiano, nº.102/III/90 de 29 de dezembro de 1990 (CABO VERDE, 1990), define o Patrimônio Cultural como “o conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo povo cabo-verdiano ao longo da história, com relevância para a formação e o desenvolvimento da identidade cultural cabo-verdiana.” (CABO VERDE, 1990). Ainda, de acordo com exposto nas disposições gerais da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, no Artigo 2º, define-se como:

Patrimônio cultural imaterial - as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. E pode ser manifestado através de diversos campos, a saber: tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; expressões artísticas; práticas sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; técnicas artesanais tradicionais. (UNESCO, 2003).⁴

Mais recentemente, nas Diretrizes Internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) produzidas durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento UNCTAD (ONU, 2012) destaca-se o Relatório sobre a Economia Criativa, em que, pela primeira vez, as práticas artístico-culturais são definidas como essencialmente criativas e assim categorizadas, incluindo nesta lista as práticas de artesanato tradicional e da moda. Os esforços de trabalho do Centro do Comércio Internacional (CCI) em parceria com UNCTAD e Organização Mundial do Comércio (OMC) estão canalizados no sentido de ajudar aos países em desenvolvimento e as economias em transição incluir no processo de comercialização e exportação de produtos culturais, entre os quais destacam-se, em primeiro lugar, o artesanato tradicional e as artes visuais, pertencentes à esfera da moda ética:

A rica cultura, tradições e habilidades da África, por exemplo, têm sido uma fonte de inspiração para a indústria da moda internacional. Da mesma forma, a indústria se beneficiou de matérias-primas africanas, como algodão e couro. No entanto, é raro que as comunidades das quais as inspirações e insumos são derivados se beneficiem com o sucesso da moda internacional. É necessário vencer os obstáculos enfrentados pelas comunidades carentes, designers e PMEs ao entrar

⁴ A Convenção foi elaborada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, em sua 32ª sessão, realizada em Paris do dia 29 de setembro ao dia 17 de outubro de 2003.

nas cadeias de valor a fim de acessar os mercados globais. O CCI tem analisado experiências positivas e negativas, com o objetivo de ajudar os países em desenvolvimento a estabelecer contato entre designers e varejistas / distribuidores em mercados da moda com negócios que visem desenvolver modelos de cadeia de fornecimento com benefícios mútuos. (ONU, 2012, p.248).

Entendemos, assim, que a economia criativa está ligada não só às necessidades de ter, mas também e, principalmente, segundo novos paradigmas, às necessidades de ser, das quais as primeiras relacionam-se com a vida econômica e, as segundas com a cultura dos indivíduos. As duas dimensões, econômica e cultural, desde outrora, desenvolvem-se em conjunto, mas o desafio que hoje se coloca é a sustentabilidade da produção cultural nas sociedades contemporâneas. Para um desenvolvimento sustentável e integral, os novos paradigmas procuram as respostas para as novas concepções de sustentabilidade e reinvenção de modelos de produção em que as matérias primas são: criatividade, habilidade e talento individual. Sendo assim, “[...] as indústrias criativas têm por base indivíduos com capacidades criativas e artísticas, que desenvolvem produtos (e serviços) comerciais cujo valor econômico reside nas suas propriedades intelectuais (ou culturais).” (DOSSIER DA ECONOMIA CRIATIVA, 2010, p.4). Neste sentido, a criatividade emerge como um processo de pensamento que leva a um resultado criativo, inovador ou original, e que seja útil tanto do ponto de vista pessoal como social. É a capacidade de olhar os mesmos fatos que todos, mas visualizando algo distinto neles (FLORIDA, 2002; REIS, 2008).

Segundo Howkins (2001), a condição imprescindível para que as novas ideias de relacionamentos e também de negócios surjam, é necessário ter em conta três princípios básicos, a saber: primeiro, pressupõe que todas pessoas nascem com imaginação e criatividade, porém, estas não são as características especiais. O segundo princípio justifica que a criatividade requer liberdade para pensar, se expressar, explorar, descobrir, questionar e, o terceiro, a liberdade precisa ter acesso ao mercado.

Diante do exposto nas diretrizes internacionais, procuramos partir da perspectiva teórica do conceito da criatividade como fonte de inovação, definida como o uso de recursos culturais no processo de produção de setores não-culturais. Neste sentido, consideram-se dois grandes setores de atividade: o criativo e o cultural. O setor criativo inclui todas as atividades que usam os *inputs* culturais para produzir bens e serviços não-culturais. A mudança de paradigma, deste modo, pressupõe um novo olhar segundo qual os espaços culturais devem ser vistos não como locais de enriquecimento rápido, mas como agentes de desenvolvimento de um modo amplo, mais integrado e inclusivo. A mudança de paradigma, em segundo lugar, como salienta Argenta (2013), implica a profissionalização do campo cultural:

*O pánu di téra: a vertente identitária da moda cabo-verdiana:
o estudo da cadeia produtiva cultural*

A profissionalização é indissociável dos resultados que se deseja alcançar. A formação de um campo profissional e sua consolidação vão além da qualificação profissional e das pesquisas científicas na área. Implicam, ainda, articulação política, participação na construção e no monitoramento das políticas públicas para o dado setor, conhecimento da legislação a respeito de sua área, diagnóstico e mapeamento dos territórios criativos, outras atribuições importantes. (ARGENTA, 2013, p.153).

A mudança de paradigma, por conseguinte, implica o rompimento com a exploração predatória dos produtos naturais e da força do trabalho, substituindo a produção tradicional por modelos diferenciados, onde três pilares de economia criativa, como singularidade, simbólico, intangível surgem e contribuem para que sejam valorizadas novas formas de produção, tais como a colaboração, a produção compartilhada, a predominância do conhecimento e da criatividade. A respeito disso, Reis (2008) defende que, os três pilares de economias criativas: singularidade, simbólico e intangível, necessitam a sustentabilidade no seu desenvolvimento através do acesso livre ao mercado das novas tecnologias. Para que isso possa acontecer, a autora assenta na importância de investimentos em inovação de processos produtivos, permitindo que as novas tecnologias participem na produção criativa nos locais, através de três formas: i) fazendo parte das economias criativas; ii) produzem produzindo o seu impacto em todas esferas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços criativos; iii) servindo de ferramentas da transformação dos processos de negócio e da cultura de mercado, incluindo a formação de redes e os modelos colaborativos.

A cadeia criativa da moda ética: do passado à atualidade

Utilizamos o conceito da moda ética com intenção de mostrar que a cadeia produtiva cultural no setor de vestuário e de outros artigos com uso de *pánu di téra* na Ilha de Santiago pressupõe uma atividade econômica local com uso de práticas tradicionais da tecelagem, ou seja, é o trabalho artesanal. A produção é realizada em pequena escala, nas unidades familiares, evitando, deste modo, os impactos ambientais, provocados pelas indústrias têxteis de grande escala e com elevadas emissões de gases de carbono. Neste sentido, o objetivo do estudo visa analisar a sustentabilidade econômica no setor da moda em realidade cabo-verdiana, por meio da aplicação prática das iniciativas alternativas, mais sustentáveis, a favor de geração de empregos criativos através de participação mais colaborativa da população juvenil.

Segundo da Classificação da UNCTAD (ONU, 2012) para as Indústrias Criativas, corroborada por Santos (2014, p.8), a criatividade entende-se não apenas como um bem relacionado a áreas que possuem um componente artístico, mas “[...] inclui todas as atividades econômicas que produzam produtos simbólicos, que tenham direitos da propriedade intelectual e que visem o mercado”.

A cadeia produtiva, de acordo com Haguenaer (2001), citado por Rech (2006) apresenta:

Um conjunto das atividades, nas diversas etapas de processamento ou montagem, que transforma matérias-primas básicas em produtos finais. Em cada cadeia produtiva encontram-se indústrias, estreitamente relacionadas por compras e vendas correntes, constituindo os principais mercados e/ou fornecedores das demais atividades participantes. (HAGUENAUER apud RECH, 2006, p.21).

Rech (2006, p.21) sugere ainda que a cadeia produtiva também pode ser denominada como *Filière*, “[...] termo de origem francesa e que apresenta o significado de fileira, ou seja, uma sequência de atividades empresariais que conduzem a uma sucessiva transformação de bens, do estado bruto ao acabado ou designado ao consumo”. Tendo em conta a dimensão econômica e social da produção em pequena escala, ou seja, escala artesanal de produção de vestuário, desde o recurso às matérias-primas necessárias para a tecelagem de *pánu di téra* à produção de uma peça de roupa, no contexto geográfico da ilha de Santiago, talvez, seja mais correto utilizar a designação de fileira produtiva do que a cadeia produtiva.⁵ A estrutura da fileira de produção em estudo é constituída de várias etapas com início de fornecimento de insumos, produção de algodão, fiação, processo de tecelagem artesanal, ateliês de costura e confecção de roupa e acessórios.

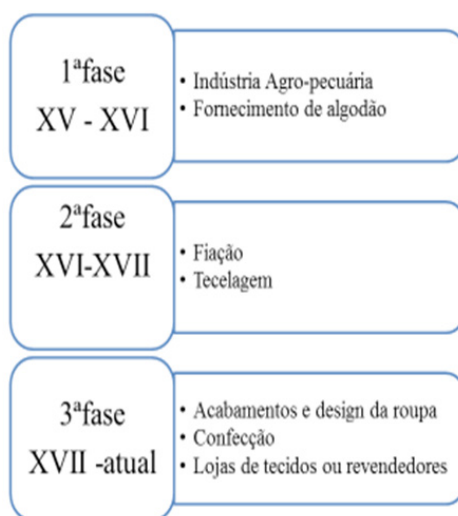
A produção artesanal de fios e tecidos: evolução no uso de *pánu di téra*

Segundo as observações teóricas de diversas fontes bibliográficas corroboradas por Carreira (1968), o processo da evolução da produção e comercialização de panos pode ser dividido em três épocas (Quadro 1). A primeira refere-se ao período que se estende de achamento das ilhas aos meados do século XVI. “O algodão das ilhas (Santiago e Fogo), sendo apreciável, era levado em grande parte para o continente

⁵ Refere-se ao processo de produção em microescala, nas unidades familiares de produção e, na maior parte dos casos não é uma produção de ofício, mas sim, complementar.

africano e aí trocado por panos confeccionados por Brames, por Banhuns e outros povos da área”. Segundo sublinha o autor, nessa primeira fase não existia ainda a produção de panos, a economia nestas ilhas era baseada no cultivo de algodão, dos cereais e da criação de gados, “[...] os negociantes de Cabo Verde entregavam o algodão produzido nas ilhas aos Brames e outros e recebiam deles PANOS que depois, eram utilizados em outros pontos do litoral, nos tratos e resgates.” (CARREIRA, 1968, p.15). O algodão era de origem africana e adaptava-se bem às condições climáticas dessa região, servindo como matéria-prima afro-europeia para manufaturas africanas.

Quadro1 – Evolução de cadeia produtiva têxtil



Fonte: CARREIRA, 1968.

Fernandes (1951, p.114), dá conta à “[...] existência de muito algodão selvagem (*Gossypium sp*) nas duas ilhas povoadas inicialmente (Santiago e Fogo)”, referindo que “[...] existiam três períodos destinados à colheita, uma de sequeiro (Maio/Junho) e duas colheitas de regadio (em Dezembro/Janeiro)”. A importância da produção de fibra para o comércio tinha aumentado devido “à influência exercida pelos brancos, pelos mestiços e pretos”. Os seus gostos pelo “uso da vestimenta de algodão” exigiram a modificação do sistema de utilização da fibra de algodão. Presume-se, de acordo com Carreira (1968), que a transformação mais profunda de instalação do artesanato de panos e de roupas para a economia local mais próspera, ocorreu nas três primeiras décadas do século XVI, atingindo o seu auge em desenvolvimento e, manteve-se até ao final do século XVII o que corresponde

a segunda fase da evolução de cadeia têxtil e o surgimento de “[...] monopólio da venda de determinadas roupas.” (CARREIRA, 1968, p.20) . Esta transformação se deveu ao aumento de procura por panos de algodão, preferindo os de confecção local por “[...] gentes que até aí andavam nuas ou usavam vestes tradicionais (de entrecascas de árvores e de fibras vegetais ou de peles)” (CARREIRA, 1968, p.20), pois, os outros panos “[...] não satisfaziam às exigências dos consumidores, em qualidade ou padronagem, ou vinham em quantidades insuficientes para atender à procura.” (CARREIRA, 1968, p. 20). Desde então, a panaria, ou a roupa de Santiago, tinha conquistado “[...] os mercados da beira-rio e as feiras do mato, muito no interior, tenha se imposto pela sua qualidade e padronagem e, a breve trecho, assegurava transações de vulto.” (CARREIRA, 1968, p.20).

Designado na época como “pano d’obra ou pano de labores de desenhos geométricos” (Figura 1), na opinião de Carreira (1968), destacou-se na economia local como fator inovador introduzido pelos comerciantes portugueses naquele decurso de tempo. Este fator tinha influenciado radicalmente as mudanças nas “preferências dos compradores e dos consumidores nos mercados de escravos e de gêneros ricos, e daí a grande procura por parte de estrangeiros.” (CARREIRA, 1968, p.22). O autor, apoiando-se nas diversas fontes bibliográficas, bem como, nas evidências de testemunhos anônimos, tem sublinhado, “[...] que o artesanato da tecelagem tinha atrás de si uma tradição muito antiga e radicada na estrutura social de bastantes grupos étnicos”. A respeito disso, Carreira tem sublinhado “[...] dois aspectos importantes das tradições africanas: i) o da cultura e preparação do algodão e da sua tecelagem e, ii) a importância social do pano de vestir”. (CARREIRA, 1968, p.22).

Figura 1 – Banda de tecido com desenhos geométricos produzida em tear manual



Fonte: Museu Etnográfico da Praia (CABO VERDE, [s.d.]).

Antigamente, a produção dos panos passava por diversas etapas, numa lógica de entrelaçada nas diferentes tarefas a ela associados. Num primeiro momento era

feita a recolha do algodão (pelos escravos) que depois de limpo (tiravam-se as sementes e outras impurezas) eram escovados os lotes até ganharem um aspecto mais leve e mais roliço. Seguia-se depois a fiação, tarefa desempenhada, essencialmente, pelas mulheres e que consistia, basicamente, em enrolar consecutivamente o algodão num dado, para depois ser colocado em forma de meada e mergulhado na tinta previamente preparada obtida a partir do anil, planta tintureira que também acompanhou ao cultivo do algodão, bem como, a sua transformação, ou da urzela. No concernente ao anil referia Barcellos (2003) que em 1776 havia tamanha quantidade de anil nas ilhas, sendo o mais fino, o da ilha do Fogo. A fiação, feita pelas mulheres, era de si bastante perfeita o que tinha contribuído para a melhoria da qualidade de panos. A meada depois de tingida era colocada na lançadeira pelo tecelão e seguia para a tecelagem. Esta etapa demorava alguns dias de fazer dependendo da padronagem e do tamanho das bandas.

Na atualidade, apesar de boas condições climáticas para a produção, a cadeia produtiva de algodão sofreu muito a desorganização e o declínio. Subordinado ao modelo de integração, o processo de cultivo depende do controle de Estado e de empresas privadas que atuam no setor. Estas fornecem os insumos para o cultivo de algodão, como, sementes, adubos e inseticidas para os agricultores e depois recebem o pagamento com uma parte de colheita. Outra parte fica para os agricultores para a produção de fios. Na tradição local, as tarefas de algodoeira ou descaroçamento e a fiação são exercidas pelas mulheres da família, como outrora, enquanto, para os homens se reserva o procedimento de tecelagem de panos. Às algodoeiras cabe a separar a fibra do algodão de semente e preparar a fiação de fibras. Depois da separação de fibras fica a semente, que constitui um dos subprodutos da fase de descaroçamento, ou denominado caroço do algodão. A semente contém em média 60 % de caroço e 40 % de fibra, rica em proteínas e lipídios e constitui uma das principais matérias-primas para a indústria de óleo comestível. Ela fornece vários subprodutos como resíduos de extração de óleo, torta e farelo, ricas fontes de proteína de boa qualidade que podem ser utilizados no preparo de rações para animais (BRASIL, 2003).

A fiação de fibras descontínuas ou fibras naturais, como o algodão é a fase seguinte na fileira produtiva. Na realidade, o que se observa na atualidade é que os rendimentos da cultura de algodão têm sido limitados pelas técnicas de produção e instrumentos naturais que os agricultores têm em sua posse, o que compromete em muito a sua evolução e o desenvolvimento de competitividade fora de mercado local a que os agricultores têm acesso. Deste modo, para a realizar as encomendas de estilistas nacionais, os artesões frequentemente compram os fios prontos já coloridos de cor azul, preta e vermelha, importados de outros países africanos, como Senegal e Guiné Bissau. Em geral, a cadeia de algodão para as indústrias têxteis,

em comparação com as outras cadeias de produção, é uma das mais complexas e longas, pois passa pelas inúmeras etapas desde a produção primária até o seu consumo final. De acordo com Buainain e Batalha (2007), os produtores de grande escala, que alcançam o cultivo de aproximadamente 1.000 hectares podem optar pela promoção de etapa de descarçamento e suspender a atuação de corretores, a exemplo da tendência verificada nos Estados Unidos da América e no Brasil.

O instrumento da próxima etapa da fileira produtiva é o tear manual. Os teares para a tecelagem de panos de algodão caracterizam-se com sua simples construção e não diferem muito quanto à sua modernização ao longo dos últimos séculos. Embora, “[...] formados espontaneamente de pedaços de estacas, e canas, atadas com cordas de bananeiras”, neles produziram e ainda hoje produzem, as bandas de panos, longas e estreitas, “[...] sendo cada peça única no seu estilo e formato” (CARREIRA, 1968, p.61), os aspectos de irregularidade que garantem a autenticidade da mesma.

Para o melhor entendimento da definição daquilo o que se entende por pano, Carreira (1968) argumenta o seguinte:

O PANO usado pelas populações africanas é composto por bandas, faixas, tiras (ou teadas), tecidas em algodão com a larguras que vão de 7 a 21 cm, bandas ou faixas em número de 4 a 13 – e em algumas regiões ainda mais – unidas entre si no sentido do maior cumprimento, por costura das ourelas, formando, assim um conjunto utilizado como vestimenta, para resguardo do corpo, como mortalha e para transportar ao dorso crianças pequenas. (CARREIRA, 1968, p.83).

A designação “Pano d’Obra” é fundamentada “conforme o seu OBRADO ou trabalho”, pelo que a espécie de pano tinha sido determinada. A diversidade de trabalho de “desenhos em relevo” e a concorrência no mercado “ao empreender a feitura do desenho encomendado” tinha contribuído para o aumento do seu “valor intrínseco no comércio”, tornando claro para o cliente que o pano “tem obra” (CARREIRA, 1968, p.95).

O desenho e a costura artesanal na criação das peças de roupa moderna

Lopes Filho (2013) tem observado nas inspirações de estilistas nacionais uma conjugação criativa na utilização de tecidos e padrões tradicionais do arquipélago Cabo-verdiano e africanos com as tendências da moda internacional, destacando grande diversidade nas criações. Quanto à moda, o autor se mostra esperançoso

de que este setor poderá traduzir-se num bom nicho de investimentos, ainda pouco incrementado, mas com potencial encorajador quando conseguirem exportar os seus produtos, já que demonstram qualidade e se detectam estilos próprios, tendências específicas e padrões originais.

A etapa mais difícil no processo de fabrico de pano é a gravação do desenho, confessa o artesão (Entrevista): “*não é difícil fazer, difícil é gravar o desenho. Procuro os desenhos que quero e depois preparo os fios*”. O design do modelo de pano é uma dimensão do ativo material que produz o seu efeito na obtenção do resultado final de competitividade entre os artesãos de moda a nível nacional. Segundo Raulik (apud RECH, 2006, p.241) “[...] a promoção do design [e da moda] é a parte integrante das estratégias de exportação e comércio, promovendo a imagem do país internacionalmente e melhorando a competitividade dos produtos”. Contudo, não se pode obter uma resposta adequada por parte do design, se outros fatores importantes de processo produtivo, tais como, a falta de insumos para tecelagem, ou os fatores relacionados com a obtenção dos mesmos: o preço, a demora na importação, a qualidade de tinta e de fios, bem como a de serviços relacionados, não estão ainda acessíveis para serem utilizados e dominados pelos artesões como um modo de obtenção de vantagens competitivas (AMAZONAS, 2002; RECH, 2006).

“*O algodão [fios] nem sempre chega, porque as lojas de mercados vendem toda a roupa que é preciso e, porque os turistas não se importam de comprar o pánu di obra senegalês*”, - confessa o artesão. Cabe aqui referir a seguinte frase de Schumpeter (1997, p.29): “A atividade econômica pode ter a qualquer motivo, até mesmo espiritual, mas o seu significado é sempre a satisfação das necessidades”. De acordo com autor, os dois fatores, as necessidades do indivíduo e as condições externas dadas, que são decisivos no processo de produção, pois contribuem para a determinação do resultado.

A racionalidade econômica de organização de trabalho no setor de vestuário em Cabo Verde advém dos pequenos ateliers de design, corte e costura, incluindo também a venda de artigos no mercado. No entanto, só alguns que se destacam, certamente um ou dois, que tenham constituído uma fileira produtiva com uso exclusivo de *pánu di téra* como vertente identitária da moda tradicional. Na realidade, a criatividade de estilistas nacionais com recurso do pano tradicional baseia-se nas próprias inspirações das pessoas, resgatando o *pánu* e reinventando o seu uso no vestuário e acessórios. Por isso, estes empresários representam o principal recurso da mudança, a transformação para nova era das produções criativas que estão sendo, dinamizadas pelas próprias comunidades e suas tradições seculares (FLORIDA, 2002).

Reconhecendo essa vertente identitária da moda, a gama de clientes é variada: desde ministros, embaixadores, presidentes, a turistas, emigrantes, entre outros. Muitos compram também os seus produtos para oferecer, sejam os cidadãos comuns, sejam as altas patentes do Estado que no atelier de Fátima⁶ procuram prendas diplomáticas de cortesia para convidados representantes de outros países. No fundo, os seus clientes são homens e mulheres que querem, seja em roupa, seja em acessórios ou outros produtos artesanais, qualidade e um pouquinho de Cabo Verde. (ALMEIDA, 2014, n.p.).

Na economia cabo-verdiana este setor encontra-se ainda na fase de desenvolvimento. Embora se destaque como promissor na esfera das economias criativas, existem ainda imensas dificuldades a nível local, relacionadas com a educação, qualificação e visão de negócio que limitam as capacidades de transformação das reservas culturais intangíveis em fatores competitivos do mercado global. Na visão globalizada, o desenvolvimento econômico global abre, cada vez mais, as portas de acesso à informação, ao conhecimento e às novas tecnologias (REIS, 2008). No entanto, a instabilidade econômica a nível internacional produz os seus efeitos que influenciam negativamente a gestão de produção e a capacidade de consumo da maioria dos consumidores nacionais, não permitindo, deste modo, que as unidades produtivas reduzem os custos com aquisição de insumos e maximizam a rentabilidade dos recursos utilizados. O produtor encontra-se em um círculo vicioso, “[...] envolvendo os preços, financiamento, custos de produção, endividamento e descapitalização”. (BUAINAIN; BATALHA, 2007, p.45).

Considerações finais

As abordagens utilizadas no artigo apontam para as mudanças econômicas e, em especial na relevância das políticas públicas dos Estados nos países em desenvolvimento, na promoção “[...] do equilíbrio entre produção, distribuição e consumo criativos”, tendo em conta o fato de que a criatividade da produção cultural possa ir além dos limites “[...] dos mecanismos de circulação existentes, garantindo um equilíbrio entre o conhecimento do passado, as tecnologias do presente e uma visão de futuro.” (REIS, 2008, p.38). De acordo com Kovács (2008, p.106), as principais diretrizes referentes à “[...] política cultural global realçam a necessidade de integrar o uso criativo da ciência e da tecnologia, tanto

⁶ Fátima Almeida é a estilista cabo-verdiana bem-sucedida no campo de moda, cujo nome é indissociável do *pánu di téra*.

a tradicional quanto a moderna, às culturas africanas”. O acesso restrito para os produtores de panos e estilistas nacionais ao mercado das novas tecnologias, fator referido anteriormente pela Reis (2008), é o fator que não permite que estas novas tecnologias participem e contribuam para que sejam valorizadas as formas tradicionais de produção, introduzindo as inovações, tais como a colaboração em rede, a produção compartilhada, a predominância do conhecimento e da criatividade. Na sua abordagem a autora sublinha que as mudanças econômicas e, em especial as novas tecnologias, podem alterar os elos de conexão entre a cultura (de artes ao entretenimento) e a economia, abrindo um leque de oportunidades econômicas baseadas em empreendimentos criativos (REIS, 2008). Estas ações implicam a transformação de matérias-primas convencionais para o capital intangível, intelectual, a diminuição de uso dos recursos escassos e a ruptura com a lógica de escassez nos países em desenvolvimento (ONU, 2012).

Neste sentido, para garantir uma melhor exploração do potencial humano em negócio criativo com realce para a moda, é necessário que sejam disponibilizados fundos e investimentos especializados, geralmente destinados à promoção cultural, políticas públicas conjunturais acertadas e medidas de proteção da propriedade intelectual eficientes, iniciativas de inovação e colocação das novas tecnologias ao serviço da produção criativa de recursos a partir deste tipo de atividades. Na era de comunicação a chave para acesso ao mercado global para um país como Cabo Verde reside, como consideram Canongia, Pereira e Antunes (2006) no suporte de processos de alimentação de idéias criativas, na geração de novas tecnologias, no desenvolvimento e comercialização de novos produtos em mercados novos e já existentes. O grande desafio das comunidades no mundo, em que os horizontes temporais são, cada vez mais próximos até ao ponto em que “o presente é tudo que existe” (HARVEY, 1992) é pensar que, “[...] o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação.” (HALL, 2006, p.70). A atitude pró-ativa de pensar global e agir local vem sendo uma exigência constante, o que requer mudanças rápidas de culturas, de valores, de políticas e de estratégias nacionais e internacionais.

THE PÁNU DI TÉRA: IDENTITY AS AN ASPECT OF CAPE VERDEAN FASHION: THE STUDY OF THE CULTURAL PRODUCTION CHAIN

ABSTRACT: *This study is based on the historical journey of pánu di téra as an element of material culture in Cape Verde. It analyzes the cultural production chain from the artisan to the trade circuit, where cultural heritage represents aesthetic intention and its value. It is understood that new paradigms have allowed open*

spaces in which to think about a different relationship between the creative economy and economic development, taking into account the possibility of dissemination as well as the preservation of natural and cultural heritage. It assumes that it is possible to seek economic sustainability in an environment such as Cape Verde, through the practical application of the concept of collaborative creativity, which encourages the creation of jobs in the creative industry and helps improve the employability of young people in the fashion industry.

KEYWORDS: *Cloth. Identity. Heritage resources. Production chain.*

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA INOVA/CULTDIGEST. **Dossier da economia criativa**. Porto: Agência Inova, 2010. Disponível em: <http://www.esar.edu.pt/be/ficheiros/Recursos/Economia/Dossier_Economia_Criativa.pdf>. Acessado em: 06 jun. 2016.

ALMEIDA, S. Património cabo-verdiano volta à passerelle pelas mãos de Fátima Almeida. **Expresso das Ilhas**, Cabo Verde, 2014. Disponível em: <<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/cultura/item/41972-patrimonio-cabo-verdiano-volta-a-passerelle-pelas-maos-de-fatima-almeida>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

AMARANTE, N. M. B. **Turismo cultural**: as potencialidades turísticas do pano de terra de Santiago em Cabo Verde. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Património e Turismo Cultural) - Universidade do Minho, Braga, 2012.

AMAZONAS, M. C. Desenvolvimento sustentável e teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da economia ecológica. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília: IBAMA, 2002. p.107-286.

ARGENTA, D. Museus e economia criativa: apontamentos para perspectivas futuras. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n.39, p.150-167, 2013. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/1737/955>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

BARCELLOS, C. J. S. **Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné**. 2.ed. Praia: IBNL. 2003.

BRASIL. EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Cultura de algodão herbáceo na agricultura familiar**. Brasília: EMBRAPA, 2003. Disponível em: <<https://>

*O pánu di téra: a vertente identitária da moda cabo-verdiana:
o estudo da cadeia produtiva cultural*

sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Algodao/AlgodaoAgriculturaFamiliar/subprodutos.htm>. Acesso em: 25 mai. 2014.

BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M. O. **Cadeia produtiva de algodão**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2007. 4 v. Disponível em: <<http://www.sidalc.net/repdoc/A4930p/A4930p.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

CABO VERDE. Ministerio da Economia e Emprego. **Programa do Governo VIII Legislatura 2011-2016**. Praia: Ministerio da Economia e Emprego, 2016. Disponível em: <www.mtie.gov.cv/index.php?option=com_docman&task=doc_download>. Acessado em: 06 jun. 2016.

_____. Banco da Cultura. Fundo Autônomo de Apoio à Cultura. **Banco da cultura promete ajudar a dinamizar a economia cultural**. Praia: Banco da Cultura, 2013. Disponível em: <<http://bancodecultura.blogspot.com.br/2013/10/banco-da-cultura-promete-ajudar.html>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

_____. Lei de Base para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Cabo-Verdiano, nº. 102/III/90 de 29 de dezembro de 1990. **Suplemento do Boletim Oficial de Cabo Verde**, Praia, n.52, 29 dez. 1990. Disponível em: <<http://www.projectocodepa.org>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **Banda de tecido com desenhos geométricos produzida em tear manual**. Praia: Museu Etnográfico, [s.d.].

CANONGIA, C.; PEREIRA, M.; ANTUNES, A. Modelo de estratégia de prospecção de setores intensivos em P&D: sinergias entre Inteligência Competitiva (IC), Gestão do Conhecimento (GC), e Foresight (F). **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v.7, n.1, 2006.

CARREIRA, A. **Panaria Cabo-Verdiana-Guineense: aspectos históricos e socioeconômicos**. Lisboa: Centro de Estudos da Antropologia Cultural, 1968.

FERNANDES, V. **Description de la cote occidentale de l’Afrique (Senegal ou Cap de Monte, Archipels)**. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1951.

FLORIDA, R. **Ascensão da classe criativa e o seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano**. Porto Alegre: L&PM, 2002. Disponível em: <http://www.lpm.com.br/livros_12.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2014.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 8.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HOWKINS, J. **The creative economy**: how people make money from ideas. London: Penguin Books, 2001.

KOVÁCS, M. A economia criativa e a erradicação da pobreza na África: princípios e realidades. In: REIS, A. C. F. (Org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itáu Cultural, 2008. p.94-123. Disponível em: <http://www.isegnet.com.br/siteedit/arquivos/Economia_Criativa_Estrategias_Ana%20Carla_Itau.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2014.

LOPES FILHO, J. Em torno da moda. **A Nação**, Praia, n.318, 2013. Disponível em: <<http://www.lopesfilho.com>>. Acesso em: 16 out. 2014.

MAGALHÃES, F. Questões sobre a dicotomia patrimônio material/imaterial. **Revista Animação e Educação**, Leiria, n.13, p.1-14, 2011. Disponível em: <www.anae.biz/rae-content/2011>. Acesso em: 22 set. 2014.

ONU – NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de economia criativa 2010**: uma opção para de desenvolvimento viável. Brasília: Secretaria da Economia criativa/Minc; São Paulo: Itáu Cultural, 2012. Disponível em: <http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2014.

RECH, S. R. **Cadeia produtiva da moda: um modelo conceitual da análise da competitividade no elo confecção**. 2006. 282 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

REIS, A. C. F. (Org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itáu Cultural, 2008. Disponível em: <http://www.isegnet.com.br/siteedit/arquivos/Economia_Criativa_Estrategias_Ana_Carla_Itau.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2014.

SANTOS, H. H. O. Moda e economia criativa: agenciamentos em torno da produção de vestuário no Brasil. In: 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27 a 31 de Outubro, 2014, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2014. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9258&Itemid=461>. Acesso em: 26 nov. 2014.

SANTOS, M. E. M. **História concisa de Cabo Verde**. Praia: IIPC/IICT, 2006.

*O pánu di téra: a vertente identitária da moda cabo-verdiana:
o estudo da cadeia produtiva cultural*

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Os Economistas. Tradução de M. S. Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1997. Disponível em: <<http://www.soniabarroso.pro.br/graduação/schumpeterde.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4718>>. Acesso em: 16 out. 2014.

Recebido em 31/12/2014.

Aprovado em 15/05/2016.

FRUTOS DA COLÔNIA PENEDO: UMA IDENTIDADE FINLANDESA NOS TRÓPICOS

*Lila Almendra Praça de CARVALHO**

RESUMO: o artigo analisa as trajetórias de vida dos imigrantes finlandeses estabelecidos em Penedo, no Rio de Janeiro quando ali fundou-se uma colônia utópica, na primeira metade do século XX. Através do olhar sobre suas trajetórias e discursos, pretendeu-se problematizar a configuração de uma identidade finlandesa nos trópicos, tanto durante como após a dissolução do projeto coletivo de colonização.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração. Utopia. Identidade. Finlandeses.

A Finlândia é terra dos lobos e ursos.
(UUSKALLIO apud VALTONEN, 1998, p.24).

Introdução

Em fins do século XIX e início do XX houve na Finlândia uma onda de emigrações utópicas conhecida como febre dos trópicos (PELTONIEMI, 1985), que gerou inúmeras colônias finlandesas baseadas em diferentes ideologias – principalmente na América do Norte. A imigração do grupo de finlandeses para a Fazenda Penedo, no sul do Rio de Janeiro, integra esse fenômeno e teve especialmente os temas de nutrição e saúde como principais dispositivos em torno da saída do país nórdico, de onde vieram famílias e indivíduos em busca de uma vida mais saudável e próxima à natureza.

* UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 20071-003 - almendralila@gmail.com.

Neste artigo utilizamos relatos e entrevistas com colonos de Penedo e seus descendentes, bem como entrevistas com pesquisadores finlandeses. Nosso intuito é o de problematizar o percurso de estabelecimento dos imigrantes em Penedo, desde a construção da Colônia Penedo até sua dissolução e conseqüente direcionamento ao turismo rústico, que em fins do século XX se desenvolve baseando-se sobretudo na noção de uma identidade finlandesa a fim de distinguir-se.

Ainda em fins do século XIX, Kropotkin (1885) identifica elementos étnicos presentes posteriormente na colonização de Penedo. Uma das características atribuídas pelo autor ao indivíduo finlandês é a capacidade de contemplação da natureza e sua conexão com lagos e florestas. Antecipando a busca por um tipo de vida mais modesto de algumas das posteriores colônias finlandesas, o autor afirma que “[...] a simplicidade de vida rege todas as classes da sociedade finlandesa, a insalubre luxúria das cidades europeias é desconhecida dos finlandeses” (KROPOTKIN, 1885, p.3), apresentando ideais defendidos pelo líder étnico e seus seguidores.

O território da Finlândia havia sido controlado pela Suécia por cerca de sete séculos, e posteriormente pela Rússia entre 1808 e 1917. A história do povo finlandês foi permeada de luta pela manutenção de sua identidade cultural, e seu idioma sobreviveu durante anos popularmente até tornar-se oficial. No começo do século XX o movimento nacionalista finlandês floresceu: publicou-se a epopeia *Kalevala*, compilando cantigas tradicionais da cultura finlandesa e, em 1882, o idioma finlandês foi alçado à oficialidade (COSTA; KOJO, 1985). Houve também idas à América na tentativa de fugir do controle russo, e essa parece ter sido uma das razões pelas quais houve anos mais tarde o fenômeno emigratório, quando foram estabelecidas algumas colônias utópicas finlandesas nas Américas (SÖDERLING, 2014).

No começo da década de 1920, são três as colônias finlandesas estabelecidas na América Latina: a do Paraguai, *Colonia Villa Alborada* em 1920; a da República Dominicana, *Villa Vakka* em 1930 e a do Brasil, *Colônia Penedo* em 1929 (LÄHTEENMÄKI, 1979). As três citadas se identificam entre si – ideais vegetarianos e cristãos e crenças na construção de um mundo novo e melhor – embora a de Penedo tenha se tornado mais conhecida por seu rumo turístico no decorrer do século XX, enquanto as outras duas extinguíram-se (PELTONIEMI, 1985). A pesquisadora Melkas (2014), em depoimento esboçou opinião em relação às razões presentes no contexto histórico das imigrações utópicas finlandesas:

A maior parte dessas colônias era especial, não eram o tipo usual de migração; tinham uma “mentalidade”, ideias psicológicas e culturais diferenciadas. A Primeira Guerra Mundial foi um desastre na Europa, então pensava-se muito sobre a destruição de parte do mundo ocidental. (MELKAS, 2014, n.p.).

Teorias utópicas e o projeto colonial penedense

Toivo Uuskallio, líder do empreendimento imigratório penedense, fora um agrônomo que havia estudado na Alemanha e parece ali ter aprendido noções progressistas em relação à saúde que colaboraram na estruturação dos ideais do projeto emigratório. Havia também na Finlândia, no início do século XX, uma série de sanatórios – espaços dedicados à cura, emagrecimento e desintoxicação através de métodos naturais – parte do movimento naturalista, também difundido por periódicos, como a *Terveys*, que publicava muitos artigos de Uuskallio (PELTONIEMI, 1985). Heranças desses conceitos estimularam o projeto da Colônia Penedo, e muitos dos participantes dos sanatórios constituíram parte do grupo seguidor de Uuskallio e de seu planejamento de comunidade social nos trópicos.

Em 1925, Deus teria lhe enviado “[...] um chamado para deixar a terra natal e emigrar para o sul longínquo.” (UUSKALLIO, 1929, p.3)¹. Incumbido de levar um grupo de imigrantes aos fartos trópicos, acreditava ter sido escolhido por Deus, que lhe mostrou em sonho a fazenda para onde deveria ir. Nessa ocasião, administrava a fazenda da família, Toimela – localizada na região da Carélia, área ocupada pela Rússia até hoje. Melkas (1996) afirma que a união de três vertentes principais foi a base para a criação teórica penedense: os tratamentos naturalistas para saúde, a *Free Church* e as ideias de Uuskallio, vindas de suas próprias reflexões e heranças teóricas utópicas. O vegetarianismo estava em voga na Finlândia e era encontrado na bíblia pelos seguidores da *Free Church*, dirigida por Akseli Skutnabb. Seus seguidores acreditavam que o fim do mundo estaria próximo e que a Europa seria invadida e tomada pelos mulçumanos.

Dentre os autores utopistas seguidores de ideais ecológicos, Geus (1999) enumera três anteriores à fundação da colônia no Brasil: o primeiro é Thomas More, que em sua descrição da sociedade ideal tinha preocupações sociais, econômicas e também ecológicas, pois vivia um momento de altos contrastes na sociedade inglesa. O segundo representante de uma teoria da suficiência é o norte-americano Henry Thoreau, que defendia uma vida simples e livre de excessos e propunha uma volta individual à natureza, de onde se poderia viver sem as necessidades que creem ter os homens das sociedades contemporâneas². O terceiro e último representante de teorias sustentáveis é o russo Peter Kropotkin, herdeiro de Proudhon e Bakunin (este último foi quem reelaborou as teorias anarquistas com o intuito de torná-las científicas). Suas ideias centrais – que parecem ser herdeiras daquelas trazidas para o Brasil pelos finlandeses – relacionam-se a noções de ajuda mútua, solidariedade,

¹ “Era mais uma profecia que decisão”. (UUSKALLIO, 1929, p.3).

² Liisa Uuskallio relata a similaridade com o primeiro desejo de Toivo, de ida para a floresta e vida independente dos produtos citadinos (MELKAS, 1996).

cooperação, autogoverno, harmonia, equilíbrio e comunidade. Kropotkin foi ainda o primeiro autor a utilizar o termo comunidade ecológica ao abordar a relação holística entre homem e natureza (GEUS, 1999).

Nas lavouras a perder de vista não se vê praticamente ninguém. Vem a pergunta: onde está o povo desta terra? [...] O desenvolvimento dirige os filhos para as cidades. O campo se esvazia. As cidades crescem e adquirem muitos andares. A lavoura se enfraquece. Vem a escassez da terra. Por que? Porque seus lavradores são desprezados [...]. Devia se combater o desprezo pelo camponês. Ele é uma das facetas da falta de amor pela mãe pátria. E isto suscita a falta artificial de terra com suas consequências ruins. (UUSKALLIO, 1929, p.16).

Segundo Hildén (1989), Uuskallio havia refletido sobre a melhor forma de viver, e concluído que seria ideal uma vida simples alheia ao comércio e à sociedade de consumo, próxima da natureza, sem o trabalho escravizante das cidades europeias e as ameaças bélicas do início do século XX. Ele pregava que cada família plantasse em seu jardim para consumo próprio e se revitalizasse ao receber os raios do sol e o ar puro do campo. Seu projeto nos remete à simplicidade defendida por Thoreau; à ideia de comunidade ideal de More; à defesa da abolição da propriedade, do aperfeiçoamento moral e religioso dos indivíduos em conexão com Deus, e sem necessidade de ereção de templos ou Igrejas, como em Tosltói; e, sobretudo, aos princípios de harmonia, equilíbrio, cooperação e interdependência humana com a natureza, em comunidade ideal agrícola, do autor russo Kropotkin.

Nas palestras proferidas ainda na Finlândia pelo pastor Pennannen – um dos mais atuantes apoiadores de Uuskallio – gerava-se assertivas como “[...] natureza de Penedo, clima e possibilidades grandiloquentes.” (LÄHTEENMÄKI, 1979, p.22). De sua autoria, foi publicado, em Tampere, um livreto intitulado *Fazenda Penedo – um estabelecimento agrícola finlandês no Brasil*, onde se expunha a natureza, o clima e os ideais de Penedo. Ali havia um questionário a ser respondido por indivíduos ou famílias que desejassem se unir ao projeto pagando a viagem e disponibilizando também suporte financeiro para o empreendimento tropical. As perguntas questionavam desde profissão, origem, alimentação, aptidão musical, relação com crenças cristãs e participação em associações e partidos, até o firme propósito de se levar uma vida simples e saudável nos trópicos, sem rixas ou brigas em função de pátrias ou partidos. O questionário completo gerava crenças ilusórias sobre a colônia, e muitos dos participantes parecem ter sido influenciados a compô-la acreditando que já estava consolidada quando de fato estava ainda por ser estabelecida.

Para participarem da colônia, os finlandeses deveriam fazer parte do jogo semântico de seus organizadores: sabia-se relativamente o que devia ser respondido no questionário pelos candidatos a emigrar. Uuskallio acreditava que as pessoas deveriam ter uma religião, mas não impunha qual fosse. Seu projeto esperava que os emigrantes fossem vegetarianos abster-se de café, chá e álcool. Embora a religião não fosse uma determinante na aceitação de integrantes, era evidente a preocupação comportamental – a determinação por uma vida simples e ligada à prática agrícola, às práticas naturalistas e à convivência harmônica.

No seu discurso para os que estavam de partida, Pennanen tinha algumas palavras de cautela: “A nossa ideia principal não é a procura do bem-estar físico. Queremos formar uma nova geração com o lema “*mens sana in corpore sano*”, para ajudar a humanidade a encontrar um caminho melhor. Vocês estão deixando tudo o que é querido para trás e vão partir para uma vida nova e desconhecida que requer muito trabalho, paciência, fé, amor ao próximo, sacrifício e vontade de servir. Tudo isso representa as características da sociedade da qual vocês serão pioneiros. Alegro-me ao ver este grupo garboso, alegre e virtuoso que Deus está mandando para Penedo. (HILDÉN, 1989, p.27).

Viagem em direção aos trópicos

A vinda dos finlandeses escolhidos, por Uuskallio e seu grupo próximo, ocorre no fim do período denominado como a grande migração – entre 1870 até 1930 – e o motivo principal desse deslocamento parece relacionar-se menos à busca por ascensão social do que à atração exercida pelos trópicos – seja por aventura ou busca de cura para doenças – e um novo modo de vida mais saudável e próximo à natureza, a partir da qual, o projeto colonial uuskalliano pregava, se sustentaria a reprodução social coletiva.

Dos motivos daqueles que emigraram, Lähteenmäki (1979) acredita ter sido a saúde um dos principais estímulos à adesão, para onde muitos participantes foram em busca de curas para doenças através do vegetarianismo, seguidamente por motivos relacionados a problemas familiares ou busca por aventuras, evidenciando que parte dos imigrantes não desejava fixar-se ou desconhecia os ideais centrais do projeto. Para Peltoniemi (2014), apesar das muitas identificações entre as emigrações utópicas finlandesas com a de Penedo, o caráter vegetariano e naturalista do empreendimento é marcante em relação a seus similares. Sua sobrinha, Uuskallio (2014), nos disse que:

Ele (Toivo Uuskallio) discursava muito bem, e as pessoas estavam muito entusiasmadas em relação ao novo mundo. Ele conseguiu dessa forma realmente atraí-las, e elas o estavam seguindo cegamente. Ele tinha também uma base religiosa severa, e diz ter tido algumas visões após longo tempo jejuando. (UUSKALLIO, 2014, n.p.).

Ademais, há elementos importantes atribuídos ao projeto de Toivo Uuskallio, agente mobilizador étnico (BARTH, 2005) de cunho marcadamente utópico. Hildén (1989) relata que o pastor Pennanen discursava em prol do projeto:

Temos certeza do sucesso do nosso empreendimento pelas seguintes razões: estamos a serviço de Deus e teremos sempre a Sua ajuda; o dirigente é Toivo Uuskallio que tem todos os atributos necessários: prática, instrução e competência para assumir a liderança da futura colônia. A Fazenda Penedo terá certamente um futuro brilhante e será valorizada devido a sua boa localização; a paisagem é uma das mais bonitas do Brasil, o clima é saudável, as plantações valiosas, madeiras de lei, água, estradas, a sede é uma mansão velha e aristocrática, e há outras construções. (HILDÉN, 1989, p.25).

Em 1929 o primeiro grupo de imigrantes, 26 pessoas, chegou a Penedo, considerado como constituído por indivíduos mais interessados nos ideais coloniais. Fagerlande (1998) relata que, entre 1 de setembro de 1927 a 16 de outubro de 1940, foram 296 os finlandeses que chegaram no porto do Rio de Janeiro, sendo 208 deles registrados como imigrantes. Não há registro exato dos que foram para Penedo, mas sabe-se que em 1929 chegaram ao Brasil um total de 122 colonos, dos quais a maioria direcionou-se a Penedo. Desembarcaram ainda 21 em 1930 e 23 em 1931. De 1932 a 1940 a entrada de finlandeses foi mínima, com exceção do ano de 1938, que registrou a chegada de 19 imigrantes. Em geral os recém-chegados aportavam à cidade do Rio de Janeiro, onde tomavam vacinas e seguiam em quarentena enquanto travavam as primeiras relações sociais e trocavam impressões das novidades dos trópicos. Após esse período seguiam para Penedo, partindo de trem do Rio de Janeiro até a estação de Marechal Jardim de onde iam de carroça ou a pé até o seu destino final.

Dos que vieram a Penedo, a maioria era oriunda das maiores cidades finlandesas ou de suas periferias; por ordem de relevância, Tampere, Helsinki, Viipuri, Turku, Antrea (de onde Uuskallio era originário), Jääski, Laitila, Lempällä, Pori, entre outras. Os indivíduos se dividiam em mais de 40 profissões, sendo principalmente profissionais liberais como professores, comerciantes e oficiais, agricultores, jardineiros e ainda profissionais de colarinho branco (MELKAS, 1996).

Eram cerca de 80% do sexo masculino e a maioria entre 20 e 30 anos, muitos deles jovens ainda sem profissão definida (LÄHTEENMÄKI, 1979). Apesar de Peltoniemi (1985) indicar como nula a participação de agricultores ou fazendeiros em Penedo, Melkas (1996) aponta que houve cerca de 32 fazendeiros ou donos de propriedades (incluindo-se aqui as esposas) e cerca de 4 trabalhadores agrícolas na colônia Penedo. Nota-se que profissionais tais como proprietários, executivos e intelectuais eram em maior número do que os trabalhadores braçais, tais como operários.

Para viabilizar a compra da fazenda, realizada em nome de Uuskallio, muitos participantes se desfizeram de suas casas e entregaram quantia em dinheiro, outros contribuíram com parcela de empréstimos bancários. O dever, no chamado recebido por Uuskallio (1929, p.16), era dirigir-se ao sul com o grupo de “elegidos pelo Senhor” e buscar o despertar da “vida interior” em relação harmoniosa com a natureza e entre os iguais, sem disputas, com trabalho digno e conduta correta. Eles ocuparam a parte baixa da fazenda, onde se localizava a Casa Grande, e reflorestaram grande parte do vale onde antes havia pasto.

Estamos fazendo tudo que está ao nosso alcance para desenvolver Penedo. Quando se vê as inúmeras plantas crescendo da terra considerada pobre e condenada, prometendo frutos para os cultivadores, as lágrimas de alegria enchem os olhos. A natureza é maravilhosa. [...] Penedo começará a produzir e recompensará os seus credores. Dentro de alguns meses iniciaremos as vendas de enxertos de laranjeiras que estão em pleno crescimento e haverá procura para nossos produtos. (UUSKALLIO, 1929 apud HILDÉN, 1989, p.57).

Segundo Peltoniemi (2014), apesar do predomínio de ideais diversos em cada uma das colônias utópicas finlandesas, todas as estabelecidas na América tinham em comum a ideia de retorno à natureza. Da mesma forma, afirma Toivo Sipilä³ (apud PELTONIEMI, 1985, p.124), para quem “[...] Uuskallio pregava o afastamento da bebida, das danças, da sensualidade e da ostentação. Voltemos à natureza. Ele era um naturalista”. Porém, a maioria dos estabelecimentos utópicos finlandeses na América durou pouco tempo e em geral mais da metade dos imigrantes retornava ainda no primeiro ano⁴. Liisa, esposa de Toivo, e uma das primeiras habitantes da colônia, narraram que:

³ Sipilä chegou a Penedo no fim do ano de 1930, segundo os arquivos consultados por Fagerlande (1998).

⁴ Essa observação não difere da média de retorno de outras imigrações, como a dos povos árabes no Rio de Janeiro, dos quais mais de 43% retornou ao país natal, no mesmo período (PINTO, 2010).

Quando chegaram os primeiros imigrantes a vida da fazenda começou trepidante. Todos vieram de ambientes diferentes. Opiniões eram tantas quanto cabeças. Até de noite havia programas com cantos e música e leitura da bíblia, cujo significado não era igual a todos. Fulano mais imprudente bateu com a bíblia na cabeça do sicrano estouvado assim ensinando os dez mandamentos. (UUSKALLIO, 1979, p.14).

Estabelecimento dos imigrantes na fazenda

No início o que havia na fazenda eram mangas, jaboticabas e poucas bananas. Na década de 1930 os colonos plantaram frutíferas – caqui, cítricos, morango, banana e lúxia – por mais de cinco quilômetros de extensão e assim a banana tornou-se abundante, adaptando-se ao clima úmido do local. Uuskallio (1979) defendia que o homem se alimentasse basicamente de frutas, nozes, castanhas e vegetais. Para ele, o homem não deveria consumir alimentos estimulantes como o café, o chá ou álcool. Como não havia nozes variadas, os colonos consumiam amendoim, único produto similar encontrado (VALTONEN, 1979).

Dormiam todos juntos no casarão principal da fazenda, e faziam as refeições em cozinha coletiva. Essa cozinha ficava na antiga leiteria e sua dieta contumaz compunha-se de arroz, feijão, tomate, cenoura, alface e repolho crus, o que não era suficiente mesmo para os vegetarianos, acostumados com um regime mais variado e abundante em batata, que ali não existia. Após o café da manhã – água quente com açúcar mascavo e pão caseiro com gordura de coco – os finlandeses se reuniam em grupos e recebiam ferramentas para o trabalho na lavoura, estradas e construções (HILDÉN, 1989). Eles tinham muito o que aprender, pois o clima, a qualidade da terra, o tipo de cultivo, as pragas; todos os elementos diferiam muito dos conhecidos na Finlândia.

A vida é em geral lembrada como alegre e harmoniosa, mesmo com diferenças ideológicas declaradas. Essa memória remete à noção de nostalgia estrutural (HERZFIELD, 1997), pois aborda o tempo passado de modo otimista e nostálgico, quando ele continha elementos também rechaçados, posteriormente deixados de lado em prol de um passado romantizado. As memórias do processo de estabelecimento no Brasil se mesclam e se contradizem, evidenciam a impossibilidade de assertivas ao tratar da formação social desse grupo étnico, ainda que partilhasse da mesma identidade nacional.

Figura 1 – A casa e o cacho de banana, Penedo



Fonte: Turku, Institute of Migration ([s.d.]).

Durante o período colonial, a imigrante Eila Ampula, que havia chegado ainda criança com seus pais (AMPULA, 1997) relata conflitos entre os que trabalhavam, ou ainda entre aqueles que preferiam voltar para Finlândia e os que não.

A vida no Penedo era boa, do meu ponto de vista. Trabalhava-se muito, não eu, os homens na lavoura, que não deu em nada e construindo casas para as famílias que não gostaram em viver na comunidade da Casa Grande, antiga sede da fazenda. As mulheres, na cozinha, na lavanderia ou na horta. Uma semana em cada serviço. (AMPULA, 1997, p.17).

Em seus escritos, Ampula (1997) aponta a razão que fez com que seus pais se unissem ao projeto colonizador, suas péssimas notas na escola. Afirmção que nos leva a crer que muitos dos que se uniram ao projeto de Uuskallio não compartilhavam dos ideais.

Valtonen (1979) que deixou suas memórias escritas foi um dos que veio a Penedo por outras razões; veio cobrar de Uuskallio o dinheiro que seu pai emprestara para a compra da fazenda. Residiu em Penedo por toda sua vida, apesar de ter

se colocado muitas vezes contra os ideais do “círculo central” por não apoiar o vegetarianismo e ironizar o *kuhnir*, prática medicinal muito utilizada na colônia⁵. Segundo ele, todos praticavam o *kuhnir* e a explicação para a manifestação de quaisquer doenças se baseava na presença de elementos estranhos no corpo, que deveriam ser eliminados dos músculos através de sua prática. Em seu relato, Valtonen (1979) diz que:

[...] como estavam vivendo em comunidade ideal, o irmão Uuskallio experimentou um trabalho conforme a consciência. Se alguém estivesse indisposto naquele dia, não se podia esperar que fizesse muito. No dia seguinte, poderia fazer mais e recompensar a perda do dia anterior. (VALTONEN, 1979, p.36).

Segundo ele, Uuskallio nunca devolveu o dinheiro que devia a seu pai – o que fez com que ele se instalasse na fazenda e se adaptasse ao regime coletivo de trabalho e à má remuneração. Ao ser indagado sobre o caráter de Uuskallio, se era um idealista ou um espertalhão, ele responde: “Era as duas coisas” (PRAÇA, 1996, p.26).

Idealizador e articulador da realização do projeto, ele pode ser identificado com o que Barth denomina agente político, indivíduo capaz de estimular uma mobilização étnica⁶. Nesse sentido, a imigrante finlandesa Ampula (1997) o chama de líder.

Este nosso líder tinha ideias originais. Era uma pessoa carismática, bonita, de olhos azuis, penetrantes. Sempre elegante, de terno de linho branco. Falava bem, levava qualquer um no papo. Mudou-se para o Rio, onde seria mais fácil encontrar pessoas com recursos e com tendências para acreditar em fantasias. Fixou residência em um hotel na rua Riachuelo. Permaneceu ali, no mesmo quarto, por vinte anos. De vez em quando ele aparecia no Penedo, trazendo algum dinheiro e muitas promessas. O pessoal, na ausência dele, revoltava-se e ameaçava tomar providências quando aparecesse. Até uma surra prometeram. Mas nada disso ocorria, ao contrário, sempre havia uma reunião com música, canto e orações. Ele vencía sempre. (AMPULA, 1997, p.16).

Em diversas falas, notamos que o papel de Uuskallio – enquanto articulador de uma organização social coesa – foi primordial na manutenção e na mobilização

⁵ Segundo a teoria do *kuhnir*, toxinas impregnadas no corpo seriam eliminadas ao sentar-se no rio deixando a água correr nas nádegas.

⁶ Os grupos étnicos podem ter projetos nacionalistas imputados a eles por seus agentes políticos e, subsequentemente, se direcionar na busca de outros fins, ou vice-versa (BARTH, 2005, p.19).

do grupo através de processos de controle social. O estabelecimento dos imigrantes teve, num primeiro momento, sua coesão baseada em sua figura, cujas normas e crenças balizaram as práticas e o modo de vida em torno do casarão e do esforço por tornar a fazenda produtora agrícola de sucesso. As atividades comerciais tiveram início com a venda de enxertos de cítricos, principalmente mudas de laranjeiras, negociados com os laranjais da baixada fluminense.

Estamos fazendo tudo que está ao nosso alcance para desenvolver Penedo. Quando se vê as inúmeras plantas crescendo da terra considerada pobre e condenada, prometendo frutos para os cultivadores, as lágrimas de alegria enchem os olhos. A natureza é maravilhosa. [...] Penedo começará a produzir e recompensará os seus credores. Dentro de alguns meses iniciaremos as vendas de enxertos de laranjeiras que estão em pleno crescimento e haverá procura para nossos produtos. (UUSKALLIO, 1979 apud HILDÉN, 1989, p.57).

A produção aconteceu principalmente de 1935 a 1940, sendo que no primeiro ano houve um *boom* nas vendas (VALTONEN, 1979), mas a demanda diminuiu na Segunda Guerra. Os laranjais deixaram de comprar as mudas e causando enorme sobra. Em fins da década de 1930 e durante a de 1940 muitas famílias transformaram suas casas em pensões – construindo suítes anexas ou realizando adaptações –, onde ofereciam refeições juntamente aos familiares. Algumas delas foram as das famílias de Uuskallio, Suni, Bertell, Reiman e a da Dona Hiljia (PRAÇA, 2014).

Figura 2 – Pensão finlandesa dos Bertell



Fonte: Pohjanpalos (1952).

Apesar das atividades econômicas, a hipoteca não conseguiu ser paga, e em 1942 Uuskallio vendeu três quartos da fazenda restando a menor parte das terras para os finlandeses (LÄHTEENMÄKI, 1979). Alguns construíram casas no território que lhes cabia e que ainda hoje é a área conhecida como península dos toivos. Em meados da década de 1940, os colonos mantinham um cotidiano conectado a práticas agrícolas; Suni e Sipilä fizeram uma horta em sociedade e vendiam em Resende nas quitandas e na Escola de Guerra⁷. Hildén (1989) conta que sua família passou a receber hóspedes por ser mais rentável do que a venda de verduras. Para isso, construíram uma sauna à beira do Ribeirão das Pedras.

[...] todas as casas finlandesas eram simples mas bem limpas e aconchegantes, decoradas com artesanato caseiro. Algumas donas de casa faziam trabalhos no tear manual para vender, especialmente tapetes. O material era o mesmo das roupas: sacos de algodão usados para ração de galinhas, pano tingido com tintas de anilina de diversas cores e cortados em tiras. Os hóspedes gostavam dos tapetes, compravam para suas casas e levavam de presente para os amigos. Foi o começo do artesanato em Penedo. Alguns sítios tinham plantações de bucha e faziam chapéus, bonés, chinelos, bolsas e tapetes. O artesanato de bucha transformou-se em especialidade penedense. (HILDÉN, 1989, p.86).

Segundo Valtonen (1979, p.152), “[...] todos que na colônia prosperaram não seguiram as ideias de Uuskallio. Eles as modificaram e as adaptaram a novas condições”. As utopias estimularam novas possibilidades, surgidas a partir de um projeto que se mostrou inviável. A reconstrução de uma identidade finlandesa em Penedo se deu no processo de negociação de representações culturais apropriadas nos trópicos em conjunção àquelas trazidas pelo grupo de migrantes e que permaneceram ao proporcionarem mais liberdade para a conformação de estratégias de inserção social. Partilhando entre si um conjunto de capital cultural herdado de sua origem comum, esses agentes evidenciam, no processo discursivo de seus relatos, o fato de integrarem uma urdidura ideológica remetida à saúde e a elementos utópicos. Dessa forma, os relatos se relacionam, afirmando ou questionando a validade dessas premissas. A carta de um dos pioneiros é um exemplo:

Senti como é bom começar a trabalhar no lugar que é meu, onde deposito muitas esperanças e onde serão concretizados os meus sonhos. Trepidante de entusiasmo, bati a minha enxada e levantei o primeiro torrão de terra. Peguei-o na mão e senti o seu calor: este pedaço de terra é meu, será parte da minha vida daqui em diante. Esmigalhei a terra e a deixei cair no chão. Continuei cavando até notar

⁷ Hoje AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras).

que já estava escurecendo, não tinha reparado o tempo passar. Fui tomado pelo entusiasmo, meu coração palpitou, o sangue circulou com velocidade, minha cabeça encheu-se de pensamentos e sensações, fiquei exaltado, uma alegria inexplicável me invadiu. (HILDÉN, 1989, p.38).

Quando se expressa trepidante de entusiasmo nota-se a utopia do desconhecido, de uma terra e de uma vida que foram há pouco descobertas e que, para ele, prometem trazer felicidade. Hildén (1989) confirma que muitos esperavam encontrar fartura de frutas, e sua família também se frustrou com sua raridade. “No curral antigo já tinha o começo de uma horta bonita. Havia moças louras finlandesas trabalhando com a limpeza dos canteiros de tomate. Ofereceram-me uma fruta que comi e achei gostosa.” (HILDÉN, 1989, p.35). A menina recém-chegada parece ter adquirido uma ideia de Penedo, dos primórdios de uma nova vida, sendo confirmados pelas construções em curso: flores sendo plantadas e horta sendo cultivada como símbolos de uma comunidade que representava mudança e novidades. A junção do estabelecimento de uma nova rotina e tarefas à fruição de momentos prazerosos denota que a tensão entre uma aventura e uma nova vida de trabalho estava presente no discurso dos recém-chegados. Em relação à saída da Finlândia, Hildén (2014) relata o que ouviu de sua mãe sobre seu avô:

O Toivo Suni, meu avô, era fazendeiro e filho de fazendeiro. Plantava cereais, trigo, aveia e tinha umas vacas pra leite. Ele sempre viveu na terra e da terra. [...] Ele era um seguidor do Toivo Uuskallio. Minha mãe costumava dizer que ele era o único que acreditava nas histórias do Uuskallio. [...] Eles sabiam que ia haver outra guerra, conheciam a Rússia, e a Finlândia, então eles queriam sair, queriam estar longe. (HILDÉN, 2014, n.p.).

Hildén (2014) aponta que os outros colonos em geral não comungavam das crenças de Uuskallio. Apesar disso, notamos que em Penedo a questão alimentar e de saúde adquiriu status privilegiado:

Um naturalista inveterado não se conformava em comer na sala escura, levava seu prato para fora para comer uma refeição mais valiosa porque achava que os raios do sol aumentavam o conteúdo de vitaminas na comida. Talvez tivesse razão porque há algumas semanas atrás li um artigo sobre ele numa revista finlandesa. Tem atualmente 102 anos e se encontra em ótimas condições físicas e mentais. (HILDÉN, 1989, p.36).

O consumo de frutas era um dos pilares da crença uuskalliana. “E o abacate? Tem 30 por cento de gordura. Esta sim é uma fruta nutritiva. Cem árvores por hectare. Cem mil quilos de frutas da melhor qualidade.” (UUSKALLIO, 1979 apud VALTONEN, 1979, p.24). Aqui, vê-se que, bastante entusiasmado com os benefícios do abacate, ele contabilizava com otimismo o plantio, evidenciado sua personalidade tida como sonhadora.

Idiosincrasias de uma identidade finlandesa nos trópicos

Depois do fracasso começaram a criar galinhas. Alguns trabalharam em algum tipo de artesanato. Asikainen fazia chapéus, chinelos, etc, de bucha. Ulla e Brusi teciam passadeiras. Os criadores de galinhas resolveram formar uma associação e construir uma casa para as reuniões e também para a venda dos produtos. Toivo Sipilä doou o terreno [...]. Na véspera de São João, 1943, foi inaugurada, mas não chegou a ser exatamente aquilo para o que fora planejada. Tornou-se o nosso lugar de festas. Por causa disto, os sócios religiosos se ofenderam e se retiraram. (AMPULA, 1997, p.26).

O Clube Finlandês, fundado em 1943, marca do encontro dos finlandeses e dos brasileiros veranistas. No clube havia muita bebida – nove entre dez finlandeses vão nos confirmar o quanto seu povo aprecia o álcool (HILDÉN, 2014) – e ele exerceu papel importante na convivência social dos imigrantes, moradores ou turistas. Apesar do declínio do projeto coletivo e de suas respectivas regras (como não consumir bebida alcóolica), Uuskallio manteve papel social proeminente, executando sermões nas comemorações festivas.

O clube tinha no baile um fato social. Ali se sabiam as novidades, ali se faziam negócios, se combinavam construções, se pediam conselhos sobre plantas. Ali dançavam todos juntos. Várias classes sociais, idades sem existir. Jovem, adulto, velho, criança, todos dançavam juntos. Era a dança pela dança. Ir a clube era como ir à casa do amigo. Sem preocupações. Ser sempre recebido. Chegar às vezes cansado e voltar feliz como se visse parentes há muito não vistos. E de volta, devagar, pela estrada, acompanhado os cavalos que subiam, as canções lá deixadas enchiam o caminho ao frio do céu estrelado. (PRAÇA, 1996, p.8).

Assim como Praça (1996), Frederico de Carvalho, brasileiro estabelecido em Penedo nos anos 50, fala sobre Toivo Suni: “Uma tal força de contemplação,

que somava ao espírito o vigor do próprio corpo, e que a este ligava a própria terra, vegetal, mineral, por invisível cordão, uma tal força só poderia ter como objeto o enigma, a esfinge: decifra-me ou te devoro.” (CARVALHO, 1995, p.2). Frederico inadvertidamente retoma o que Kropotkin (1885) havia dito sobre o caráter do povo finlandês, sua conexão inelutável à terra e aos elementos da natureza, e a capacidade contemplativa inerente à valorização de uma existência simples, diferente de outros povos europeus, que segundo Kropotkin (1885) desvalorizavam a vida camponesa e junto à natureza.

“Certa noite estávamos no bailezinho dos sábados, o pequeno baile que um dia me fez tentar fixá-lo como símbolo de tudo aquilo que é triste sabermos um dia, como tudo, também desaparecerá.” (CARVALHO, 1995, p.2). O clube não somente significava um pedaço da Finlândia, mas um lugar de trocas e relativa horizontalidade para os brasileiros, incluídos como parte desse acontecimento que soava democrático ao abrigar uma multiplicidade de gêneros, idades e nacionalidades. Frederico relata a importância de tal manifestação e interação social, legitimando a nostalgia relacionada às utopias e à manutenção de um projeto coletivo diferenciado. A manutenção de uma visão idealizada do grupo imigrante demonstra que os ideais utópicos ultrapassaram suas fronteiras, sendo utilizados pelos brasileiros na descrição dos modos de ser dos colonos, que aparecem como integrados e em harmonia, como o projeto utópico inicialmente previra. A importância do clube parece ter relação com o que se conformou enquanto espaço social no Brasil, expressando a conjunção entre o caráter especificamente finlandês das danças folclóricas e as interações entre finlandeses e brasileiros.

Lá não se ia só dançar. Ia-se também ver os amigos ou rever as fisionomias dos finlandeses que aprendemos a amar. Finlandeses havia com quem nunca se havia falado, mas o fato de vê-los sempre nas suas danças, seus tipos sadios e fortes, seus passos firmes e ritmados, sua língua tão diferente, nos aproximava em afeto de sorrisos ou cumprimentos leves. (PRAÇA, 1996, p.8).

As histórias que os indivíduos criaram para si no âmbito da experiência na Colônia Penedo estão relacionadas às expectativas de outras possibilidades de vida. Os anseios no sentido de estabelecer um modo de vida diferenciado permeiam os discursos e as autonarrativas que gradativamente vão sendo reforçadas, frustradas, contrapostas e reconfiguradas.

O rapaz mais jovem do grupo escreveu para os amigos na Finlândia: É formidável viver neste país tropical e maravilhoso. Trabalho com gosto. Respiro ar puro, ouço o canto dos pássaros, admiro os minúsculos beija-flores. Sinto-me o mais feliz do

mundo! Quando penso que vocês também um dia chegarão aqui, grito de alegria. Nada nos falta. (HILDÉN, 1989, p.23).

Reflexos do discurso utópico dominante se fazem presentes nas memórias dos que ali estiveram. Tal exercício interpretativo foi realizado a partir da análise dos discursos que compunham uma tessitura social e a partir dos significados atribuídos aos ditos dos discursos, pelos descendentes, à parte da generalização atribuída à imigração utópica finlandesa em Penedo e seu projeto hegemônico.

Dentre os elementos que constituem o legado de uma nação estão a memória do passado, o desejo de viver em conjunto e a perpetuação da mesma herança cultural (HALL, 2005), características que parecem emergir nos discursos e nos fazeres dos migrantes, reconfigurando o sentido dado à colônia ao perpetuar e reconformar uma identidade forjada a partir do projeto uuskalliano. Dessa forma, a identidade aqui compreende repertórios que mesclam renovações das práticas a ações tradicionais. Ou seja, ao mesmo tempo em que tencionou romper com as condições modernas presentes no contexto finlandês do início do século XX, associadas à produção industrial e ao modo de vida citadino, logrou perpetuar elementos tradicionais.

O gradual estabelecimento de atividades turísticas em Penedo reforçou uma identidade étnica finlandesa nos trópicos, e reuniu os finlandeses – participantes ou não do projeto inicial – em torno da colônia como dispositivo de atração cultural e símbolo de distinção. A representação da identidade finlandesa foi apropriada e reconformada pelas novas gerações e pelos que ali se estabeleceram.

THE FRUITS OF PENEDO COLONY: A FINNISH IDENTITY IN THE TROPICS

ABSTRACT: *This paper focuses on the life histories of the Finnish immigrants that settled in Penedo, in the southern part of the state of Rio de Janeiro during the first half of the 20th century and on the process of readhesion to the Finnish identity. Through the perspective of their trajectories and discourses, the goal is to problematize the configuration of a Finnish identity in the tropics, during and following the dissolution of the collective colonization project.*

KEYWORDS: *Immigration. Utopia. Identity. Finns.*

Referências

AMPULA, E. **Eila, memórias**. Fortaleza: [s.n.], 1997.

BARTH, F. Etnicidade e o conceito de cultura. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**, Niterói, n.19, p.1-283, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_19.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2016.

CARVALHO, F. Uma fome de rude campônio. **Jornal Nariz da Índia**, Itatiaia, p.1-3, set./out. 1995.

COSTA, R.; KOJO, P. **Assim é a Finlândia**. Helsinki: Editora Otava, 1985.

FAGERLANDE, A. A. **Fazenda Penedo, uma colônia finlandesa no Brasil**. Penedo, Itatiaia: Mimeo., 1998.

GEUS, M. **Ecological utopias: envisioning the sustainable society**. Utrecht: International Books, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERZFELD, M. **Cultural intimacy: social poetics in the Nation-State**. New York: Routledge, 1997.

HILDÉN, E. **A saga de Penedo: a história da Colônia Finlandesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Fotografia Brasileira, 1989.

HILDÉN, H. Entrevista concedida a Lila Almendra Praça de Carvalho. In: CARVALHO, L. A. P. **Os finlandeses de Penedo: uma viagem utópica em direção aos trópicos**. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTE OF MIGRATION. **A casa e o cacho de banana, Penedo**. Turku: Institute of Migration, [s.d.].

KROPOTKIN, P. Finland: a rising nationality. In: _____. **The nineteenth century**, [S.l.], p.527-546, mar. 1885.

LÄHTEENMÄKI, O. Caminhada de oito léguas no Penedo. In: AICHINGER, T. (Org). **50 anos de Penedo: a Colônia Finlandesa – 1929-1979**. Penedo, Itatiaia: Gráfica Escola Profissional Lar dos Meninos, 1979. p.21-30.

MELKAS, E. Entrevista concedida a Lila Almendra Praça de Carvalho. In: CARVALHO, L. A. P. **Os finlandeses de Penedo**: uma viagem utópica em direção aos trópicos. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Virkamiehetä viininviljelijäksi Villaricaan**. Turku, Finland: Siirtolaisuusinstituutti, 1996.

PELTONIEMI, T. Entrevista concedida a Lila Almendra Praça de Carvalho. In: CARVALHO, L. A. P. **Os finlandeses de Penedo**: uma viagem utópica em direção aos trópicos. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Kohti Parempaa Maailmaa** - Suomalaisten iihannesiirtokunnat 1700- luvulta nykypäivään. Otava: Helsingissä Kunstannusosakeyhtio, 1985.

PINTO, P. G. H. R. **Árabes no Rio de Janeiro**: uma identidade plural. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

POHJANPALO, J. **Pensão finlandesa dos Bertell**. Turku: Institute of Migration, 1952.

PRAÇA, G. Entrevista concedida a Lila Almendra Praça de Carvalho. In: CARVALHO, L. A. P. **Os finlandeses de Penedo**: uma viagem utópica em direção aos trópicos. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PRAÇA, T. Há 35 anos, um baile finlandês! **Nariz da Índia**, Penedo, p.8, jul./ago. 1996.

SODERLING, I. Entrevista concedida a Lila Almendra Praça de Carvalho. In: CARVALHO, L. A. P. **Os finlandeses de Penedo**: uma viagem utópica em direção aos trópicos. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

UUSKALLIO, A. Entrevista concedida a Lila Almendra Praça de Carvalho. In: CARVALHO, L. A. P. **Os finlandeses de Penedo**: uma viagem utópica em direção aos trópicos. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

UUSKALLIO, L. Primeiras impressões. In: AICHINGER, T. (Org). **50 anos de Penedo**: a colônia finlandesa – 1929-1979. Penedo, Itatiaia: Gráfica Escola Profissional Lar dos Meninos, 1979. p.11-18.

UUSKALLIO, T. **Na viagem em direção à magia do trópico**. Helsinki: Otava, 1929.

VALTONEN, N. **Sonho do paraíso**: acontecimentos dos finlandeses no Brasil.

Penedo, Itatiaia: Editora Gráfica do Patronato, 1998.

_____. Vislumbres e ocorrências. In: AICHINGER, T. (Org). **50 anos de Penedo**: a colônia finlandesa – 1929-1979. Penedo, Itatiaia: Gráfica Escola Profissional Lar dos Meninos, 1979. p.40-45

Recebido em 30/01/2015.

Aprovado em 01/06/2016.

A CONSAGRAÇÃO NA ESCRITA DA HISTÓRIA: UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE A REVISTA *JOAQUIM*

*Natalia ROMANOVSKI**

RESUMO: Neste artigo, procuramos entender algumas questões analíticas implicadas no estudo de produções literárias e artísticas consagradas pela perspectiva das ciências sociais. Tomamos como estudo de caso a análise da revista *Joaquim*, editada em Curitiba entre 1946 e 1948 e consagrada como marco inicial do pensamento moderno na história intelectual do estado do Paraná. Primeiramente, a análise deve restituir esse objeto dentro das relações históricas que condicionaram sua existência. Para tanto, deve-se reconsiderar as categorias nativas que sustentam os discursos instituídos sobre o objeto e que fundamentam seu status de consagração. Ao mesmo tempo, é importante considerar as razões da consagração, que se baseia em um processo objetivo que acaba instituindo certas ênfases como legítimas na escrita da história. Finalmente, procuramos demonstrar na prática, as funções da natureza seletiva dos processos consagratórios.

PALAVRAS-CHAVE: História intelectual. Consagração. Revista *Joaquim*. Estudos paranaenses.

Introdução

Quando uma pesquisa se depara com um objeto histórico – especialmente um objeto consolidado no âmbito intelectual – é preciso atentar para dois significados que se cruzam na sua interpretação, que correspondem a diferentes sentidos atribuídos à noção de história. Por um lado, existe a sua inscrição num devir temporal

* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05508-010 - sweet.virginia1972@gmail.com.

que pode explicar suas causas e consequências em termos das relações sociais em que esteve inscrito. Por outro, existe a ideia do seu legado, em que a história age enquanto instituição formada por um corpus de interpretações tidas como legítimas.

O caso da análise da revista *Joaquim* mostra a complexidade da relação entre esses significados. A revista foi gerada e ganhou importância primariamente devido à sua gênese no espaço intelectual paranaense da segunda metade da década de 1940. Com relação às interpretações correntes, ela é considerada o principal agente na instituição da arte e literatura modernas no Paraná. Consagrada nesse papel específico, entende-se que a revista condensa o *Zeitgeist* do pós-guerra entre os intelectuais no estado.

Partiremos desse legado para pensarmos as implicações entre história e sociedade que estão imbricadas na escolha da revista como o símbolo maior de sua época. Num primeiro momento, consideraremos os discursos constituídos nas análises do tema. Em seguida, pensaremos o processo metodológico de relativização que pode restituir a revista ao seu momento histórico ao pensá-lo sociologicamente. Voltaremos então à questão da consagração, demonstrando as funções sociais da seletividade da escrita da história conforme podemos ver no caso da *Joaquim*.

Discursos sobre a revista

A maior parte dos discursos sobre a revista *Joaquim* a inscreve no universo da história da arte e literatura paranaenses. Isso pode ser visto exemplarmente em Samways (1988), que considera que:

Joaquim marcou época na vida literária de Curitiba e do Paraná, mas foi causadora, também, de muitas celeumas que agitaram o ambiente literário e artístico de então, por se tratar de um cometimento que cristalizou os anseios dos moços que há muito vinham tentando definir suas ideologias e inquietações; foi visto como o milagre possível e necessário. (SAMWAYS, 1988, p.59).

É perceptível o tom positivo utilizado pela autora, para quem a revista constitui em si mesma uma fase da literatura paranaense. *Joaquim* teria surgido logo após a fase de Rodrigo Júnior, intelectual que, segundo a autora, incentivou a cultura no estado, apesar da mediocridade de sua produção e da fase que ele caracterizou. Desse ponto de vista, a revista representaria a superação das formas antigas e menores da vida intelectual paranaense. Portanto, essa visão está embasada pela ideia da literatura paranaense como um processo evolutivo, do qual *Joaquim*

seria um ponto alto - uma perspectiva disseminada em todas as análises da revista, em maior ou menor grau. Numa abordagem muito menos enfática, o trabalho de Oliveira (2005) também defende que *Joaquim* representa a superação do momento anterior, identificado aqui com o movimento regionalista do estado, o paranismo.

Joaquim [...] experimentou, vivenciou, não se prendeu a tendências e abriu caminhos para a província se reintegrar ao nacional. Da mesma maneira que na emancipação da província, em 1853, quando o Paraná se desgarrou de São Paulo, era importante construir estradas para se encaminhar ao desenvolvimento, aquele novo momento, pós-guerra, pós-Estado Novo, também pedia estradas, mas para um novo desenvolvimento intelectual. A revista e seus editores viam a necessidade de arejar a claustrofóbica opção paranista da geração anterior. Seus inspiradores não eram aqueles que formavam correntes e se fechavam nelas, mas os que optavam pela independência de tendências locais, regionais, nacionais ou internacionais.[...] era preciso praticar essa independência cultural, afinal, a própria cultura requer sempre uma constante e ininterrupta participação [...]

Pela escolha da participação, da atuação dentro da sociedade, questionando valores vigentes e, ao mesmo tempo, apresentando exemplos locais e estrangeiros, a *Joaquim* importou e exportou conhecimento, arte e cultura. (OLIVEIRA, 2005, p.203).

Apesar de mais matizada, a posição do autor também considera a evolução de uma periferia e de seu provincianismo (aqui, o paranismo) para a integração aos debates realizados nos centros da cultura brasileira. O mesmo tipo de discurso pode ser visto em Sanches Neto (1998).

Sendo um veículo nascido na província, mas com aspirações extra-muros, busca uma maior penetração. Enquanto revista periférica, depara-se com a questão da superação da periferia. Este fator também influenciou no perfil editorial da publicação que tinha, além da missão geracional, uma outra, mais imediata, que era redefinir a província. É na confluência destas duas tarefas que se dá a identidade paradoxal de *Joaquim*. A sua representação estará localizada na fronteira, no entre-dois, porque é por esse signo que se torna possível cumprir o seu destino. (SANCHES NETO, 1998, p.77).

Os três trabalhos reforçam a interpretação da revista como móvel de adesão do Paraná às estéticas e ideologias modernas; a superação do passado e da condição periférica (provinciana) do estado; e também, como se vê no último trecho, a pertença geracional da revista como um veículo do pensamento dos jovens do período

e a ideia da participação deles em seu próprio tempo. Em princípio, o problema não é questionar a validade dessa caracterização (que contém uma verdade sobre a revista), mas sim de pensar a sua gênese. Verifica-se então que grande parte dela é informada por posicionamentos como o seguinte:

É um imenso claro na história literária do Paraná esse da revolução modernista [...] que não houve. Aqui se fechou o ciclo das escolas, como nas províncias em geral no ano da graça de 1922. O modernismo foi, quando foi, assimilado em suas maneiras e equívocos descaracterísticos: nunca mais que escrever “me diga” ou compor um soneto sem rimas [...] Mas sempre um soneto e vem daí a embalsamação dos faraós: essas inocentes gerações de lírios, pelas quais a Grande Guerra e as revoluções no país deslizaram, na imagem poética noutros tempos, como nuvens de verão.

Fortaleceu-se assim certa mentalidade reacionária (disfarçada pelo lindo adjetivo de “paranista”), que, em nome de santas tradições, amputou as mãos e furou os olhos dos jovens artistas. As gerações seguintes se sacrificaram por esse estado de coisas e hoje reforçam as fileiras dos lírios da rua 15[...].

Nossa geração, com trabalho humilde, se propõe a participar do seu tempo, empenhada em salvar o homem com a sua arte, como puder. Deixará, não por piadinhas à Emílio, o sinal terrível de sua passagem, mas com uma arte honesta e séria, iluminada pelo sentimento do mundo e a dolorosa consciência do espírito de seus dias. [...] O importante foi a decisão de romper com o passado, nas suas tradições estéreis. (JOAQUIM, 2000, p.3).

Esse trecho pertence ao texto *A geração dos vinte anos na ilha*, considerado um dos mais importantes da revista *Joaquim*. O que se percebe de imediato é que os elementos das análises são retirados do objeto que se pretende analisar, especialmente dos textos mais combativos do autor do texto e principal realizador de *Joaquim*, Dalton Trevisan.

A questão metodológica

A gênese das interpretações tem um valor muito diferenciado dependendo da área que informa o analista. Os três autores citados que analisaram a revista *Joaquim* se localizavam nos estudos literários, em que o tipo de análise informada pela revista e mesmo a adesão à perspectiva da revista como superação dos momentos anteriores na história intelectual é coerente com as formas de classificação e percepção dos produtores da análise.

No entanto, da perspectiva das ciências sociais, a adesão ao discurso nativo (aqui, o discurso de Trevisan) é mais complicada. As camadas de significação impostas pela consagração devem necessariamente ser, se não desconstruídas, ao menos questionadas, com base numa investigação disposicional que procure entender as diversas variáveis capazes de condicionar uma produção cultural específica num determinado momento. Na prática, a análise sociológica buscará o entendimento das interpretações comuns sobre a revista *Joaquim* não como síntese de sua época, mas como produto de uma versão da história que selecionou certos aspectos da época como significativos e merecedores de serem sintetizados dessa forma. Isso significa que o problema é como lidar com a consagração enquanto fenômeno de seleção da memória social, no que é preciso reconsiderar os discursos instituídos em busca do lastro social que é a condição de existência do objeto consagrado (BOURDIEU, 1996).

Nesse caso, podemos reconsiderar as afirmações sobre a revista levando em conta que as interpretações consolidadas têm sua origem na própria lógica do campo. Como colocado anteriormente, a maior parte das análises é feita dentro dos mesmos campos que originaram a revista e onde ela continua a ter sua maior relevância: os campos literário e artístico (mediados em sua interseção com o campo acadêmico). O fato de a análise das ciências sociais tratar o objeto de uma perspectiva relativamente distanciada de seu núcleo central de significação (o campo de origem) faz com que as categorias utilizadas para entender o fenômeno tirem o foco da revista como um objeto completo em si mesmo – e, por conseguinte, incapaz de conter toda a verdade sobre si mesmo, como é tacitamente admitido pela análise literária.

Essas considerações sobre o problema do distanciamento e da objetividade na pesquisa social tomam uma dimensão concreta na prática da investigação, quando as perguntas realizadas pela ciência social se aplicam ao objeto em pauta. No caso da revista *Joaquim*, podemos ver os efeitos da reconsideração dos discursos nativos.

Inicialmente, podemos pensar os sentidos da renovação atribuída a *Joaquim*. A ideia da renovação como um valor positivo remete diretamente ao modernismo ocidental da primeira metade do século XX. Nas apreciações feitas sobre a revista, esse valor está ligado a uma determinada concepção do Paraná, de forma mais geral, e de Curitiba, seu principal polo cultural na época. Essa concepção liga esses espaços geográficos à ideia de província como um lugar de atraso, imobilidade e inércia. De fato, o uso da categoria nativa de província na caracterização da vida cultural curitibana é amplamente disseminado e aceito pelos analistas.

Joaquim teria quebrado o isolamento da província e finalmente integrado o Paraná às discussões nacionais, o que é celebrado em todas as análises. A percepção desse isolamento aos desenvolvimentos exteriores remete, novamente,

às concepções de Trevisan do estado como uma ilha, um lugar remoto sem atividade e movimentação.

No entanto, quando nos debruçamos sobre a vida intelectual pré-*Joachim*, percebemos uma dinâmica na cidade durante a primeira metade do século. A partir do movimento simbolista, foi instituído um meio intelectual que se organizou de muitas formas: em torno de algumas instituições, movimentos (inclusive um movimento modernista poucos anos depois da Semana de Arte Moderna paulista), academias e eventos. Talvez o Paraná fosse sim uma ilha, mas no sentido pensado por Moog (1983), um dentre os muitos polos mais ou menos autônomos que estruturavam a vida intelectual brasileira no período. O conceito de ilha chama a atenção para o fato de que não existia homogeneidade no espaço cultural brasileiro, e é desse ponto de vista que pode ser encarada a vida cultural paranaense: a atividade cultural existia, embora em frequência mais baixa do que em outros polos e operando muitas vezes com base em valores que não eram equivalentes ou legítimos em outros lugares – por exemplo, o paranismo (o qual, no entanto, na década de 1940 não era tão forte enquanto movimento como algumas análises fazem parecer).

Na verdade, o alegado marasmo provinciano percebido pelas análises sobre *Joachim* tem sua origem numa apreciação que tende a considerar a movimentação intelectual existente no estado como irrelevante, pois o único fator que contava no período estava ausente da dinâmica local: a ascensão do modernismo central (cuja origem estava nos centros da cultura brasileira, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo) como paradigma dominante do pensamento e das estéticas artísticas e literárias. A realização dessa ascensão, atribuída à revista *Joachim*, é sempre caracterizada como o maior aspecto positivo da ação da revista. Se é certo que a revista participou do movimento de ascensão do paradigma moderno no âmbito local, a questão que nunca é colocada (pois quebraria a lógica evolucionista que embasa a percepção literária das análises) é: por que essa ascensão é necessariamente positiva?

A resposta a essa pergunta foge ao escopo das análises pretendidas, mas sua resposta não é menos importante por isso. A ascensão do paradigma moderno foi um passo importante nos processos de construção da nação a partir da era Vargas (1930-1945) e é o princípio fundador dos campos de produção cultural de alcance nacional que estavam em processo de formação e consolidação durante o pós-segunda guerra mundial, a época em que *Joachim* surge – ou seja, está na gênese da cultura brasileira como a conhecemos hoje. Isso quer dizer que qualquer análise que se proponha a pensar a revista *Joachim* de um ponto de vista intelectualista (como é o caso dos analistas citados e, obviamente, também o nosso) está atuando com base

na perspectiva intelectual que se formava naquele período. Em outras palavras, os analistas da revista são os herdeiros do mundo cultural criado então.

Ao mesmo tempo em que isso explica a adesão dos analistas ao ponto de vista dos nativos (ou seja, da própria revista), a questão colocada para a análise social se complexifica. A adesão de *Joaquim* ao modernismo central é vista como positiva porque essa adesão é a razão de existência dos próprios analistas enquanto tais – o que colabora para o esquecimento do fato de que a desejada ascensão do paradigma moderno é fruto de uma imposição que tendeu para a homogeneização dos diversos polos de produção cultural.

Um outro esquecimento seletivo pode ser visto na exegese de outra categoria pouco questionada pelos analistas da revista: a de geração. Como vimos, o projeto de Dalton Trevisan se fundava numa concepção geracional. Pode-se ver a ênfase no próprio título *A geração dos vinte anos na ilha* e em diversos outros momentos, nos textos combativos de Trevisan e de outros autores, que revelam como a escolha por essa identidade foi central na montagem da revista. Mas o tratamento sociológico da ênfase geracional é mais complexo do que sugerem as análises existentes sobre a revista e seus agentes principais.

Primeiramente, encarar a revista como o veículo de uma geração (os novos ou moços, como eram chamados na época) muitas vezes dissimula o fato de que nem todos os agentes da revista eram moços em termos de idade - ou seja, nascidos em torno de 1925 e que tinham por volta de 20 anos em 1946, quando a revista começou a ser editada. Alguns eram, inclusive, bem mais velhos. Tendo em vista a heterogeneidade da composição etária, a tomada de posição a favor da arte moderna acabou sendo eleita como o princípio definidor da pertença geracional. Ser a favor do moderno e da renovação cultural no meio intelectual paranaense definia o pertencimento à nova geração.

Mas esse princípio talvez coloque mais problemas do que resolva. Ele dissimula não somente o fato de que entre os agentes centrais para a revista existem intelectuais de gerações anteriores, mas também de que a adesão ao paradigma moderno não era unânime entre esses agentes. No caso do educador Erasmo Pilotto, que participou da estreia de *Joaquim*, a adesão ao modernismo era bastante matizada e ele era crítico com relação à ênfase na linguagem dos modernistas de 1922. Já um dos textos do crítico literário Temístocles Linhares sobre o simbolismo paranaense claramente se origina de uma perspectiva paranista atualizada (JOAQUIM, 2000). Entre os demais agentes, nota-se que a missão profilática atribuída à revista não era tão combativa como muitas das análises sugerem. Dessa forma, ao considerar as diferenças entre os agentes locais da revista, percebe-se que na raiz da maior parte dos discursos sobre a *Joaquim* que foram perpetuados estão os posicionamentos de um dos novos: Dalton Trevisan.

Apesar de os discursos de Trevisan na época e dos analistas ao longo do tempo insistirem na representatividade geracional da revista, na prática vemos uma impossibilidade de localizar completamente um núcleo coerente dessa nova geração em *Joaquim*. O que levanta a questão: quem, de fato, compunha essa nova geração?

Essa pergunta é novamente fruto de um deslocamento das categorias do campo literário para a perspectiva das ciências sociais, pois se trata não mais de um agrupamento de indivíduos em torno de valores comuns (o moderno e a renovação), como é possível na lógica do campo literário, mas sim de encontrar a presença objetiva de outros membros dessa geração (MANNHEIM, 1982).

Boa parte dos membros da geração dos novos em nome da qual Trevisan pretendia falar estavam fora da revista. Muitos deles, que viviam em outros estados, entraram em contato com o escritor a partir da própria *Joaquim*, uma vez que sua distribuição se estendia de norte a sul do Brasil. Esses novos, por sua vez, também editavam revistas de arte e literatura e partilhavam o posicionamento pelo paradigma moderno. A troca entre diversos estados é bastante comentada, já que existiu uma rede formada em âmbito nacional. Mas, mais interessante que isso, é a relativa pouca atenção que as análises dão a uma outra revista de novos que partilhava dos ideais modernos de *Joaquim* e também era editada em Curitiba, a revista *O Livro*.

Essa pouca atenção é ainda mais impressionante quando se pensa que as características atribuídas a *Joaquim* estão muito melhor representadas em *O Livro*: a tomada de partido pelo paradigma moderno e a referência ao modernismo central; a percepção do provincianismo do espaço intelectual paranaense; o aspecto de reunião de membros da nova geração; a proposta de participação no seu próprio tempo. Todos esses pontos foram colocados em prática pelos agentes de *O Livro*, como José Paulo Paes, Glauco Flores de Sá Brito e Armando Ribeiro Pinto – os quais mantiveram relações próximas com Dalton Trevisan e colaboraram em *Joaquim*.

O Livro começou a ser editado em 1939, e no início da década de 1940 já era uma revista bastante madura nos seus posicionamentos modernos. Os seus participantes estavam unidos de forma coerente em função dos posicionamentos intelectuais pró-modernos e antes de *Joaquim* tinham uma presença muito maior no espaço intelectual paranaense do que Dalton Trevisan.

Também a pretensão de Trevisan de que *Joaquim* fizesse parte do seu tempo (expressão que, aliás, é muito usada mas nunca plenamente caracterizada por ele) está muito melhor realizada em *O Livro*. Até mesmo por conta da sua proposta, que explorava “mundanidades”, como disse Paes (apud SANCHES NETO, 1998) e portanto não se limitava ao âmbito das artes e da cultura, *O Livro* mostra os acontecimentos políticos e sociais do Paraná daquele tempo. Seus participantes

se posicionavam abertamente, como vemos na adesão ao marxismo por parte de Ribeiro Pinto – uma posição significativa, tendo em conta a importante presença do marxismo naquele momento entre os intelectuais brasileiros. Já em *Joaquim*, os eventos propriamente de seu tempo aparecem de forma muito refratada e indireta. Posicionamentos políticos explícitos são relativamente raros na revista, apesar do momento de efervescência com relação ao papel dos intelectuais no cenário do pós-guerra e da redemocratização do Brasil.

Portanto, a questão da geração aqui é esclarecedora sobre os dilemas da pesquisa social sobre objetos culturais consagrados. Embora a categoria sociológica de geração sirva para informar a experiência de *Joaquim*, o analista precisa estar atento à questão de que o conceito mobilizado por Trevisan é, em última instância, uma arma ideológica que serve ao seu posicionamento frente aos espaços local e nacional. Embora isso seja um dado significativo para a compreensão da revista, do ponto de vista das ciências sociais a experiência de geração mobilizada por Trevisan não condensa e até mesmo chega a não representar a experiência total de geração. Nesse sentido, *O Livro* e outros periódicos do período são mais representativos dessa experiência, e é a partir desses indícios externos a *Joaquim* que percebemos que as características principais dessa geração são a referência à segunda guerra mundial, como é sugerido por Trevisan, mas por outro lado – e raramente explicitado – é o fato de que esses jovens modernos que procuraram se impor no cenário nacional foram os alvos das campanhas de nacionalização da era Vargas durante boa parte de sua juventude. Deste ponto de vista, a adesão massiva entre eles aos princípios modernistas e a negação do reducionismo regionalista é resultado de uma ação política concreta de inculcação do nacionalismo, do qual a geração dos vinte anos do pós-guerra foi vítima durante seus anos de formação inicial, como mostram as próprias produções escolares dos membros de *O Livro* e de *Joaquim*. E, de fato, a exposição e a possibilidade de inculcação nacionalista entre agentes mais novos e mais velhos em termos de idade é o princípio que explica muitas das divergências e incoerências entre os principais agentes locais de *Joaquim* em termos dos seus projetos intelectuais e de seus posicionamentos na revista¹.

¹ Em outras palavras, este é um caso em que a geração em pauta está de fato ligada à idade dos participantes. A geração dos vinte anos do pós-guerra esteve mais suscetível à inculcação do arbitrário cultural tentada na era Vargas através de mecanismos escolares como os periódicos ginásianos que são a origem de *O Livro* e de *Joaquim*. Os agentes mais velhos, cuja entrada na vida cultural paranaense ocorreu antes ou durante a era Vargas (ou seja, cuja formação educacional e cultural se deu sob a égide da estrutura anterior do espaço cultural brasileiro) tinham dificuldades objetivas de tomar posições tão radicais quanto as propostas por Trevisan. Por outro lado, a disseminação de revistas como *Joaquim* no pós-guerra embasa a interpretação de que a formação dos ideais propagados não se deve a um efeito de grupo, ou seja, de relações interpessoais e das instâncias locais, mas sim a um processo que ocorreu em âmbito nacional (BENEVIDES, 1991).

Sentidos da consagração

Mas, se o caso é que *O Livro* representa historicamente melhor a época em que se inscrevia, é preciso voltar para o sentido da consagração de *Joaquim*. Como e por que *Joaquim* acabou sendo eleita como o maior documento cultural dessa época?

Para responder a essa pergunta, temos que considerar a forma como a história intelectual paranaense é contada. Vemos então que a revista – especialmente nos posicionamentos de Dalton Trevisan – conseguiu impor uma versão bastante seletiva da história que se iniciaria somente com a ascensão do moderno, ou seja, com a própria *Joaquim*. Isso fica claro nas considerações sobre o simbolismo paranaense, realizadas por Trevisan já no segundo número da revista. Trevisan atacou a poesia de Emiliano Pernetá, o principal poeta do movimento, com base na sua qualidade, embora sua crítica não se limite a isso.

Ele fez uma poesia de casinha de chocolate, desligada da vida, onde não há lugar para as asas de um pássaro, o grito de um humano amor, o riso de uma criança ao sol, o sonho de saúde de um moço convalescente. [...] sua poesia, borrifada em água de flor, é uma POESIA DE DIA DA ÁRVORE. Versos bonitos, com sonoridade de sílabas de encher bochechas, mas por acaso poesia é mais do que isso? Se é, Emiliano não foi poeta. [...] O que há nele de solução simbolista não passa de fórmula acadêmica com teoria de correspondências, as assonâncias, e o mais que segue. (JOAQUIM, 2000, p.16).

Com intenção abertamente polêmica, o texto não se aprofunda numa análise exegética, recorrendo em grande parte a expedientes de estilo para comunicar sua oposição a Pernetá – o que não impede que esse texto (e, por extensão, a revista) seja considerado o grande passo na superação do simbolismo no espaço intelectual paranaense. No entanto, esse texto tinha um alvo muito mais pontual do que o movimento simbolista como um todo: era uma resposta direta ao livro apologético a Pernetá, de autoria de Pilotto (1945) – que, aliás, foi um dos idealizadores de *Joaquim*. Mas, nesse livro mesmo, existem trechos que indicam a existência de um forte questionamento com relação à verdadeira importância do simbolismo. Esse fato tem sido amplamente ignorado pelas análises em favor da versão informada por Dalton Trevisan, de que na província Pernetá era acriticamente idolatrado.

Além disso, o fundamento do sucesso da própria crítica de Trevisan é frequentemente minimizado.

No Brasil, em primeiro lugar, revelou-se o simbolismo sem a importância das outras escolas, sendo seus representantes Cruz e Sousa, Alfonsus de Guimarães,

B. Lopes, Emiliano Pernetá etc. Destes poetas instrumentistas, o único “merecedor da classificação de poeta simbolista brasileiro” (Sérgio Milliet), e que, na verdade, “trouxe a sua contribuição para o simbolismo universal” (Roger Bastide), foi Cruz e Sousa, infinitamente superior aos demais e, em particular, a Emiliano, deles o menor. O menor, aliás, conforme a sanção da crítica e do tempo. [...] Além da prova feita pelos seus próprios versos, por que argumento mais irretorquível a favor de sua mediocridade do que a nenhuma importância que lhe dão os grandes críticos de hoje, Álvaro Lins, Antônio Cândido, Tristão de Ataíde, Sérgio Milliet, Mário de Andrade? Ronald de Carvalho, por sinal, nem o citou, como poeta menor que fosse, em sua obrigatória “Pequena História da Literatura Brasileira”. E o silêncio dos críticos é, sem dúvida, também uma opinião. (JOAQUIM, 2000, p.16).

O maior argumento do autor não provém de uma análise e refutação da poesia de Pernetá, mas da mobilização da legitimidade da opinião da crítica dos centros da cultura brasileira sobre o assunto – uma estratégia que lhe rendeu reconhecimento nesses centros, como vemos na apreciação de Antonio Candido sobre *Joaquim*.

No momento, circulam, pelo menos, quatro publicações de grande interesse, uma de escritores feitos, três de principiantes: “Província de São Pedro”, no Rio Grande do Sul; “Edifício”, em Belo Horizonte; “JOAQUIM”, no Paraná; “Magog”, no Rio [...].

Imagino daqui o santo ímpeto dos jovens paranaenses, empenhados em divulgar idéias modernas sobre o teatro, pintura, música, poesia, sem esquecer a política. Pela energia da sua investida, pressinto a vastidão da inércia local, o academismo frio, dessorado, reduzido a poesia de sobremesa e pôr-do-sol que impera no gosto. Aliás, o Paraná tem uma “amende-honorable” a fazer para com a literatura nacional. De lá, com efeito, partiu um dos movimentos mais mediocres que a tem infestado, apadrinhado por Nestor Vítor, Rocha Pombo, Emiliano Pernetá e logo acolitado por uma série de então jovens poetas e escritores, logo tornados paranaenses honorários quando não o eram de nascimento. (JOAQUIM, 2000, p.11, grifos no original).

Esse tipo de comentário sobre *Joaquim* era frequentemente publicado nas páginas da própria revista e é usado pelos analistas da revista como prova do seu sucesso para além do âmbito local. O que os analistas não percebem é que, ao fazê-lo, aceitam a estratégia de legitimação proposta pela própria revista – ou seja, temos aqui mais uma prova da revista impondo a interpretação sobre si mesma. No caso,

percebe-se uma concordância circular entre Trevisan e Candido. À primeira vista, Candido parece legitimar a opinião de Trevisan; no entanto, o fato é que a opinião de Trevisan sobre o simbolismo já era baseada no reconhecimento da crítica de Candido. De qualquer forma, fica claro o alinhamento de Trevisan com o paradigma moderno dos centros.

O fato de que Trevisan escolheu² o lado vencedor do modernismo central para se posicionar acabou sedimentando sua versão da história, que por muito tempo relegou o simbolismo paranaense a um lugar menor, embora, como mostrou Bega (2001), esse grupo tenha sido o responsável pela formação de um espaço intelectual organizado no Paraná – ou seja, realizaram a gênese do espaço social em que *Joaquim* pode surgir. Um olhar mais sério para o grupo simbolista, resultando em trabalhos menos enviesados com relação à qualidade da sua produção e do seu legado, ganhou força apenas nas últimas décadas.

A mesma coisa aconteceu com os modernistas paranaenses da década de 1920, considerados por Trevisan e pela maioria dos analistas como um movimento menor, uma tentativa fracassada e sem seriedade suficiente para ser considerado como objeto legítimo de estudo. Independente da qualidade atribuída à sua produção e dos motivos para as percepções negativas sobre este movimento entre a geração de *Joaquim*, o fato de que somente em 2003 foi publicado um trabalho realmente frutífero sobre esses modernistas iniciais (a tese de doutorado de Iorio em 2003) é significativo do ponto de vista dos processos de consagração que tratamos aqui: de uma forma ou de outra, Dalton Trevisan impôs uma versão da história intelectual paranaense, e somente em tempos mais recentes essa versão começou a ser matizada e questionada.

Trevisan, por meio de *Joaquim* como uma plataforma para sua própria tomada de posição, reescreveu a história intelectual paranaense como tinha acontecido até aquele momento. Nesse sentido, a forma como encerrou o texto *A geração dos vinte anos na ilha* foi uma profecia autorrealizada: “Por tudo, a literatura paranaense inicia agora.” (JOAQUIM, 2000, p.3). Assim, *Joaquim* conseguiu se impor na história literária e artística paranaense ao impor uma visão de evolução cujo ponto alto se encontrava nela mesma, formando uma ideia da história coerente pois simplificada, e em todo caso altamente seletiva e valorativa.

Não menos importante é um trunfo que poucas outras publicações paranaenses têm, e que em certo sentido não se deve à própria revista: a consagração posterior de seus principais participantes. Pensando nos que estavam diretamente ligados à esfera

² Obviamente, essa escolha não foi totalmente livre; a tomada de posição pela arte moderna que se verifica entre os novos da década de 1940 é, como dito anteriormente, fruto de uma imposição ideológica, e é menos uma escolha consciente do que uma obviedade cultural para aqueles que cresceram durante o período Vargas.

paranaense (pois a revista teve colaboradores de todo o país), vemos que muitos desenvolveram uma carreira e um corpus de trabalho que ainda são referência, ainda que as situações variem muito de agente para agente.

No caso de Erasmo Pilotto e Temístocles Linhares, o reconhecimento não está muito ligado ao tipo de atividade desenvolvida por eles na revista (ensaio e crítica), mas em compensação o legado deles na área da educação e dos estudos paranaenses respectivamente é bastante grande e ainda influente. O crítico literário Wilson Martins, era reconhecido como o último sobrevivente da crítica literária de rodapé, gênero que exerceu até o fim da vida apesar da queda de sua importância frente à crítica acadêmica. Mas os dois maiores casos de consagração da revista são o artista Poty Lazzarotto e o próprio Dalton Trevisan, cujas obras entraram para o cânone da arte e literatura nacionais.

Especialmente no caso do último, é possível ver que a importância de *Joaquim* está ligada não somente ao seu sucesso como escritor, mas ao fato de que, sendo ele o maior realizador da revista, *Joaquim* permaneça como uma fonte de conhecimento sobre o início de sua carreira. Boa parte dos trabalhos procura indícios sobre sua formação como escritor em vista de sua recusa em expor sua vida extraliterária a partir do desenvolvimento de sua carreira oficial (que começa apenas no fim da década de 1950). *Joaquim* é, portanto, uma das poucas fontes disponíveis e claras sobre um escritor cujo silêncio o envolve numa aura de mistério.

A consagração individual dos participantes tem outro lado que talvez influencie mais (e também mais subrepticamente) as percepções posteriores, e que pode ser visto num dos artistas mais importantes para a revista, Guido Viaro. Juntamente com Poty, ele é reconhecido como o grande artista responsável pelo estabelecimento da arte moderna no Paraná – outra apreciação que deve às formulações de Trevisan em *Joaquim*, que via em Viaro na década de 1940 uma importante frente de ofensiva contra os estabelecidos da arte no Paraná. Para Trevisan em 1947 (data de publicação original), Viaro representava a:

Inquietude e insatisfação que tanto o aproximam da juventude, o que me parece o primeiro sinal da vitalidade: o de um homem ainda moço, mas já de cabelos brancos, que sempre é visto com os moços, que é compreendido pelos moços e que os compreende, e que é sempre o primeiro à frente das iniciativas renovadoras, daquelas que podem indicar algum caminho desconhecido, ou frutos novos das árvores que se conhecem. (JOAQUIM, 2000, p.6).

O papel de Viaro como líder dos moços era enfatizado pelo autor, e se provou uma das áreas de atuação mais importantes do artista: sua atividade na educação artística em escolas, em seu atelier e na sua escolinha de arte, uma iniciativa então

inovadora no Paraná, são de fato centrais para se pensar o desenvolvimento do meio artístico no estado. Como artista, Guido Viaro também é aclamado – com a exceção de uma voz dissonante que se ergueu para criticar o artista na década de 1980, quando Viaro já tinha morrido: o próprio Dalton Trevisan.

Que contraste com a pobre pintura: bem comportada, reacionária, nenhuma originalidade. Diria até acadêmica, se ele soubesse desenhar. Em busca de efeito maltratava nariz e pé? Ai dele, só inabilidade. Na gravura poderia quem sabe fazer das fraquezas força e, ruim artesão, repetiu sem progresso as poucas qualidades e muitos erros – entre a primeira e a última nada aprendeu. (TREVISAN apud SANCHES NETO, 1998, p.229).

Sanches Neto (1998) e Oliveira (2005) consideram essa mudança de opinião do autor uma tentativa de se afastar da institucionalização de Viaro e manter a posição de independência com relação aos valores provincianos criticados desde *Joaquim*, o que realmente pode ser deduzido da trajetória do escritor. Mas o trecho citado também contém uma crítica mais específica às habilidades de Viaro como artista. Frente a isso, só raramente surge a pergunta: e se Trevisan estiver certo? E, do ponto de vista dos processos de consagração que procuramos tratar aqui, a pergunta ainda é outra: por que a pergunta anterior é tão rara?

Além da sua atuação educacional, Viaro também participou de diversas iniciativas de institucionalização do espaço artístico paranaense – entre elas, a instituição do Salão Paranaense de Artes Plásticas e da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, para onde transferiu os alunos do seu atelier particular na fase inicial. Como resultado dessas iniciativas, muitos dos artistas e pesquisadores da arte paranaenses de renome, que ainda atuam em diversas instituições (inclusive as que Viaro fomentou), tiveram vínculos com sua atuação profissional, pela atuação nos quadros dessas instituições e muitas vezes na condição de alunos e discípulos.

Assim, com o passar das gerações a partir de sua ascensão como artista e professor nos anos 1940, é possível que uma parte considerável do *establishment* artístico paranaense participe de alguma linhagem profissional que se origine em Viaro. Isso significa que não há interesse em que o legado do artista seja reavaliado criticamente, pois ele constituiu as bases em que o meio artístico paranaense atual está estruturado – ou seja, as fundações da atuação e da razão de ser dos próprios intelectuais, responsáveis pela manutenção e reprodução do legado deste meio.

Obviamente, não estamos criticando os membros desse meio, mas é preciso reconhecer que a atividade intelectual no Paraná dos dias de hoje se fundamenta no trabalho de participantes de *Joaquim*. Isso se dá no sentido idealista de que os

agentes de *Joaquim* se posicionaram ao lado dos modernos vencedores das disputas intelectuais que formaram os campos de produção cultural contemporâneos em nível nacional, mas aqui tratamos de um legado mais concreto: aqueles que exercem a atividade intelectual no Paraná são herdeiros de uma estrutura institucional que se formou a partir da ação direta dos participantes de *Joaquim*. Exploramos aqui apenas o caso de Viaro, mas outros agentes podem ser citados: Temístocles Linhares foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que é a base para o setor de Ciências Humanas da atual Universidade Federal do Paraná, em que também atuou como professor, assim como Wilson Martins; Poty Lazzarotto fomentou as artes paranaenses e a ascensão da gravura no estado; Erasmo Pilotto foi um dos responsáveis pela modernização e ampliação do sistema de educação básica no Paraná. Isso sem falar na contribuição mais direta deles com relação às ideologias oficiais do estado, em que notadamente Martins e Linhares participaram na definição da ideia de uma modernidade paranaense a partir da década de 1950.

Em suma, queremos dizer que os processos de consagração que sustentam o papel privilegiado e incontestado da *Joaquim* na história intelectual paranaense têm seu fundamento principal não no mundo abstrato das ideias e concepções literárias e artísticas, mas numa rede institucional concreta que lida com interesses práticos de diversos grupos do estado – mais imediatamente, é claro, dos intelectuais, mas também de grupos que constituem as elites estaduais e têm interesse direto na manutenção simbólica dos (assim considerados) grandes valores paranaenses.

Apreciação paradoxal

Essa situação acaba gerando um paradoxo na apreciação da revista. Embora existam indicações de que a revista teve uma certa repercussão fora do estado, a historiografia que dá conta dela a circunscreve no espaço intelectual paranaense (para o qual evidentemente ela teve uma importância relativa muito maior do que em âmbito nacional). No entanto, essa circunscrição local é justamente o que estava sendo combatido por Dalton Trevisan, pela revista e pelos membros mais ativos da geração ao qual a revista pertencia.

Em outras palavras, em boa parte das análises existe um fundo paranista que sustenta a importância dada à revista. As análises celebram o antiparanismo e o antiprovincianismo da revista, defendendo o argumento de Trevisan, mas reforçam a forma do argumento: a existência de um domínio relativamente separado e independente, que seria a história intelectual paranaense.

Considerações finais

Da perspectiva das ciências sociais, a questão da consagração coloca certos problemas analíticos com relação à reconstrução histórica. Como podemos ver no caso da revista *Joaquim* e de seus agentes, o processo consagratório passa pela instituição de certas verdades inscritas na história enquanto corpus de conhecimento, as quais, se não chegam a ser um falseamento da realidade, enfatizam determinados aspectos que nem sempre são os adequados para uma reconstrução histórica efetiva que explique sociologicamente a possibilidade do surgimento do objeto consagrado no seu momento determinado.

O caso da revista *Joaquim* tem a particularidade adicional de não somente ser consagrado pela historiografia, mas também de dominar o discurso sobre si mesmo. Essa capacidade só pode ser entendida a partir da compreensão de que os principais agentes que participaram desse empreendimento continuaram em poder dos meios de instituir discursos – ou seja, se inseriram com sucesso nos meios intelectuais e alcançaram posições de poder e legitimidade, traduzidas não só em prestígio e reconhecimento mas também no controle efetivo de meios de produção de discursos. Ou seja, esses agentes conseguiram permanecer em posição de controlar a escrita da história, ao se alçarem a posições dominantes nas suas áreas de atuação.

Portanto, o processo de consagração é um processo social objetivo que perpetua determinadas ênfases e minimiza outras. Como vemos no caso da inscrição da revista *Joaquim* na história intelectual paranaense, esse processo envolve as próprias fundações da vida intelectual nesse estado e, longe de ser um processo natural de caráter idealista, é um processo que mobiliza as bases objetivas da produção de conhecimento ao realizar uma seleção da memória social na escrita da história, em que os interesses de posições dominantes podem chegar a perverter o sentido original da produção, como é o caso das análises de *Joaquim* que reforçam princípios paranistas.

CONSECRATION IN THE WRITING OF HISTORY: SOCIOLOGICAL REMARKS ON THE MAGAZINE JOAQUIM

ABSTRACT: *In this paper, we try to grasp the analytical issues associated with the study of consecrated literary and artistic productions, in the perspective of the social sciences. We take as a case study the analysis of the magazine Joaquim, published in Curitiba between 1946 and 1948. It is considered the starting point in the development of modern thought in the intellectual history of the state of*

Paraná. To begin with, this analysis will replace the magazine in the context of the historical relations that conditioned its existence. In order to do so, the analysis must reconsider the native categories that support the present discourses about the subject and its consecrated status. At the same time, it is important to consider the reasons for its consecration, which is based on an objective process that establishes certain emphases as legitimate in the writing of history. Finally, we demonstrate the practical purpose of the selective nature of the consecration processes.

KEYWORDS: *Intellectual history. Consecration. Magazine Joaquim. Studies of Paraná.*

REFERÊNCIAS

BEGA, M. T. S. **Sonho e invenção do Paraná:** geração simbolista e a construção de identidade regional. 2001. 442 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BENEVIDES, C. A. C. **Terra sem passado:** um estudo do Paraná contemporâneo. 1991. 237 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BOURDIEU, P. **As regras da arte.** 2.ed. Tradução de M. L. Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

JOAQUIM, 1946 – 1948, edição fac-similar. Coleção Brasil Diferente. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

IORIO, R. E. S. **Intrigas e novelas:** literatos e literatura em Curitiba na década de 1920. 2003. 340 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. Tradução de C. Marcondes. In: FORACCHI, M. M. (Org.). **Karl Mannheim:** sociologia. São Paulo: Ática, 1982. p.67-95.

MOOG, V. **Uma interpretação da cultura brasileira.** 2.ed. Rio de Janeiro: Antares, 1983.

O LIVRO. Ano I, 1939; Ano V, 1944; Ano VI-IX, 1945-1948. Curitiba: [s.n.], [s.d.].

OLIVEIRA, L. C. S. **Joaquim contra o Paranismo.** 2005. 234 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

PILOTTO, E. **Emiliano.** Curitiba: GERPA, 1945.

SAMWAYS, M. B. **Introdução à literatura paranaense**. Curitiba: HPV, 1988.

SANCHES NETO, M. **A reinvenção da província**: a revista Joaquim e o espaço de estreia de Dalton Trevisan. 1998. 432 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

Recebido em 30/01/2015.

Aprovado em 06/05/2016.

CINEMA, HISTÓRIA E NAÇÃO: HUMBERTO MAURO E *O DESCOBRIMENTO DO BRASIL*¹

*Anderson Ricardo TREVISAN**

RESUMO: Humberto Mauro é considerado um dos pioneiros do cinema brasileiro. O presente artigo apresenta uma proposta de leitura de seu filme *O descobrimento do Brasil* (1937) a partir de elementos conceituais da Sociologia da Arte e do Cinema. O filme, pertencente ao acervo do antigo Instituto Nacional de Cinema Educativo, apresenta uma imagem para o descobrimento do país, propondo-se a ser uma ilustração da *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Para isso ele trava um diálogo com a tradição visual brasileira, e realiza o que podemos chamar de uma pintura histórica em movimento. Nessa perspectiva, o filme contribui para forjar elementos do passado na construção de valores da época de sua produção, criando ou recriando mitos de uma nacionalidade. Com isso ele se torna parte de um projeto maior de construção da nação brasileira, no qual os objetos de cultura eram considerados um dos caminhos para sua efetivação.

PALAVRAS-CHAVE: Humberto Mauro. Sociologia do cinema. Sociologia da arte. Cinema e história. Cinema e nação.

Humberto Mauro, cinema e modernismo

Os anos de 1930 figuram como um profícuo e instigante momento na cultura brasileira. Quase dez anos depois da Semana de Arte Moderna de São Paulo, ocorrida em 1922, delineava-se, especialmente no Rio de Janeiro, uma oficialização

* FHO-UNIARARAS – Centro Universitário Herminio Ometto de Araras. Araras – SP – Brasil. 13607-339 - anderson_trevisan@yahoo.com.br.

¹ Este artigo é resultado de parte de uma pesquisa de Pós-doutorado em Sociologia realizada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, entre os anos de 2011 e 2014, com financiamento da FAPESP.

desse modernismo, que assumia então o caráter vislumbrado pela geração anterior. Se na literatura ele encontraria suas mais notáveis expressões (CANDIDO, 2000) muitos aspectos da cultura visual seriam trabalhados numa tentativa de dar forma ao modernismo que se almejava na Capital Federal, em grande medida com apoio governamental. Na época, a busca do que seria o típico “homem brasileiro” e a “realidade brasileira” espalhava raízes, no sentido de colocar em prática elementos que teriam sido esboçados na década anterior, mas que somente então adquiriam maior consistência e se convertiam em uma espécie de estado coletivo de espírito (ARANTES, 1997, p.43). Dessa época em diante passou-se a ver, também nos ensaios sócio-históricos, uma ampla produção no sentido de compreender essa “realidade brasileira”, materializada em diversos estudos que expressavam a ansiedade de reinterpretar o passado nacional e os elementos de sua formação social e política (CANDIDO, 2006, p.230). Essa seria uma marca do nosso modernismo, especialmente a partir do decênio de 1930.

Nesse sentido, as renovações estéticas propostas pelo modernismo dos anos 20 (fase heroica), que faziam parte dessa busca pelas raízes nacionais em um país em processo de modernização, encontrariam nos anos 30 (fase ideológica), no Estado Novo, elementos estruturais para sua efetiva realização enquanto movimento coletivo. Esse período modernista coincidia com um (ainda incipiente) processo de industrialização, e foi marcado pela busca de uma forma artística afinada com o progresso técnico da indústria e o desenvolvimento da cidade. Ao mesmo tempo, buscavam-se elementos da tradição nacional para definir uma imagem artística do país – o contrário do que ocorria na Europa, onde o passado era enfaticamente negado, tanto nos temas quanto na forma artística (FABRIS, A., 1994). No Brasil, ao mesmo tempo em que a tradição visual era questionada, não havia uma reformulação radical dos “códigos poéticos” (FABRIS, A., 1994). O modernismo visual no Rio de Janeiro, então Capital Federal, era significativo a esse respeito, na medida em que uma das principais manifestações, a arquitetura, sugeria, a partir de seus projetos e construções, essa mistura entre a necessidade de modernização formal e a ânsia pelo passado, tendo como expressão maior o edifício do Ministério da Educação e Saúde (MES).² O apoio governamental foi uma marca desse modernismo, que tentava construir visualmente a nação que se desejava: a um só tempo tradicional e moderna, com um olho no passado e outro no futuro. Em várias frentes buscava-se redescobrir o Brasil, suas raízes, algo que, como salientava Meyer (2001, p.31), não era estranho à nossa cultura: “A procura do Brasil parece ser uma das características

² Encomendado pelo Ministro Gustavo Capanema, a sede do MES foi realizada a partir do projeto de Lúcio Costa, sob a orientação de Le Corbusier, e tinha como meta realizar uma obra de caráter moderno, de acordo com o estilo internacional, ao mesmo tempo em que ajudasse a promover uma visualidade que fosse expressão de nossa nacionalidade.

dos anos 30/40: multiplicam-se os descobrimentos e as descobertas”. O olhar da época, em termos culturais, mirava, a um só tempo, o futuro e o passado, em uma dinâmica entre o novo e o antigo que marcará nosso modernismo³.

Dentro desse quadro cultural e intelectual é que se delineia o interesse por uma de suas expressões, o cinema, “[...] cuja capacidade de elaboração na constituição do simbólico já era louvada, desde o cinema soviético” (MENEZES, 2008, p.234), e que, especialmente a partir dos anos de 1930, se convertia em peça integrante da cultura visual brasileira em formação. O cinema se tornava um dos caminhos para o Brasil aparecer, enquanto imagem, o que se desdobrava na construção de uma visualidade para esse país, algo que os filmes de Humberto Mauro sinalizariam⁴. Ao lado de uma série de inovações tecnológicas que começaram a aparecer em abundância no Brasil desde o final do século XIX, o cinema surge “[...] como uma súpula de outras invenções, capaz de sobrepujar as demais formas de comunicação de massa”, no sentido de forjar novas formas de comportamento (FABRIS, M., 1994, p.99), criando, no caso do cinema de Humberto Mauro, tipos e mitos de nossa nacionalidade em formação⁵.

Gomes (1996), conta que a primeira sala fixa de cinema no Brasil foi inaugurada em 1897 no Rio de Janeiro por emigrados italianos, a família Segreto, cujo principal proprietário era Paschoal Segreto. Inicialmente chamado de “Salão de Novidades”, mais tarde esse local recebeu o nome de “Salão Paris no Rio”, em razão de o cinema ser uma novidade francesa. A primeira filmagem realizada no Brasil aconteceu em 19 de junho de 1898, quando Alfonso Segreto, filho de Paschoal, registrou imagens da baía da Guanabara ao voltar de uma de suas viagens realizadas ao exterior para adquirir novos equipamentos. Assim nascia o cinema brasileiro e daí em diante muitas filmagens seriam realizadas a partir de imagens da cidade. O autor aponta, porém, que os dez primeiros anos do cinema brasileiro foram muito pobres, sobretudo por conta da falta de eletricidade.

Esse cenário começou a mudar a partir de 1908, quando a produção cinematográfica brasileira ganhou fôlego, ainda que acontecessem, mesmo antes desse importante fator técnico (a eletricidade), exibições a partir de cinemas

³ Nessa mesma época o pintor Debret, francês que viveu no Brasil entre os anos de 1816 e 1831, seria redescoberto através de vários atores sociais (coleccionadores, mercado editorial, crítica modernista etc.), o que é sintomático da necessidade de se buscar, através de imagens antigas, uma nacionalidade que estaria vinculada à nossa colonização (TREVISAN, 2012, 2015).

⁴ Menezes (2008, p.232) aponta isso em sua análise do filme *Ao redor do Brasil* (1932), do Major Reis, introduzindo sua discussão a partir de argumentos de Paulo Arantes e Antonio Candido sobre a ideia de formação. Caminho parecido será realizado neste artigo em relação ao filme de Humberto Mauro.

⁵ Mauro produziu dezenas de filmes, entre longas e curtas-metragens, indo da ficção aos temas históricos, dos documentários sobre a cultura popular brasileira à divulgação científica. Para uma visada mais geral sobre a obra de Mauro realizada no Instituto Nacional de Cinema Educativo, ver Schwarzman (2004). Em relação aos filmes de ficção, a referência clássica é Gomes (1974).

ambulantes. Porém, a partir dessa época começaram a ser abertas salas de cinema em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que significou também um súbito crescimento do comércio cinematográfico, influenciando a produção nacional (GOMES, 1996).

O aumento das salas de cinema e dos filmes produzidos sinaliza para uma cultura cinematográfica em formação, o que significava, também, a formação de um público capaz de decifrar esse novo sistema de sinais. Toda arte, para se realizar, depende, de um lado, de um sistema de sinais e, de outro, da capacidade de percepção do seu público. Williams (1992) cita o exemplo da representação teatral, onde as peças, por mais baseadas que estejam em uma suposta realidade, não são percebidas como tal, na medida em que a audiência tem consciência de que se trata de encenações. Por outro lado, se os sinais não forem definidos, pode haver uma confusão, como aconteceu em 1938, com a transmissão no rádio de *Guerra dos mundos*, de Orson Wells. Como os ouvintes não foram advertidos previamente de que se tratava de uma narração ficcional, acreditaram estar diante de uma verdadeira invasão alienígena, ficando em pânico. Outro exemplo célebre desse tipo de confusão foi o caso de uma das primeiras exibições cinematográficas realizada pelos irmãos Lumière, em 1895, com o filme *L'Arrivée d'un train à La Ciotat*, que fez o público correr do cinema, com medo de que a locomotiva fosse sair pela tela. Como o sistema de sinais do cinema era uma novidade, a reação de pânico da plateia, que não havia desenvolvido qualquer forma de percepção para a imagem em movimento, é perfeitamente compreensível. Levou tempo para que a capacidade de interpretar corretamente essa linguagem baseada em imagens justapostas se desenvolvesse e se tornasse parte de nosso sistema de percepção (CARRIÈRE, 1995). “O olho, mais do que qualquer outro órgão, não pode esquecer o que deve à educação, à socialização e à cultura.” (PASSERON, 1991, p.55). Podemos dizer, portanto, que uma cultura cinematográfica começou a se delinear no Brasil a partir de 1908, com a criação das salas de cinema, espaços dedicados à fruição da imagem em movimento.

Segundo Gomes (1996), Humberto Mauro, que era um técnico em eletricidade, acabou entrando no mundo do cinema quase por acaso, mais interessado nas possibilidades técnicas do que em questões como enredo ou interpretação, e por desconhecer os filmes nacionais de ficção realizados até então (na época chamados “posados”), se considerava um pioneiro⁶.

Todos os filmes feitos no Brasil até 1907 eram sobre assuntos “naturais”. Apenas a partir de 1908 é que a produção de filmes “posados” aconteceria. Para Gomes (1996), essas produções cresceram como um surto entre 1908 e 1911, período em que o Rio de Janeiro conheceu, segundo o crítico, a chamada idade do ouro do

⁶ Se não foi o primeiro entre os nossos realizadores, a ele foi atribuída, por Glauber Rocha, a fundação do cinema nacional, colocando-o na mesma posição de precursores do cinema mundial como Ford, Griffith ou Eisenstein (ROCHA, 1961).

cinema brasileiro. Como aponta o autor, os anos seguintes foram marcados por uma diminuição da produção cinematográfica nacional, ao passo que a importação de filmes estrangeiros aumentou substancialmente:

Em troca do café que exportava, o Brasil importava até o palito e era normal que importasse também o entretenimento fabricado nos grandes centros da Europa e América do Norte. Em alguns meses, o cinema nacional eclipsou-se e o mercado cinematográfico brasileiro, em constante desenvolvimento, ficou inteiramente à disposição de filme estrangeiro. Inteiramente à margem e quase ignorado pelo público, subsistiu contudo um debilíssimo cinema brasileiro. (GOMES, 1996, p.11).

Um dos caminhos para os realizadores pioneiros era o “cinema da cavação” (baseado na produção de filmes sob encomenda com propaganda, em geral política), que teve muito sucesso na época e possibilitou a extrapolação do espaço de produção cinematográfica, até então circunscrito à Capital Federal, para outras regiões do país. A partir de 1925, a média da produção cinematográfica nacional dobrou, uma vez que outros estados além de Rio de Janeiro e São Paulo, como Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, passaram a produzir filmes. No caso de Minas, a produção não se restringia aos grandes centros urbanos, mas acontecia em pequenas localidades, como Cataguases, onde Humberto Mauro realizou seu primeiro filme, *Valadião, o cratera*, em 1925 (GOMES, 1974).

Muitos de seus filmes, desde essa época, seriam marcados por uma grande preocupação com técnica, especialmente no que se referia à montagem e à fotografia. Esse jeito particular de Humberto Mauro seria uma marca, com produções em que a paisagem é trabalhada com o cuidado de uma pintura idílica, sendo que o enredo, propriamente dito, muitas vezes assume o segundo plano. O olhar de Mauro é parecido com o olhar do artista plástico, do fotógrafo, e esta seria uma característica de seus filmes.

O descobrimento do Brasil foi produzido quando Humberto Mauro já estava no Rio de Janeiro, trabalhando no Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), onde produziria inúmeros trabalhos.

Em 1936, época em que a produção de filmes nacionais enfrentava uma crise, especialmente por conta da invasão de produções norte-americanas, Mauro se via sem emprego, e, como outros profissionais da área, partiu para a produção de cinejornais para se manter (SCHVARZMAN, 2004). Foi então que começou a trabalhar com o antropólogo Edgar Roquette-Pinto (1888-1954), no que viria a ser o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), órgão oficialmente criado em

janeiro de 1937. Naqueles anos, o cinema passava a ser visto como um caminho de propagação de moral e de cultura, havendo, por conta disso, preocupações quanto ao seu conteúdo. Nesse sentido é que apareceriam formas de controle, como a criação de uma censura nacional, em 1932. O cinema, dentro do INCE, era entendido como um caminho para a educação das massas, de fortalecimento do sentimento nacional. Para o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, mais do que diversão, o cinema era um caminho de esclarecimento e convencimento que instruíria e tinha influência sobre a moral do povo. Roquette-Pinto, à frente do INCE e diretor da censura nacional, partilhava dessa opinião e concebia os filmes como ferramentas educativas. O cinema, então, aos poucos se consolidava como caminho para a busca de uma imagem para o “homem brasileiro” (SCHVARZMAN, 2004, p.112). Aliado à ideia de propaganda política, ele seria laureado por Getúlio Vargas em discurso pronunciado para a Associação de Produtores Cinematográficos, em 1934, e chamado de livro de imagens luminosas, cujo conteúdo seria acessível até para aqueles que não soubessem ler:

[...] O cinema será, assim, o *livro das imagens luminosas*, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, acrescentando a confiança nos destinos da Pátria. Para a massa de analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa administração, será uma admirável escola. (VARGAS apud SCHVARZMAN, 2004, p.135).

Portanto, o cinema aparecia como uma *disciplina*, acessível inclusive para analfabetos⁷, que *ensinaria* todos os brasileiros a amar seu país. Mas isso implicava, como já foi apontado, um controle nos conteúdos, uma propaganda daquilo que fosse interessante àqueles que buscavam, a partir dos círculos de mando, criar uma nação. A arte, nesse caso, torna-se um meio de dominação, “[...] um instrumento aos senhores das sociedades para divulgar e impor crenças”, lembrando aqui as palavras de Francastel (1993, p.3). Nesses termos, o cinema de Humberto Mauro era parte desse grande esquema de construção de nação. O filme, *O descobrimento do Brasil* de 1937, analisado a seguir, tem uma função precisa a esse respeito que é apresentar uma imagem para o nosso descobrimento, criando, a partir disso, mitos de uma nacionalidade.

⁷ Cerca de 75% da população brasileira, em 1920, não sabia nem ler, nem escrever, sendo que em 1940 esse número havia caído para aproximadamente 30%. No Rio de Janeiro, o número de analfabetos, em 1920, beirava os 75%, e em 1940 havia diminuído para aproximadamente 51%, o que é um número ainda elevado (dados retirados do IBGE - Anuário estatístico do Brasil, Ano VI – 1941/1945, p. 21-29 (BRASIL, 1946)).

Análise do filme

O descobrimento do Brasil nasceu das proposições iniciais do Instituto do Cacau da Bahia (ICB), cujo interesse era criar um filme que apresentasse a produção de cacau da região, introduzindo o assunto com o episódio do descobrimento. As filmagens começaram em meados do ano de 1936 nos estúdios da Cinédia (RJ), tendo como diretor Luiz de Barros, que foi substituído por Humberto Mauro em outubro daquele ano (MORETTIN, 2001). O trabalho finalizado, porém, não fez qualquer menção ao cacau, sendo totalmente criado em torno do “fato” histórico do descobrimento do Brasil e tendo como documento de referência a famosa *Carta de Pero Vaz de Caminha*. Contando com uma equipe de peso, com nomes célebres que vão de Afonso d’Escragnoille Taunay a Heitor Villa-Lobos, o filme de Mauro bebe, porém, em várias fontes para criar sua história do descobrimento. Essas fontes incluem imagens do próprio cinema nacional, ainda embrionário, e também diálogos com a literatura e, especialmente, com a pintura. Trata-se, portanto, de perceber como o cineasta realiza essa obra visual sobre um acontecimento histórico a partir das imagens que mostra, o que requer, metodologicamente, analisar ângulos, enquadramentos, transições, diálogos e outros elementos da sintaxe cinematográfica.

O filme, que contém 60 minutos de duração, pode ser dividido em três partes. A primeira acontece em alto mar, apenas com os personagens da esquadra portuguesa; a segunda é aquela em que a esquadra, desviada de sua rota original, avista o continente e faz o primeiro contato com os povos nativos, momento em que alguns deles são levados até a presença do Capitão-mor; a terceira e última parte é quando os portugueses chegam até a praia e estabelecem contato com todos os nativos. Discutirei cada uma das partes, apontando como elas, em conjunto, ajudam a contar uma história do processo de colonização de um modo bem específico.

Na primeira parte do filme, que acontece na íntegra em alto mar, temos já o estabelecimento dos sistemas relacionais⁸, constituído sob a forma de uma pirâmide de estratificação: no topo dela, a figura do Capitão-mor (Pedro Álvares Cabral), seguido dos capitães de outras naus da esquadra; logo abaixo aparecem os membros da igreja de Portugal, personificada especialmente pela figura de Frei Henrique de Coimbra, que realizará a primeira missa em solo brasileiro. Os próximos membros são profissionais de várias ordens que compõem uma espécie de quadro

⁸ Identificar os sistemas relacionais em um filme significa tentar perceber a posição do herói na história, sua relação com o meio social aí representado e os mecanismos que regulam tal relação. A partir disso é possível fazer uma comparação entre tais sistemas propostos pelo filme e a ideologia de uma época (SORLIN, 1997, p.241).

administrativo⁹, com pilotos, astrônomos e outros técnicos similares, onde inclui também a figura de Pero Vaz de Caminha, escrevente do rei e um dos narradores da aventura portuguesa no filme. Muito do que vemos no filme será através dos olhos desse personagem, mas não tudo. Para Schvarzman (2004) o olhar de Caminha é aquele que, mediado pelo trabalho de Humberto Mauro, conduz o filme. Morettin (2001), apoiado em considerações conceituais mais gerais de Ismail Xavier e Gérard Genette, irá contestar essa ideia, dizendo que Caminha pode até ser considerado um narrador autodiegético (personagem presente na história que conta) em várias partes do filme, mas que a obra possui várias instâncias narrativas que indicam o limite do seu olhar, que é englobado por um ponto de vista mais geral. A meu ver, esse ponto de vista mais geral, portanto, é o do diretor (e sua equipe), o que não contraria, necessariamente, a afirmativa de Schvarzman (2004), que diz que o olhar do escrivão é mediado pelo do diretor do filme. Isso é o que permite que nem todas as cenas mostradas sejam aquelas que o personagem de Caminha efetivamente tenha visto. No entanto, o filme trabalha nessa chave, almejando legitimar a história que constrói visualmente a partir do documento criado pelo escrivão português.

Caminha e os demais personagens próximos ao Capitão-mor podem ser considerados “personagens satélites” (SORLIN, 1997, p.239), uma vez que ficam sempre bem próximos desse personagem, representante máximo da autoridade portuguesa no filme, durante toda a história. Ainda que o Capitão-mor seja o personagem com maior *status* no sistema relacional proposto pelo filme, Pero Vaz de Caminha é quem recebe especial atenção. No filme não são poucos os momentos em que sua figura tem destaque. Logo nas primeiras sequências ele aparece abrindo seu caderno, ainda com as folhas em branco, como se sua escrita se realizasse concomitantemente com as imagens que são mostradas. Do modo como isso é feito, é como se a história escrita por Caminha fosse compondo a narrativa visual que assistimos, ainda que muitos momentos mostrados simplesmente não pudessem ter sido vistos pelo personagem do escrivão. A carta, como lembra Schvarzman (2004), apesar de não ser diretamente citada, torna-se objeto do filme, o que faz os registros serem confundidos. Nesse sentido, tendo a carta como base, o filme tenta se legitimar como história, ao passo que ele mesmo agrega uma condição de verdade ao documento oficial.

Essa primeira parte do filme refere-se a apenas dois parágrafos da carta de Caminha, que não teve maiores preocupações em descrever a aventura dos

⁹ Baseio-me na ideia de um sistema estamental, como o patriarcado, onde o quadro administrativo é fundamentado em relações de privilégios e honrarias, sendo composto por servidores que cuidam da organização da comunidade em uma relação de dominação (WEBER, 2004, p.175). É essa a analogia proposta quando identifico os “personagens satélites” como uma espécie de quadro administrativo, mais adiante na análise.

navegantes em alto mar. Nesse sentido, Humberto Mauro teve importante papel criativo, tendo que preencher as lacunas do texto original com cenas à altura de tamanha aventura, afinal ela resultaria na “descoberta” do Brasil, como o título do filme já indica. Ao destacar a saga marítima, Humberto Mauro opta por apresentar o personagem português como herói descobridor, homem da Europa, guiado a um só tempo pela ciência, através dos pilotos e seus objetos de conhecimento (cartas náuticas, astrolábios, quadrantes, ampulhetas e outros) e pela igreja, representada especialmente por Frei Henrique de Coimbra e pela cruz, objeto que aparece durante todo o filme. Ambas as esferas, a científica e a religiosa, por sua vez, são lideradas pelo Capitão-mor, representante máximo da autoridade portuguesa na narrativa visual. Essa autoridade, por sua vez, é visualmente construída ao longo do filme, por vezes aproximando o Capitão-mor da imagem de um monarca. Na segunda parte do filme, quando os portugueses avistam o litoral e as populações que lá vivem, temos um exemplo de construção visual que contribui para essa percepção. Dois nativos são levados para dentro da embarcação, a fim de serem apresentados ao Capitão-mor e seu séquito. A maneira como a sequência é construída assemelha-se muito com uma pintura realizada por Jean-Baptiste Debret (1768-1848) no Brasil, referente à Aclamação de D. João VI.

Se compararmos as duas imagens (Figuras 1 e 2) é possível perceber uma semelhança na construção, ainda que na gravura o ambiente seja maior em relação aos personagens e mais limpo, enquanto que o ângulo da cena, do filme, é menor, o que faz os personagens se espremerem no enquadramento. Porém, em ambas as imagens as figuras são ordenadas dentro de um espaço cúbico, e o olhar é direcionado para o fundo (ponto de fuga), onde se encontra o personagem de maior *status*: o Capitão-mor ou o rei, respectivamente. Em ambos os casos, imagens que remetem a Portugal.

Figura 1 – Cena do encontro dos índios com os portugueses, com Cabral sentado ao fundo



Fonte: Screenshot do filme *O Descobrimento do Brasil*. Elaboração própria.

Figura 2 – Aclamação do Rei Dom João VI, no Rio de Janeiro.
Litografia (detalhe), 1834-1839



Fonte: Acervo Brasileira USP (DEBRET, 1834).

A imagem de Debret (Figura 2) obedece ao sistema clássico de representação, com uma construção realizada a partir da distribuição das figuras em um espaço

cúbico cenográfico¹⁰. A perspectiva utilizada permite que o personagem central (no caso, D. João) que está localizado no fundo da cena, rodeado pelo seu séquito, tenha a atenção voltada para si. A mesma coisa se percebe na cena analisada (Figura 1): os nativos adentram ao ambiente, que é um cubo cenográfico similar ao da gravura citada, e conseguem ver todos que ali estão, ao mesmo tempo em que podem ser vistos por eles. O Capitão-mor está ao fundo, sentado em uma cadeira que mais parece um trono, o que dá a sensação de estarmos diante de um verdadeiro monarca; assim como D. João, ele está rodeado por um séquito. O tema figurado por Debret remete à pintura histórica, ainda que não se tratasse de uma obra efetivamente realizada nesse formato¹¹, e nesse sentido o filme de Mauro fornece elementos para pensá-lo como uma pintura desse gênero, só que em movimento.

A pintura de história era o gênero mais elevado dentro da Academia Francesa, devendo ser construída a partir de elementos considerados grandiosos, como a mitologia e a história política ou religiosa. Durante a revolução francesa foi a pintura dos revolucionários, sendo em seguida uma forte arma de propaganda nas mãos de Napoleão Bonaparte. Assim, a pintura histórica, num certo sentido, tem um aspecto de ordenação e legitimação do poder a partir da criação de mitos, e pensar o filme nesse registro é perceber uma tentativa de legitimação da colonização portuguesa. Na cena escolhida, Portugal é mostrado, portanto, como o centro da história e como aquele que levaria a civilização aos nativos, que são mostrados como criaturas dóceis e infantilizadas, que demonstram estranheza com as comidas, bebidas e animais a eles ofertados, mas que aos poucos demonstram sentirem-se confortáveis entre os estranhos, e tornam-se mais dóceis através dos cuidados a eles oferecidos, especialmente através de Frei Henrique de Coimbra. Trata-se de uma cena emblemática enquanto construção do português como (bom) colonizador, que conquista o nativo de forma pacífica, através de presentes e da ação religiosa.

Na terceira parte do filme esse aspecto colonizador e civilizador encontrará seu ápice, mas o cineasta utilizará agora elementos propriamente pitorescos para dar o arremate final nessa trama de relações de dominação, sempre apresentada de forma harmoniosa.

Ao chegar à praia, em pouco tempo os portugueses ganham a confiança dos nativos, numa atmosfera que é bastante pacífica. Uma das primeiras medidas dos

¹⁰ Conceito criado por Francastel (1990, p.22) para explicar a representação clássica criada durante o Renascimento, que organizava as figuras dentro um “cubo representativo” onde todas as partes eram “mensuráveis segundo a mesma escala”, em uma visualidade que lembra a boca de cena em um teatro.

¹¹ Em geral essas pinturas eram realizadas em telas de grandes dimensões e pintadas a óleo. Nesse sentido, apenas em *Coroação e sagração de D. Pedro I* (1828) é que se pode dizer que Debret realizou uma pintura histórica, em sentido estrito, apesar de ter feito várias telas em menores dimensões (estudos). A imagem aqui citada existe apenas no formato de litografia (TREVISAN, 2015).

recém-chegados será realizar a conversão religiosa dos índios, que é mostrada como um processo que tem início com a derrubada da mata na busca de madeira para a construção de uma cruz. As imagens dessa sequência (Figura 3) apresentam uma vegetação grandiosa, que muito lembram pinturas do século XIX, como *Florestas virgens do Brasil* (1834-1839) de Debret ou *Floresta brasileira* (1854), de Araújo Porto Alegre (1806-1879) (Figuras 4 e 5). Em ambos os casos, os personagens humanos são diminutos diante da natureza grandiosa e exuberante. No filme, os golpes de machado no tronco do jequitibá indicam uma sujeição da natureza ao poder de força do civilizador (Figura 6), bem como uma demonstração de força diante dos nativos, que se espantam frente ao poder dos visitantes, especialmente pelo som das machadadas.

Figura 3 – Exemplo de uma imagem do filme com homens dissolvidos na paisagem grandiosa, enquanto abrem uma clareira na floresta



Fonte: Screenshot do filme *O Descobrimento do Brasil*. Elaboração própria.

Figura 4 – Floresta brasileira. Sépia sobre papel, 1853, 54,5 x 82 cm



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes (ALEGRE, 1853).

Figura 5 – Florestas virgens do Brasil nas margens do Paraíba. Litografia, 1834-1839



Fonte: Acervo Brasileira USP (DEBRET, 1834).

Figura 6 – O grande jequitibá do filme, com os homens olhando para sua copa. A direita, personagem desferindo golpes de machado contra seu largo tronco



Fonte: Screenshot do filme *O Descobrimento do Brasil*. Elaboração própria.

Vale lembrar que a defesa do desbravamento das matas, em prol do desenvolvimento do país, era parte da política do Estado Novo. Nas palavras de Vargas, era preciso “[...] abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando os alicerces da Nação” (VARGAS apud MORETTIN, 2001, p.307). Nesse sentido, a sequência ora analisada torna-se plena de significados, próximos aos valores governamentais da moderna nação que se queria construir¹².

Após a construção da cruz, ela é levada em procissão até a praia, onde acontecerá a primeira missa no Brasil. Ao longo do caminho percebemos alguns nativos dependurados em galhos de árvores, observando a procissão, assim como algumas nativas, em uma das poucas aparições de personagens do sexo feminino no filme (Figura 7). A cena com as nativas sobre as árvores marca, assim como na figuração da natureza grandiosa, uma aproximação com a estética romântica e, também, com o gosto pitoresco, com o índio imerso na natureza. Essa cena pode ser comparada a uma gravura de Debret chamada *Bugres, província de Santa Catarina* (Figura 8), na qual vemos um personagem central masculino carregando uma jaguatirica, enquanto ao lado vemos uma cena semelhante à do filme, com uma personagem do sexo feminino com as coxas à mostra, agarrada ao tronco de uma árvore. Segundo Leenhardt (2008), esse tipo de construção de Debret foge ao compromisso assumido do pintor em relação à documentação, o que configuraria um deslize do artista para o romantismo. Para Leenhardt (2008, p.36), nessa imagem Debret vale-se de “[...] imagem do ‘bom selvagem’ e nos mostra moças vestidas à moda romântica, agar-

¹² É válido lembrar que em *Ao redor do Brasil*, do Major Reis, as cenas de derrubada de árvores são constantes, o que aponta não apenas se tratar de uma questão da época, como para a sugestão cada vez maior de que Humberto Mauro conhecia o trabalho de Reis e tinha-o como uma das referências. Sobre esse filme do Major Reis, ver Menezes (2008).

radas às árvores graças às suas fortes coxas, a recolher, delicadamente, os frutos”. De algum modo, é essa a visão sugerida em *O descobrimento do Brasil*.

Figura 7 – Índias sobre as árvores assistindo à procissão no filme. Do lado direito, detalhe da gravura de Debret *Bugres, província de Santa Catarina*



Fonte: À esquerda, *Screenshot* do filme *O Descobrimento do Brasil*, elaboração própria. À direita, Acervo Brasileira USP (DEBRET, 1834).

Figura 8 – Bugres, província de Santa Catarina. Litografia, 1834-1839



Fonte: Acervo Brasileira USP (DEBRET, 1834).

A partir de uma tradição visual consolidada, oriunda das pinturas românticas e pré-românticas brasileiras, Humberto Mauro encontra elementos para construir visualmente esse processo de desbravamento e expansão do território civilizado, a partir da dominação da natureza.

A última sequência é a mais emblemática do filme, no sentido de apresentar uma colonização pacífica e harmoniosa, onde Frei Henrique realiza a primeira missa e converte os nativos. A cena, bastante conhecida, foi inspirada na pintura de Vitor Meireles (Figura 9) e revela um cuidado especial na tentativa de transposição de uma cena fixa para uma cena em movimento, tentando ao máximo manter-se fiel ao que foi figurado pelo pintor (Figura 10).

Figura 9 – Cena da primeira missa no filme



Fonte: Screenshot do filme *O Descobrimento do Brasil*. Elaboração própria.

Figura 10 – Primeira missa no Brasil. Óleo sobre tela, 1860, 2,68 x 3,56 m.



Fonte: Museu Nacional de Belas-Artes, Rio de Janeiro (MEIRELLES, 1860).

Como se percebe, o filme é construído na chave da harmonia, da ordem e do progresso. Essa ordem é marcada por uma hierarquia proposta a partir de três elementos básicos: a **autoridade** portuguesa, na figura do Capitão-mor, representante direto do rei de Portugal, o **saber**, na figura de Caminha e demais membros da tripulação, especialmente os pilotos e astrônomos e a **igreja**, na pessoa de Frei Henrique e materializada pela cruz, imagem recorrente (grifos nossos). Os índios, sempre pacíficos, aparentam alguma surpresa com a chegada do estranho, mas cedem rapidamente às novas formas de representação. Sua imagem é construída em vínculo direto com a paisagem, onde estão imersos, em uma receita típica da representação do exótico e do pitoresco. Ao mostrarem-se receptivos, aceitam sem restrições as simbologias oferecidas pela igreja de Portugal e, a partir daí, entram em um processo civilizatório que condiz com os valores que orientam a realização do filme, de uma história que tem no português um agente forte, dominador, mas construído como alguém gentil e bem intencionado.

Nos primeiros anos do século XX, a figura do índio representava um entrave aos ideais de uma cidade moderna e cosmopolita, como era esperado da então Capital Federal (SEVECENKO, 1995). Porém, a narrativa visual criada por Humberto Mauro permite localizar esse grupo no passado, como algo que foi suplantado pela cultura portuguesa na construção de uma nova civilização, cuja

argamassa era a religião. Lembremos que Starobinski (2001) aponta a ligação entre a ideia de civilização (enquanto processo conduzido pelo europeu) e valores de perfectibilidade e progresso, algo que marcará a clivagem do filme: civilizar o nativo significava superar o passado, rumo à construção de uma nação moderna.

Conclusão

Durante a análise do filme, foi possível perceber que existe, ali, algo paradoxal. Afinal, estamos no Estado Novo e na busca da construção de uma nação moderna, já em processo de industrialização. No entanto, o que vemos nesse filme, fomentado pelo poder estatal, é uma ode ao caráter civilizatório do português colonizador. Seria mesmo um paradoxo, louvar a monarquia, em tempos de fortalecimento de nossa república? Na verdade, isso se mostrava de acordo com a política cultural do Estado Novo, em que o progresso, aliado a uma reconstrução do passado histórico, estava na base da construção da nação. Getúlio Vargas via, na recuperação de elementos selecionados do passado monárquico brasileiro, um modo de criar um elo entre seu governo e esse passado. Isso permite compreender, por exemplo, a criação de importantes museus durante seu governo, como o Museu Nacional de Belas Artes (1937) e o Museu Imperial (1943). Freyre (1971, p.184) dizia que Vargas tentava, com isso, assumir o papel de um líder monárquico, capaz de manter a ordem no país, sendo esse um dos motivos para ser chamado de “Pai dos pobres”. Não é à toa que, na frente do Museu Imperial, de Petrópolis, não foi um busto de D. Pedro II que foi construído, mas sim do próprio Getúlio. Segundo Williams (2001), a construção desse busto significava que os olhos do presidente estavam atentos ao modo como a história do último imperador deveria ser materializada. Ou seja: tratava-se de valorizar o passado, decidindo, porém, o modo como sua história seria contada.

Diante da análise, percebemos um paralelismo entre aquilo que é proposto pelo filme e um momento importante e bem conhecido da história nacional. No entanto, como lembra Francastel (1990), não há interesse na simples constatação desse tipo paralelismo – uma pesquisa bem conduzida é aquela que, mais do que confirmar experiências, enriquecem-nas. Nesse sentido, como aponta o autor, a obra de arte se torna um precioso inventário sobre as atividades e os valores de uma época. No caso do filme aqui analisado, mais do que indicar valores já existentes, dá forma a tais valores, construindo, com isso, uma visualidade sobre a história que deveria ser aprendida naquele momento.

O descobrimento do Brasil conta uma história a partir de elementos de ordem, harmonia e progresso, colocando, de um lado, o herói português, e do outro, o índio pacífico e carente de civilização. Nesse trajeto, a obra oscila entre uma preocupação

propriamente histórica (com uso de cartelas informativas, mapas, e outros recursos) e uma tendência às construções visuais pitorescas, especialmente nas paisagens e comportamentos dos nativos. Nesses termos, o filme realiza um diálogo com o modernismo brasileiro, especialmente o chamado Modernismo Oficial dos anos de 1930, que oscilava entre a valorização da história do país e o culto do pitoresco, na busca da construção da nação.

CINEMA, HISTORY AND THE NATION: HUMBERTO MAURO AND O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

ABSTRACT: *Humberto Mauro is considered a pioneer of Brazilian cinema. This article proposes a reading of his film O descobrimento do Brasil (1937) based on conceptual elements from the fields of Sociology of Art and Cinema developed by Pierre Francastel and Pierre Sorlin. The film, part of the collection of the old National Institute of Educational Cinema, gives an image to the “discovery” of the country, its aim being to illustrate the Carta de Pero Vaz de Caminha. Accordingly, it makes references to the Brazilian visual tradition and produces what we might call a historical painting in motion. In this perspective the film introduces elements of the past in the construction of the values of its time, creating or recreating myths of nationality. Thus it becomes part of a larger project of construction of the Brazilian nation, in which cultural objects were considered a path to its implementation.*

KEYWORDS: *Humberto Mauro. Sociology of cinema. Sociology of art. Cinema and history. Cinema and nation.*

REFERÊNCIAS

ALEGRE, M. A. P. **Floresta brasileira**. Sépia sobre papel, 1853, 54,5 x 82 cm. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1853.

ARANTES, P. E. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, O. B. F.; ARANTES, P. E. **Sentido da formação**: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.7-66.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário estatístico do Brasil**. Ano VI – 1941/1945. Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acervo Real Gabinete Português de Leitura, 1946.

CANDIDO, A. A revolução de 1930 e a cultura. In: _____. **A educação pela noite**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006. p.214-240.

_____. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARRIÈRE, J. C. **A linguagem secreta do cinema**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

DEBRET, J. B. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. Acervo Brasileira USP. Paris: Firmin Didot Prères, Imprimeurs de L'Institut de France, 1834. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00624520#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

FABRIS, A. Modernidade e vanguarda: o caso brasileiro. In: _____. (Org.) **Modernidade e modernismo no Brasil**. São Paulo: Mercado de Letras, 1994. p.9-26.

FABRIS, M. Cinema: da modernidade ao modernismo. In: FABRIS, A. (Org.) **Modernidade e modernismo no Brasil**. São Paulo: Mercado de Letras, 1994. p.97-110.

FRANCASTEL, P. **A realidade figurativa**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

_____. **Pintura e sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FREYRE, G. **Mundo novo nos trópicos**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971. (Brasílica, 348).

GOMES, P. E. S. **Cinema: trajetória no subdesenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEENHARDT, J. Jean-Baptiste Debret: um pintor francês no Brasil Imperial. In: _____. **A construção francesa do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2008. p.25-78.

MEIRELLES, V. **Primeira missa no Brasil**. Óleo sobre tela, 1860, 2,68 x 3,56 m. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1860.

MENEZES, P. Major Reis e a constituição visual do Brasil enquanto nação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, n.29, p.231-256, 2008.

MEYER, M. Um eterno retorno: as descobertas do Brasil. In: _____. **Caminhos do imaginário no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001. p.19-46.

MORETTIN, E. **Os limites de um projeto de monumentalização cinematográfica: uma análise do filme Descobrimiento do Brasil (1937), de Humberto Mauro**. 2001. 450 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PASSERON, J. C. Prazeres e saberes do olho: confissões de um sociólogo que gosta de pintura. **Tempo Social**, São Paulo, v.3, n.1-2, p.41-75, 1991.

ROCHA, G. Humberto Mauro e a situação histórica. Suplemento dominical. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.1, 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&PagFis=22496>. Acesso em: 26 jun. 2016.

SCHVARZMAN, S. **Humberto Mauro e as imagens do Brasil**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SORLIN, P. **Sociologie du cinema: ouverture pour l'histoire du demain**. Paris: Aubier Montaigne, 1997.

STAROBINSKI, J. **As máscaras da civilização: ensaios**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

TREVISAN, A. R. **A redescoberta de Debret no Brasil modernista**. São Paulo: Alameda, 2015.

_____. Arte, memória e sociedade: Jean-Baptiste Debret e sua (re)descoberta na primeira metade do século XX no Brasil. **Resgate**. Revista interdisciplinar de cultura, Centro de Memória/UNICAMP, Campinas, v.20, p.18-27, 2012. Disponível em; <<http://www.emu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/244/246>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

WEBER, M. A distribuição do poder dentro da comunidade: classes, estamentos e partidos. In: _____. **Economia e Sociedade**. Brasília: Imprensa Oficial: Ed. da UNB, 2004. p.175-186. v.2.

WILLIAMS, D. **Culture wars in Brazil**. The first Vargas regime, 1930-1945. Durham: Duke University Press, 2001.

WILLIAMS, R. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Filme analisado

O descobrimento do Brasil. Humberto Mauro, Rio de Janeiro (Brasil), 1937, 35 mm, 60 min., branco e preto, sonoro.

Recebido em 26/01/2015.

Aprovado em 15/05/2016.

Resenhas/*Reviews*

OUTRO OLHAR SOBRE AS CRIANÇAS: EMERGÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E NOVAS PERSPECTIVAS PARA A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA¹

*Viviane Fernandes Faria PINTO**
*Fernanda MÜLLER***

Qvortrup (1987) e Corsaro (1997) sugeriram que crianças e infância foram, em certa medida, historicamente negligenciadas pelas Ciências Sociais. Contudo, é de amplo reconhecimento que nos últimos trinta anos a infância se consolidou como objeto de atenção das Ciências Sociais, especialmente, com o surgimento da Sociologia da Infância (MONTANDON, 2001; SIROTA, 2001). Este campo reconheceu as crianças como agentes e a infância como um fenômeno social.

Com o intuito de contribuir para a compreensão do contexto de desenvolvimento dessa área de estudo é que se insere o livro *A History of the Sociology of Childhood*, de autoria de Berry Mayall (2013), professora de Estudos da Infância, do Instituto de Educação da Universidade de Londres. Mayall (2013) escreve com a prerrogativa de quem esteve envolvida com a emergência e consolidação do campo e resgata, para a construção dessa história, estudos de vários centros de pesquisa do mundo. Dividido em seis seções, além de introdução e considerações finais, o livro tem por objetivo oferecer elementos sobre o desenvolvimento da compreensão sociológica da infância. A autora expõe como a Sociologia da Infância surge por meio do movimento de ideias e na interface com outras áreas de conhecimento, como a Psicologia e a Antropologia. O livro ainda trata da construção da Sociologia da Infância em períodos e em contextos

* INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Básica. Brasília – DF – Brasil. 72000-000 - viviane.educ@gmail.com.

** UnB – Universidade de Brasília. Faculdade de Educação. Brasília – DF – Brasil. 70910900 - fernanda.muller@gmail.com.

¹ Resenha da obra: MAYALL, B. **A History of the Sociology of Childhood**. Londres: IOEPress, 2013.

específicos, como nos Estados Unidos e no Reino Unido, indicando novas abordagens e caminhos para o desenvolvimento do campo.

A primeira seção, *The importance of developmental psychology in shaping childhoods*, se atém às contribuições da Psicologia do Desenvolvimento na formação do conceito de infância. Embora a autora reconheça que diversas disciplinas têm interesse pela infância, argumenta que é necessário compreender como a Psicologia tratou as crianças. A infância tornou-se tema de grande interesse no final do século XIX pela entrada das crianças na escola e pela expansão do processo industrial na Europa. Do ponto de vista acadêmico, cresceu o interesse pelo estudo das crianças pela possibilidade de se compreender a influência da herança genética ou do ambiente no desenvolvimento humano. Partindo da ideia de que as crianças forneceriam um caminho para a compreensão dos adultos, esses estudos seguiram um conceito de desenvolvimento linear na tentativa de identificar padrões de desenvolvimento, também por influência da teoria evolucionista de Charles Darwin. A Psicologia, por oferecer um tipo de conhecimento sobre as crianças que favorecia essa visão, legitimou-se como a principal disciplina explicativa da infância.

A segunda seção, *Precursors of sociological approaches to childhood – especially in the USA*, trata de uma aproximação sociológica à infância nos Estados Unidos. Os argumentos desta seção se alinham aos de Montandon (2001), que observou o interesse dos pesquisadores estadunidenses pelo estudo sociológico da infância nos anos 1920 e 1930 e o seu declínio, o que resultou em um hiato na produção sociológica sobre a infância. Montandon (2001) mostra que esse fato pode ser atribuído especialmente a duas causas, quais sejam: o prestígio alçado pela Psicologia e o declínio da Escola de Chicago. Mayall (2013) adverte que a predominância dos estudos da infância de base psicológica refletiu a lenta resposta dos Estados Unidos à Sociologia da Infância que já vinha sendo desenvolvida na Europa. Apesar disso, três centros de pesquisa estadunidenses foram pioneiros na conexão de infância e Sociologia: a proposta multidisciplinar da Universidade Rutgers; os estudos de William Corsaro na Universidade de Indiana; e as pesquisas lideradas por Barrie Thorne na Universidade da Califórnia, em Berkeley². Nesta mesma seção, a autora ainda argumenta que entre 1960 e 1970 as críticas à predominância da Psicologia no estudo das crianças se intensificaram, especialmente pela sua visão a-histórica e descontextualizada. Talvez em decorrência dessas críticas, algumas linhas investigativas da Psicologia do Desenvolvimento

² Ainda que Mayall não o tenha mencionado, entendemos que nos EUA é justo reconhecer ainda a importante contribuição para os estudos da infância do *Center for Language, Interaction, and Culture* (CLIC / Universidade da Califórnia, em Los Angeles, especialmente a produção de Elinor Ochs, Marjorie H. Goodwin e Tania Stivers.

abandonaram o laboratório e passaram a investigar as crianças em atividades cotidianas. A nova abordagem mostrou que o contexto social era constituído também pelas interações sociais, o que deu novo foco à criança enquanto um ser interativo e social. A Antropologia também teve um papel significativo na emergência de novos olhares para a infância por meio de estudo de crianças e jovens em sociedades tradicionais. Um exemplo retomado foi o estudo de Margaret Mead em Samoa, que contrariou uma ideia universalista da adolescência como um estágio problemático da vida.

Na terceira seção, *Sociological approaches to childhood in the UK – early days*, Mayall (2013) explica o processo de aproximação da Sociologia à infância no Reino Unido. Para isso, explora algumas subáreas das Ciências Sociais, tais como: a Sociologia Médica; Estudos Feministas; Estudos Históricos e Etnográficos. A autora afirma que entre 1970 e 1980 houve considerável apoio à ideia de que as crianças deveriam ser concebidas como sujeitos ativos. Neste período, a Sociologia Médica começou a se interessar pelas crianças e se propôs a investigar as relações de poder nos encontros entre médicos e pacientes. Embora o interesse principal estivesse centrado nos adultos, alguns estudos passaram a observar como crianças se posicionavam nesses encontros. Atribui à Margaret Stacey uma importante contribuição ao questionar a visão de paciente e propor a condição de sujeitos ativos na própria cura, o que fundamentou estudos posteriores sobre a agência de crianças em hospitais³.

No que se refere aos Estudos Feministas e sua relação com a infância, Mayall (2013) afirma que houve cautela devido ao desafio diante do pressuposto de que mulheres seriam cuidadoras naturais de crianças. Embora as crianças tivessem sido tomadas como adversárias em um momento inicial, os Estudos Feministas colaboraram para o conceito de crianças e de infância diante da importância da relação mãe-criança nas experiências femininas. Além disso, o desenvolvimento massivo de instituições de Educação Infantil na Europa colocou a mulher em uma posição-chave para discutir o que a sociedade oferecia à infância, assim como a divisão de responsabilidades no cuidado com as crianças. Os Estudos Históricos e Etnográficos, também, assumiram uma posição de destaque na percepção das diferentes infâncias. Um exemplo foi o estudo do historiador francês Philippe Ariès que mostrou como o conceito de infância foi construído com o passar dos séculos e a contribuição de Viviana Zelizer, que estudou como as crianças foram excluídas da vida pública e relegadas a permanecerem em casa e na escola nas cidades americanas.

³ Acrescentamos que no Reino Unido, Priscilla Alderson colaborou para o desenvolvimento do campo a partir de suas pesquisas com crianças em hospitais.

Na quarta seção do livro, *Childhood sociology in (other) north European countries*, a autora analisa o desenvolvimento da Sociologia da Infância em outros países europeus, como os Escandinavos e a Alemanha. Destacamos do apanhado um estudo realizado na Alemanha durante a década de 1970 no qual um grupo de sociólogos estudou duas gerações de crianças, uma nascida próximo ao início da 2ª Guerra Mundial e a outra nascida nos anos de 1960.

Enquanto o pós-guerra foi um período conservador, na década de 1960 houve avanços rumo à democratização. A pesquisa, que tinha a intenção de descobrir como características macroestruturais influenciavam as experiências de infância, percebeu que os movimentos políticos e sociais influenciaram aquelas gerações. Os sociólogos alemães foram talvez os primeiros a relatar pesquisas sobre o cotidiano e a perspectiva das crianças acerca da estrutura social. Esse estudo, que permaneceu publicado apenas na Alemanha até 1990, apresentou as interconexões de níveis de relações geracionais ao nível pessoal e familiar e ao nível estrutural.

Outra investigação destacada é a *Childhood as a Social Phenomenon*, conduzida por Jens Qvortrup, entre 1987 e 1992, em 16 países. A investigação permitiu uma série de publicações sobre temas relacionados à Economia, à justiça, e à infância enquanto grupo social e geracional. O trabalho de Qvortrup mostrou que as crianças que sempre contribuíram nas tarefas econômicas estavam agora direcionadas às atividades escolares. Este estudo trata da agência das crianças em torno do próprio aprendizado, ideia que desafiou as noções tradicionais de socialização.

A quinta e mais densa seção do livro, *Current UK work on the sociology of childhood*, explora temas de estudo mais recentes na Sociologia da Infância. Entre aqueles tratados no livro, destacamos: os direitos das crianças; a relação entre corpo e infância; globalização e infância; e infância e mídia. Uma questão importante que impulsionou estudos empíricos com crianças no final dos anos de 1990 no Reino Unido foi o financiamento *ESRC Programme - Children 5-16*⁴. Os 22 estudos vinculados ao programa oportunizaram uma visão das crianças enquanto agentes sociais. Ao abordar a questão das metodologias, a autora afirma que nos últimos 15 anos houve um desenvolvimento de técnicas específicas e de procedimentos éticos adotados nos estudos com crianças no Reino Unido. Este desenvolvimento pode ser percebido como resultado dos vários estudos derivados da Convenção sobre os Direitos da Criança e do aumento considerável de cursos voltados ao estudo da infância nas universidades. Um ponto relevante no processo de consolidação da Sociologia da Infância encontra-se nos métodos mais adequados para garantir a participação efetiva das crianças em todas as fases

⁴ Na década de 1990 houve uma linha de financiamento do *Economic and Social Research Council* (ESRC) para estudos focados em crianças e jovens com idades entre 5 e 16 anos que investigaram temáticas como a relação adulto-criança, mudanças na família, entre outros.

de um estudo. Quanto à coleta de dados, muitos pesquisadores têm considerado a possibilidade de participação das crianças. Todavia, a questão central que se coloca é sobre a indubitável diferença de poder entre adultos e crianças, especialmente na fase de interpretação e disseminação dos dados. Tratando brevemente desta questão, Mayall (2013) cita Mandell que sugere que o pesquisador adote um papel menos adulto, estratégia também reconhecida por Corsaro (1997) em seus estudos, por meio da postura de adulto atípico. Contudo, Mayall (2013) nos adverte que outros pesquisadores têm críticas ao uso de tais estratégias. Apesar disso, destaca que atualmente ideias relacionadas à participação de adultos e crianças em pesquisas avançaram e já envolvem a participação efetiva de crianças no delineamento das questões de pesquisa e na disseminação de resultados. Outros tópicos abordados na quinta seção referem-se a questões como o corpo; a relação com as mídias; a globalização e o espaço geográfico. A autora nos informa que, por meio de uma analogia à manipulação do corpo feminino proposto pelos estudos de gênero, pesquisadores procuraram compreender como os corpos infantis são vistos e gerenciados. Na relação entre crianças e mídia, pesquisas indicam como as crianças utilizam a mídia no exercício de relações de poder entre pares e entre gerações e também para o entretenimento.

Novas áreas de pesquisa têm acompanhado as mudanças tecnológicas de comunicação com interesse especial na mídia global, que prevê investigações sobre a relação das crianças com a Internet, as redes sociais e os videogames nas sociedades. Quanto à relação entre globalização e infância, Mayall (2013) a entende com base em três aspectos: o primeiro considera os efeitos exercidos por forças externas de ordem política, econômica e social que modificam as condições de vida em uma determinada sociedade. O segundo refere-se à influência de documentos internacionais que apresentam visões particulares e normatizadoras sobre a infância. O terceiro aspecto aborda os movimentos migratórios e o papel ativo desempenhado pelas crianças nas relações intergeracionais nestes contextos.

Finalmente, na sexta seção do livro, *Other recent developments*, a autora apresenta o atual *status* da Sociologia da Infância e alguns estudos em diferentes países do mundo, dentre eles: Finlândia, Austrália, França, Itália, Alemanha, Romênia, Holanda, Portugal e Brasil⁵, indicando um expansivo interesse pela Sociologia da Infância a partir dos anos de 1990.

Nas conclusões Mayall (2013) pondera sobre a importância de uma atenção sociológica à infância. Para a autora, uma compreensão apropriada sobre o

⁵ No Brasil o interesse sociológico pela infância também apresenta rupturas. Fernandes (1961) foi pioneiro com um estudo sobre brincadeiras de rua nos anos de 1940. Nos anos 1980 Martins (1993) analisou a infância junto a grupos de migrantes. A partir dos anos 2000 trabalhos passam a ser desenvolvidos de forma mais sistemática.

funcionamento da sociedade demanda a inclusão de conhecimentos sobre todos os seus membros. Assim, é necessário considerar como as crianças se constituem como parte da estrutura social, como participam e colaboram para manter e desenvolver as sociedades. Outra questão destacada é a tendência de superação da dicotomia entre Sociologia da Infância e Psicologia do Desenvolvimento, com vistas a se alcançar uma compreensão mais global sobre a infância.

Ressaltamos que o livro oferece elementos esclarecedores sobre os movimentos que impulsionaram a emergência da Sociologia da Infância. A autora situa o leitor com relação aos principais conceitos e fundamentos do campo ao mesmo tempo em que indica os contextos que possibilitaram o seu surgimento. Consideramos, portanto, uma obra significativa e a sua leitura recomendável para todos aqueles que investigam a infância ou se interessam em compreender o papel das crianças na sociedade.

REFERÊNCIAS

CORSARO, W. A. **The sociology of childhood**. California: Pine Forge Press, 1997.

FERNANDES, F. As ‘Trocinhas’ do Bom Retiro. In: _____. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Anhambi, 1961. p.153-256.

MARTINS, J. S. Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. In: _____. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993. p.51-80.

MAYALL, B. **A history of the sociology of childhood**. Londres: IOEPress, 2013.

MONTANDON, C. Sociologia da Infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.112, p.33-60, mar. 2001.

QVORTRUP, J. Introduction. **International Journal of Sociology**, [S.l.], v.17, n.3, p.3-37, 1987.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.112, p.7-31, mar. 2001.

Recebido em 20/07/2015.

Aprovado em 23/05/2016.

O PODER ANGOLANO EM PORTUGAL¹

*Ermelinda LIBERATO**

O relacionamento entre Portugal e Angola, historicamente muito intenso, tem merecido destaque negativo nos últimos anos na imprensa e opinião pública portuguesa e angolana. A crise económica e financeira que Portugal enfrenta desde 2011 colocou Angola como parceira estratégica primordial, posição que se deve sobretudo ao aumento do investimento de capital angolano em setores-chave da economia portuguesa. De que forma se impõe o poder angolano em Portugal, como se estabelecem as relações entre os dois países, o que está por detrás destes negócios, a interação entre os negócios e a política nos dois lados do atlântico, entre outras, são as propostas que Celso Filipe, jornalista português e subdiretor do semanário *Jornal de Negócios*, se propõe, de forma simples e concisa, porém consistente e elucidativa, abordar.

Para o efeito, traça primeiramente um retrato da sociedade, da economia e da política angolana nos últimos 38 anos, isto é, desde a proclamação da independência em 1975, até ao período de expansão do liberalismo, analisando pormenorizadamente, o período marxista ou de centralismo político e económico, essencial para a compreensão da situação económica e política atual em Angola. Faz igualmente referência aos nomes dos principais investidores angolanos em Portugal na atualidade, com destaque para Kopelipa, braço direito do presidente de Angola, para Manuel Vicente, atual vice-presidente da república e Isabel dos Santos, filha do presidente de Angola, realçando os seus principais negócios e áreas de investimento, quer em Angola quer em Portugal, as ligações entre os diferentes investimentos e respetivas conexões com o poder político e económico português.

* UAN – Universidade Agostinho Neto. Faculdade de Ciências Sociais. Luanda – Angola. ermelinda.liberato@gmail.com.

¹ Resenha da obra: FILIPE, Celso. **O poder angolano em Portugal**: presença e influência do capital de um país emergente. Lisboa: Planeta Editores, 2014. 118 p.

De seguida, o autor esboça um retrato das principais empresas portuguesas, públicas e privadas, que contaram com a entrada de capital angolano, as dificuldades de cada uma delas, como se processou a entrada desse capital e sobretudo as ligações com os angolanos. Nesta caracterização percebemos de forma clara como política e negócios se mesclam num mesmo ponto: capital económico. E é precisamente essa injeção de capital económico angolano na economia portuguesa que tem conduzido a um descontentamento por parte da opinião pública portuguesa em geral, que associa esse investimento angolano à “lavagem de dinheiro” (FILIPE, 2014, p.78) e à corrupção, assim como a uma atitude arrogante por parte dos angolanos, que os coloca numa posição de subserviência.

Do outro lado do atlântico, o descontentamento também se verifica na opinião pública angolana que se insurge contra os privilégios que os portugueses e as empresas portuguesas usufruem em Angola, a maneira principesca como estes são tratados, mas sobretudo, pela forma como a opinião pública portuguesa está a olhar negativamente para esse investimento questionando a integridade dos angolanos no geral. No entanto, esta aparente tensão não passa disso mesmo: aparência. Os angolanos continuam a ver Portugal como a sua segunda casa, para onde se dirigem anualmente pelos mais diversos motivos: lazer, educação, saúde, férias, entre outras, os investimentos angolanos e portugueses continuam nos dois países e os portugueses continuam a chegar a Angola em número elevado, numa tentativa de escaparem à crise económica que assola o seu país.

O livro termina com um capítulo conclusivo no qual se estrutura o potencial de Angola para se afirmar no continente africano, na dinâmica económica africana e mundial, para consolidar a sua posição enquanto parceiro estratégico de Portugal, mas sobretudo, para potenciar o seu próprio desenvolvimento e oferecer melhores condições de vida à sua população, pois, como o próprio autor alerta, “[...] o compromisso mais importante que os líderes angolanos têm que fazer é com o futuro do seu país e do seu povo” (FILIPE, 2014, p.114).

Um dos méritos da obra é de apresentar de forma sintética essa relação de promiscuidade entre política e negócios, bem como a forma como se entrelaçam as principais transações económicas estabelecidas entre os dois países. Em cada um dos exemplos apresentados fica claro que não se trata apenas de simples operações ou de boas oportunidades de negócios. Mas sim, por um lado, da necessidade de injeção de capital por parte da economia portuguesa, abertura de novos cenários de investimento como é o caso do mercado angolano que se encontra numa fase de crescimento e de expansão e, por outro, uma necessidade imperativa dos angolanos investirem no exterior, demonstrando o seu poder económico.

Podemos apontar ainda uma vontade de Angola se impor à Europa, utilizando para o efeito Portugal como porta de entrada. Aliás, essa é a ideia que nos dá a capa do livro: uma moeda de um euro, pintada com as cores da bandeira e a insígnia da República de Angola, dando assim a sensação de um equilíbrio de forças de onde poderá resultar no futuro, uma moeda comum entre aquele país e a zona euro. Por outro lado, essa relação de negócios pode estar assente em interesses mais pessoais do que nacionais, ou seja, o fato dos investidores angolanos quererem se salvar em relação às “[...] reticências quanto ao futuro de Angola, quando José Eduardo dos Santos sair de cena” (FILIPE, 2014, p.101) assim como a imagem de um certo “[...] revanchismo do ex-colonizado em querer colonizar o ex-colonizador” (FILIPE, 2014, p.78), impondo assim as suas regras.

Outro dos pontos focados pelo autor está relacionado com o crescimento económico que Angola tem registado nos últimos anos, resultado do fim de anos de conflito armado e dos preços elevados do petróleo, principal recurso económico do país, e que tem permitido essa relação de negócios entre os dois países, levando Filipe (2014) a caracterizar Angola como país emergente. Do nosso ponto de vista, o fato da economia angolana estar a registar um *boom* económico que tem conduzido o país a classificações positivas de desempenho por parte dos principais organismos internacionais (FMI, BM, empresas de rating), não quer dizer que este possa ser classificado de país emergente. Fatores como o petróleo continuar a ser a espinha dorsal da economia (mais de 90% das exportações) o que faz com que o país fique demasiado exposto a futuras crises desse recurso, de não ter conseguido, até à data, dinamizar o setor não petrolífero, de não haver maior investimento interno, da burocracia institucional, da corrupção enraizada na estrutura social, da fraqueza dos recursos humanos (falta de formação e informação), do baixo Índice de Desenvolvimento Humano – posição 148, índice 0.508 – (PNUD, 2014), entre outros, levam-nos a considerar que Angola ainda tem um longo percurso a trilhar até poder ser candidato a emergente e estar ao mesmo nível dos BRICS².

Assente em pesquisa bibliográfica e documental realizada nos dois lados do atlântico que reforcem a sua cientificidade e importância, a obra apresenta-se essencial para o público em geral e para investigadores e académicos de qualquer área do saber, pois se quisermos entender a realidade atual tanto de Angola como de Portugal, temos necessariamente que perceber a extensão do relacionamento entre os dois países. É com base nesta relação que depois se estabelecem outras, um

² BRICS – grupo de países que se encontram num estágio similar de mercado emergente, ou seja, apesar de serem considerados países em desenvolvimento, destacam-se pelo seu desempenho económico. As siglas indicam os países que fazem parte desse grupo, nomeadamente Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

pouco ao estilo “clientelista”³ e que vão moldando a sociedade dos dois lados do atlântico, definindo novos valores culturais e identitários, novos comportamentos, dando novos rumos à história.

Fica assim aqui aberta mais uma linha de investigação que pode conduzir a tantos outros caminhos criativos sobre a temática e que deve ser explorada, sobretudo no que toca a ligação entre os dois países, pois, apesar das 118 páginas, trata-se de um livro de bolso cujo objetivo é despertar a nossa atenção para a temática em si, bem como levar-nos a pensar para além das aparências, dado que, como o autor alerta, “[...] o investimento angolano em Portugal não se esgota, naturalmente, nos números e ligações apresentados [...] a paisagem deste investimento altera-se todos os dias” (FILIPE, 2014, p.97) e são essas alterações que irão continuar a moldar o futuro do relacionamento entre os dois países e, conseqüentemente, o futuro do relacionamento entre os dois povos e quiçá, com os restantes países lusófonos⁴. Por tudo isso afirmamos que se trata obviamente de um documento indispensável de leitura e de análise.

REFERÊNCIAS

FILIPE, C. **O poder angolano em Portugal**: presença e influência do capital de um país emergente. Lisboa: Planeta Editores, 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de desenvolvimento humano 2014**. Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Nova Iorque: PNUD, 2014.

Recebido em 06/01/2015.

Aprovado em 23/05/2016.

³ Troca de favores, benefícios ou serviços políticos.

⁴ Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Diretrizes para Autores

POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Estudos de Sociologia (RES)** possui periodicidade semestral e aceita artigos, dossiês, ensaios e resenhas inéditos nos campos da Sociologia, Política, Antropologia, ou no campo interdisciplinar das Ciências Sociais, que não estejam sendo apresentados simultaneamente em outro periódico. Ao enviar seu trabalho para a **Estudos de Sociologia**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

A **RES** opera com chamadas temáticas divulgadas pelo Conselho de Redação (**CR**) em sua versão *online*, (<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>). São realizadas de duas até três chamadas por ano simultaneamente com prazos de expiração diferenciados.

Os artigos são aceitos em português, ou em espanhol. Artigos em outros idiomas podem ser submetidos à **RES** para serem traduzidos em português, desde que sejam originais, ou apresentem autorização de publicação. O **CR** se reserva o direito de aceitar ou não a proposta para tradução, conforme o tema, a pertinência de sua publicação.

É exigida a titulação mínima de Mestre aos autores que desejem submeter artigos. Os autores que pretenderem publicar artigos com regularidade na **RES** devem aguardar três números consecutivos para tanto.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação dos artigos recebidos está condicionada à aprovação dos pareceristas *ad hoc*, ou ao cumprimento de suas sugestões. São considerados: originalidade, consistência teórica, clareza na exposição e contribuição científica do artigo. O prazo solicitado aos pareceristas para a emissão de sua avaliação é de três semanas. Os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, assim como os nomes dos autores, que receberão os pareceres com as avaliações, sugestões, ou recusa. Os autores serão informados pelo **CR** da decisão final sobre os textos aceitos, ou recusados para publicação.

O artigo será aprovado ou recusado pelo **CR** desde que atenda as devidas alterações indicadas pelos pareceristas. O tempo médio entre a submissão, a emissão

dos pareceres e a aprovação ou recusa final do artigo pelo Conselho de Redação varia de 3 a 6 meses a partir da data de encerramento da chamada.

Após aprovados os artigos passam por uma minuciosa revisão gramatical realizada por profissionais da área e caso necessário, os autores são consultados para esclarecimento. Isto feito, os artigos seguem para o Laboratório Editorial da FCL/Ar/UNESP que faz a revisão bibliográfica. Nesta etapa os autores são consultados para fazer correções, ou preencher lacunas das referências.

O CR se reserva o direito de publicar ou não trabalhos enviados à redação, no que diz respeito aos itens acima citados e à adequação ao perfil da RES, à temática de cada edição, ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os textos devem ser enviados através do site da revista <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>>, onde são explicados todos os passos para submissão dos artigos, clicando em SUBMISSÕES ON LINE, no menu superior da página.

Formatação

Todos os trabalhos devem ser digitados em *Microsoft Word*, ou programa compatível (o arquivo deve ser salvo com a extensão “doc”), fonte *Times New Roman*, tamanho 12 (com exceção das citações diretas com mais de três linhas e das notas de rodapé), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos (exceto para citações diretas com mais de três linhas). As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

Dimensão

Os ARTIGOS deverão ter até 45.000 caracteres com espaços, incluindo título e resumo (com no máximo 150 palavras), palavras-chave (no máximo 5), em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. Os ENSAIOS deverão ter até 30.000 caracteres com espaços, incluindo título, resumo, palavras-chave, em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. As RESENHAS deverão ter até 15.000 caracteres com espaços, incluindo título, em português e inglês, notas de rodapé bibliografia etc. Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, há

no máximo dois anos e, no exterior, no máximo há cinco anos. No rodapé incluir dados do/a autor/a (não ultrapassar três linhas): formação, instituição, cargo, email.

Organização

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte sequência:

- TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (no máximo 150 palavras); PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritas no idioma do artigo); TEXTO;
- TÍTULO EM INGLÊS (centralizado, em caixa alta); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, exceto para os textos escritos em inglês.
- AGRADECIMENTOS (se houver);
- REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto).

Recursos tipográficos

O recurso tipográfico **Negrito** deve ser utilizado para **ênfases ou destaques no texto**, enquanto o recurso *Itálico* deve ser reservado para *palavras em língua estrangeira e para títulos de obras* citados no corpo do texto. As “aspas” devem ser utilizadas **somente nas citações** de frases de outros autores extraídas de artigos, livros, ou outras fontes, conforme as regras de citações dentro do texto, descritas a seguir. Recomenda-se que o recurso **negrito seja usado com parcimônia**.

Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem conter somente informações substantivas, utilizando-se os recursos do *Microsoft Word*, em corpo 10, **não devem ultrapassar três linhas**.

Citações dentro do texto

Nas citações diretas feitas dentro do texto, **de até três linhas**, e entre aspas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo SOBRENOME, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000)

assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida do número da página. com p. (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a).

Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

Citações destacadas do texto

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

REFERÊNCIAS

Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Exemplos:

Livros: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da obra** (negrito): subtítulo. Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editora, ano de publicação. [IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.]

Capítulos de livros: SOBRENOME do autor, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, Ano de publicação. Número e/ou volume, página inicial-final do capítulo. [ALEXANDER, Jeffrey C. A Importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.23-89.]

Artigos em periódicos: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**, Cidade de publicação, volume, número, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.71, v.24, p.9-24, out. 2009.]

Dissertações e teses: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da tese:** subtítulo. Ano de defesa. número de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Dissertação (Mestrado), Tese (Doutorado) – Instituto ou Faculdade, Nome da instituição por extenso, Cidade, Ano. [VAZ, Antonio Carlos. Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos. 2012. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.]

Artigos em jornais/revistas: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do jornal**, Cidade de publicação, data de publicação (dia mês abreviado e ano). Caderno, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [PIRES, P. A. Vidas Paralelas: reflexos nos espelhos de Sontag e Barthes. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2012. Ilustríssima, p. 4-5.]

Entrevistas: SOBRENOME do entrevistado, Nome. Título da entrevista. [mês abreviado e ano da entrevista]. Entrevistador: Nome do entrevistador na ordem direta. **Nome do jornal/revista**, Local de publicação, página onde aparece a entrevista, dia mês abreviado e ano da publicação. [ALENCASTRO, L. F. O observador do Brasil no Atlântico Sul. [out. 2011]. Entrevistadora: Mariluce Moura. **Revista da FAPESP**, São Paulo, p.10-17, out.2011.]

Eventos: SOBRENOME, Nome do autor. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número de ordem do evento seguido de ponto, ano da realização, Cidade. **Nome da publicação dos trabalhos**. Local da publicação: Editora, ano da publicação. [BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1996, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Ed. UFV, 1996.]

Publicação on-line: SOBRENOME, Nome do autor. Título do artigo/matéria. **Nome do site**, Local da publicação, dia mês abreviado e ano da publicação. Disponível em: <endereço eletrônico completo para acesso ao artigo/matéria>. Acesso em: dia mês abreviado e ano do acesso. [TAVES, R. F. Ministério cota pagamento de 46,5 mil professores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1998. Disponível em: < <http://www.oglobo.com.br/reportagem> >. Acesso em: 19 abr. 1998]

A revista Estudos de Sociologia adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) <<http://www.abnt.org.br>> que devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Declaração de Direito Autoral

Os manuscritos aceitos e publicados são de propriedade da Revista Estudos de Sociologia. Os artigos publicados e as referências citadas na revista Estudos de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores.

Política de Privacidade

Os direitos autorais dos textos publicados são reservados à Estudos de Sociologia. Publicações posteriores dos mesmos não são permitidas.



SOBRE O VOLUME

Revista Estudos de Sociologia, v.21 n.40

formato: 16 x 23 cm

mancha: 12,8 x 20,5 cm

tipologia: Times New Roman/11

